

Organizadores
Raimundo Alves de Araújo
Reginaldo A. d' Araújo

Nas Trilhas do Sertão

Escritos de cultura
e política nos
interiores do Ceará volume 5



Edições UVA

SER
TÃO
CULT

Caro leitor,

A série *Nas trilhas do sertão* chega ao seu quinto volume, incorporando pesquisas e análises historiográficas desenvolvidas por profissionais ligados aos cursos de pós-graduação das universidades cearenses e de outras instituições igualmente prestigiadas.

O número presente traz artigos derivados de pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA).

Em cinco anos de existência desta série, os profissionais a ela congregados procuraram apresentar ao público leitor um sertão diferente daquele estereotipado, presente nas narrativas da literatura de ficção e da mídia televisiva. Trata-se de uma ruptura e uma emancipação. Uma ruptura porque a série *Nas trilhas do sertão* procura sempre romper com a história-memória e “bajulatória” que é produzida pelos intelectuais orgânicos locais, cuja produção tem o objetivo claro de construir uma memória louvatória e autoelogiosa para as elites sertanejas e seus antepassados.

Neste aspecto, a série *Nas trilhas do sertão* é também uma emancipação porque marca o momento contundente em que diversos profissionais da História, residentes nos interiores do Ceará, decidem “se dar as mãos” para viabilizar a divulgação de suas pesquisas. São historiadores profissionais do sertão (sim, eles existem!) falando do sertão, para o sertão, pois já não precisamos (e nem aceitamos mais) que a nossa realidade nos venha apresentada “de fora”, na forma de uma novela (como a novela *Cordel Encantado*, da Rede Globo), ou de um “romance regionalista tardio” (como tantos que mesmo hoje em dia insistem em requentar a fórmula da literatura de ficção do início do século XX) que, como nos alerta Durval Muniz de Albuquerque Junior, insiste em apresentar ao país um sertão que é a “eterna terra das secas”, localidade presa a um passado “pré-civilizado” e eterno, onde o tempo não flui; terra dominada pelos coronéis, pelos cangaceiros e pelos profetas fanáticos, percorrida por penitentes, retirantes e flagelados de modo atemporal. Esse sertão não existe mais. E você, leitor, não irá encontrá-lo aqui.

O sertão apresentado em nossa série é o sertão real, feito de homens e mulheres de carne e osso, pessoas que, bem ou mal, estão inseridas no Brasil do século XXI.

Os organizadores

Organizadores

Raimundo Alves de Araújo

Reginaldo A. d' Araújo

Nas Trilhas do Sertão

Escritos de cultura
e política nos
interiores do Ceará volume 5



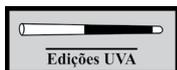
Sobral/CE

2019



Nas Trilhas do Sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará - Volume V
© 2019 copyright by Raimundo Alves de Araújo e Reginaldo A. d' Araújo (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil
Efetuado depósito legal na Biblioteca Nacional



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral - CE
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Reitor

Fabianno Cavalcante de Carvalho

Vice-Reitora

Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

Diretora das Edições UVA

Maria Socorro de Araújo Dias

Conselho Editorial

Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)
Izabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo
Ana Iris Tomás Vasconcelos
Carlos Augusto Pereira dos Santos
Claudia Goulart de Abreu
Eneas Rei Leite
Francisco Helder Almeida Rodrigues
Israel Rocha Brandão
Maria Adelane Monteiro da Silva
Maria Amélia Carneiro Bezerra
Maria José Araújo Souza
Maria Somália Sales Viana
Maristela Inês Osawa Vasconcelos
Raquel Oliveira dos Santos Fontinele
Simone Ferreira Diniz Renata Albuquerque Lima
Tito Barros Leal de Ponte Medeiros
Virginia Célia Cavalcanti de Holanda



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222 / 9 9846.8222
contato@editorasertaoacult.com / sertaoacult@gmail.com
www.editorasertaoacult.com

Conselho Editorial

Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
João Batista Teófilo Silva
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Antonio Jerfson Lins de Freitas
Telma Bessa Sales

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Imagem de capa

Obra "A Feira". Autor: Chagas Albuquerque.
Tela vencedora do XXI Salão de Artes de Camocim-CE. 2013.



Contatos:
E-mail: fchagasfortaleza2497@gmail.com
(85)98507.2497

Catálogo
Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

T829 Nas trilhas do sertão: Escritos de cultura e política nos interiores do
Ceará. / Raimundo Alves de Araújo, Reginaldo A. d' Araújo.
(Orgs.). Sobral CE: Sertão Cult, Edições UVA, Outras Histórias,
2019.

288p.
v.5

ISBN: 978-85-67960-28-9 (papel) ISBN: 978-85-67960-29-6 (e-book)
ISBN: 978-85-9539-043-0 (papel) ISBN: 978-85-9539-042-3 (e-book)
DOI: 10.35260/67960296-2019

1. Ceará- Cultura e política. 2. Sertão, CE- Contextos políticos. 3.
História- Ceará. 4. Sertão, CE- Política e Cultura. I. Título.



Sumário

Apresentação / 5

HISTÓRIA E CIDADE

Modernidade e cidade / 15

Antonio Vitorino Farias Filho

Cultura e política em Ipu-CE (1960-1970) / 33

Edvanir Maia da Silveira

Antonia Deyviane Barros Gomes

Maria Regiane Gomes Barros

Entre *brancos relaxados* e o *povo sem sexo*: a cidade em disputa em Cassacos de Cordeiro de Andrade / 57

Germana Maria Lopes Florêncio

Edilberto Florêncio dos Santos

“História concebida em termos dúplices”: as defesas históricas do prelado sobralense / 79

Thiago Braga Teles da Rocha

Pe. Ibiapina: entre a memória e o ensino de história / 103

Joaquim dos Santos

Paula Cristiane de Lyra Santos

O OITOCENTOS NO CEARÁ

Índios, missionários e colonos no Norte da Capitania do Ceará: encontros e confrontos / 119

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza

A construção do cearense médio / 139

Raimundo Alves de Araújo

Religiosidade “popular” na guerra de Pinto Madeira / 163

Reginaldo Alves d’Araújo

Sobre caminhos e boiadas: a peculiaridade do cólera-morbo no Ceará no contexto da disputa entre a economia do charque e o nascimento de Fortaleza / 195

Dhenis Silva Maciel

Natureza e trabalho no Cariri cearense / 215

Darlan de Oliveira Reis Júnior

DOCUMENTOS E METODOLOGIA DE PESQUISA: O FAZER HISTORIOGRÁFICO

Documentos sobre o associativismo operário na zona noroeste do estado do Ceará. (1900-1970) / 231

Carlos Augusto Pereira dos Santos

O historiador, o arquivo e a história local: reflexões e perspectivas / 265

Francisco Dênis Melo



Apresentação

A série *Nas trilhas do sertão* chega ao seu quinto volume incorporando pesquisas e análises historiográficas desenvolvidas por profissionais ligados aos cursos de graduação das universidades cearenses e de outras instituições de ensino, que concluíram ou estão cursando pós-graduação em nível de doutoramento ou mestrado. Neste sentido, o número presente traz artigos derivados de pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA). Em cinco anos de existência desta série, os profissionais a ela congregados procuraram apresentar ao público leitor um sertão diferente do sertão estereotipado nas narrativas da literatura de ficção e da mídia televisiva. Trata-se, neste sentido, de uma *ruptura* e uma *emancipação*. Uma ruptura porque a série *Nas Trilhas do Sertão* procura sempre *romper* com a *história-memória* e “bajulatória” que é produzida pelos *intelectuais orgânicos locais*¹, cuja produção tem o objetivo claro de construir uma *memória louvatória* e *autoelogiosa* para as elites sertanejas e seus antepassados. Por outro lado, a série *Nas trilhas do sertão* é também uma *emancipação* porque marca o momento contundente em que diversos profissionais da História, residentes nos interiores do Ceará, decidem “se dar as mãos” para viabilizar a divulgação de suas pesquisas. São historiadores profissionais do sertão (sim, eles existem) falando do sertão, para o sertão, pois já não precisamos (e nem aceitamos mais) que a nossa realidade nos

1 Fazemos uso do conceito de *intelectual orgânico* desenvolvido pelo filósofo marxista Antônio Gramsci (1891-1937).

venha apresentada “de fora”, na forma de uma *novela* (como a novela *Cordel Encantado*, da *Rede Globo*)², ou de um “romance regionalista tardio” (como tantos que mesmo hoje em dia insistem em *requentar* a fórmula da literatura de ficção do início do século XX) que, como nos alerta Durval Muniz de Albuquerque Junior³, insiste em apresentar ao país um sertão que é a “eterna terra das secas”, localidade presa a um passado “pré-civilizado” e eterno, onde o tempo não flui; terra dominada pelos coronéis, pelos cangaceiros e pelos profetas fanáticos, percorrida por penitentes, retirantes e flagelados de modo atemporal. Esse sertão não existe mais. E você, leitor, não irá encontrá-lo aqui. O sertão apresentado em nossa série é o sertão real, ou, para dizer melhor, verossímil, onde se busca encontrar homens e mulheres de carne e osso, pessoas que, bem ou mal, estão inseridas no Brasil do século XIX e XX.

Para o leitor comum, que ainda não nos conhece, a série *Nas trilhas do sertão*, em seu quinto volume, vem a ser um consórcio de historiadores de diferentes cidades dos interiores cearenses, cujo objetivo maior é o de baratear os custos de publicação e de conquistarem visibilidade para as suas produções, rompendo com as mazelas oriundas dos monopólios produzidos pela “indústria cultural” e pelos “mercados universitários” dos grandes centros do país. Trata-se, evidentemente, de uma “maioridade intelectual” e de uma emancipação cultural (o sertão falando de si mesmo e para si mesmo, rompendo os estereótipos e dispensando os intermediários).

A série e, conseqüentemente, o presente volume, tem como ênfase maior a análise historiográfica e a reflexão sobre o interior do Ceará, promovida por uma série de artigos que toma como foco a inclusão dos homens e mulheres do sertão, percebidos como sujeitos históricos ativos e atuantes, rompendo assim, a seu modo, com uma periferia historiográfica movida pela grande política e decisões tomadas nos altos escalões do governo. As pesquisas historiográficas aqui presentes tomam como recorte espaço-temporal as realidades das pequenas e médias cidades do interior cearense e os seus sujeitos sociais e políticos. Porém, é necessário que se diga que este tipo de abordagem já não é nova no mundo da academia, no sentido de que já faz algumas décadas que a História desbravou as vilas e aldeias, disputando espaço com os antropólogos e com os sociólogos, a partir da metodologia da *Micro-História*. Mas como dizia Clifford Geertz, os historiadores não estudam as cidades, mas nas cidades⁴.

2 Globo.com. disponível em: <http://gshow.globo.com/novelas/cordel-encantado> Acesso: 03 jan. 2019.

3 ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. São Paulo: Editora Massangana. Cortez, 1999.

4 GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

De qualquer forma, para um grupo social “existir”, este precisa construir uma imagem de si, representar-se socialmente em um fazer-se que não é isolado. A construção de uma imagem de si toma de empréstimo ou apropria-se de valores sociais difundidos no cotidiano de suas realidades. Assim, o ato de fazer-se sujeito social parte de apropriações culturais e simbólicas e de percepções políticas que, geralmente, são difundidas tanto em espaçamentos mais dilatados, como no singular e específico das comunidades. Ou seja, apesar da definição de Geertz citada acima, ao escrever *Micro-História* o historiador inevitavelmente também está analisando a especificidade local representada nas memórias e símbolos locais e acaba “comprando uma briga” – quer queira, quer não queira – com os “donos do poder” e os “donos da memória” e os “donos da verdade” em seus respectivos municípios⁵. Neste sentido, o *Nas trilhas do sertão* acaba tendo uma conotação política ao desempoleirar, mesmo que não intencionalmente, os senhores locais do saber sobre o passado.

No caso da construção das identidades locais e regionais, a chave interpretativa presa a um viés certauniano⁶, que passa a ser fundamental para entendermos a importância do *Trilhas* para a historiografia local. Na construção da identidade de um lugar, como ação coletiva, como bem coloca Farias Filho em seu artigo à frente, seus grupos políticos incorporam também os grandes movimentos e discursos nacionais, desenvolvimentistas e identitários para, de posse destas matérias, construir seus próprios discursos de dominação simbólica em nível local. Somando-se a isto, estes grupos dominantes tentam, a todo custo, transporem suas autoimagens ligadas umbilicalmente às suas cidades, seja colocando o nome de familiares nas ruas, seja escrevendo uma história oficial local com objetivos “bajulatórios” e enobrecedora, mas sempre afirmando-se como edificadores do espaço urbano. Muitas vezes personificando as vilas e cidades, associando os grandes processos econômicos, os fluxos de capitais como ações de um prefeito, um “grande homem”, um “herói fundador”, um “ancestral iluminado” etc., ao passo que excluem as massas, os portadores da mão de obra que empilharam as pedras dos calçamentos, ou que desbravaram as matas, ou ainda os nativos que resistiram aos processos de transformação espacial e ao projeto colonial de aculturação-cristianização.

5 ARAÚJO, Raimundo Alves de. “Quem não tem padrinho morre pagão”: um modelo para se entender o clientelismo sertanejo. In: *Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*. Carlos Augusto Pereira dos Santos (org.). Sobral, Ceará: SertaoCult, 2016. V. 3.

6 CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 13ª ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, R.J Vozes, 2007.

As memórias locais sempre foram construídas em cima de um “passado morto”, que não se quer “ressuscitar” de jeito nenhum, ou se “ressuscita” de modo higienizado, ou intencionalmente direcionado para atender a interesses oligárquicos. E esse “passado morto”, tal como um velho fantasma de outras eras, pode ser “desenterrado” e exorcizado pelos historiadores profissionais, que vasculham os arquivos – como nos textos da série *Nas trilhas do sertão* - e fazem vir à tona, na forma de “verdades inconvenientes”, ou de “verdades” que podem desafiar as *biografias dignificantes* e a “*memória louvatória*” produzidas pelos intelectuais orgânicos das elites locais. Sim, a série *Nas trilhas do sertão* constitui-se como um instrumento de inserção na luta pelo passado, pois rompe com o conceito de passado como naturalização do poder de uma casta familiar. Em outras palavras, a história aqui apresentada tem o poder de desfazer as “pretensões de nobreza” que muitos supostos “descendentes de europeus de puro sangue”, que ocupam cargos e posições importantes nas cidades sertanejas de hoje, querem para si e para os seus. Neste sentido, algumas famílias tradicionais podem não ver com bons olhos uma ciência que insiste em lhes mostrar que eles, tal como diz a canção de Ednardo, também são parte da “nata do lixo” e do “luxo da Aldeia” do Ceará⁷. Neste aspecto, o *Trilhas* é uma provocação, um estudo sério e independente que procura dar voz aos historiadores sertanejos, rompendo com as “verdades” construídas pelos intelectuais locais e tomando a palavra para falar do sertão para o sertão. E quem melhor do que um historiador sertanejo para fazer isso?

Dito isto, o *Trilhas*, de uma forma geral, vem cumprir um papel não só de propor uma nova abordagem historiográfica, rompendo com estes discursos dominantes nas cidades do interior cearense, mas também identificando as especificidades destas forças de transformação em espaços distantes das sedes do poder político institucionalizado, pois o *Trilhas* analisa a periferia da periferia da Grande Capital, e diz para os homens e mulheres que vivem nestes espaços que eles também são agentes construtores e sujeitos ativos do processo histórico nacional e estadual. Em outras palavras, que eles também têm direito a uma *existência histórica*.

Todavia, como posto acima, pesquisas sobre as cidades interioranas e suas especificidades políticas, de uma forma geral, são tão velhas quanto a disciplina de história, pois a produção de fundo mais acadêmico já a contempla desde

7 Ednardo. Terreal. Música da MPB. Disponível em: Letras. <https://www.letras.mus.br/ednardo/45612/>
Acesso: 02 jan. 2019.

o processo de interiorização das universidades e seus cursos de licenciatura em Estudos Sociais no período da Ditadura Militar de 1964-85. Por outro lado, estas produções mais acadêmicas não chegavam às demais pessoas interessadas no conhecimento da *História local*. O público leitor de história nas cidades cearenses do interior, tais como professores da educação básica e estudantes de graduação, para se informarem sobre a “história de suas cidades” geralmente tinham de recorrer aos textos saudosistas e auto elogiosos dos memorialistas locais, que por sua vez reproduzem uma história-memória alinhada com os interesses das classes dominantes de suas cidades. No máximo, as pesquisas de História que abordam o interior cearense ficavam dispersas em múltiplos periódicos especializados e longe do alcance das pessoas comuns, predominantemente conhecidas apenas pelos historiadores profissionais. Ou seja, não havia um público leitor não especializado que as consumisse e a financiasse.

Sendo assim, o quinto volume da coletânea *Nas trilhas do sertão* segue sua tradição, não só de expandir o conhecimento historiográfico sobre o sertão cearense, bem como, simultaneamente, difundir este conhecimento para o público leigo e curioso sobre a história e a memória de suas cidades. Sendo, portanto, um referencial tanto para os estudantes de graduação dos cursos de História das universidades do interior cearense e seus respectivos professores, como para os professores da educação básica, que porventura queiram fazer uso de nosso material publicado, que tem por mote as realidades políticas e culturais de cidades como Sobral, Camocim, Crato, Ipu e muitas outras. Se os textos aqui presentes não são exatamente o que se pode chamar de “textos didáticos” por seu viés acadêmico, eles representam um esforço coletivo de homens e mulheres profissionais, que conseguiram vencer os entraves e as dificuldades materiais que barram a produção cultural e historiográfica sertaneja, e juntos fazem vir a lume, consorciados uns com os outros, a *suada* série *Nas trilhas do sertão*.

O livro então é dividido em três blocos, o primeiro, intitulado **História e Cidade**, inicia com o capítulo assinado por Vitorino Filho, analisando o discurso modernizador na cidade de Ipu, Ceará. Ou melhor, como a cidade e os poderes locais apropriam-se deste discurso como uma chave de representação do mundo. Seguindo no mesmo bloco, em uma escrita a seis mãos, Edvanir Silveira, Antônia Deyviane e Maria Regiane Barros analisam a relação entre cultura e política na cidade de Ipu-CE, nas décadas de 1960-70. Elas exploram o cotidiano cultural da cidade, com ênfase nas repercussões da chegada da TV e as práticas políticas num contexto de regime autoritário.

Ainda na mesma parte do livro, com o trabalho *Entre brancos relaxados e o povo sem sexo: a cidade em disputa em Cassados de Cordeiro de Andrade*, Germana Maria Lopes Florêncio e Edilberto Florêncio dos Santos analisam a obra *Cassacos*, de Cordeiro de Andrade, e sua relação com a cidade de Sobral, no Ceará, promovendo um debate acerca das fronteiras entre a História e a Literatura. Continuando este primeiro momento, Thiago T. B. da Rocha, em seu artigo *História concebida em termos dúplices: as defesas históricas do prelado sobralense*, analisa as relações políticas do Bispo Sobralense José Tupinambá da Frota, identificando os espaços de imbricação entre a política partidária e os representantes da Igreja, ou antes, a política da Igreja através de seus membros.

Finalmente, fechando esta primeira parte do livro, o artigo elaborado pelos doutores Joaquim dos Santos e Paula Cristiane de Lyra Santos, cujo título é *Padre Ibiapina: entre a memória e o ensino de história*, vem abordar o modo como o museu comunitário da *Casa da Memória*, localizado na cidade de Porteiras, no Cariri cearense, tem colaborado para a construção de uma memória e de uma identidade para a população daquele município. Segundo os autores, fruto de uma parceria entre o *Instituto da Memória do Povo Cearense* (IMO-PEC) e grupo *Retratores da Memória de Porteiras* (REMOP), o *museu* procura problematizar a memória, lançando questionamentos poéticos sobre o tempo presente daquele município.

O segundo bloco do livro, intitulado **O oitocentos cearense**, como o nome sugere, traz uma sequência de capítulos inseridos no que Eric Hobsbawm definiu como “longo século XIX”. Abrindo esta parte da coletânea, o artigo elaborado pelo Doutor Raimundo Nonato Rodrigues de Souza, *Índios, Missionários e Colonos no Norte da Capitania do Ceará: encontros e confrontos*, tem como palco os sertões da Ibiapaba nos anos iniciais do processo de catequese e colonização desta área pelos padres da Companhia de Jesus e pelos colonos e autoridades portuguesas. Recorrendo a farta documentação do período colonial, o autor nos apresenta, de forma sucinta, o processo de desterritorialização e assimilação dos povos nativos da região da Ibiapaba e dos sertões de Camocim aos ditames do projeto colonizador luso-brasileiro.

Seguindo a análise deste processo civilizador luso-brasileiro no Ceará, o capítulo de Raimundo Alves de Araújo, *A construção do cearense médio*, faz uma reflexão acerca da elaboração da identidade civil e nacional dos habitantes dos interiores do Ceará colonial e imperial, pontuando o processo de assimilação cultural e biológica dos povos nativos do Brasil, assim como sua fusão com as elites e com o campesinato pobre e mestiço daí surgidos. Na essência, o texto

do professor tenta nos apresentar o processo caótico e complexo do “forjamento” do Ceará e de seu povo mestiço, com suas hierarquias, assimetrias e peculiaridades.

Ainda nesta mesma linha, analisando a Guerra de Pinto Madeira em 1832, Reginaldo d’Araújo conclui que ela se insere, para além das questões políticas, em uma ação cultural/religiosa típica do chamado *catolicismo popular*, uma vez que as populações locais enfrentavam as forças oficiais acreditando piamente lutarem em defesa da *Igreja de Cristo* e do *trono bragantino*, combatendo para tanto os *maçons* e *judeus* republicanos e “*hereges*”, propondo uma revisão completa sobre o que se sabe sobre o citado acontecimento.

Seguindo nos oitocentos no Ceará, para identificar a rota de penetração do Cólera na Província no século XIX, Dhenis Maciel analisa o estabelecimento de Fortaleza como sede administrativa, no contexto de seu desenvolvimento comercial e do processo de construção das vilas cearenses. Ele encerra seu texto verificando que a penetração do Cólera no Ceará, em 1862, deu-se seguindo a mesma rota das antigas boiadas.

Fechando o tópico, Darlan de Oliveira Reis Júnior analisa o discurso edênico e as relações de trabalho no Cariri cearense formado no decorrer do século XIX a partir de relatos de viajantes e de periódicos da região. Um discurso, no entanto, que esconde os conflitos decorrentes da ocupação e concentração de terras na região.

Encerrando esta edição, talvez estejam, em termos práticos, os textos mais significativos deste volume para alunos que estão iniciando a licenciatura ou bacharelado em História, normalmente sem estar muito claro o que estudar para o trabalho de conclusão de curso e muito menos onde pesquisar. São estes os textos, respectivamente, dos professores Carlos Augusto dos Santos e Dênis Melo.

No terceiro bloco, intitulado **Documentos e metodologia de pesquisa: o fazer do historiador**, os citados professores apontam fontes, citam arquivos e indicam leituras essenciais para quem vai adentrar neste universo de escrita do passado. Carlos Augusto dos Santos, no texto intitulado *Documentos sobre o associativismo operário na zona noroeste do estado do Ceará (1900-1970)*, promove um inventário documental sobre as relações de associações de trabalhadores na região noroeste do estado do Ceará, extremamente útil para orientar as pesquisas neste campo, destacando principalmente as notícias publicadas em periódicos sobre estas associações, os separando por cidades e citando no-

principalmente seus presidentes, secretários e, principalmente, apontando onde foram publicados estes documentos.

Esta edição é finalizada com o provocativo, sugestivo e oportuno ensaio de Francisco Dênis Melo sobre o ofício do historiador, intitulado *O historiador, o arquivo e a história local: reflexões e perspectivas*. Neste trabalho, o autor discorre sobre o papel e ofício do historiador em sua relação com a história, com o documento e a verdade histórica, destacando para tal sua experiência de pesquisa com o arquivo *Padre João Mendes Lira*, este sob a guarda do Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS que pertence ao curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA, destacando, principalmente, as formas de leitura do citado padre em sua relação com a cidade de Sobral.

Convidados, então, o leitor a mais uma viagem pelas vilas e cidades do sertão cearense. Uma viagem imaginada, no sentido de que a História, assim como aborda o professor Dênis Melo, não é exatamente a verdade sobre o passado, mas a verossimilhança, um misto entre a ficção, o lugar social do historiador e o passado que ele se propõe a analisar.

Boa leitura!

Os organizadores



HISTÓRIA E CIDADE



Modernidade e cidade¹

Antonio Vitorino Farias Filho²

Introdução

Parte da população da pequena cidade de Ipu³, no interior do Ceará, acreditou estar respirando os ares e vivendo a modernidade nas primeiras décadas do século. A relação que estabelecemos entre modernidade e cidade não é, absolutamente, uma novidade. Há uma extensa literatura sobre o assunto no Brasil. Mas ao contrário de pensá-la como materialidade, quer dizer, como se ela tivesse se estabelecido em várias cidades do Brasil, entre fins do século XIX e início do século XX, mais frutífero, creio, é entendê-la como uma construção ou representação do mundo, cujos valores associados, tidos como superiores - porque ligados às sociedades “avançadas, detentoras da razão, da técnica, do conhecimento, das luzes” - foram capazes de seduzir amplos grupos sociais em sua ânsia de querer ser reconhecidos sempre como civilizados e nunca como bárbaros.

1 Este capítulo é parte da discussão feita na introdução e no corpo da minha tese de doutoramento em História, defendida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e publicada em livro. Ver FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *A fantasia de ser moderno: civilização e barbárie na Terra de Iracema*. Sobral-CE: SertãoCult, 2018.

2 Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco.

3 O município de Ipu hoje se situa na Mesorregião Noroeste do estado do Ceará, localizada na chamada Microrregião do Ipu, que engloba os seguintes municípios: Ipu, Ipueiras, Pires Ferreira, Poranga, Reriutaba e Varjota. Conforme a regionalização proposta pelo IBGE, a cidade de Ipu está inserida na Região Administrativa 5, composta pelos municípios de Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará. Sua extensão territorial é de 629 Km². Parte do território do município estende-se sobre a Serra da Ibiapaba e parte ao longo do riacho Ipu-caba, no sopé da serra, prolongando-se pelo “sertão”.

Por outro lado, se apegar aos seus valores não é apenas uma forma de querer provar para todos os foros de civilização que acompanham seus defensores, mas uma estratégia, consciente ou inconsciente, de colocar em prática amplos projetos e que foi, em um determinado momento, bastante exitosa.

Seguindo nesta trilha, buscamos discutir aqui o conceito de modernidade com base em alguns autores bastante lidos no Brasil e propor uma nova forma de operar com o conceito, perspectiva que adotamos em pesquisas recentes⁴.

O que é a modernidade?

Podemos, inicialmente, perguntar o que é a modernidade. Após um longo estudo chegaremos, forçosamente, à conclusão de que é este um conceito difícil de ser devidamente estabelecido, não havendo um consenso entre os autores, mas um debate talvez inesgotável. Pode-se pensar a modernidade como um fenômeno que tem início na era moderna e que, com o desenrolar do processo histórico, passando pelo desenvolvimento da ciência moderna, da ascensão e consolidação dos valores burgueses, sobretudo com a Revolução Industrial, do Estado regulador, se estabeleceu e é característico do mundo ocidental ainda hoje, como defendem Anthony Giddens, Henri Lefebvre, Boaventura de Sousa Santos, dentre outros autores.

No entanto, essa modernidade é em essência excludente. Tem uma relação muito estreita com o capitalismo e valores burgueses, mantendo à distância amplos grupos e formações sociais (nações) colonizadas, privando-os das suas benesses. Autores como Marshall Berman, Henri Lefebvre e Walter Benjamin demonstram o profundo caráter paradoxal dessa modernidade que, na ânsia de consolidar os valores burgueses, tenta destruir o universo da tradição e cujo resultado é uma luta constante entre o novo e o “velho”.

Benjamin é particularmente importante para a nossa proposta, precisamente porque busca compreender não como um mundo novo se impõe ao condenar o tradicional ou como novas instituições se consolidam, mas como as pessoas vivem essa contradição. Ele ajuda-nos a pensar como a modernidade não é algo que se impõe de uma vez por todas, como não é algo concreto,

4 FARIAS FILHO, Antonio Vitorino. *O Discurso do progresso e o desejo por uma outra cidade: imposição e conflito em Ipu-CE (1894-1930)*. 2009. 151 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em História e Culturas) - Centro de Humanidades, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza. Defendo essa mesma ideia, de modo ainda mais enfático, na pesquisa que realizo no Doutorado em História, na Universidade Federal de Pernambuco.

mas que é um desejo que seduz amplos grupos, que vivem entre o sonho do novo e a perda de valores “tradicionais”. O resultado é uma constante dialética entre os valores modernos buscados e outros em desagregação. Ainda mais importante é sua perspectiva de pensar a modernidade em seus aspectos simbólicos. Aqui, Marshall Berman também tem muito a contribuir. Por sua vez, Friedrich Nietzsche e Michel Foucault, ao denunciarem a visão racionalista elaborada com as luzes do século XVIII e centrada nas ideias de progresso, evolução e ciência como explicadora do mundo e reveladora da verdade, são importantes na medida em que nos ajudam a ter um posicionamento crítico quanto à ideia de moderno e modernidade e ao estabelecimento de seu conceito.

A ideia do moderno, como mostra Le Goff, está presente em todos os tempos, o que muda é o seu sentido⁵. No entanto, nem todas as pessoas ou grupos entendem o moderno ou o representam da mesma forma em um determinado tempo e lugar. Se a consciência do ser moderno é histórica e subjetiva, sem dúvida, é com os tempos ditos modernos, aqueles que emergem da Idade Média, que se intensifica. As descontinuidades, rupturas com o passado são aí mais evidentes. Tais rupturas estão ligadas principalmente ao advento dos movimentos que se convencionou chamar Renascimento Cultural, Reforma Religiosa e Revolução Científica. Ao colocarem em xeque velhos dogmas e negar um passado relativamente recente em termos históricos, buscaram fundar um novo homem em seu modo de ser, pensar, agir e se relacionar com Deus e o mundo.

O fascínio pela razão, pela técnica, ciência e a consciência, e a dúbia ideia de progresso mediante o controle do homem sobre a natureza contribuíram, sem dúvida, para acelerar as mudanças ou, pelo menos, as percepções sobre elas.

Se no início da Idade Moderna, século XVI, o moderno se opõe ao medieval e ganha uma conotação de novo, mais tarde ele ganhará uma concepção mais ligada à ideia de progresso. O novo vai se opor ao velho, e não apenas ao medieval.

O século XVIII é o grande período que dará maior impulso às ideias do moderno e de ruptura com o velho. As revoluções burguesas, produto da ideologia das luzes, se fizeram sob a égide de romper com o antigo sistema ou anti-

5 LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: *História e memória*. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003, p.173-206.

go regime e quebrar as amarras que ainda uniam os pés e as mãos dos homens ainda às concepções medievais. Ao lado disso surgia, com uma nova concepção, a ideia de progresso, com a crença no avanço da sociedade, da ciência e da técnica numa marcha linear rumo à felicidade humana⁶.

Ainda assim, a modernidade é um conceito dos mais controversos e não há um consenso sobre o seu significado. No entanto, boa parte dos autores aqui discutidos a entende, às vezes implícita, às vezes explicitamente, como resultado de um processo de transformações no sistema econômico e de ascensão da burguesia no ocidente desde pelo menos o período que se convencionou chamar de era moderna e que, com o seu desenrolar, apenas se intensificou. São os casos de Henri Lefebvre, Walter Benjamin, Anthony Giddens e Marshall Berman, a despeito de cada um deles enfatizar aspectos singulares da modernidade, que ora os aproxima, ora os distancia. Embora mais ferrenhamente um ou outro condene a modernidade por lançar o homem em um mundo no qual perde a sua natureza, que vive o fugaz, o efêmero, o abstrato, todos concordam que ninguém pode fugir dela e que não se pode voltar a um tempo tradicional onde as mudanças eram muito lentas ou quase inexistentes.

O que tem de semelhante na análise que estes autores fazem da modernidade, na esteira de Karl Marx, é o seu caráter paradoxal, excetuando Giddens. No entanto, todos partem de sua atualidade, um mundo em que as transformações econômicas, sociais e culturais são mais aceleradas e em que o novo e o velho convivem numa relação dialética, para entender o passado e o presente. Buscam compreender como o mundo do capitalismo, com sua aceleração e transformações econômicas, produziu mudanças nas sensibilidades humanas, na arte, na percepção do tempo e espaço, por exemplo.

Mas entre estes autores há particularidades. Walter Benjamin e Marshall Berman, por exemplo, pensam a modernidade associada à cidade, à grande metrópole cosmopolita. O primeiro a analisa com base no olhar do poeta Baudelaire, que capta, segundo ele, na cidade de Paris da segunda metade do século XIX, a sua essência. O segundo, embora também a pense pelo olhar do mesmo poeta, outros literatos e estudiosos, quis analisá-la como uma realidade que atinge o mundo todo, com destaque para as metrópoles fora do eixo Londres-Paris. Nas grandes cidades do terceiro mundo, como São Petersburgo, segundo Berman, as contradições são ainda mais gritantes, porque desenrolada sobre uma sociedade em que o desenvolvimento capitalista não

6 *Id. Ibidem.*

se deu em sua plenitude, como teria acontecido em alguns países da Europa. Ambos, no entanto, estão muito preocupados em apreender as mudanças da modernidade no âmbito das percepções e das sensibilidades, recorrendo, para isso, à literatura.

Também é esta, em parte, a preocupação latente de Henri Lefebvre. Mas sua análise pretende ser mais abrangente, pensando as mudanças não do ponto de vista da grande cidade, mas numa escala planetária. O mundo moderno, para ele, é resultado da ascensão da burguesia, do crescimento econômico e do estabelecimento do capitalismo que culmina no mundo atual, o momento em que escreve, o seu ponto de chegada, com a inquietude, a dessacralização do mundo, o sentimento de solidão e crise moral. Com isso, pretende enfatizar que a modernidade é muito mais do que uma crise e decrepitude humana que se expressa na cultura e na arte, como a literatura francesa do século XIX diagnosticou. Em sua obra clássica, *Introdução à Modernidade*, defende que a modernidade, ao longo do tempo, se fundamenta na oposição entre o novo e o “antigo”. Dialética que se acentua com a chegada do século XVIII e o transcorrer do século XIX, sobretudo em sua fase final⁷. Filósofo de tradição marxista, ele entende, pois, o moderno e a modernidade como o terreno do contraditório e que só há um método para se conhecer as suas contradições, qual seja a dialética. A modernidade torna-se para o homem um drama por trazer consigo a inquietude, o vazio, a solidão, o desejo, a velocidade do tempo, a dessacralização de tabus ante um mundo em permanente transformação.

Cabe fazer um contraponto entre Henri Lefebvre e os demais autores até aqui discutidos e Boaventura de Sousa Santos⁸. Este último autor, mais recentemente, vem empreendendo uma crítica radical ao que ele chama de modernidade ocidental, entendida como um paradigma ainda dominante, mas em crise em sua fase atual. Por um lado, ao tematizá-la como uma realidade planetária, ele se aproxima de Henri Lefebvre e também de Giddens, como veremos adiante. Boaventura de Sousa Santos concebe a modernidade como um paradigma sociocultural estabelecido que teve início no século XVI, se consolidou entre fins do século XVIII e meados do século XIX e ainda é dominante. Por outro lado, se distancia da maioria dos autores aqui discutidos por não examiná-la precisamente nos termos de uma dicotomia entre “novo” e “velho”, “moderno” e “antigo”, mas numa perspectiva de uma dialética constante entre

7 LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

8 SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

o que chama de “conhecimento-regulação” e “conhecimento-emancipação”. Toda a sua reflexão consiste em pensar uma nova epistemologia, alternativa à epistemologia dominante, centrada nas relações entre saberes (ecologia de saberes), buscando na diversidade de conhecimentos uma alternativa à modernidade capitalista em sua fase moderna (globalização neoliberal hegemônica).

Para o autor, o paradigma da modernidade ocidental parte de duas formas principais de conhecimento que ele chama de “conhecimento-regulação” e “conhecimento-emancipação”. O primeiro consiste numa trajetória entre um ponto de ignorância (caos) e um ponto de conhecimento (ordem). O segundo, por sua vez, consiste numa trajetória entre um ponto de ignorância (colonialismo) e um ponto de solidariedade. Para ele, no último século (o século XX), à medida que a modernidade ocidental avançava enquanto paradigma sociocultural, reduzindo as possibilidades de emancipação compatíveis com o capitalismo, o “conhecimento-regulação” teria ganhado primazia. A ordem, pois, teria passado a ser a forma hegemônica de conhecimento e o caos a forma hegemônica da ignorância. Assim, o “conhecimento-emancipação”, antes entendido como saber, teria passado a ser entendido agora como ignorância e a solidariedade recodificada como caos. O que era ignorância, por sua vez teria se transformado em saber (colonialismo como ordem)⁹.

A modernidade ocidental teria estabelecido um paradigma de racionalidade que o autor chama de “razão indolente”, perspectiva burguesa que entende o presente como repetição, o passado como consumado e o futuro como progresso. Essa razão teria duas formas: a primeira seria obcecada pela ideia de totalidade sob a forma de ordem, não existindo nada fora dela, isto é, nenhuma das partes podendo ser pensada fora da relação com a totalidade (razão metonímica). A segunda, denominada de “razão proléptica”, parte da perspectiva do tempo linear (monocultura do tempo linear), que contrai o tempo presente e dilata enormemente o futuro, concebido para se tornar passado. A razão dominante na modernidade teria produzido cinco lógicas de “não existência” ao transformar a ciência moderna e a “alta cultura” em critérios únicos da verdade (monocultura do saber); ao considerar que a história tem apenas um sentido e direção comandados pelos países centrais do sistema mundial (monocultura do tempo linear); ao naturalizar as hierarquias sociais (classificação social); ao transformar a lógica dominante em lógica universal, com precedência sobre outras realidades, então desacreditadas (escala dominante); e, finalmente, ao

9 *Id. Ibidem*, p. 85-86.

transformar o crescimento econômico no único objetivo racional inquestionável (lógica produtivista).

Embora se aproxime de Boaventura por pensar a modernidade como o mundo da nossa experiência atual, em caráter planetário, Anthony Giddens se distancia deste, de Lefebvre, Benjamin e Berman por enfatizar não as suas contradições em si, mas ao tentar compreender como as instituições econômicas e sociais do mundo moderno romperam com as instituições tradicionais. Para ele, a modernidade atual seria fruto das transformações institucionais a partir de, pelo menos, o século XVII e que não parou de se desenvolver até hoje. O resultado desse processo foi a quebra com as instituições anteriores ao período histórico conhecido como Era Moderna.

Viveríamos assim em um mundo no qual o capitalismo, o industrialismo, o Estado-nação e as instituições responsáveis pelo controle da violência se consolidaram, condicionando desta forma as nossas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, enfim, a nossa existência e percepção do tempo e do espaço¹⁰.

Desta forma, a modernidade em Giddens, ao contrário dos três autores citados anteriormente, é refletida no âmbito das instituições e das descontinuidades, e não no nível das suas contradições, que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais. Importa, inicialmente, esclarecer como o autor entende os conceitos de modernidade e de tradicionalismo. Para ele, o primeiro “refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”. As instituições sociais da modernidade são diferentes em forma dos tipos de ordem tradicional. É isso que o autor chama de descontinuidade. A análise dessas descontinuidades permite-lhe defender que os modos de vida produzidos pela sociedade moderna quebram com todos os tipos tradicionais de ordem social. Essas mudanças entre a sociedade tradicional e a sociedade moderna são, para ele, bem maiores do que as transformações de períodos anteriores, tanto em sua “extensio-nalidade” (expansão para todo o mundo), quanto em sua “intencionalidade” (transformações internas).

A sociedade tradicional refere-se àquela anterior às grandes transformações de ordem econômica e social que afetaram a sua organização, como o capitalismo, o industrialismo e o surgimento do Estado-nação. A modernidade possui,

10 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

assim, quatro dimensões institucionais básicas, todas ausentes em sociedades tradicionais: a primeira delas é o capitalismo, entendido como “um sistema de produção de mercadorias, centrado sobre a relação entre a propriedade privada do capital e o trabalho assalariado sem posse de propriedade” e que forma o eixo principal do sistema de classes. A segunda dimensão institucional é dada pelo industrialismo, entendido como “o uso de formas inanimadas de energia material na produção de bens, combinado ao papel central da maquinaria no processo de produção”. A terceira dimensão é dada pelo aparato de vigilância desenvolvido pelo Estado-nação e que se refere “a supervisão das atividades da população súdita na esfera política”¹¹. Finalmente, a quarta dimensão é dada pelo controle dos meios de violência, característico do Estado moderno.

Segundo o autor, uma inter-relação entre estas quatro dimensões institucionais da modernidade contribuiriam fundamentalmente para afastar o homem de suas instituições tradicionais e promover a aceleração e expansão das instituições modernas.

Ao lado dos movimentos institucionais da modernidade desenvolvem-se as três fontes do dinamismo da modernidade: distanciamento tempo-espaço; o desenvolvimento de mecanismo de desencaixe e a apropriação reflexiva do conhecimento. As instituições modernas, ao penetrarem em todo lugar, acabam levando à separação entre tempo e espaço. Isso ocorre porque os locais, antes ligados unicamente ao seu espaço, são penetrados e moldados em termos de influências sociais que são exteriores a eles. Há, neste caso, um deslocamento do espaço do lugar. Isso é importante porque leva, segundo ele, a processos de desencaixe, isto é, em que os hábitos e costumes locais passam a sofrer mudanças se deslocando do espaço local (dos hábitos que restringiam as mudanças) e levando a padronizações “vazias” (desligadas do local). Para o autor, portanto, “as organizações modernas são capazes de conectar o local e o global de formas que seriam impensáveis em sociedades mais tradicionais, e, assim fazendo, afetam rotineiramente a vida de milhões de pessoas”¹².

Finalmente, a modernidade seria esse mundo em que nós estamos desorientados porque apanhados em um universo de eventos que não compreendemos em sua plenitude e que parecem estar fora de nosso controle.

Benjamin e Berman, ao contrário, ao pensarem a modernidade como o mundo em que a novidade e o tradicional jogam o tempo todo, estão mais

11 *Id. Ibidem*, p. 59-60.

12 *Id. Ibidem*, p. 28.

preocupados em perceber como as pessoas nesse mundo capitalista, cujas constantes construções e destruições são a tônica, são influenciadas, e não apenas como um mundo novo se impõe ao destruir o tradicional. Como as pessoas reagem a esse mundo ao mesmo tempo fascinante da novidade e do sonho, da destruição, de demolições e que transformam tudo e todos em mercadorias?

Alguns autores, ao analisarem a modernidade do mundo atual, aquela oriunda do período posterior à Segunda Guerra Mundial, das décadas finais do século XX, identificam em Benjamin aquele que soube perceber as características de uma modernidade que mais tarde seriam levadas ao paroxismo pelos desenvolvimentos econômico e tecnológico, como é o caso do antropólogo Georges Balandier¹³. A cultura dessa modernidade do final do século XX é entendida por ele como a cultura do imediato e do efêmero, da recusa do que é construído e herdado, que valoriza o fragmento, rejeita o que é concluído, definitivo. Uma cultura em que o tempo é apreendido no imediato, no instante e no inacabado, na sempre busca do novo, das modas, da sempre busca do gozo imediato. Propõe, ao contrário de Benjamin e como faz Giddens, Lefebvre e Boaventura, pensar a modernidade como uma realidade mundial e abrangente, e não apenas como uma realidade das grandes metrópoles. Sem condená-la, procura entendê-la. Mais do que isso, busca analisar como essa modernidade produz alterações nas relações sociais, humanas e no indivíduo, mantendo um distanciamento em relação a ela, examinando-a com base em um olhar antropológico (de um *Contorno*), rejeitando, desta forma, as análises que a condenam em seu todo, como aquela feita por Jean Chesneaux em *Sur modernité*, discussão retomada em livro posterior com o título *Modernité-monde* (título da edição francesa de 1989)¹⁴.

Tanto Benjamin quanto Berman desenvolvem as suas críticas com base na metrópole moderna. Esta é para Benjamin como um monstro, o palco de um capitalismo levado ao extremo e que transforma o próprio homem e a mulher em mercadorias. A Paris da segunda metade do século XIX ou do Segundo Império¹⁵ é, para ele, de um lado como uma selva habitada por homens-feras,

13 BALANDIER, Georges. *O contorno: poder e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

14 CHESNEAUX, Jean. *Modernidade-mundo*. Petrópolis-Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995. Há uma vasta literatura que discute a modernidade da segunda metade do século XX ou das décadas finais desta centúria. A sua discussão não cabe aqui, por extrapolar os nossos objetivos, pois são leituras posteriores ao período de nosso estudo. Para uma discussão preliminar sobre esta literatura ver o citado trabalho de Georges Balandier, sobretudo a segunda parte do livro.

15 BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989 (Obras escolhidas; v. 3).

espaço inóspito, em que “as pessoas e os objetos perderam suas particularidades intrínsecas”, resultado das construções e destruições do capitalismo¹⁶ e, de outro lado, o palco dos sonhos, do fetiche da mercadoria, do luxo, da novidade, da moda, das vitrines e das passagens que, em suas lojas, exibem novidades, sofisticacões e imagens de sonho.

A modernidade para Benjamin é esse império da contradição irreconciliável. O novo sempre convivendo com o velho numa relação dialética profunda. Como esclarece Jeanne Marie Gagnebin, a modernidade em Benjamin repousa sobre seu caráter contraditório entre o novo e o velho. É essa a essência paradoxal do moderno: o novo está fadado a se tornar logo o velho pela velocidade das mudanças. Não se trata de perceber como novas instituições, modernas se colocam no lugar de instituições tradicionais, arcaicas, como pensa Giddens. Benjamin encontrou na poesia de Baudelaire e no conceito de alegoria as chaves para entender essa contradição. A alegoria, antiga figura de linguagem presente no barroco, aponta para o caráter transitório dos sujeitos e dos objetos transformados em mercadorias, para “a oposição entre um tempo devorador e vazio da modernidade e de um tempo pleno e resplandecente de um lembrar imemorial”¹⁷. A alegoria, como mostra Jeanne Marie Gagnebin, é figura de linguagem presente no Barroco, momento do conflito entre o sagrado e profano, entre um ideal religioso e uma realidade política (de guerras sangrentas) e que expõe visões de horror aos olhos dos contemporâneos. Isso proíbe o poeta de buscar uma harmonia supratemporal. O alegórico se impõe onde se instala mais duramente o efêmero e o eterno. Por isso, ela floresce no Barroco e retorna em Baudelaire. A alegoria revela a luta entre uma harmonia perdida, anterior, e uma modernidade auto devastadora.

É a morte do sujeito clássico [que podia afirmar sua identidade coerente de si mesmo, e que, agora, vacila e se desfaz] e esta desintegração dos objetos [que não são mais os depositários da estabilidade, mas se decompõem em fragmentos] que explicam o ressurgimento da forma alegórica num autor como Baudelaire. Benjamin vê no capitalismo moderno o cumprimento desta destruição. Não há mais sujeito soberano num mundo onde as leis do mercado regem a vida de cada um, mesmo daquele que parecia poder-lhe escapar: do poeta¹⁸.

16 RAMINELI, História Urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamaria e VAINFAS, Ronaldo. Domínio da História: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 196.

17 GAGNEBIN, Jeanne Marie. Baudelaire, Benjamin e o Moderno. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 150.

18 GAGNEBIN, Jeanne Marie, Alegoria, Morte, Modernidade. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História em narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009, p. 39.

Por sua associação entre modernidade e metrópole, modernidade e cidade, Benjamin tem inspirado a historiografia não apenas no Brasil, preocupada em discutir suas contradições na grande cidade, mas também na América Latina, de um modo geral. Willi Bolle¹⁹, por exemplo, defende que o paradigma benjaminiano de reflexão sobre o fenômeno contraditório da modernidade serve para uma análise comparativa entre a metrópole europeia e as metrópoles do terceiro mundo, sobretudo da América Latina. Para ele, a metrópole terceiro-mundista pode funcionar como reveladora dos retratos benjaminianos de cidades.

Esses retratos influenciaram o cientista político Marshall Berman, que inovou ao analisar as contradições da modernidade em cidades fora do ocidente e fora da Europa, como são os casos de São Petersburgo e Nova York, respectivamente²⁰. Inspirado pelos escritos do filósofo berlinense, o seu trabalho apresenta inúmeros pontos de contato com Benjamin. Como mostra Ronaldi Raminelli, ambos se utilizam da literatura europeia do século XIX para pensar as transformações oriundas da modernidade. Encontram nos romances e poemas, indícios da emergência de uma nova sensibilidade construída ou forjada nos espaços da rua, na multidão e na sua confusão²¹.

Como em Benjamin, a modernidade é pensada como aquela do império da contradição. Ela teria fundamentado o mundo atual. Assim, o século XX seria filho da modernidade capitalista e burguesa. A grande cidade seria, pois, o espaço onde os seus paradoxos se intensificam e que, fora do eixo do ocidente, Londres e Paris são ainda mais complexos, porque nos países do terceiro mundo, atrasados e onde a modernização ainda não se desenvolveu plenamente, o modernismo assume um caráter fantástico, pois não se nutre da realidade social, mas de fantasias, miragens, imagens oníricas.

Mas, mais importante para a nossa proposta é a sua contribuição de que a modernidade, no século XX, parece englobar todos os recantos do mundo e que ela, para muitos lugares e por vezes se consubstancia em poucos ou apenas

19 BOLLE, Wille. *Fisiognomia da Metrópole Moderna: Representação da História em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000, p. 19. Ver também, BOLLE, Willi. "Um painel com milhares de lâmpadas". *Metrópole & Megacidade (Posfácio à edição brasileira)*. In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Organização da edição brasileira de Willi Bolle; colaboração na organização da edição brasileira Olgária Chain F. Matos. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

20 BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986. Se pensarmos como Boaventura de Sousa Santos, São Petersburgo e Nova York seriam outras europas, expandidas com a modernidade, como os países da América Latina.

21 RAMINELLI, Ronald. *História Urbana. Op. Cit.*, p. 198.

um elemento. É isso o que faz os petersburgueses ou parte deles viverem a modernidade, tendo como referencial o projeto Nevski. Este projeto, consubstanciado na construção de uma rua larga, retilínea, em perspectiva e que passou a congregiar lojas abertas ao consumo de produtos ocidentais, um espaço cosmopolita, uma janela aberta para a Europa Ocidental, se traduziu ou cumpriu o papel de representação simbólica da modernidade.

Esta perspectiva é crucial, uma vez que apresenta o fato de que as pessoas podem viver e sentir a modernidade sem que ela tenha, necessariamente, uma correspondência com a modernização. A chave da questão reside no fato de perceber a modernidade como uma representação simbólica, um conjunto de imagens que as pessoas e grupos constroem para dar sentido àquilo que desejam ou como um discurso construído para dar vazão a interesses e projetos individuais e de grupo.

Também há um ponto de contato entre, de um lado Benjamin e Berman e, de outro, Carl E. Shorske em sua análise da modernidade em *Viena fin-de-siècle*²². A referência comum aos três autores é a poesia de Charles Baudelaire. No entanto, Shorske está mais preocupado em discutir as transformações políticas e culturais da modernidade novecentista na cidade de Viena e seu desenrolar no século XX. Parece não se interessar por suas contradições, mas em sua ruptura com o passado. O moderno, ao produzir transformações nos campos da arquitetura, da música, da filosofia, política e ciência, não se define a partir do passado nem contra ele, mas em independência em relação a ele, tornando a mentalidade cada vez mais indiferente à história. O moderno, em seus vários campos, representaria uma ruptura profunda de seus laços com o passado e uma busca de novas identidades, o que teria liberado a imaginação, produzindo novas construções.

Há ainda dois autores importantes, críticos ferrenhos da modernidade e que produziram suas reflexões com base em referenciais totalmente alheios aos autores até aqui discutidos, que merecem ser lembrados. Refiro-me a Friedrich Nietzsche e Michel Foucault. Com estes dois autores não se trata de pensar como a modernidade se fundamenta ou quais são as suas características centrais, mas de uma denúncia contra a visão racionalista elaborada a partir do final do século XVIII, centrada nas ideias de progresso, evolução e ciência, principalmente. O ataque se dá mais especificamente contra a crença desmedida na modernidade oriunda do Iluminismo e sua visão otimista quanto à

22 SCHORKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle*: política e cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

evolução contínua da humanidade, como resultado do progresso da ciência e da técnica, rumo à felicidade humana.

Assim, a modernidade para ambos os autores não se refere àquela cuja evolução desde o “capitalismo mercantil” da Era Moderna se desenvolveu e se consolidou com o capitalismo atual como revolucionária, mas aquela em que há uma crença desmedida no racionalismo e nas ciências como produtores e desveladores das verdades do mundo. Portanto, os grandes marcos dessa modernidade contestada são os momentos finais do século XVIII e inícios do século seguinte, ocasião, para Foucault, de uma mudança epistemológica e que funda novos saberes, verdades e poderes.

Tanto em Nietzsche quanto em Foucault há uma crítica quanto à maneira como a História, travestida de ciência, pensa a ideia de verdade. Contestam, por exemplo, a noção de a História, em sua postura de ciência próxima ao método das ciências naturais, pensar ser possível descobrir uma razão por trás dos eventos, como se fosse possível atingir o real/verdade fora do homem, como se o homem fosse capaz de dizer a realidade e a verdade numa postura objetiva.

Nietzsche, talvez tenha sido aquele que empreendeu a crítica mais feroz a esse mundo moderno, denunciando que o racionalismo do século XVIII produziu uma noção de tempo linear e contínuo impulsionado pelo evolucionismo progressista. Em sua crítica ao historicismo alemão de base hegeliana, em sua “II Consideração Intempestiva sobre a utilidade da história para a vida”²³, condena as visões cientificistas da História e que a entendem como uma marcha racional, linear e progressista da humanidade, cujo termo seria o presente entendido como um final, uma chegada, como superior, e condena a ideia de que haja uma razão na história.

Há aqui vários pontos de contato entre a análise de Nietzsche e de Benjamin. Como o primeiro, Benjamin contesta a forma como se escrevia a História, sequencial, linear, cronológica. Em seu lugar, propunha um “texto espacial, não sequencial, em que as relações sintáticas entre as partes se estabelecessem de forma constelacional”. Se Nietzsche condena uma concepção evolucionista da história, ao atacar o historicismo por pensar existir uma razão que organiza o mundo, Benjamin também ataca a historiografia tradicional e o “historicismo burguês”, propondo uma forma nova de escrever, fragmentária, estilhaçada, buscando estimular o leitor a montar quadros com base nos fragmentos, uma forma barroca e alegórica de escrever, portanto.

23 NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2005, p. 34.

Aparece, ainda, em ambos os autores, embora partindo de referenciais distintos, a noção de decadência e caducidade da modernidade, desconfiando da visão otimista no progresso da humanidade. Finalmente, eles se colocam contra as explicações causais, contínuas e finalistas da História²⁴.

A história para Nietzsche não se apresenta sob a forma racional, linear, contínua, como os historicistas alemães acreditam, mas por meio de “fragmentos, descontinuidades e acasos”, como esclarece Noéli Correia²⁵. O mundo não é determinado por uma razão imanente. Para ele, a história não obedece a nenhum plano, ordem ou razão. É o historiador que dota a história dessa ordem, razão ou plano. Ao contrário, ela é comandada por uma “força cega”, pelo acaso. A história é desrazão, pluralidade, realização de processos simultâneos e contraditórios, do desenrolar inesperado. Portanto, não há para ele sentido no curso da história. O mundo moderno, com seu excesso de história, nega qualquer papel do acaso no desenrolar dos acontecimentos. O excesso de história faz a vida adoecer porque leva o homem a pensar que o presente é o fim de um processo histórico linear e contínuo.

Como esclarece ainda Noéli Correia, Nietzsche pensa o seu próprio tempo como aquele em que todos os fins foram destruídos. É o que ele chama de a “Morte de Deus”. O homem, fruto do racionalismo moderno, é que procura substituir Deus na sua busca pela finalidade perdida.

Nietzsche vê a sua época como o encerramento de um ciclo: ‘todos os fins foram destruídos’: a *morte de Deus* é acontecimento paradigmático que indica o encerramento de um período histórico que marcou com ferro a cultura ocidental; contudo, seria ainda necessário que os homens colocassem para si um novo fim e, assim, tentar superar a inconsciência do acaso que até agora determinaram a cultura e a história. Nesse sentido, a era moderna é depositária de uma potencialidade capaz de estabelecer uma finalidade própria, cortando as relações com a antiga cultura e caminhando decisivamente para um alvo que ela mesma tenha posto²⁶.

O presente como fim engessa, esteriliza o homem. Este se torna incapaz de produzir, criar, pois acredita que o momento presente é auge e nada mais pode

24 Para uma discussão sobre estes pontos em Walter Benjamin, conferir em BOLLE, Willi. “Um painel com milhares de lâmpadas”. *Metrópole & Megacidade* (Posfácio à edição brasileira). In: BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. A citação feita acima está nas páginas 1147-1148.

25 MELO SOBRINHO, Noéli Correia. Apresentação e comentário. In: NIETZSCHE, Friedrich. *Escritos sobre história*. *Op. Cit.*, p. 34.

26 *Id. Ibidem*, p. 39.

ser produzido de grandioso. Qual deverá ser a posição do homem moderno e do pesquisador diante do excesso de história, segundo Nietzsche? Deve ele adotar, de um lado, uma posição supra histórica e admitir que o acaso, o descontínuo²⁷, o caótico são partes fundamentais dos acontecimentos, que o presente nunca é o fim último da história, fazendo-o acreditar no devir e na eternidade da existência, no infinito e, de outro lado, uma posição a-histórica, a negação da história, não em absoluto, lembrando o homem que é preciso esquecer para que a criação seja possível, que é necessário viver o presente.

De modo geral, o historicismo hegeliano, segundo Nietzsche, dá à história um poder desmedido, cultua os fatos como objetividade do “espírito do mundo”, pensa a história como realização dos vencedores, como tendo uma racionalidade, que possui uma linearidade, evolução. E contra essa ideia de modernidade, ao contrário, defende que a história se apresenta sob a forma de fragmentos, é descontínua, onde o acaso joga o tempo todo. Teria sido o hegelianismo e o historicismo que dotara a história de um processo universal e definira o presente como a auto realização, como apogeu.

Como discípulo ou influenciado por Nietzsche, Foucault, em suas pesquisas, investigará o passado buscando fugir de uma temporalidade linear, contínua e negando qualquer razão explicativa que seja imanente à história. Aqui reside sua crítica à modernidade.

Foucault condena qualquer verdade que seja exterior ao homem. Não pode existir, para ele, uma História globalizante, teleológica e coerente senão como construção humana²⁸. A noção de verdade estabelecida pela modernidade, oriunda do racionalismo e da ciência do final do século XVIII, é contestada e pensada como discurso. Enquanto tal, expressa poder e vontades. Como Nietzsche, contesta que haja no curso da história qualquer significado ou sentido a ser descoberto. Segundo José D’assunção Barros:

Talvez por isso fique implícito no posicionamento de Foucault a ideia de que a tarefa mais legítima do historiador seria a de examinar exaustivamente a construção ou imposição de sentidos

27 Aparece também em Walter Benjamin, outro crítico da modernidade, a noção de descontinuidade, embora pensada de forma diferente de Nietzsche e Foucault. Se Nietzsche entende que os grandes homens da história (não os condutores de batalha ou estadistas) são pontos descontínuos que o historiador da arte deve unir em sua narrativa, Benjamin pensa que a reconstrução historiográfica deve unir não a narrativa dos “grandes homens”, mas sim os pontos descontínuos da revolução que se dão no decorrer da história. BARROS, José d’assunção. *Teoria da História*. Petrópolis, RJ, 2011 (III Vol. Os paradigmas revolucionários), p. 167.

28 *Id. Ibidem*, p. 271.

na história, pois estes estão sempre ligados a sistemas de poderes [...] e também os regimes de verdade que introduzem no discurso o verdadeiro e o falso²⁹.

Assim, para Foucault, o papel do historiador não seria buscar a verdade, como se ela existisse por trás das coisas, como uma razão explicativa a ser desvendada, mas analisar como os “efeitos de verdade” foram historicamente produzidos no interior dos discursos, que não podem ser tomados nem como verdadeiros e nem como falsos.

Ainda segundo José D’assunção Barros, a crítica central do filósofo francês ao conhecimento produzido pelos diversos campos de saber diz respeito à sua recusa de que possa haver categorias consideradas como dadas independente dos homens. Toda categoria é, para ele, histórica³⁰. Neste sentido, propõe destruir qualquer tentativa de se pensar o desenrolar dos acontecimentos como evolução linear, chamando a atenção para as descontinuidades³¹.

Essa maneira de pensar é um duro golpe no pensamento racional e científico oriundos da chamada modernidade, sempre em busca das verdades como exteriores ao homem, porque, para o autor da *História da Loucura*, como esclarece Durval Muniz, não existe uma realidade a não ser histórica, quer dizer, cada época define, segundo regras e interesses de quem a produziu, o que entende por realidade e o que era verdade. As verdades são construídas em campos do saber e em um dado momento. Portanto, não existem para Foucault verdades fora do homem e fora da história³².

A modernidade, portanto, não é algo que se estabeleça de uma vez por todas, nem é vivida de forma igual em todo lugar e nem representa a mesma coisa para grupos sociais distintos e indivíduos singulares numa mesma cidade ou local. Para uns, ela pode representar a possibilidade do novo, da utopia e do sonho de serem superiores, por veicular valores entendidos como tais, para outros pode representar usurpação, controle e quebra da tradição. De um lado, pode-se entendê-la como resultado das transformações econômicas, sociais e políticas aceleradas e vividas pelo mundo capitalista que, pelo processo de

29 *Id. Ibidem*, p. 271.

30 FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005. Ver também FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

31 BARROS, José d’assunção. *Teoria da História*. (III vol.). *Op. Cit.*, p. 273.

32 ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Um leque que respira: a questão do objeto em História. In: ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: EDUSC, 2007, p. 154-155.

“globalização” se espalha por todo mundo, como defende Giddens, no âmbito das instituições, ou Marshall Berman, no âmbito das ideias e valores, que acompanham as mudanças econômicas e sociais.

Mas é preciso ter em mente que ela jamais se estabelece em sua plenitude. Ela nunca destrói de uma vez por todas o universo cultural anterior, o mundo da tradição, em um determinado momento. Benjamin captou muito bem isso. O mundo em constante transformação é sacudido por uma tensão constante entre viver o novo e permanecer o mesmo. De outro lado, podemos pensar a modernidade como uma ideia sedutora. Neste sentido, ela só ganha significado nas ações humanas e não pode ser entendida como um fora do homem. É este quem a significa. Portanto, ao se apegarem aos valores identificados com o moderno, os indivíduos e grupos o instituem como discurso para dar vazão aos seus projetos, perspectiva que adotamos aqui. Neste sentido, a modernidade é um projeto, uma reflexão, como defende Henri Lefebvre³³. Com base nele, filtram o mundo, elaboram o seu mundo, constroem uma representação dele, do local onde vivem ou da cidade onde habitam, e fundam sociabilidades alheias àqueles existentes no local, com objetivo de viverem a fantasia de ser modernos. É essa construção que organiza suas ações, suas práticas sociais. Na ânsia de instituir o seu mundo, aquele que permitirá fundamentar seus desejos, anseios e interesses diversos, intervém na realidade concreta e nos costumes locais.

O resultado é um mundo em tensão e luta constantes. É precisamente neste sentido que o caso de Ipu, uma cidade fora do eixo das “metrópoles”, pode contribuir com a historiografia, ao permitir-nos pensar a modernidade como reflexão, como projeto, como uma construção simbólica de grupos e indivíduos para fazer valer seus interesses e impor uma dada elaboração de cidade. Mais, o caso de Ipu permite-nos ainda entender a modernidade não como algo concreto e que se impõe, mas como um desejo. Daí, para o nosso caso, existir uma relação muito estreita entre a ideia ou o desejo pela modernidade e a cidade com seu palco de complexidades.

33 LEFEBVRE, Henri. *Introdução à modernidade*. Op. Cit., p. 4. Na introdução do citado trabalho, Henri Lefebvre distingue modernismo e modernidade.



Cultura e política em Ipu-CE (1960-1970)

*Edvanir Maia da Silveira
Antonia Deyviane Barros Gomes
Maria Regiane Gomes Barros*

Introdução

As décadas de 1960/70 estão sem dúvida entre os marcos culturais e políticos do século XX, seja pelo que se propuseram a realizar, seja pelo que conseguiram deixar de herança. A indústria cultural, a superação do subdesenvolvimento e o regime militar foram objetos de conflito entre conservadores e progressistas, que se propunham a refletir sobre o Brasil e os brasileiros, imbricando intrinsecamente cultura e política. As praças, os clubes, o rádio, o cineteatro e a TV foram os principais espaços de sociabilidade na maioria das cidades brasileiras.

Este artigo reúne reflexões de três historiadoras acerca da cultura e política na cidade de Ipu, no Ceará, nas décadas de 1960/70. O texto está dividido em duas partes. Na primeira, apresentamos o cotidiano cultural da cidade, com ênfase no papel da TV. Na segunda, discutimos as práticas políticas, num contexto de regime autoritário.

Experimentos culturais – a chegada da TV

O comportamento do homem contemporâneo, escrevia um articulista carioca nos anos de 1960, “parece estar cada vez mais condicionado pelos meios de comunicação de massa: a imprensa, o rádio, a televisão e o cinema. Em

apenas alguns dias esse novo ritmo, até então ignorado torna-se a ‘coqueluche’ de toda uma geração”¹.

Essa efervescência cultural de algum modo chegava às pequenas cidades como Ipu, por meio da ocupação das praças para escuta do rádio, que era reproduzido pelas amplificadoras, na instalação da TV pública, nos bailados ao som dos conjuntos musicais, que aconteciam nos clubes, onde também se assistia ao cineteatro.

Todas essas práticas estão vivas na memória dos cidadãos, como aquilo que o historiador francês Pierre Nora nomeia de “lugares especiais de memória”². A partir do conhecimento desses espaços de sociabilidades da sociedade ipuense, pudemos perceber o quanto a cidade estava preparada culturalmente para receber a televisão, já se conhecia as músicas que faziam sucesso na época por meio do rádio e das bandas que se apresentavam nos clubes, assim como a temática das radionovelas, a linguagem e os jargões dos personagens. Mais que ouvir, o público passou a ver, ver imagens que para eles eram quase surreais, que os deixavam pensativos sobre como aquilo era possível. A chegada da TV mudou os hábitos e o cotidiano da cidade, ao ponto de tornar-se o principal lazer da década.

A TV

A televisão chegou ao Brasil em 1950, trazida por Assis Chateaubriand, proprietário dos Diários Associados, associação criada em 1924 que objetivava difundir o desenvolvimento de cunho cultural, esportivo, turístico para todas as regiões do país. Porém, poucas pessoas tiveram acesso ao aparelho devido ao seu elevado valor de compra, neste sentido, podemos entender que seu público ainda era muito reduzido: “ao longo da década de 1960, ainda estava em formação o público brasileiro de televisão (embora no Rio e em São Paulo a TV já existisse desde 1950)”³.

A televisão penetrou tão profundamente na vida política das nações, especularizou de tal forma o corpo social, que nada mais

-
- 1 BONFIM, Luís Carlos, “Imagens, letras e sons dominam o homem”. In: *Correio da Manhã*, Rio, 9 de outubro de 1966.
 - 2 O conceito de lugar de memória, de Pierre Nora, é desenvolvido num conjunto de livros de sua autoria intitulado *Les lieux de mémoire*, editado em Paris pela Gallimard entre 1980 e 1990.
 - 3 BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. “Televisão Brasileira. Uma (Re)visão”. *Revista de História e Estudos Culturais*. Nº 02. Ano 2007. Vol. 4, p. 4.

lhe pode ser exterior, pois tudo o que acontece de alguma forma pressupõe a sua mediação, acontece, portanto para a tevê. Aquilo que não passa pela mídia eletrônica torna-se estranho ao conhecimento e sensibilidade do homem contemporâneo. Não se diz que a televisão fala das coisas que acontecem, agora ela fala exatamente por que as coisas acontecem nela⁴.

Inicialmente, a televisão se concentrou nas grandes cidades, mais precisamente no Sudeste, e só depois se espalhou para o restante do país, chegando ao Ceará em 1960, dez anos após o lançamento da primeira emissora brasileira – a TV Tupi Difusora, canal 3. Foi em fins da década de 1960 que a televisão atingiu seu auge no país, trazendo consigo todo um contexto de moda, música, novelas, entre outros:

O ano de 1968 pode ser considerado o momento em que a televisão, efetivamente se tornou um veículo de massa, suplantando a importância do rádio como principal meio de comunicação nas grandes cidades brasileiras. É justamente neste mesmo ano em que ela se difunde para as cidades interioranas⁵.

O número de aparelhos televisivos e, conseqüentemente, de telespectadores, começa a se elevar com o surgimento das redes de televisão, que passaram a levar sinal para diferentes pontos do país:

Isso ocorreu porque as redes de televisão (em especial a Globo) levaram seu sinal aos pontos mais longínquos do Brasil numa época em que os televisores se mostravam mais acessíveis à população. É por essa razão que, no texto “Eu vi um Brasil na TV”, a Globo se torna objeto de análise de Maria Rita Kehl – objeto esse que vai muito além da própria emissora, pois o que se descortina é o processo de formação das redes de televisão, beneficiadas pela modernizadora política de telecomunicações adotada pelo Estado⁶.

Para compreender este aumento é válido fazer menção aos números de aparelhos televisivos no início da década de 60 e mais posteriormente, quando

4 MACHADO, Arlindo. *A arte do vídeo*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 8.

5 NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 3ed. São Paulo, Contexto, 2007, p. 73.

6 BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. “Televisão Brasileira. Uma (Re)visão”. *Revista de História e Estudos Culturais*. Nº 02. Ano 2007. Vol. 4, p. 5.

ela começa a penetrar nas regiões interioranas. No início de 1960, um pouco mais de 4% da população possuía aparelho televisivo, já no início de 1970, este número se eleva para 24%, porém as regiões Sul e Sudeste tinham mais aparelhos que as demais. Na região Sudeste, 40% da população possuía televisor em seus domicílios⁷.

Outro dado importante é que até 1963 não havia transmissão de cunho nacional, que só passou a existir com o desenvolvimento do videoteipe. Tal tecnologia permitiu que lugares diferentes vissem os mesmos programas, mas com atrasos que variavam de acordo com o tempo que a fita demorava a chegar⁸. O fato é que foi necessário mais de uma década para que a televisão conseguisse se estabelecer em âmbito nacional.

Quando a TV chegou às cidades interioranas, despertou muita curiosidade nos cidadãos. A partir daquele momento, a população tinha a sensação de estar perto das novas tecnologias e do mundo mágico que a televisão tinha para oferecer, por meio das novelas, filmes e telejornais que informariam as pessoas dos principais acontecimentos do Brasil e do mundo. O rádio, até então o meio de comunicação mais popular no país, começava aos poucos a perder lugar para a nova sensação do momento.

A maioria da população ipuense teve acesso a esse novo veículo de comunicação por meio das TVs instaladas nas praças. A primeira foi instalada em 1968, na gestão de Rocha Aguiar:

Figura 1 - Local onde foi instalado o primeiro televisor público, na Praça de Iracema, em Ipu.



Fonte: Arquivo Pessoal Professor Melo.

7 HUMBURGUER, Esther. Diluindo fronteiras: a televisão e as novelas no cotidiano. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São v. 4, Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 448-449.

8 HUMBURGUER, *Op. Cit.*, p. 450.

Por este feito, Doutor Rocha ficou muito bem visto pelos populares, como aquele que dava ao povo acesso às inovações tecnológicas, como relata Seu Admir:

A iniciativa do Rocha Aguiar foi porque existia muitos pobres que não tinham televisão, então, ele teve essa ideia de colocar nos bairros, era as televisões públicas, pra quem quisesse ir assistir. A iniciativa foi muito boa. Naquele tempo a televisão era caríssima e nem todo mundo podia ter. Ele foi um prefeito muito bom, eu me lembro que ele pensava nos pobres, o que os antes dele não faziam⁹.

O assistencialismo foi o principal instrumento de popularidade de Rocha Aguiar, visto como candidato do povão. Mesmo sendo prefeito, continuou exercendo sua profissão de médico, mantinha um consultório onde, segundo relatos, atendia a população sem custos, além de distribuir remédios gratuitos para a população mais carente. A instalação dos televisores públicos, propagados como benefício para o povo, aumentava a sua credibilidade para com estes¹⁰.

O Televisor Público instalado na Praça de Iracema em 1968 foi o pioneiro na cidade, porém não foi o único, ouvimos relatos de que pelo menos mais seis televisores foram instalados nesta temporalidade de 1968 a 1975. Com exceção do primeiro, os locais dos televisores públicos teriam sido principalmente nos bairros mais periféricos, onde residia a população mais carente e que não podia comprar um aparelho, sendo estes: Alto dos Quatorze, Pereiros, Corte e Reino de França, e nos Distritos Abílio Martins e Flores.

Já mais tarde, em 1974, a prefeita Maria Antonieta Rocha Aguiar¹¹ mandou instalar um televisor no Distrito Flores. Sobre este encontramos registro nas atas da Câmara Municipal de Ipu:

Na ordem do dia, o Sr. Vereador Francisco das Chagas Torres usou a palavra fazendo um convite especial a Câmara dos Vereadores, para a inauguração do televisor público que seria inaugurado pela Sra. Prefeita Maria Antonieta Rocha Aguiar no distrito de Flores em 3-10-1974. O Sr. Chagas Torres solicitou inclusive

9 José Admir do Carmo Lima. Entrevista concedida à autora em 21 de dezembro de 2015.

10 BARROS, José da Assunção. *A Nova História Cultural: considerações sobre seu universo conceitual e seu diálogo com outros campos*. Cadernos de História, Belo Horizonte, v.12, nº 16, 2011, p. 20.

11 Esposa do ex-prefeito de Ipu, Dr. Rocha Aguiar.

que o Senhor secretário fizesse um convite ao público pela amplificadora, órgão de divulgação da prefeitura municipal¹².

Graças à oralidade, pudemos desvendar como era o funcionamento destes televisores. Por ter sido o pioneiro, o televisor instalado na Praça de Iracema é o mais lembrado por nossos entrevistados, embora houvesse outros também bastante populares. Cada televisor instalado na cidade, tanto na sede quanto nos distritos, tem suas particularidades e suas histórias, conforme relato:

O televisor público na praça foi o pioneiro, porém tiveram outros, lá no Alto dos Quatorze, outro no Reino de França. Porque estes eram os bairros mais populares, depois colocaram um televisor nos Pereiro, mas não foi tão alvissareiro quanto os outros porque muita gente já tinha televisor em casa, mas mesmo assim, colocaram um nos Pereiro, mas logo foi desfeito, ficou por pouquíssimo tempo, e não tinha muito atração. Mas tanto o do Centro quanto o do Alto dos Quatorze, e este do Reino de França, esses aí sim foram muito visitados, muito popular¹³.

Maria Eunice foi frequentadora assídua da Praça de Iracema no período do Televisor Público e complementa essa afirmação:

Eu tenho lembranças de um televisor que foi instalado na praça da Avenida de Iracema, onde se reunia uma multidão para ver e ouvir aquelas maravilhas que acabava de chegar, depois instalaram outros, nos fins de 60, ou nos anos 70, não lembro direito, mas o que eu frequentava era o da Praça, pois ficava perto de casa, a gente assistia na casa de uma vizinha, mas como agora tinha lá, a gente preferia ir, pois além de se divertir com o conteúdo da TV, a gente ia pelo movimento das pessoas¹⁴.

A Senhora Iracilda Campos era residente do Distrito de Abílio Martins e nos relata que o costume de assistir ao televisor público de lá era bem parecido com o da sede do município:

A gente não tinha televisão em casa, e quando colocaram a televisão lá, no início dos anos 70, foi uma diversão, a gente ia prin-

12 Ata da sessão ordinária do 2º período legislativo do exercício de 1974, realizada em 24 de outubro de 1974.

13 Francisco de Assis Martins. Entrevista concedida à autora em 12 de dezembro de 2015.

14 Maria Eunice Martins Melo Aragão. Entrevista concedida à autora em 22 de janeiro de 2016.

principalmente pela novela. Pra pegar o melhor lugar a gente ia cedo, aí com o tempo a gente foi se acostumando e pra não ficar lá em pé a gente passou a levar tamborete, então todo mundo começou a chegar lá com suas cadeiras, assistia e depois cada qual vinha pra suas casas¹⁵.

Ainda de acordo com relatos, na frequência desses locais não havia distinção, era quem quisesse: crianças, jovens, adultos e idosos. Ipu ganhara uma nova forma de diversão, as calçadas tinham sido trocadas pela praça, mais precisamente pela televisão. Havia uma pessoa encarregada para tomar conta destes aparelhos, com horários para ligar e desligar. O Seu Admir foi o responsável pela manutenção do televisor do bairro do Corte e conta como se dava o funcionamento:

Quando o Doutor Rocha colocou o televisor lá eu fui tomar de conta, o papai trabalhava pro Doutor Rocha, meu pai era o Cicero do Carmo Lima, aí ele disse pro papai: “Cicero, eu vou colocar uma televisão pra tu tomar de conta,” aí ele colocou meu pai nessa época e eu tomei de conta. Lá na praça de Iracema quem tomava de conta era um sapateiro lá do Corte, já é falecido faz vinte anos, faz tempo, era o Babosa ou Feitosa, não lembro bem. Era muita gente assistindo, eu colocava as cadeiras, algumas pessoas traziam das casas deles também, tudo para assistir lá, porque ninguém tinha TV, alguma pessoa tinha uma, mas a maioria não tinha. E naquela época era preta e branco. Eu ligava às seis horas, estava passando a novela, depois passava o jornal e um filme, aí quando terminava o filme eu desligava e mandava todo mundo pra casa. Eu abria seis horas e meia noite eu desligava. Era o horário programado, ninguém podia ficar até mais tarde não¹⁶.

Como podemos perceber nos relatos, os televisores públicos fizeram a alegria de muita gente, mas essa boa imagem não é unânime, Dona Maria Antônia¹⁷ lembra a chegada desses aparelhos na cidade e discorda que este tenha sido algo benéfico à população:

Eu me lembro quando o Doutor Rocha colocou essa televisão na praça, ali na Avenida Iracema, um absurdo, as pessoas iam pra lá, homens e mulheres juntos, as mulheres da vida, pois as de respeito assim como eu não iam não, mas eu via o pessoal

15 Iracilda Campos de Lima. Entrevista concedida à autora em 13 de fevereiro de 2016.

16 José Admir do Carmo Lima. Entrevista concedida à autora em 21 de dezembro de 2015.

17 Pseudônimo, pois a entrevistada optou por não se identificar.

passando e me chamava pra ir também, eu já tinha meus filhos e a minha vizinha dizia que era todo mundo junto, que podia levar os meninos também, mas eu jamais ia fazer uma pouca vergonha dessa. Eu não tinha televisão, mas preferia ficar sem assistir, eu vivia sem ela, porque agora ia ser diferente? Dizem que quando tiraram essa televisão de lá, o rapaz que cuidava que gostava de beber cachaça ficou doído, agora me diga, isso é ou não é uma coisa do demônio?¹⁸

Dona Maria Antônia não é a única a ter essa opinião, há muitos relatos de pessoas que criticavam a sedução que a televisão provocava nas pessoas, principalmente o fato de homens e mulheres se juntarem no mesmo espaço para assisti-la, embora esses mesmos críticos aos poucos também passassem a frequentar a praça, seduzidos pelas programações da TV.

A História Cultural se ocupa em entender a transição de uma tradição para outra, “entender o confronto entre duas sociedades, relacionadas a duas culturas distintas pode oferecer uma possibilidade exemplar de iluminar uma cultura através da outra.”¹⁹ O caso da chegada da televisão em Ipu é um exemplo disso, ela muda as práticas dos ipuenses, adaptando os costumes existentes aos adquiridos através da programação assistida. É claro que essa adaptação entre o velho e o novo nem sempre se faz de forma tranquila, o que chamamos de estranhamento de culturas.

Assim, tem o historiador a possibilidade de discussão deste tipo de contexto: “O historiador pode se beneficiar particularmente desta interação de culturas, por vezes explorando com igual proveito também a mútua iluminação proporcionada pelos momentos de não-comunicação entre as duas culturas.”²⁰

Sobre a programação, na TV pública era: novela, telejornal e filme, já nos “televizinhos”²¹ as pessoas podiam assistir de acordo com a vontade do dono do aparelho, estando disponível: novelas, jornais, filmes e principalmente programas de auditório, entre os quais, o mais assistido era o do apresentador Flávio Cavalcante, programa muito popular naquela década.

18 Maria Antônia. Entrevista concedida à autora em 19 de dezembro de 2015.

19 BARROS, José da Assunção. *Op. Cit.*

20 *Ibidem*, p. 42.

21 TV do vizinho.

Mudança dos costumes

O ser humano é um ser suscetível a receber influências daquilo com que ele está em contato diariamente, neste sentido, quando a televisão tornou-se uma prática cotidiana, os telespectadores começaram a reproduzir alguns hábitos e valores transmitidos pelas programações. De acordo com Luis Bonfim, a ação crescente dos meios de comunicação coletiva criou um fenômeno inédito, um novo tipo de cultura – a cultura de massas – cujas características essenciais seriam a homogeneidade, a baixa qualidade e a padronização dos gostos, ideias, preferências, motivações, interesses e valores²².

Esses novos costumes foram recebidos de forma positiva pela D. Eunice:

Eu posso afirmar que a televisão chega a Ipu trazendo uma grande transformação nos costumes, principalmente no que se refere às mulheres, que tinha as novelas como programa favorito, estas passaram a querer se vestir conforme os modelos das artistas e muitas mocinhas queriam ser sócias de Greta Garbo, Marylin Monroe, Patrícia Leal e tantas outras das novelas e também do cinema. A mulher daquela época, dona de casa, passou a se vestir conforme o figurino da atualidade. Eu acho que foi um avanço nos costumes e na mentalidade de um povo²³.

Já a Sra. Maria Antônia é uma das críticas daquele novo estilo de vida introduzido pela TV:

Por isso que eu não ia e nem deixava meus filhos assistir essa tal de televisão, até hoje eu não gosto de televisão. Não vou dizer que não assisto, eu assisto sim às vezes, mas é por causa dela que o mundo está do jeito que tá. Antigamente os filhos obedeciam os pais, hoje em dia, querem fazer o que vê principalmente na TV [...] Quando me falavam que lá na praça as pessoas viam na televisão as novelas, que tinham pessoas se beijando, eu achava um absurdo, onde se viu uma mulher andar se beijando pra todo mundo ver?! Isso tudo para mim é uma pouca vergonha²⁴.

Na época do rádio, as radionovelas também eram acusadas de influenciar o comportamento dos seus ouvintes. Parece haver consenso sobre o fato de

22 BONFIM, Luís Carlos. Imagens, letras e sons dominam o mundo. In: *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 de out. 1966.

23 Maria Eunice Martins Melo Aragão. Entrevista concedida à autora em 22 de janeiro de 2016.

24 Maria Eunice Martins Melo Aragão. Entrevista concedida à autora em 22 de janeiro de 2016.

que esses veículos de comunicação modificam os costumes, entretanto, há divergência sobre a natureza dessas mudanças. Para dona Maria Eunice, por exemplo, as cenas de beijos não eram tão frequentes nem tão intensas, e que essas cenas, como tantas outras, promoviam na verdade o início de quebra de preconceitos:

Sim, tinha cenas de beijo, não como as que tem hoje em dia nas novelas, mas de uma forma mais superficial. Eu entendo essas cenas e tantas outras que aconteciam nas novelas daquela época como o despertar para o beijo em locais públicos, o que antes era um comportamento proibido. Não que eu concorde com as formas de namoro de hoje, mas com aquelas novelas, eu volto a repetir, as mulheres estavam deixando de serem tão discriminadas, iam dando mais espaços para nós.

Francisco Melo também comenta que “as pessoas ficaram abismadas ao ver cenas de beijo”, mas ele afirma nunca ter ouvido comentários reprobatórios: “nunca ouvi comentário assim, que está muito imoral, vamos dizer assim, nunca ouvi falar e também não tinha muito não, era muito pouco, pouquíssimo”²⁵. Considerando o contexto de repressão, é muito provável que cenas dessa natureza fossem muito discretas, já que as diversões públicas também eram duramente vigiadas pelo regime autoritário vigente.

Para o historiador José Barros,

As noções complementares de “práticas” e “representações” têm sido bastante úteis aos historiadores culturais, particularmente porque, através delas, podemos examinar tanto os objetos culturais produzidos, os sujeitos produtores e receptores de cultura, como também os processos que envolvem a produção e a difusão cultural, os sistemas que dão suporte a estes processos e sujeitos, e, por fim, as normas a que se conformam as sociedades através da consolidação de seus costumes²⁶.

Sobre o lugar da televisão como meio de comunicação de massa, Napolitano ressalta que embora a TV dos anos de 1970 estivesse ao lado do poder

25 Francisco de Assis Martins. Entrevista concedida à autora em 12 de dezembro de 2015.

26 BARROS, José da Assunção. *A Nova História Cultural: considerações sobre seu universo conceitual e seu diálogo com outros campos*. Cadernos de História, Belo Horizonte, V.12, nº 16, 2011, p. 40.

institucional, muitos dos seus programas, realizados por profissionais sérios e nem sempre comprometidos com a ditadura, tentavam criar uma atmosfera de reflexão no telespectador, inclusive por meio da teledramaturgia, um dos gêneros mais estratégicos para a formação de uma opinião pública conformista²⁷.

Conclui-se, portanto, que a chegada da TV em Ipu adquire interpretações diversas, modifica práticas culturais e constrói outras tantas, inserindo a cidade no turbilhão de mudanças que marcaram aqueles “tempos revolucionários”.

O golpe e a cidade

As mudanças e as permanências estão lado a lado disputando lugar nas sociedades humanas. As mesmas décadas que presenciaram a proposição da liberdade como bem supremo, contraditoriamente receberam a privação de todas as formas de expressão dessa mesma liberdade, a exemplo do golpe de 1964. Para Marcos Napolitano, o golpe civil-militar de 1964, reunindo autoritários e liberais, tinha dois objetivos básicos, que ele resumidamente descreve:

O primeiro objetivo era destruir uma elite política e intelectual reformista cada vez mais encastelada no Estado. As cassações e os inquéritos policial-militares (IPM) foram os instrumentos utilizados para tal fim. Um rápido exame nas listas de cassados demonstra o alvo do autoritarismo institucional do regime: lideranças políticas, lideranças sindicais e lideranças militares (da alta e da baixa patente) comprometidas com o reformismo trabalhista.

O segundo objetivo, não menos importante, era cortar os eventuais laços organizativos entre essa elite policial intelectual e os movimentos sociais de base popular, como o movimento operário e camponês. Aliás, para eles, não foi preciso esperar o AI-5 para desencadear uma forte repressão policial e política²⁸.

O regime instalado no país repercutiu na política de muitos estados e municípios brasileiros, dentre eles o Ipu, que ao longo de toda a ditadura teve seus prefeitos aliados aos coronéis que estiveram na chefia do estado do Ceará. Um pacto entre os coronéis cearenses permitiu que ocorresse um revezamento nos cargos políticos, isso possibilitou a permanência desses líderes por longo

27 NAPOLITANO, Marcos. *Cultura Brasileira: utopia e massificação (1950-1980)*. 3ed. São Paulo, Contexto, 2007, p. 90-91.

28 NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 56.

período na direção estadual, tornando incipiente a ação de uma oposição ao regime ditatorial:

Virgílio, político hábil, engendrou um acordo com Adauto, que já liderava um grupo de deputados e com o candidato do sistema, César Cals, “formaram a política dos coronéis”, que dominou o Estado até a exaustão do Regime Militar. Essa política tinha duas táticas: a) união na cúpula e b) divisão nas bases. Com isto não sobrava espaço para o MDB²⁹ ou o surgimento de novas lideranças³⁰.

No pacto dos coronéis, a Arena³¹ dividia-se em três sublegendas, cada sublegenda liderada por um dos coronéis, que constituíram a força política hegemônica no estado, revezando-se no poder de acordo com as alianças que cada coronel estabelecia com o poder federal: ora governo, ora deputado, ora senador³².

O coronel Virgílio Távora já era uma liderança conhecida no Ipu quando participou da campanha presidencial de Jânio Quadros, em 1960. Acompanhado dos deputados Moacir Aguiar, Hildo Furtado Leite e Aquiles Peres Mota, visitou a cidade, onde foi recebido pelo prefeito municipal, Deputado Abdoral Timbó, Cel. Abdias Martins, entre outras pessoas, conforme notícia na imprensa local:

Precisamente às 8 horas a caravana dirigiu-se para o ‘Cine Teatro Moderno’ que se achava literalmente lotado, onde o Cel. Virgílio Távora fez longa explanação a respeito da candidatura Jânio Quadros, ressaltando a sua penetração em todos os quadrantes do País³³

29 Movimento Democrático Brasileiro, partido político que congregou os opositores ao regime militar (N.E.).

30 MOTA, Aroldo. *História política do Ceará (1966-1987)*. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2008, p. 57.

31 Aliança Renovadora Nacional, partido de apoio à ditadura militar, e que por isso mantinha hegemonia política durante este período (N.E.).

32 SILVEIRA, Edvanir Maia da. A Ditadura e o poder local. Sobral-CE. *Revista Historiar*, Vol. 05, N. 09, Ano 2013, p. 2.

33 *Ipu em Jornal*, Nº 30, ANO III, IPU-CEARÁ, agosto de 1960.

Figura 2 - Coronel Virgílio Távora (centro) visitando a cidade de Ipu (1960).



Fonte: Acervo Prof. Melo.

A política municipal

Na política municipal de Ipu naqueles anos, há claros exemplos da aliança do poder local com o governo militar, embora também haja casos de repressão, o que significa que o apoio ao regime não foi unânime. Os prefeitos que ocuparam o executivo municipal pós-golpe de 1964 eram todos filiados à Arena, que era dividida em Arena I e Arena II, portanto vinculados ao regime ditatorial. Nenhum prefeito filiado ao MDB conseguiu se eleger. O MDB, durante todo o período militar, conseguiu eleger somente dois vereadores, em 1966, Antônio Olímpio da Costa e Júlio Costa Moraes.

De 1964 a 1974, dois grupos disputavam o poder local. De um lado, Moraes, filiado à Arena I, liderado pelo Padre Francisco Ferreira de Moraes, que era natural de Crateús, Ceará, e assumiu a paróquia de Ipu em 1947, onde permaneceu por mais de cinco décadas, até sua morte em 2009. Padre de grande influência, exerceu poder religioso e político na cidade por muitos anos. Do outro lado, Rocha Aguiar, filiado à Arena II, tendo como líder Francisco Rocha Aguiar. Natural de Camocim, Ceará, médico, ele chegou ao Ipu em 1952 para exercer trabalhos na Organização Sanitária - Departamento de Endemias Rurais (DNERU). Também muito influente, seu domínio político iniciado em

1966 duraria até 1976, quando novamente o poder voltou para a agremiação dos Moraes, com a eleição de Milton Pereira, aliado do padre.

Figura 3 – Francisco Ferreira de Moraes e Francisco Rocha Aguiar.

Fonte: Acervo Prof. Francisco Melo.



Percebemos claramente que tanto o partido de Rocha quanto o partido de Moraes eram apoiadores do governo. Sobre a postura da Igreja Católica em relação ao regime ditatorial, não é possível identificar uma única posição, já que havia vários grupos dentro da instituição, uns a favor e outros contra o golpe, e os mesmos setores que apoiaram o golpe em 1964 mudaram de postura a partir de 1968, sendo a própria Igreja acusada de subversão:

De acordo com a historiografia sobre o tema, desde fins dos anos de 1950/60 a Igreja Católica se aproximou dos movimentos dos trabalhadores rurais e urbanos, buscando neutralizar a influência comunista ou das esquerdas em geral junto aos trabalhadores. Com o golpe, a situação alterou-se e esses setores da Igreja passaram a ser rotulados de comunistas³⁴.

Apesar de representarem o mesmo partido, o partido do governo, Rocha e Moraes disputaram permanentemente o poder local, com investimento em

34 SILVEIRA, Edvanir Maia da. A Ditadura e o poder local. Sobral-CE. Revista *Historiar*, Vol. 05, N. 09, Ano 2013, p.74.

infraestrutura do município. A Escola Murilo Rocha Aguiar recebeu o nome de seu irmão deputado estadual, a instituição competia com o Patronato Souza Carvalho, dirigida pelo seu inimigo político padre Moraes, escola com perfil religioso onde só estudavam os filhos de famílias da elite:

A facção aliada a Igreja, era o grande perdedor com a criação do Murilo Aguiar. Juntas, uniram forças para “fechar logo aquela merda”: “Quem quiser estudar que nos procure no Patronato ou no Ginásio”, diziam. Mas a pressão sobre eles foi tão grande que nem Milton nem Flávio tiveram forças para desativar o Murilo Aguiar. Mas, as ameaças nunca pararam de existir³⁵.

Ainda no que se refere à educação, Rocha implantou o MOBREAL (alfabetização de adultos). Construiu também postos de saúde, posto telefônico, um novo matadouro público, reformou o mercado público, estradas, recuperou esgotos, instalou energia e abastecimento de água, tais obras eram possíveis graças à sua filiação ao partido do governo, que viabilizava a vinda de recursos estaduais e federais para o município. Mas o assistencialismo foi o principal instrumento de popularidade de Rocha Aguiar, visto como candidato do “povão”. Segundo relatos, se fosse abordado por um eleitor na rua para receitar-lhe um remédio e não houvesse papel a sua disposição, o Doutor Rocha escrevia no braço do paciente. Ou seja, soube conquistar a confiança dos populares, o que irritava seus opositores locais³⁶.

A máquina da prefeitura virou um feudo privado da família Aguiar. Truculento, assistencialista e prepotente, querendo “ir à forras” com as elites, Rocha era um candidato “do povão”, e sempre desprezou as “famílias tradicionais” do Ipu. Num ato de provocação a estas elites, o Bode Louro, assim que assumiu o poder em 1967, mandou queimar toda a documentação da velha Câmara do Ipu (com papéis do tempo em que a sede era da Vila Campo Grande, em 1791, até aquele ano). Atônitas, as elites “sanguessugas” assistiram a este crime sem nada poderem fazer (este foi o maior crime já praticado contra a nossa memória! Denunciá-lo é garantir que ele nunca mais se repita!)³⁷.

O significado do novo regime para as elites políticas ipuenses fica evidente nas poucas atas da Câmara Municipal de Ipu que estão disponíveis, a partir da década de 1970. Uma referência ao novo regime aparece na *Ata da Sétima Sessão* de 31 de março do ano de 1972, em que se registra um debate sobre as

35 Jornal *Ipu Grande*, setembro, 2010, Ano III, Nº 27.

36 Francisco de Assis Martins. Entrevista concedida à autora em 06 de junho de 2015.

37 Jornal *Ipu Grande*, setembro, 2010, Ano III, Nº 27.

comemorações do aniversário da “Revolução de 1964”: “E aqui na Câmara Municipal e como em todo o Brasil se comemorava também o Aniversário da Revolução de março de 1964. Uma sessão de caráter extraordinário e solene”³⁸.

Várias autoridades e convidados estiveram presentes na Câmara Municipal. Além dos vereadores locais, estavam o vereador da cidade de Sobral Antônio Valdir Coelho, o prefeito Antônio Ximenes Veras, o vice-prefeito Antônio Pinto de Oliveira e o ex-prefeito Francisco Rocha Aguiar, além dos correspondentes dos jornais: *Estado* e *Correio da Semana*. Muitos dos presentes usaram da palavra: “o vereador Francisco Lisboa Lima ocupou a Tribuna em alusão ao dia Santo [Páscoa] e o aniversário da Revolução, ressaltando os dois paradoxos”, “o vereador Manoel Timóteo Passos apenas ressaltou a crise econômica de nosso meio”. Falou também a liderança política da cidade, o ex-prefeito Rocha Aguiar, e o atual prefeito, Antônio Ximenes Veras: “comemorou com todos o Aniversário da Revolução e manifestou aos seus munícipes votos de Feliz Páscoa”³⁹.

O ano de 1972 também foi marcado por outras novidades. O aniversário do sesquicentenário do Brasil mobilizou vários municípios para as festividades em torno dos 150 anos da Independência, essas festividades foram utilizadas pelos militares colocando D. Pedro I como um herói cívico, visto que a urna com os restos mortais dele foi trazida de Portugal e foi levada por diversos estados como um símbolo nacional.

As comemorações dos 150 anos da Independência Brasileira ocorreram sob o governo do presidente Emílio Garrastazu Médici. Os festejos aconteceram em todos os estados e territórios brasileiros, culminando com a colocação dos despojos mortais de D. Pedro I no Monumento do Ipiranga, em São Paulo, (SP), em 7 de setembro de 1972⁴⁰.

Para o autor do livro *O Regime Militar em Festa*, Adjovanes Thadeu Silva de Almeida, “O golpe de 1964 pode ser vislumbrado como um segundo “Grito do Ipiranga”, uma vez que teria preservado a independência nacional diante da ação de ‘maus brasileiros’”⁴¹. Ou seja, assim como D. Pedro defendeu o Brasil

38 Ata da 7ª sessão ordinária do 1º período Legislativo, no exercício de 1972, realizada em 31 de março de 1972.

39 Ata da 7ª sessão ordinária do 1º período Legislativo, no exercício de 1972, realizada em 31 de março de 1972.

40 ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. *O regime militar em festa*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2013, p. 45.

41 *Id. Ibid.*, p. 274.

de forças internas e externas em 1822, os militares livrariam o Brasil das forças dos terroristas, comunistas, subversivos, enfim, de todos que representassem perigo, segundo o regime.

Na reunião da Câmara de Ipu em 31 de agosto de 1972, o assunto principal foi o Projeto de Lei Nº 326/72 que criava a Bandeira do Município em homenagem ao Sesquicentenário do Brasil⁴². Na imagem abaixo podemos perceber a bandeira criada em 1972, que apresenta algumas diferenças em relação à da emancipação do município, contudo, ambas são usadas em vários eventos oficiais como se não houvesse distinção.

Figura 4 - Centenário de cidade, 1985

Fonte: Acervo Francisco Melo.



A repressão

Assim como as celebrações, a repressão também esteve presente no município de Ipu, já que as práticas autoritárias no exercício do poder local remontam ao período colonial. Ao longo das disputas eleitorais entre Rocha e Moraes, no Ipu, foram muito frequentes as agressões pessoais, de ambos os lados, em forma de apelidos, paródias entre outras manifestações.

⁴² Ata da 2ª sessão ordinária do 2º período Legislativo, no exercício de 1972, realizada em 31 de agosto de 1972.

Não são poucos os exemplos de agressão de ambas as partes, o ataque ao patrimônio é um deles: relatos de que o consultório de Dr. Rocha foi apedrejado e a maternidade de Padre Moraes incendiada são frequentes, isso ocorrido durante a liderança política de Rocha. A transição do governo Rocha Aguiar para o de Milton Pereira em 1976 também foi marcado por diversos atos de violência sem punição, já que o autoritarismo reinava em todo Brasil naquele contexto: “Aquelas eleições foram particularmente violentas, com atentados à bomba nas residências de alguns eleitores “inimigos do regime””, escreve Raimundo Alves⁴³.

O assistencialismo, a troca de favores, ainda reinante na política local, é outra forma de violência. Os pontos comerciais no Mercado Público Municipal até recentemente, eram distribuídos por “favores” políticos:

Os pontos do mercado eram na realidade loteados pelos prefeitos (verdadeiros Patifes) a troco de votos na véspera das eleições, e as famílias interessadas recebiam um meio “honesto” (e precário) de ganhar a vida e viam seus rivais, da outra facção, serem corridos de lá com o “rabo entre as pernas”⁴⁴.

O historiador Raimundo Araújo, refletindo sobre suas memórias, relata a sua impressão acerca do regime militar:

Os atentados à residências, as agressões físicas, as ameaças e as intimidações refletiam em menor escala o terror que o país inteiro vivia: estávamos na época da Ditadura Militar, e a polícia e o judiciário nada faziam para promover a dignidade e a cidadania de nossa gente⁴⁵.

A violência do regime fez muitos outros casos na cidade. De acordo com depoentes, o folclorista Florival Vale teve sua banca de jornal destruída, sob a suspeita de que lia e distribuía obras subversivas. A polícia concluiu que o crime foi coisa de gente desocupada e o caso foi esquecido. “Por ocasião das eleições, estas agressões ocorriam de ambas as partes e a violência praticada contra pessoas comuns era tolerada pelo regime militar como ‘coisa natural’ e fazendo parte do ‘jogo democrático’”⁴⁶.

43 *Jornal Ipu Grande*, setembro, 2010, Ano III, Nº 27.

44 *Jornal Ipu Grande*, setembro, 2010, Ano III, Nº 27.

45 *Jornal Ipu Grande*, setembro, 2010, Ano III, Nº 27.

46 *Jornal Ipu Grande*, setembro, 2010, Ano III, Nº 27.

E mais uma vez as paródias entravam em cena. Florival faz uma paródia baseado na música de Jackson do Pandeiro:

Como é que pode mim diga direito,
Um diabo do bode pra nosso prefeito? (bis)
Virou sururu aqui no Ipu,
Quando o bode loiro se candidatou.
Quando foi na hora da grande aflição,
A maior rejeição o povo encontrou.
Chegou o eleito com o Mororó,
Sem pena e sem dó.
O pau é bem duro bateu e seguro,
Quebrando-lhe a âncora,
Derrubando a banca do velho sem futuro. (bis)⁴⁷

O autoritarismo do regime militar encontrava terreno fértil para se reproduzir, conectando as esferas nacional, regional e local. As práticas repressivas foram uma constante.

A oposição

Ao longo da pesquisa, constatamos que apesar da aliança dos gestores locais ao regime ditatorial, não foi unânime a reação da sociedade. Os estudantes e outros cidadãos ipuenses se colocaram contra o regime e sofreram dura repressão.

A União Estudantil Ipuense (U.E.I.) foi um órgão criado pelos estudantes ipuenses que residiam em Fortaleza e que teve um importante papel na difusão da cultura na cidade, promovendo alguns eventos em Ipu. Dentre os principais idealizadores estavam Francisco de Assis Martins (Professor Melo), Luiz Pessoa Aragão, Nildomar Pontes, Dião Tavares, Gutemberg Castro, dentre outros. A entidade foi fundada em 20 de abril de 1962, as vésperas do golpe militar.

Esse grupo de estudantes promoveu diversos eventos na cidade. Segundo Melo, a UEI trouxe para palestrar no auditório da escola Patronato Sousa Carvalho, além de muitos outros, o Padre Arquimedes Bruno e o Bispo Dom Frago, figura religiosa que não escondia a sua oposição ao regime militar, que disse uma frase que teve muita repercussão na região quando chegou à

47 Florival Vale de Paiva. Entrevista concedida à autora em 08 de julho de 2015.

cidade de Crateús: “Irei transformar Crateús na minha pequena Cuba”. Segundo Melo, o bispo em sua palestra criticou os militares, falando mal da postura deles. Em Sobral, o bispo também era reverenciado pelos estudantes, sendo chamado para ministrar palestras⁴⁸.

Outro evento promovido pela entidade foi uma exposição de livros. Um dos participantes da UEI, Nildomar Pontes, teve a ideia e o grupo colocou em prática. Foram até a feira do livro em Fortaleza e convidaram um livreiro, esquerdista, conhecido por Manuel Raposa, para trazer os livros para os salões do Grêmio Recreativo Ipuense. Raposa aceitou, mas quando montaram a exposição pessoas ligadas ao prefeito Rocha Aguiar tentaram queimar os livros, o que resultou no recolhimento do material e na desistência do dono em expor. O episódio foi marcado por agressões físicas entre os estudantes realizadores do evento e os filhos de doutor Rocha⁴⁹.

A tortura

A tortura constitui-se no “calcanhar de Aquiles” do regime militar: “O emprego da tortura revelou-se um sucesso para as Forças Armadas no combate a “esta guerra”, mas o “preço”, diante da História, foi altíssimo e funcionará sempre como um estigma no seio da sociedade brasileira”⁵⁰.

Nas guerras sujas das ditaduras contra seus dissidentes, a tortura e o extermínio de prisioneiros provocam, inicialmente, o efeito contrário: o silêncio. Silêncio dos torturados que não querem ou não podem lembrar de situações de humilhação e dor extrema. Silêncio dos mortos e desaparecidos que já não podem narrar sua dor. Silêncio da sociedade que sabe, por medo ou conivência. Acreditavam os militares que o silêncio seria a primeira etapa do esquecimento, do apagamento da memória e da história das cisões que ameaçavam cindir a sociedade⁵¹.

A história de Florival Vale insere a cidade de Ipu também na história da oposição à ditadura. Florival Vale de Paiva, ipuense, nascido em 19 de julho do

48 SILVEIRA, Edvanir Maia da. *Três décadas de Prado e Barreto (1963-96): a política municipal em Sobral-CE, do golpe militar à nova República*, 2013. 218f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

49 Francisco de Assis Martins. Entrevista concedida à autora em 20 ago. 2014.

50 CARDOSO, 2012, p. 111.

51 NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 248.

ano de 1943, autor das paródias citadas anteriormente que tornou-se adversário de Rocha, é uma vítima da repressão. Ainda muito jovem foi para o Rio de Janeiro no intuito de trabalhar. Lá foi trabalhar em uma banca de revista, isso despertou a vontade de aprender a ler e escrever. Segundo ele, começou lendo a Bíblia, mas não entendia o que lia, então passou a ler Literatura de Cordel e autores renomados, como Jorge Amado e Raquel de Queiroz. Depois de um tempo já estava lendo a literatura francesa de Alexandre Dumas⁵².

Antes mesmo do golpe, Florival já estava envolvido com o Comunismo Internacional: “Em 1960 eu me filiei ao Partido Comunista do Rio de Janeiro, aliciado pelo Sindicato de Distribuidores de Revistas e Jornal do Brasil, lá no Rio de Janeiro”. Ele acredita que o golpe foi fruto da influência dos Estados Unidos: “Eles queriam promover aqui no Brasil uma matança. Os americanos queriam promover no Brasil uma limpeza cultural”⁵³. Esses acontecimentos políticos estavam inseridos no contexto mundial da Guerra Fria - Estados Unidos *versus* União Soviética.

Sobre o comunismo, afirma Florival:

Essas inteligências todas eram Comunistas. Porque o Comunismo é uma filosofia muito bonita, é a igualdade social, a não exploração do homem pelo homem, aquilo que Jesus Cristo pregou. O Comunismo é isso! Eles falam que o Comunismo é comedor de criancinhas, é a Igreja Católica que inventa isso! A Igreja quem mais colaborou com essas perversidades, essas tiranias, com essas barbáries aqui no Brasil foi a Igreja. A Igreja não é flor que se cheire⁵⁴.

Florival relata como exercia seu trabalho de militante, depois de ter se filiado ao Partido Comunista no Rio de Janeiro e ter entrado para a Guerrilha Urbana:

Fiz parte de várias ações lá, operações, assalto a bancos a gente chamava operações, porque nós tínhamos uns companheiros sediados lá no Bico do Papagaio, que hoje é o Estado de Tocantins, aquilo ali era o Baixo Araguaia, aonde tinha os posseiros, pessoas que iam do Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte. [...]

52 Alexandre Dumas, (1802-1870) foi um romancista e dramaturgo francês do século XIX, autor de obras como Os Três Mosqueteiros, A Rainha Margot e o Conde de Monte Cristo.

53 Florival Vale de Paiva. Entrevista concedida à autora em 08 jul. 2015.

54 Florival Vale de Paiva. Entrevista concedida à autora em 08 jul. 2015.

realizava assaltos para mandar o dinheiro para o nosso povo que estava sediado lá no Araguaia⁵⁵.

Eles nomeavam a agremiação de MR-8, Movimento Revolucionário 8 de agosto, pois lembra a morte do Ernesto Che Guevara, que eles admiravam e tinham como líder. Em uma dessas operações, ele foi baleado,

Na hora da operação, a gente já estava todo mundo dentro, o último a entrar era eu porque eu ia com a caixa de material, material que a gente chamava era o dinheiro, aí eles deram uma rajada de metralhadora no fusca, ainda furaram o fusca. Ele tinha blindagem nos pneus, que tinha placa de aço protegendo os pneus, por causa de balas, aí quando nós entramos que arrancamos né soltando grampinhos de 3 pontas, cada viatura que nos seguia furava o pneu. Nós éramos ajudados pela China Continental. Era a China que nos dava técnica e material, esses grampinhos era a china que mandava farto material⁵⁶.

Depois de recuperar-se do ocorrido, ele diz ter ido para a guerrilha rural no Araguaia⁵⁷, tendo visto de longe o massacre que aconteceu naquela região, onde morreram muitas pessoas⁵⁸. Depois das tragédias sofridas pelo militante, ele voltou para sua terra natal, sendo pego pelos militares em uma segunda-feira na Bica do Ipu, quando estava na companhia de alguns amigos, sendo novamente torturado. Ele lembra com revolta seu sofrimento:

Assim que eu entrei no carro eu vi que aquilo era uma cama de tortura. O carro era preto com laranja. O carro do DOPS, Departamento de Ordem e Política Social. Aqui no Passa Sede eles me deram um baile de tortura. Eles me penduraram de mão para traz. Eles me meteram no pau de arara, eles me introduziram jornal encharcado com gasolina em mim e tocavam fogo, queimaram o reto, são dores profundas, terríveis. [...] eles queriam que eu devolvesse material subversivo, porque eu no pavilhão

55 Florival Vale de Paiva. Entrevista concedida a autora em 08 jul. 2015.

56 Florival Vale de Paiva. Entrevista concedida a autora em 08 jul. 2015.

57 MOURÃO, M. *Memórias clandestinas*. 2005, p. 37.

58 SOUSA, 2011, P. 26-27. Em 1972, numa região de difícil acesso conhecida como Bico-do-Papagaio, entre os atuais estados do Tocantins, do Pará e do Maranhão, ocorreu o maior movimento rural armado de resistência ao regime militar então vigente no país. Este movimento não eclodiu por iniciativa dos guerrilheiros, como ocorreu na maior parte dos movimentos armados que se conhece no Brasil e na América Latina daquele período. Ele teve seu início marcado por um intenso ato que das forças oficiais que desde o princípio tiveram a determinação de destruí-los, eliminá-los e de apagar da memória local e da história nacional a sua existência.

apanhava panfletos, jornais, para dizer o que estava acontecendo no Vale do Ribeira e no Vale do Araguaia⁵⁹.

Pavilhão era um bar de propriedade de Florival, que se localizava nas proximidades da estação ferroviária, os estudantes da região que moravam e estudavam em Fortaleza mandavam para ele panfletos, matérias de jornais, livros, ou seja, os materiais considerados subversivos.

Napolitano lembra o papel da tortura:

A tortura não é apenas uma técnica de extrair informações, mas também uma forma de destruir a subjetividade do inimigo, reduzir sua moral, humilhá-lo. No caso do guerrilheiro de esquerda, a moral era tudo. Combatia-se por uma crença ideológica, combatia-se por um ideal de sociedade. Quando uma pessoa se torna um guerrilheiro, não há nem vitória nem compensações materiais no curto e médio prazo. Ela rompe os laços familiares em nome da luta, rompe com as possibilidades de um trabalho e de um futuro confortável, ainda mais quando se é estudante vindo de uma elite. A prisão, o exílio, a derrota pontual não eram suficientes para abalar a moral, quando muito para provocar uma autocritica e mudança de estratégia de luta. A morte heroica era uma perspectiva que não assustava a flor da juventude que foi à luta. A tortura invade esta subjetividade tão plena de certezas e de superioridade moral para instaurar a dor física extrema e, a partir dela, a desagregação mental, o colapso do sujeito, o trauma do indizível. É claro, muitos militantes passaram pela tortura e, em princípio, não submergiram como sujeitos nem como militantes. Isso aponta para uma certa ineficácia da tortura⁶⁰.

Os militares levaram Vale para Fortaleza. Para ser libertado, contou com a ajuda do deputado Marcelo Linhares, alegando que aquilo tinha sido um equívoco, que ele não era quem eles estavam pensando, alegou que Florival era analfabeto e que não causava nenhum risco. Então trouxeram-no para Riutaba, cidade vizinha a Ipu, e deixaram-no preso, depois de seis dias é que sua esposa e a população ipuense ficaram sabendo e foram buscá-lo. Para ser solto, foi necessário que o padre Moraes se responsabilizasse por ele, assim, foi condenado a passar três anos em prisão domiciliar.

59 Florival Vale de Paiva. Entrevista concedida à autora em 08 jul. 2015.

60 NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014, p. 108.

Florival Vale apoiava o grupo dos Rochistas, mas reclama que quando precisou não recebeu nenhuma ajuda deles, nem de Dona Maria Antonieta, prefeita, que negou que lhe conhecesse. Por causa disso ficou muito decepcionado, mas continuaria a se envolver na política, agora contra o Dr. Rocha: “Eles fazem as vítimas se ajoelhar nos pés dos poderosos”. Florival justifica sua aliança ao grupo político de Moraes pelo fato de não suportar ficar só em casa, sem poder divertir-se, acabou aliando-se a Moraes na eleição em que Rocha perdeu a liderança para Milton Pereira. O próprio padre Moraes teria pedido autorização ao general Assis Bezerra, chefe de polícia de Aduvaldo Bezerra, para que o comunista pudesse trabalhar na sua campanha.

A presença das ideias comunistas na cidade de Ipu remonta à década de 1940⁶¹. A história desse município evidencia que a cultura e política que caracterizavam a sociedade brasileira naquele contexto tiveram repercussão em Ipu. Até mesmo a ideia de *tempos revolucionários*, citada por Ridente, aparece na fala dos entrevistados embasbacados com a disseminação dos meios de comunicação de massa, como também no sonho revolucionário de Vale de construir uma sociedade nova no interior do Brasil, embora não conseguisse desvencilhar-se das amarras do poder local.

61 <http://petroniolimaipu.blogspot.com.br/>. Acesso em 05 set. 2015.



Entre *brancos relaxados* e o *povo sem sexo*: a cidade em disputa em Cassacos de Cordeiro de Andrade

Germana Maria Lopes Florêncio¹
Edilberto Florêncio dos Santos²

História e Literatura: um encontro de musas, um diálogo amistoso

Com a ascensão da História Cultural, cada vez mais o campo da História pode dilatar suas produções, possibilitando percorrer caminhos ainda não investigados, averiguar searas longínquas, verificar objetos tidos como (des) conhecidos pela historiografia. O terreno de Clio agora seria analisado com caleidoscópios inovadores, de modo que seus palimpsestos seriam reescritos. Essa dinâmica de ampliações tornou possíveis diálogos e aproximações que modificaram a *caça* do historiador, onde, parafraseando Marc Bloch, a experiência humana seria o grande triunfo para os discípulos da musa primogênita.

Nesse interim, o trabalho do historiador lapidou-se paulatinamente a partir dos “achados e perdidos” desvendados pela disciplina em questão. O arsenal de fontes e objetos que se propalavam ao longo dos séculos, muitos destes vistos como não confiáveis à pena do historiador, passam a se dilatar, acolhendo elementos tais como “o inconsciente, o cotidiano, a língua, a literatura, o mito, a infância, a juventude, a festa, os meios de comunicação, entre outros”³, através de um processo de pesquisa junto a novas tipologias documentais escritas, sonoras e visuais.

1 Especialista em Ensino de História do Ceará e Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: bia.arte2330@hotmail.com

2 Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. E-mail: edilberto2330@gmail.com

3 FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bossanezi; LUCA, Tania Regina de (org). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Editora Contexto, 2009. p. 64.

Com o desenrolar do século XX e a proposta da nova vertente historiográfica que se estruturava, o documento passou a ser suscetível de análises, ampliando também para a investigação de fontes “não oficiais”, dentre elas aparecendo a Literatura, vista até então meramente como entretenimento da sociedade. As obras literárias, portanto, passam a representar um teor de verossimilhança, pois a partir de suas impressões do mundo, questões são relatadas, experiências humanas e situações de um determinado tempo são cunhadas, por meio de personagens fictícios ou reais.

A historiadora Sandra Jatahy Pesavento afirma que os homens “desde sempre, expressaram pela linguagem o mundo do visto e do não visto, através de suas diferentes formas: a oralidade, a escrita, a imagem, a música”⁴. Portanto, desde os primórdios da humanidade, são produzidas ações do tempo em diferentes expressões *artísticas*, cada uma dentro de suas particularidades, cruzadas por similitudes e diferenças.

A aproximação da História com a Literatura está circunscrita desde a origem das primeiras sociedades organizadas, perpassando inclusive o campo da mitologia, recorrente na chamada cultura clássica ocidental, onde o mito é declarado como uma das formas de se explicar a vida, o caos, a natureza e situações cotidianas. No Monte Olimpo não foi diferente, a mitologia grega veio para justificar a presença de seres fantásticos, a começar pela presença de Zeus, deus dos deuses, e Mnemosine, sendo a deusa que personificava a memória. Da união entre o pai dos deuses e a titânide filha de Urano e Gaia, surgem nove musas: Clio, Euterpe, Tália, Melpômene, Terpsícore, Érato, Políminia, Urânia e Calíope, cada uma destas musas inspirava determinadas ciências ou artes.

Destas destacaremos, portanto, duas delas: Clio, inspiradora da História e da criatividade, responsável por proclamar e celebrar junto aos homens as realizações, e Calíope, mais velha das musas, que com sua bela voz inspira a poesia épica e a eloquência, sendo por isso considerada a musa da Literatura. Assim, segundo a tradição clássica, ambas “participam da criação do mundo, com narrativas que falam do acontecido e do não acontecido, tendo a realidade como referente a confirmar, a negar, a ultrapassar, a deformar”⁵.

Para além do mito, estratégia que monitorou a vida dos cidadãos clássicos, a ciência histórica, em seus domínios e vertentes, incita a contribuição das duas deidades dentro de seu campo epistemológico, pois as ciências irmãs compar-

4 PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autentica, 2005, p. 02.

5 *Idem*, p. 80.

tilham alguns métodos e recursos, tendo a palavra como a materialização de seu ofício. Cada uma delas necessita de elementos que propaguem sua escrita, tendo em vista que “não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso ou prosa [...], diferem, sim, um em que diz um as coisas que sucederam e outro ao que poderiam suceder”⁶.

Deste modo, a História tem a preocupação com o real, com *o ser*, competência esta que não pertence aos limites da Literatura, pois seu intento se direciona à possibilidade do *vir-a-ser*⁷. Com isso, cada área do conhecimento desenrola sua trama atentando-se para preocupações com seu texto, bem como os elementos básicos imprescindíveis para sua formação.

A História, assim como a Literatura, utiliza-se de referências do passado na construção da sua tessitura, haja vista que nos domínios de Clio os documentos são indispensáveis para sua efetivação, muito embora os documentos, ainda que monumentos, não apresentem o passado propriamente dito⁸, se configurando como rastros, evidências, um corpo mutilado que necessita de análises. Sendo necessário assim, cuidados especializados com este “morto” e sua atestação, ou melhor, lapidação da escrita, pois o documento ora fala, ora se cala.

Logo, a problematização da narrativa histórica incita uma reflexão para a sua ficcionalização, uma vez que esse conceito era visto essencialmente pelos domínios da ciência literária, mas que pela possibilidade da abertura nas matrizes historiográficas, pelo o alçar voo da História Cultural, pode ser utilizado de forma específica. [...] Paul Ricouer (1994), acentua que a relação entre História e Literatura e a ficcionalização da História se dá pela forma que se manipula esses saberes, na possibilidade de aproximar-se de uma construção do real, respeitando sobretudo seus limites⁹.

É sobre a ficção controlada e responsável que os historiadores se debruçam na tentativa de aproximar o passado do verossímil, já que sua materialização inexistente. Para Calíope, a tática da ficcionalização lhe é permitida livremente,

6 ARISTÓTELES. Apud SEVCENKO, Nicolau. *Literatura Como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 29.

7 *Idem*, p. 59.

8 LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: São Paulo: UNICAMP, 1990.

9 SILVA, Germana Maria Lopes. *Entre Clio e Calíope no romance Cassacos: O trem fugia sempre, com medo do destino que persegue as coisas paradas*. Monografia de graduação em História. Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Sobral: 2015, p. 28.

pois o campo literário não tem por princípio o compromisso com a verdade, uma vez que o fantasioso e o inventivo compactuavam com as normas de sua disciplina, desde que atraia o gosto de seu público. Por outro lado, a Literatura compartilha com os limites da História quando, ao longo de sua escrita, insere seus personagens, fictícios ou não, a um contexto, tempo ou situação que remonte a um dado período.

O escritor, dentro da urdidura de sua escrita, necessita movimentar as personagens na trama, utilizando como suporte alguns sustentáculos referenciais. Este é o caso do artifício temporal, usado para pautar a expressão, estética e comunicação do autor, estreitando deste modo, diálogos com seus leitores e embasando seu discurso textual, como bem define o historiador Nicolau Sevcenko:

Fora de qualquer dúvida: a literatura é antes de mais nada um produto artístico, destinado a agradar e a comover; mas como se pode imaginar uma árvore sem raízes, ou como pode a qualidade dos seus frutos não depender das características do solo, da natureza do clima e das condições ambientais?¹⁰

A Literatura, assim como a História, é produto de seu tempo, reflexo das condições socioculturais do meio em que os autores estão inseridos. Portanto, o solo que o historiador acima apresenta é o do tempo do vivido, das condições de contexto na qual estão arraigados o autor e sua obra, fazendo assim alusão ao real vivido.

Deste modo, não se pode compreender autor e obra sem visualizar indícios de um sujeito produtor, a temporalidade em que ele viveu, suas pelejas, inquietações e amores. Seja ainda pelas referências a situações que, embora fictícias, se embasam em um passado possível de ser real, maquinado pelo pensamento do autor, que reside e vivencia experiências em seu mundo. Este é o caso da produção literária do escritor sobralense José Cordeiro de Andrade.

Cordeiro de Andrade, o produtor do seu tempo

Menino de dez anos, já sentia, sem entender, solidariedade com a sorte dos retirantes e observava os efeitos maléficos da calami-

10 SEVCENKO *Apud* p. 29.

dade climática que periodicamente assolava a terra natal. Para o menino introspectivo e sério, tal fenômeno era um lugar comum, como se vivesse continuamente numa atmosfera atroz e cruciante de sofrimento e de angústia, contra a qual era necessário agir¹¹.

O menino Zeca espia ao fundo no cenário citadino uma gama de gente que adentrava sua terra natal, eram figuras “encabulosas”, magrelas, chamavam-nas até de povo sem sexo. A cena compunha um “lugar comum”: Sobral, o ano era 1919. Na memória do molecote, uma imagem de “figuras que se movem [...] numa téla pobre e poída”¹². Eram os retirantes “de todas as espécies e de todas as idades”, recém-chegados das redondezas que transitavam nas ruas quentes e aferventadas da cidade, em uma única tentativa: a peleja de dias melhores.

Por quinze anos o menino Zeca, agora conhecido como Cordeiro de Andrade, carregou em si e no imaginário aquela visão. Tentando transpor para um livro, “se bem que infielmente”¹³, as lembranças do acontecido daquele período, assim nascendo um de seus principais romances, *Cassacos*. No epílogo da obra, assim se expressa seu autor:

Na seca do dezenove, eu andava pelos meus dez anos de idade. Ouvei muita coisa aos retirantes, observei outras, que áquela época eu não entendia direito. Quando a gente é menino, não sabe de nada. De coisa nenhuma. Veja tudo, embora. O tempo, porém, vai ensinando, ensinando... o tempo é a gramática da vida. Um dia, espiei o passado. Aí, fui recordando e fui escrevendo. Quando dei fé, havia riscado uma porção de papel. Relendo as impressões fixadas às pressas, os flagrantes colhidos a êsmo na confusão da memória, vi que tinha feito uma história. [...] Assim nasceu este livro¹⁴.

Segundo o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido, as obras literárias pertencem a um arsenal de análises, composto pelo campo da crítica literária, bem como a sociologia da literatura. Esta última transcendendo a estética das obras, importando-se, por sua vez, com a origem social dos seus autores, a re-

11 ARAÚJO. Francisco Sadoc de. *Cordeiro de Andrade: Um Jornalista Perdido na ficção*. Fortaleza: BNB/ACI, 1985, p. 33.

12 ANDRADE. Antonio Cordeiro de. *Cassacos*. Rio de Janeiro: Adersen editores, 1934, p. 07.

13 *Ibid.*, p. 08.

14 *Ibid.*, p. 07-08.

lação entre as obras e suas ideias, bem como a influência da organização social, política e econômica sobre estas¹⁵.

A arte e a sociedade se entrecruzam, seja como afirma Pesavento pelo tempo da narrativa/obra, ou pelo tempo em que esta foi escrita, apontando assim, indícios e expectativas que ajudam a desenrolar o seu enredo. Assim também explica Medeiros:

Uma breve análise de diferentes obras, dos mais variados autores, de diferentes épocas revela algo aparentemente simples: os escritores refletem seu contexto social. Esta ideia simples é corroborada por Ezra Pound quando este afirma que “os artistas são como antenas de suas épocas. Eles captam os acontecimentos de suas épocas e os refletem em suas obras”. E por mais que não haja uma intencionalidade do autor ou por mais involuntário que se pretenda ser ao escrever uma obra literária, Pereira, Lopes e Lima afirmam que uma obra sempre está impregnada por aspectos da realidade social na qual foi concebida. É mesmo que um certo conteúdo literário esteja distante no tempo e no espaço, em muitos casos ele reflete as experiências da realidade, tornando impossível separar um escritor do homem político e social¹⁶.

No caso de Cordeiro de Andrade, não só suas memórias são andaimes para sua escrita, mas também o contexto da escrita da obra, pois embora a obra em questão se refira a 1919, ela foi engendrada na década de 1930, momento de intensa turbulência no movimento literário regionalista no Brasil.

Nesse sentido, o historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior, em seus estudos sobre a criação da concepção de Nordeste como região geopolítica e cultural do Brasil¹⁷, pondera que no início do século XX consolidou-se um projeto nacionalista de autoafirmação do país, no qual a literatura foi uma das linguagens que repercutiu em prol desse movimento. Antônio Cândido, por sua vez, explica que dentro desse empreendimento nacional, a literatura regional, sobretudo pelo movimento de 1930, teve a possibilidade de revelar um Nordeste representado no que seria sua “realidade viva”.

Esses sujeitos citados por Cândido são um grupo de literatos que, ainda em 1928, com a produção de *A Bagaceira*, do autor José Américo de Almeida, já

15 CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade: Estudos de Teoria e História Literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2011.

16 MEDEIROS, Alessandro M. *Literatura e Política*. Março de 2017. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/literatura-e-politica/>. Acesso em: 15 de junho de 2018, p. 01.

17 ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *A Invenção do Nordeste e outras artes*. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

davam seus primeiros passos, anunciando o movimento que se efetivaria dois anos mais tarde, com o que conhecemos como o Regionalismo de 30.

O movimento fundamentava seus princípios numa literatura en-
gajada na retratação de um país e de seus problemas sociais, com
isso lançando um olhar ao interior de seu território, representa-
do, sobretudo pela região Nordeste, que desta forma exploraria
elementos de um Brasil rural, com abordagens que revelariam
a seca, a fome, a miséria, o arcaísmo das relações de trabalho, a
exploração do camponês, a opressão do coronelismo, a reação
dos cangaceiros, entre outras temáticas¹⁸.

Sensibilizado pela ousadia da vertente literária regionalista, que de forma
comprometida expunha problemáticas sociais, políticas e econômicas das re-
giões do interior do Brasil, Cordeiro de Andrade envereda nos (des)caminhos
da literatura como arte denunciativa. Tentando mostrar “a nu e em cores car-
regadas”, como afirma o historiador Pe. Francisco Sadoc de Araújo, “o estado
vergonhoso em que vivem os sertanejos.” Sendo, ainda segundo o historiador,
“a paisagem humana, antes de mais nada, que lhe chama a atenção e comove-
-lhes os sentimentos de artista”¹⁹.

Assim, Andrade, no ano de 1934, publica *Cassacos*, uma obra regionalis-
ta dedicada a dois consagrados autores do gênero: Jorge Amado e Graciliano
Ramos. “Ambos combatiam ferrenhamente em suas obras as mazelas de sua
região, em uma dinâmica onde o ‘externo’ aparece fortemente no interior de
suas produções literárias, ‘fotografando’ o meio social com muita ênfase, numa
fusão entre texto e contexto”²⁰.

Para tanto, antes de falar da produção, precisamos conhecer, embora brevemente,
o sujeito produtor da obra em questão, tendo por nome de batismo José
Cordeiro de Andrade, Zeca, em família.

Cordeiro era jornalista e romancista, nascido na cidade de Sobral em ou-
tubro de 1908. Desde criança trabalha em periódicos da cidade, dentre outras
funções como menino de recado no periódico *O Rebate*, de 1907, e posterior-
mente tipógrafo na gráfica de Deolindo Barreto, jornalista responsável pelo
jornal sobralense *A Lucta*, de 1914. Dada tal habilidade, funda em 1931 o se-

18 SILVA, *Op. Cit.*, p. 35.

19 ARAÚJO, *Op. Cit.*, p. 36.

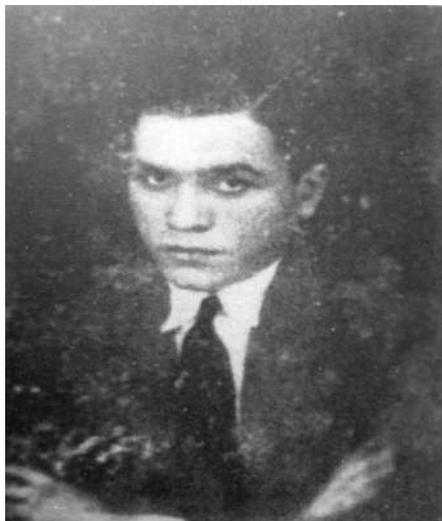
20 LIMA, Renata Mayara Moreira. A crítica do Mundo Moderno em George Simmel. In: *Revista Inter-
Legere*. Nº. 10. Janeiro a Junho de 2012, p. 40.

manário local *O Debate*, onde ferrenhamente ataca as elites partidárias locais por seus descasos políticos diante dos problemas sociais da cidade, ocasionando mais adiante seu exílio na cidade do Rio de Janeiro, onde reside até o final de sua vida, em 1943.

O *Debate* mal completara um ano, e Cordeiro de Andrade já enfrentava processo, por crime de difamação e injúria. Condenado, insurgiu-se contra o juiz que prolatara a sentença, o que foi interpretado como desacato à autoridade constituída. O magistrado, que se julgara ofendido moveu-lhe novo processo. Não havia mais ambiente para sua permanência, em segurança na cidade de Sobral. Refugiado em Fortaleza [...] emigrou para o Rio de Janeiro²¹.

Como romancista, três obras se destacam mais: *Cassacos*, de 1934, que retrata a seca e os retirantes do período; *O Brejo*, de 1936, que reflete as enchentes e todas as destruições que são geradas através dela; e *Tônio Borja*, de 1940, considerada pelos críticos literários como sua obra-prima.

Figura 5 - Cordeiro de Andrade.



Fonte: ARAÚJO, Sadoc. 1985

Em ambos os ofícios, Cordeiro de Andrade fora combativo; o que tirara muitas vezes o sossego dos representantes locais:

Como jornalista, além dos temas políticos, enfocavam problemas diversos e se preocupava com o drama das secas, o romancista é

21 ARAÚJO, *Op. Cit.*, p. 06.

dominado pela mística do social, denuncia a miséria, condena as injustiças, vergasta a exploração do homem pelo homem²².

Andrade, durante suas vivências, demonstra uma postura militante em defesa dos direitos dos cidadãos. Segundo Araújo, suas grandes inspirações de vida vinham ainda do tempo de criança, pois foi fortemente influenciado pelo jornalista Vicente Loiola, dono do *Rebate*, e do romancista Domingos Olímpio. Por ambos sentia admiração, porém seu caráter jornalístico nutria-se do estilo do primeiro escritor, que combatia, via periódicos, dadas situações de “desamparo sem causa justa, [...] crime sem protesto, desvio sem censura, abuso sem imediata reprimenda”. Era com intensa “coragem e honestidade do grande jornalista do sertão” que Cordeiro desejava ser como ele. “Foi a revolução que a pena produz que o animou a escrever”²³.

Diante de tais referências intelectuais e militantes, e pelo movimento da denúncia social presente inicialmente em seu jornal *O Debate*, é que o jornalista sobralense, durante o exílio no Rio de Janeiro, veio a se aproximar e a se identificar com a proposta regionalista de 1930, presente, sobretudo, em sua primeira obra, *Cassacos*, que bebendo da inspiração regionalista vai buscar na seca o mote de seus enredos.

Cassacos, a obra literária

Cidade de Sobral. Dezembro, ano de 1918.

Uma expectativa sucumbia o juízo da população. Na cidade, aos quatro cantos, a inquietação, a fé e a incerteza que tomava conta da pequena cidade, na região norte do Ceará, atiçando ainda a curiosidade de homens incrédulos, arregalando os olhos encabulados da meninada que corria na rua. O “bodejar” dos bêbados desocupados nas mercearias e bodegas, o murmúrio desenfreado das beatas que debulhavam os rosários de dia e de noite e no fim apenas uma espera, a derradeira notícia, a expectativa pelo prenúncio: “Coroa do menino Deus cairia?”. Só o ritual da procissão natalina indicaria o futuro do ano vindouro.

Ano após ano e a tal espera era a mesma, movimentada pela credence desregrada que sustentava fervorosamente a procissão do Menino Jesus, uma festa

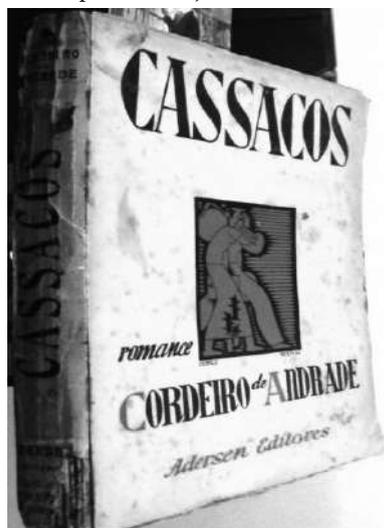
22 *Ibid.*, p. 07.

23 *Ibid.*, p. 19.

católica que há anos, sob o repique do sino evocativo, convidava todos a participarem do novenário na pequena capela do Menino Deus, seguido por devoção, quermesse, cortejo e a determinação profética e decisiva para a cidade e seus dias vindouros.

Seria de fartura ou sequidão? “Tempo bom” ou de solo rochoso? O sol viria abrilhantar o interior nordestino com a fartura do “melão maduro” ou judiaria, por sua vez, “com os galhos secos das arvores, que de tão quente estalariam de dor”?

Figura 6 - Capa da 1ª edição do Romance Cassacos.



Fonte: www.obuquineiro.com.br.

Só nos festejos do Menino Deus, a revelação, ritual este que seguia anualmente durante o mês de dezembro posterior ao novenário, culminando por sua vez no manifesto do dia vinte e cinco daquele mês, dia da festa e de profissão de fé:

Trata-se de tradicional cerimônia religiosa, em Sobral, que encerra o novenário preparatório da festa de natal, realizada na capela do menino Deus.

A profissão realiza-se com cinco imagens, organizadas em fila indiana: São Joaquim, Santa Ana, São José, Nossa Senhora e o menino Jesus, ainda hoje veneradas na capela –mor daquele templo sobralense.

A imagem do Menino Jesus, no préstito religioso é colocado sobre um globo terrestre azul, feito de madeira. Na cabeça, traz

uma coroa. Reza velha tradição supersticiosa que, se a coroa cair durante o trajeto, é prenuncio seguro de seca, no ano seguinte.²⁴

Em 1918 a coroa caiu, anunciado infortúnio em 1919. Sucedeu-se também no ano de 1914, noticiando a profecia que o ano seguinte seria de seca, a tão temível seca de 1915.

No quinze, deu-se o mesmo. Já tinha falhado as experiências de Santa Luzia, tanto das pedras de sal, que a gente bota numa toalha virgem, como a dos dentes de alho, plantadas no leirão, na véspera do dia... O povo das Marrecas andava assombrado com os urubus cantando. Na procissão, lá vem a tal notícia da corôa que tinha caído, e a seca foi braba mesmo. Agora tudinho como no quinze.[...] Tem jeito não, só Deus...²⁵

Divulgada a desventura no sertão, logo se percebe a cidade se transmudando. A imagem pasma dos menos favorecidos, a indiferença dos mais abastados, a desventura dos flagelados. O porvir se repetiria também no ano de 1919: a seca, a fome, a partida.

Mãe Rosa estremeceu:

— Tá falando verdade, Zé? Não é prosa, não?

Zé Pedrosa, calado estava, calado ficou.

Ela então num tom de desespero:

— Como é que a gente arruma coragem de deixar o nosso cantinho, homem de Deus?

E gemeu, mãos alevantadas pro céu [...]

— Valei-me meu Nosso Senhor Jesus Cristo, que não posso mais!

O que vai ser da gente nesse oco do mundo, minha Nossa Senhora da Conceição? O que vai ser feito da gente?

Enxugou os olhos [...]. Depois:

— Uma pena quando me alembrar do canto de nossas redinhas...

Do lugar onde a gente se sentava, aqui no terreiro... Quero bem ás trempes. E os terens da gente, Zé? E os terenzinhos? Ô meu Deus! [...]

Ela prosseguiu nas lamentações:

— Mais antes a morte. Tirai-me Pai do Céu! [...]

Zé Pedrosa tinha pena sim. Aquilo doía-lhe dentro da alma. Mas o sertanejo do Nordeste não sabe chorar.²⁶

24 ARAÚJO. *Op. Cit.* p. 96.

25 ANDRADE. *Op. Cit.* p. 16.

26 *Ibid.* p. 104-105.

O jeito era relutar contra sua própria vontade e apego a seu pedaço de chão e partir à marcha lenta em busca de sorte. A seca “tem muita força, obriga o cristão a tudo”,²⁷ motivando assim vários indivíduos espantados de fome a adentrar as cidades alheias. Contudo, à medida que estes sujeitos assustavam os cidadãos sobralenses, a cidade também intrigava os “sem sorte”, uma vez que as incertezas das terras (des)conhecidas perpassavam o olhar desconfiado do valente sertanejo.

Porém, logo se compreende a endurecida vida do retirante nordestino, que assim como de outras regiões viera também a Sobral se amparar de um jeito ou de outro. A começar pelo migrante Marcelino, personagem destemido que chega à cidade com seus quatro filhos e esposa no mesmo intento de sobrevivência. Marcelino, vulnerável à situação de desvalido, aceita a aposta de olhar para o sol por cinco minutos em troca de cinco contos de reis. Ele cumpre o firmado, consegue matar a fome dos filhos naquele dia, mas, no entanto, a cegueira e a condição de mendigo passam a lhe acompanhar.

Em meio à população que compactuava e atestava a existência da seca sem se ferir, sem se assombrar com os males por ela gerada, havia Sr. Hormínio, farmacêutico que disseminava ideais marxistas, por isso chamava a atenção dos políticos locais. Pregava uma certa consciência “proletária” entre os emigrantes, chegando a defendê-los diante dos doutores e abastados que visitavam sua farmácia. Levando por várias vezes a ser considerado pela elite sobralense com pessoa “perigosa”.

Através do personagem Hormínio, o farmacêutico, o autor dá indícios como sendo seu autorretrato, através das críticas que faz aos políticos locais, assim como difundindo um pouco de consciência social aos pobres da seca, sendo desse modo taxado pela elite sobralense como seguidor do “tal comunismo” e isso geravam rumores negativos, momentos de apreensões.²⁸

A defesa dos pobres flagelados não era algo constante, ainda mais numa cidadela onde o poder da elite local era tão intrínseco nas resoluções da própria região, e onde interesses pessoais perduravam e satisfiziam os sentidos e quereres próprios de doutores e coronéis.

Quem então defenderia essa gente, malquista, malvista e com o “despeito” de adentrar sem convite num cenário em vias de modernização de uma

27 *Ibid.* p. 45.

28 SILVA. *Op. Cit.* p. 39.

cidade? Isso sim atraía os olhares da elite local: a opulência, o progresso, a modernização.

Sobral, a exemplo dos grandes centros urbanos, não ficava de fora desse contexto. Aspirava “um tempo novo, portanto um tempo acelerado [...] fortemente ligado à ideia de progresso”.²⁹ Deste modo, conduziu-se assim para o modelo de aformoseamento que ganharia a Europa e que chegaria, todavia, no interior nordestino. Ao passo desse movimento progressivo em que o mundo se concentrava, a pequena cidade no interior do Ceará também se configurava, seja ela por transformações estéticas e ideológicas. Assim, Silva ressalta:

Compondo também esse enredo, Sobral já ensaiavam os primeiros passos da modernidade usufruídos pela elite sobralense que vivia de forma pomposa, ao som de pianos, em belos casarões, banqueteadando-se com muita fartura em suas casas e no Palace Club. Nesse período Sobral já ensaiavam os primeiros passos da esplendorosa *Belle Époque*, através da marcha crescente do progresso, através das construções de suas fábricas, pela inserção de bondes, luz elétrica, theatros, periódicos, a visita da Comissão Científica, e o transitar dos primeiros carros, que a princípio causa aos mais pobres estranhamento e medo para outros. Era o pulsar da modernidade chegando à cidade.³⁰

Todavia, flagelados não compartilhavam desse intento de transformação, pois, embora ficassem encantados com as tais novidades do progresso, suas maiores preocupações e desejos estavam atribuídos às necessidades básicas, como alimento, moradia e emprego.

Mas como garantir elementos inerentes à vida humana se a *doença social* não afetava a todos? Se a seca não era um problema para a elite local, ou melhor, para os “brancos relaxados”, paralisados, acomodados com os problemas da seca, como cita o autor Cordeiro de Andrade?

Estranhos e indiferentes ao que diz respeito aos retirantes, essa era a visão inerte e bruta dos mais abastados, que muitas vezes os reconheciam como escória humana. Ou melhor, “uma esteira movediça [...] arrastando-se como larva descomunais na estrada poeirantes, acossados pela fome, [...] em contínuos roncões desesperados”,³¹ ou ainda quando eram tidos como feras esfaimadas.³²

29 RICOUER, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tradução Marcondes Constança. Campinas: Papyrus, 1994, p. 364.

30 SILVA. *Op. Cit.* p. 39.

31 ANDRADE. *Op. Cit.* p. 17.

32 *Ibid.* p. 51.

A apatia entre classes é tão discrepante que o indivíduo perde a identidade. De homem passa a bicho. Ele não vive, sobrevive como povo sem sexo, ou como o próprio povo mesmo dizia: “Eram apenas Cassacos!”

O título é sugestivo. “Cassacos” é palavra regional, coletivo de trabalhadores alistados pelo governo para as obras de emergência. A falta de asseio, suas roupas sujas e surradas, com o consequente mau odor, lembram o animal cassaco, ou gambá, marsupial do gênero “Dildephis” comum na fauna regional, que emite cheiro desagradável, quando perseguido.³³

Uma estratégia para se livrar desses seres indesejados seria colocá-los nas extremidades da cidade, já que diariamente mais e mais retirantes superlotavam a urbe. Chegavam a pé pelo seu interior ou se inseriam pelos arredores da linha férrea, onde eram despejadas “diariamente, como chusmas de retirantes, de todas as espécies e de todas as idades”.³⁴

Seguiam então para as obras do Açude de Forquilha,³⁵ tática esta que os distanciava do interior da cidade, à medida que também garantia emprego nas obras de socorro público patrocinadas pelo governo. Lá passam a viver sob duras penas, resignando-se mediante os trabalhos desumanos e a intensa afronta moral, pois “faltava-lhes consciência proletária”.³⁶

Era nesse panorama de *doença social* que a seca era vivenciada, com lástimas, desassossego e fome, muita fome, embora os retirantes e a maior parte da população não tivessem consciência de que o problema transcendia o fenômeno natural, configurando-se como calamidade social.

No entanto, pairava ainda no imaginário dos mais afetados a ideia de que o destino fatídico ou de fartura no sertão estava entregue à intervenção do Menino Deus, por mais que as superstições, as simpatias, as preces auxiliassem para o desejado evento, somente o ritual da procissão católica era determinante, e Deus, apenas Ele, é quem poderia desvelar a sofrida e “calissada” popula-

33 ARAÚJO. *Op. Cit.* p. 95.

34 ANDRADE. *Op. Cit.* p. 53.

35 O povoado de Campo Novo, hoje submerso sob as águas do açude de Forquilha, recebia um avultado número de operários vindos dos mais longínquos arraiares sertanejos atrás de se empregar na construção do Açude. De modo que, no dia 07 de maio de 1919, era iniciada uma das principais obras hídricas da zona norte do Estado do Ceará, sob a coordenação do Engenheiro Civil do IFOCS, Dr. Domingos Rômulo da Silva Campos, sendo seu auxiliar o santanesense João Batista Demétrio de Sousa. A obra é concluída no ano de 1928. Disponível em: <<http://forquilhaontemhojeesempre.blogspot.com/2010/02/em-1918-o-paraibano-epitacio-pessoa.html>>. Acesso em: 21 jul. 2018.

36 *Ibid.* p. 113.

ção que, dezembro após dezembro, já tinha como certo: “Corôa do Menino Deus cair, sêca na certa... Tiro e queda”.³⁷

Uma cidade em disputa: Sobral entre os *brancos relaxados* e o *povo sem sexo*?

A historiografia é pautada na inscrição de acontecimentos, dos fatos narrados, onde o tempo ganha sentidos, proeminência. É um tempo que se configura de peças, cacos, pedaços, que mais parece um punhado de barro enrijecido, quebrado pela quentura do mormaço da terra. Em suma, é um quebra-cabeças separado pelas arestas do desconhecido.

Pressupõe-se, assim, que a investigação histórica é molecular, elástica, palmilhada, em uma dinâmica em que o objeto “se reabre constantemente para ser reconstituído”,³⁸ costurado. É um tecido espesso ainda em fabricação, casado com situações do passado e problemas do presente, engendrando em sua complexidade uma colcha de retalhos de panos velhos e remendos novos, onde tensões, conflitos, contestações são remontados dia após dia. Aqui, ali, em qualquer lugar, “disputando, seduzindo e conquistando” o pesquisador em seu ofício.³⁹

A escrita da História do Ceará compõe também esse acirrado contexto. A seca como problema que “se aproxima de dominantes e dominados”⁴⁰ rompe com os sentimentos da vida, intriga sujeitos, trama subversões, e o existir passa a compor uma linha tênue onde a ruptura e a separação de ideologias, grupos e práticas dão lugar a uma nova investigação.

Nessa perspectiva, Cordeiro de Andrade, na feitura de *Cassacos*, pontua como a cidade de Sobral fica dividida: o lugar passa a ser disputado, abrigando assim dois grupos díspares: um munido pela *precisão* e outro pela ostentação.

De quem era a cidade agora? Ou melhor, a quem a cidade pertenceria? Tão formosa, tão bela... remodelando-se a partir de padrões franceses. Seria da elite regrada, civilizada? Dos brancos, definidos não somente pela menção da cor da tez, mas pela classe social na qual se inseriam. Ou pertenceria aos retiran-

37 ANDRADE. *Op. Cit.* p. 13.

38 REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: A inovação em História*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 71.

39 RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: O Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2012. p. 12.

40 NEVES. *Op. Cit.*

tes? Desvalidos e mórbidos em busca de qualquer suprimento que matasse a fome, que lhe preste um amparo, uma sombra, já que a quentura e o mormaço esfumaçavam sua visão, seu juízo.

Disparidade, dualidade, confronto.

Seria o distanciamento cidadão natural? Pois, como afirma George Simmel, “a vida em sociedades urbanizadas é capaz de gerar consequências psicológicas nos indivíduos que dividem espaços na cidade”.⁴¹

Quem saberia? Quem de ambos os lados sentiria maior apropriação pela cidade? Quem se afetaria mais, com perdas ou ganhos? Por quais lugares esses sujeitos andariam, que práticas lhes pertenciam? Conferimos então em Cordeiro de Andrade os indícios que possivelmente responderão a tais indagações.

Deste modo, começa uma disputa pela cidade de Sobral sob o cenário de 1919 e o porvir da seca, tendo como protagonistas de um lado uma elite dita civilizada ou “relaxada”, como cita o próprio autor, e de outro os flagelados desprovidos de dignidade e de alimento.

O primeiro grupo de pessoas a qual nos referimos é apresentado na obra como “brancos”. Opulentos, satisfeitos de condição financeira e saciados de comida, pois de fome não morriam. Assim, descreve o autor:

Enquanto se verificava este horrível fato [caso do cego Marcelino], a dois passos dali, a burguesia banqueteara-se... Ouvia-se mesmo o ruído dos talheres de prata, num clube de dança, onde era homenageado um desses senadores glutões... Agora se conforme com uma miséria desta...⁴²

De um lado da cidade, a festa em torno da refeição estava feita, com direito a música, dança e talheres de prata. O convidado de honra era um senador, que pelo que se percebe não respeita as regras de etiqueta, que apregoa comer de forma comedida, fartando-se como um glutão, incorrendo de acordo com a crença cristã, no pecado da gula.

Em um mundo desequilibrado, entre a falta e a fartura, se instaura certa confusão, certa desordem que é marcada, entre outras coisas, pela exposição da desigualdade a partir de alguns símbo-

41 SIMMEL. Apud: LIMA, Renata Mayara Moreira. A crítica do Mundo Moderno em George Simmel. In: *Revista Inter-Legere*. Nº.10. Janeiro a Junho de 2012. p. 151.

42 ANDRADE. *Op. Cit.* p. 48.

los, como os talheres de prata e o clube elegante em que se homenageava um senador glutão em um banquete, lugar de refeição farta e solene. [...] O banquete aqui é símbolo da “boa mesa”, é um acontecimento social muito mais do que um acontecimento alimentar.⁴³

Por outro lado, seguinte à citada cena do senador glutão, a obra traz ao leitor o caso de Manezim, um molecote de seis anos de idade que se encontrava quase “sem luz em seus olhos”. Os sintomas são descritos pela mãe: “inchaço doloroso quasi a espoucar [...] A péle elastecida, gordurosa de um verde embaçado, enfeitada de patações arroxeados, inspirava náusea”⁴⁴

O menino é diagnosticado pelo farmacêutico Hormínio como refém da peritonite,⁴⁵ doença que “apodrece por dentro gente viva”. A mulher então explica o que havia acontecido com o menino:

Comeu raiz braba, doutô. Uns caldos de massa de capemba. Ma-
niçoba também e entonce? A gente perdida nestes ôcos de mun-
do de meu Deus, sem alimento direito, bebendo uma lamasinha
por ali assim, quando a sêde aperta, não pôde escapulir destas
doenças feias, não. Lá o quê!⁴⁶

É o esquadrinhar da abundância e da miséria, pois se por um lado o senador “passa bem” pela fartura do alimento, o Manezim quase perde a vida pela inexistência do “dicumê”, ou melhor, por se nutrir de alimentos tóxicos, comprometendo assim sua saúde. Ambos buscam a mesma necessidade: a comida, um com voracidade e outro com necessidade.

Outro conflito discrepante entre personagens e classe social observado em *Cassacos* pode ser contado a partir da personagem Polidora e Etelvina. A primeira, moça refinada, filha do político e delegado da cidade, coronel Chico Paulino, pessoa de grande influência na região. Enquanto a outra, moça sem instrução, filha de retirante, que chega à cidade junto a uma das levas de retirantes trazidas pela esperança de dias melhores.

43 MELO, Francisco Denis. “No fundo a cozinha me inquieta”: entre a falta e a fartura no romance *Cassacos*, de Cordeiro de Andrade. In: FARIAS FILHO, Antonio Vitorino; BARROS, Antonio Iramar Miranda (org). *Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*. Sobral: Sertão Cult, 2015. p. 43.

44 ANDRADE. *Op. Cit.* p. 48-49.

45 A peritonite é a inflamação provocada por bactéria ou fungo do peritônio, o tecido que reveste a parede interna do abdômen e recobre a maioria dos órgãos da região abdominal.

46 *Ibid.* p. 49.

Na obra, estas mulheres embora em situação social tão discrepante têm algo em comum, são filhas diletas e protegidas por seus pais. Polidora tinha tudo o que quisesse, provida de bens materiais, de boa educação e podendo ter o casamento que quisesse. Porém, segundo a trama e os comentários da vizinhança, Polidora não se dava o respeito de “moça decente”, sendo falada aos quatro cantos do mundo pelos seus intensos namoricos e desfrute de moça que não é mais direita. Assim, a obra menciona:

Doutôr de serviço de governo, é como caixeiro viajante, namora, namora, no fim das contas, dá o fora... [...]. Anda numa animação doida com a Polidóra, filha do coronel Chico Paulino, que só vendo. Uma moça falada até no portão de feira, meu Deus, perdoai-me. Si fosse genticinha qualquer, era capaz de botar na rua, mas como é filha do coronel Paulino...⁴⁷

Fica em aberto o que poderia acontecer com Polidora. Sem dúvidas, sua condição de filha do delegado da cidade, moça “branca”, estudada e de boa família lhe arantia tratamento diferente do que seria empregado diante de uma moça oriunda das classes mais baixas, caso esta não guardasse as regras sociais impostas à figura feminina. Como exemplificado na obra, ao trazer a história de Etelvina, moça que, embora retirante, “valia por muitas moças brancas deste Sobral”,⁴⁸ que devido a sua condição social não teve a mesma sorte, não consegue evitar um fim fatídico.

A pobre moça chega a Sobral durante a seca com o pai e mãe adoecidos, “uma velha toda incriquilhada, dum reumatismo danado, as pernas em carne viva, da izipra⁴⁹ que andava dando no povo”. Certa noite, vendo a mãe “que estrebuchava no chão, como bicho, a barriga roncando de precisão, aos berros”,⁵⁰ Etelvina sai a pedir qualquer tipo de ajuda nas ruas da cidade. Em uma das casas na qual pedia ajuda, se comenta que foi mal recebida, pois só se davam esmola a cego e a aleijado. Que fosse trabalhar, pois preguiça não tinha vez!

47 *Ibid.* p. 74.

48 *Idem.*

49 O termo a que a personagem se refere é a Erisipela, também conhecida como linfangite estreptocócica, é uma infecção bacteriana da pele que se dissemina pelos vasos linfáticos, atingindo o tecido subcutâneo e gorduroso. Causada por bactérias do tipo *Streptococcus pyogenes* ou *Haemophilus influenzae* e, mais raramente, por *Streptococcus aureus*, que penetram no corpo por meio de pequenos ferimentos, como picadas de insetos, frieiras, lesões de unhas, etc. ou outras soluções de continuidade maiores na pele (úlceras, lacerações, etc.).

50 *Ibid.* p. 24.

Sugerem-na inclusive que procurasse homem em outro canto, “que não fosse besta e se enxergasse”.⁵¹

Desajuizada, sem saber o que fazer, comenta para o dono de uma mercearia o que havia acontecido e pede pelo menos uma “nargada” de farinha para que pudesse preparar um caldo para sua mãe. O bodegueiro, por sua vez, promete tudo o que a moça quisesse, estando apenas enfeitiçado com a beleza da moça, de modo que apenas um beijinho já lhe servia.

Sobre a história de Etelvina, um outro retirante comenta:

Precisão é precisão, e a carne reina... o resto foi depressa, ali mesmo em riba do balcão. Desgraçou a infeliz por uma vez e nem chamado foi, só porque é branco. Hoje ela anda por aí, aos zimbolêus, lá pro outro lado do rio, com três filhos sem pai pra dar de comer. Pobre é isto, não tem direito a nada, e nunca tem razão. E as filhas dos outros que fiquem na rua, ganhando dinheiro como mulheres da vida. Triste sina a da gente.⁵²

Etelvina não só perdera a virgindade, pior, fora enganada por um punhado de farinha. Vilipendiada pela inocência de moça do sertão, acreditou nas boas promessas dos homens que “abaixo de nosso senhor” poderiam prestar socorro aos que nada têm. Tomaram-na por meio do defloramento o pouco que lhe restara: a dignidade.

Outro embate não menos importante que rondava as discussões na cidade era quanto aos recursos hídricos que abasteciam os menos favorecidos. Vejamos a seguir o episódio entre os brancos do aluguel e os cassacos:

— Primo Quinca não sabe, não? Os brancos de aluguel dele só querem beber agora das Caieiras, que a agua daqui anda dando doença no povo. Si não quisesse se sujeitar a porta da rua era larga... Puchasse por ali, disseram. Só prestam mesmo prá desfeitear os pobres, estes brancos, estes melados, que a família do seu Nézinho não vale nada. E’ meia lá, meia cá... Uns cablocos quase como eu...

— Você já viu? Durma com esta. Pois não é que este mundo anda mesmo errado!... Branco não póde beber agua do poço, porque faz mal, uma agua limpinha que chega a gente vê até as piabas no fundo. Dengue de gente manhosa. E os cassacos, coitados, que bebem lama, dando graças a Nosso Senhor, morrem? Qual o

51 *Ibid.* p. 25.

52 *Ibid.* p. 26.

quê, meu povo. Tão é por aí bulindo, tirando os que já embiocaram, com a malvada da fome, porque na falta d'água, os pobres bebem até mijo...⁵³

A citação se refere ao mesmo tipo de gente, ambos são pobres, não usufruindo de riqueza, de propriedades ou de status social. Porém, dentro dessa aproximação de indivíduos, existe a diferença de valores, pois na lateralidade das coisas, um bando está na condição de trabalhadores, pegam água para consumo nas caieiras, por ser mais bem tratada, pagam as contas, são residentes, embora de aluguel de algum conhecido na cidade. Não caíam nos gracejos dos maiores, mas exerciam as obrigações de cidadãos na *velha Januária*,⁵⁴ e isso os torna aceitáveis, admissíveis à “fidalguia” da cidade.

A outra parcela de pessoas, de atributos não tinham nada. Eram *cassacos*, mal nascidos, mal falados, retirados, expulsos de sua terra. Traziam uma imagem fúnebre, espantada de quem sobrevive às atrocidades da vida. Eram imagens desfiguradas, fétidas, que trabalhavam dezesseis horas por dia como carregadores de água, o que não lhes trazia decência e muito menos respeito dos homens da cidade. Todavia, diante de tal infelicidade, comiam até raiz braba, bebiam lama, um poço, então, seria lucro, uma primorosa alternativa para o sujeito que vivia como retirante.

Já a elite local, embora vivendo no mesmo cenário, comungava de outros ideais. Usufruída da cidade no intento de comodidade, conforto, prato cheio, aspirando elementos secundários, porém próprios ao contexto da época:

O contato com jornais, livros importados, principalmente da França, e o costume de enviar os filhos de famílias abastarda a estudar na Europa, fizeram que essa sociedade se tornasse amante das artes, do conforto, do luxo, com acentuados traços de preconceitos raciais, dominante nas altas camadas sociais dos grandes centros- Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, dentre outros- e por extensão em Sobral, onde os espaços de sociabilidade eram bem distintos entre a elite e a população de baixa renda.⁵⁵

53 *Ibid.* p. 80-81

54 Em 1841, Sobral passa de vila para a categoria de cidade, deste modo deixando de ser Vila Distinta e Real de Sobral, para Fidelíssima Cidade de Januária do Acaraú. No ano seguinte volta a ser apenas Sobral.

55 GIRÃO, Glória Giovana S. Mont'Alverne. *As transformações socioculturais em Sobral (1870-1920)* Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2001. p. 34.

Importante ou não, supérfluo ou não, isso não nos compete avaliar. Os dois contextos e os grupos se diferem pelos seus interesses, por suas tensões próprias. E diante de tudo que foi apresentado, cabe agora observar, por meio das cenas exibidas, cada parte da cidade e quais jogos de interesses são impostos em determinadas situações. Percebendo por fim, caro leitor, quais indícios de tempo a literatura apresenta e quem sabe responder: A quem Sobral pertencia? Quem são os verdadeiros moradores daquela cidade? Havia de fato uma dualidade, uma disputa, uma separação? Ou não, seriam, todavia, várias cidades em uma só, presente, latente em um mesmo lugar? “Pois é impossível dizer em quantas velocidades se movem, uma cidade”.⁵⁶

Considerações finais

A escassez de chuva é um fenômeno social que atravessa séculos. Na crença popular, alguns indícios são apontados para esta determinação, por meio de superstições, visões e ritos.

No Ceará, portanto, tais evidências de tempo chuvoso ou seco se dão pelo bom auxílio de seu padroeiro, São José, no dia 29 de março. Já em Sobral, isso se acentuava também pela crença da procissão do Menino Deus, ocorrida anualmente durante o mês de dezembro, como pontua Cordeiro de Andrade na obra *Cassacos*.

Notadamente, como podemos conferir, a obra literária traz rastros desse tempo por meio de personagens e eventos, artifício esse muito caro ao historiador, que sob a análise de sua tessitura relata, registra uma narrativa ainda submersa nas profundezas do invisível. Revelando, não de forma absoluta, suposições sobre o passado, já que não podemos efetivamente acessá-lo, mas sim construí-lo.

Com isso, à lente do pesquisador, evidencia um jogo de interesses, conflitos e tensões que os documentos atinam em apontar, nesse caso específico, o paradoxo entre retirantes e os chamados cidadãos de Sobral, ou entre os *cassacos* e os *brancos relaxados*, como coloca Cordeiro de Andrade. De modo que cada grupo apresentado na obra mantém suas instâncias e suas suposições, suas significações e interesses.

56 GULLAR, Ferreira. *Poema Sujo*. 1ª Edição. São Paulo: Cia das Letras. 2016. p. 94.

Esses eram os grupos a que pertencia a trama literária analisada. Grupos dispares, sob ideologias diferenciadas. Ou como se diz na linguagem teatral, um certo aglomerado de pessoas que estavam à *boca de cena*,⁵⁷ local de maior visibilidade para os sujeitos sociais, e outros ainda que se concentravam nos bastidores, local de pouco acesso, sem foco para a plateia que assistia ao espetáculo da vida. Ambos têm como cenário a cidade de Sobral, lugar multiforme, elástico, estriado. Uma cidade plural, pulsante, latente, que concentra vários grupos, tipos, particularidades de gente, que se resguarda em seu seio para habitar, morar, existir.

57 Frente do palco. Nos palcos de tipo italiano, por exemplo, é a parte onde o ator representa.



“História concebida em termos dúpliques”: as defesas históricas do prelado sobralense¹

Thiago Braga Teles da Rocha²

Introdução

OS NOMES

Duas vezes se morre:

Primeiro na carne, depois no nome.

A carne desaparece, o nome persiste, mas

Esvaziando-se de seu casto conteúdo

- Tantos gestos, palavras, silêncios -

Até que um dia sentimos,

Com uma pancada de espanto (ou de remorso?),

Que o nome querido já nos soa como os outros.

(MANUEL BANDEIRA, 2004³)

Morrer, o *inominável* a que Certeau se refere em seu “A Invenção do Cotidiano”⁴, também é *inevitável*. A morte é uma certeza a qual Dom José não contava burlar. Mas seu nome, seu legado, sua história, poderiam ser construídos em terreno sólido a fim de buscar uma constante luta pela imortalidade. Não

1 Este artigo é resultado de partes da reflexão inserida na Dissertação de Mestrado “De quem é Sobral?: as práticas letradas, as tensões políticas e as disputas pela temporalidade na Igreja Católica (1945-1953)”, publicada em 2017 no Programa de Mestrado Acadêmico em História e Culturas da Universidade Estadual do Ceará (MAHIS/UECE), sob orientação do Dr. Gleudson Passos Cardoso. Uma versão dele foi publicada na Revista “Homem, Espaço e Tempo”, Volume 11, nº 1, 2017. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rhet/index.php/rhet>. Acesso em 31 de julho de 2018.

2 Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará (MAHIS-UECE) e Professor Efetivo SEDUC/CE. E-mail: thiagorochoa90@outlook.com

3 BANDEIRA, Manuel. *Melhores poemas Manuel Bandeira*. 16. ed. São Paulo: Global, 2004, p. 152.

4 Ver: CERTEAU, Michel de. O Inominável: morrer. In: _____. *A Invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

poderia deixar a seus rivais a possibilidade de negar o seu legado e que seu nome soasse como o do povo ordinário.

Destaco a perspectiva de análise da *ordem do discurso* sobre a obra a fim de identificar os elementos de construção de uma atuação de uma “força da verdade” por conta de Dom José. Orientamo-nos pela perspectiva de Foucault ao avaliar que,

Como se poderia razoavelmente comparar a força da verdade com separações como aquelas, separações que, de saída, são arbitrárias, ou que, ao menos, se organizam em torno de contingências históricas; que não são apenas modificáveis, mas estão em perpétuo deslocamento; que são sustentadas por todo um sistema de instituições que as impõem e reconduzem, enfim, que não se exercem sem pressão, nem sem ao menos uma parte de violência.⁵

Entendo as violências, na perspectiva de Foucault, propostas por Dom José como sendo de cunho simbólico, ao construir uma narrativa que não poderia ser refutada pelos personagens históricos que entram em atrito com o próprio bispo. O autor/narrador teve a condição privilegiada de dar a última palavra nas disputas discursivas sobre o período.

Ele escreveu no ano de 1947 uma obra que serviria de testamento político. Proporcionaria a condição de palavra final nas disputas discursivas ocorridas em torno das eleições de 1947 que colocaram em confronto Dom José Tupinambá da Frota e o Dr. José Saboya de Albuquerque.⁶

O projeto, a princípio, foi abortado. O livro foi escrito no mesmo ano da eleição de Faustino Albuquerque para o cargo de Governador do Estado do Ceará, ponto alto da rivalidade entre bispo e ex-juiz na época. Entretanto, o texto não publicado, ainda nos originais, foi entregue a um de seus clérigos de confiança e mantido no *arquivo* pessoal deste subordinado por décadas. Hoje essa massa documental repousa no Museu Diocesano Dom José, onde provavelmente o texto da obra foi escrito e organizado⁷.

5 FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. pp.13 e 14.

6 ROCHA, Thiago Braga Teles da. “*Pelos Domínios da Política: As Convergências Católicas a Partir da “Militarização” Do Clero*”. In: _____. “*De quem é Sobral?*”: As práticas letradas, as tensões políticas e a luta pela temporalidade na Igreja Católica (1945-1953). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/Thiago%20Rocha.pdf>. Acesso em 19 de março de 2018.

7 Desde a década de 1930 até sua morte, em 1959, Dom José Tupinambá da Frota viveu no Palácio Epis-

Em 1991, o padre João Mendes Lira, um dos mais famosos padres da Diocese de Sobral, publica finalmente a obra carregada de ressentimentos, produto de uma defesa historiográfica do bispo nas disputas políticas dos anos 1940, "O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota: 1º bispo de Sobral".⁸

Entre as páginas 65 e 71 desta obra, é apresentada uma sequência argumentativa, extensa e numerada, contra o Dr. José Saboya e suas ações. Há, a partir de então, um erro de estruturação dos pontos de argumentação numerados, provavelmente por culpa do editor ou da organização realizada pelo Padre Lira.

Nesse trecho, são sete apostilas no total. Ele as apresenta da seguinte forma, "Já notaram os leitores que o Dr. J. Sabóia não se dignou responder a Monseñor Olavo, e muito menos ao Padre Sabino Loiola, - naturalmente por **deferência** para com a minha pessoa, a quem evidentemente quis amesquinhar. Que o faça!".⁹ As apostilas tratam temas inerentes ao direito de resposta, "Meu Anticlericalismo", de autoria do ex-juiz.

O caso do novo tabelião de Sobral

A documentação aqui trabalhada indica um processo refinado de construção discursiva para evidenciar o papel do bispo sempre como "verdadeiro" em oposição aos relatos indicados por seus adversários. Entra-se aqui na perspectiva de proposição de uma narrativa histórica que busca flertar com uma apresentação factual de um discurso tratado como "verdade". É algo, dentro da esfera de análise de Hayden White, que corrobora a percepção de intencionalidades bem definidas no projeto de produção da História em uma tipologia tradicional de produção. Segundo White,

Dessa forma, para o discurso histórico tradicional, é presumido existir crucial diferença entre uma "interpretação" dos "fatos" e uma "estória" contada sobre eles. Essa diferença é indicada pela aceitação de noções de uma estória "real" (contra uma imaginária) e uma estória "verdadeira" (contra uma falsa). Ao mesmo tempo, as interpretações são tipicamente tidas como comentá-

copal que hoje corresponde ao Museu Diocesano Dom José.

8 Ver: LIRA, Padre João Mendes. *O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota: 1º Bispo de Sobral*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

9 FROTA, Dom José Tupinambá da *Apud* LIRA, Padre João Mendes. *O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota: 1º Bispo de Sobral*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Artes Gráficas, 1991.

rios dos “fatos”, as estórias contadas em histórias narrativas são presumidas como inerentes aos eventos (de onde vem a noção de “estória real”) ou aos fatos derivados do estudo crítico da evidência ao redor desses eventos (os quais levam à noção de estória “verdadeira”).¹⁰

Nessa perspectiva de análise, a crítica na história é praticamente inexistente, garantindo assim um pressuposto de “*sacralização*” do enredo, não devendo este ser contestado dentro de uma abordagem narrativa associada ao ideal de “*verdade*”.

Adentrando ao texto, o primeiro grupo de documentação versa sobre a nomeação para o cartório do Dr. José Barreto de Araújo. É uma temática levantada pelo artigo do Dr. José Saboya em 1947. Nela, o ex-juiz busca associar a escolha do novo tabelião da cidade, no ano de 1943, à vontade e influência política de Dom José Tupinambá da Frota. Segundo Dom José, “Narremos os acontecimentos que por si falam melhor do que as suposições do Dr. J. Sabóia”¹¹. Há, dessa forma, a implantação de uma lógica de que a narrativa, por si só, garantiria um pressuposto de verdade histórica. Ele inicia então a narrativa,

Na manhã de 6 de Junho de 1943 falecia, nesta cidade, vítima de um tiro casual, o Sr. José Fabião de Vasconcelos, 3º Tabelião Público de Sobral. Estava eu a tomar, às 10h do dia, o automóvel para ir à Estação da Estrada de Ferro, a fim de seguir para Granja, onde devia presidir o Congresso Eucarístico Paroquial, quando o Cura da Sé, Padre Domingos Rodrigues de Araujo, me deteve pedindo que eu telegrafasse ao Interventor Dr. Menezes Pimentel, no sentido de ser nomeado o seu irmão, bacharel José Barreto de Araujo, para o cargo de Tabelião Interino, na vaga aberta pelo falecimento do respectivo titular.

In limine, recusei-me, alegando que não queria mais incomodar o Interventor com tantos pedidos, mas o Padre retorquiu, dizendo que nunca me havia pedido favor algum, que esse era o primeiro, ... etc. Tive que aceder. Sinceramente, o afirmo: no momento não me lembrei que o falecido Tabelião tinha um filho bacharel, que bem poderia substituí-lo, e que, além disto, era genro de um amigo meu, o Dr. Manuel Marinho de Andrade.¹²

10 WHITE, Hayden. *Enredo e verdade na escrita da história*. In: MALERBA, Jurandir. *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

11 FROTA, Dom José Tupinambá da *Apud* LIRA, Padre João Mendes. *O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota*: 1º Bispo de Sobral. *Op. Cit.* P. 68.

12 *Idem*.

No trecho inicial, percebe-se a narrativa da questão envolvendo a sucessão do 3º Tabelião Público de Sobral. É uma tentativa de defesa da acusação de favorecimento a José Barreto de Araújo, irmão Cura da Sé, Padre Domingos Rodrigues de Araújo. Dom José atribui a uma falha de memória o motivo de aceitar o pedido de seu clérigo. Há aqui de se destacar que a argumentação evidencia o papel político de Dom José Tupinambá da Frota. Há um claro canal direto de diálogo deste com Menezes Pimentel, interventor do Estado do Ceará na época. Após enviar o telegrama, pedindo a nomeação do irmão de seu Cura, segundo Dom José:

[...] Durante a viagem lembrei-me de tudo e demonstrei aos Padres da minha comitiva o meu pesar de ter dado um passo, que nunca houvera dado, por não me parecer razoável. Não foi, por crueldade, que **molhei a pena no sangue borbulhante do meu parente para prejudicar a sua desolada família**. Um lapso de memória me impeliu a fazer um pedido, que também fez o Dr. J. Sabóia, molhando a pena no mesmo sangue do seu correigionário e amigo, que lhe fora sempre tão dedicado e até mais do que deverá ser em certos casos. O Dr. J. Sabóia apontou, então, o nome do Advogado Ataliba Barreto para ocupar o cargo do falecido Tabelião, preterindo o filho do falecido serventuário, Dr. João Batista Vasconcelos. Estou seguramente informado que o Dr. J. Sabóia escreveu uma carta ao Adv. Ataliba Barreto, que ocasionalmente se achava na fazenda "Contra Fogo", comunicando-lhe que, apesar de não o ter ouvido, apresentara o seu nome para o cargo de 3º Tabelião de Sobral.

É o caso de dizer: SI VIS ME FLERE, DOLENDUM EST IPSI PRIMUM TIBI.¹³

A argumentação de Dom José novamente é direcionada ao maniqueísmo de suas ações em comparação com as de Dr. José Saboya. É claramente um *Argumentum ad hominem*, ou seja, um argumento que visa (re)direcionar os olhares de suas críticas evidenciando os erros ou ações de outros sujeitos. O Dr. José Saboya servia ao bispo como ponto opositor de práticas.

A segunda apostila exposta pelo bispo é a "História da Carta '**concebida em termos dúplices**'". Ainda pautada pelo caso de nomeação do tabelião Dr. José Barreto. Nela, Dom José busca exaustivamente se justificar de sua interferência na dita nomeação. Dom José inicia a argumentação desta apostila reapresen-

13 *Ibidem.*, p. 68 e 69.

tando a trama histórica, expondo o recebimento de uma carta em 7 de junho de 1943. Segundo ele,

No dia 7 de Junho, o meu amigo Dr. Marinho de Andrade escreveu-me uma carta, que solicitava a minha interferência perante o Sr. Dr. Andrada Furtado, Secretário dos Negócios do Interior e Justiça, no sentido de conseguir a nomeação do seu genro Dr. João Batista de Vasconcelos, para tabelião interino.

Ser-me-ia muito agradável satisfazer o velho colega de escola e amigo, se já não houvesse pedido a nomeação para o Dr. José Barreto.

Regressando a Sobral, no dia 10 do dito mês, aguardava-me na Estação o Dr. Marinho, que me deu o prazer de acompanhar-me até ao palácio episcopal, aí expliquei-lhe todo o ocorrido, inclusive o meu **lapsus memoriae**, e disse-lhe que já não me ficava bem retirar o pedido anterior.

Insistiu ele, lembrando que eu poderia telegrafar ao Interventor, dizendo que, apesar do pedido feito a favor do Dr. José Barreto, eu ficaria satisfeito também com a escolha do Dr. Batista. Recusei-me a este expediente, por acha-lo inconveniente; e, insistindo o meu prezado amigo, disse-lhe eu: “o mais que posso fazer é escrever ao Dr. Pimentel, Interventor do Ceará, historiando os acontecimentos, o que por ele foi aceito”.¹⁴

Em sequência, a fim de “provar” que suas declarações eram verdadeiras, Dom José embasa suas afirmações com a publicação da carta que o próprio prelado enviou ao Interventor do Ceará. Ou seja, a fim de embasar seu discurso, Dom José usa um documento produzido por si mesmo. É basicamente a crença de que seus interlocutores e leitores creditavam a ele apenas o ideal de verdade. A carta é reproduzida em sua totalidade, com o seguinte conteúdo:

Sobral, 10 de Junho de 1943.

Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Menezes Pimentel – Fortaleza

Respeitosas e cordiais saudações.

No dia 6 do corrente, dirigi à V. Excia., um telegrama pedindo, se fosse possível, a nomeação do Dr. José Barreto para o cargo de 3º Tabelião dessa cidade, pelo falecimento repentino do respectivo titular. Desejo agora dar à V. Excia., as seguintes explicações; o Pe. Domingos Araújo, Cura da Sé, irmão do Dr. José Barreto veio pedir-me o grande favor de telegrafar à V. Excia., naquele sentido. Excusei-me, dizendo não querer importunar mais uma vez a V. Excia., mas afinal acedi. **Não me lembrava**, no momento, que

14 *Ibidem*, p. 69 e 70.

o falecido tabelião tinha um filho. Se me houvesse lembrado, não teria pedido para ninguém, deixando plena liberdade, de minha parte, à ação do poder competente, que sabe como deve agir. Com a maior estima e consideração subscrevo-me à V. Excia. – servo e amigo - + José, Bispo de Sobral.¹⁵

Ou seja, o bispo só praticou uma ação de intervenção política junto ao Interventor por conta do pedido do Cura da Sé, Padre Domingos Araújo. Não se esforçaria por ajudar o filho do antigo tabelião que falecera ou qualquer outro sujeito. O prelado “não teria pedido para ninguém, deixando plena liberdade” para que o “poder competente” agisse como desejasse. Dom José queria, em sua retórica, demonstrar que não desejava usar de sua influência política a toda hora, se distanciando assim da ideia de um sujeito “político”. Mas suas ações cirúrgicas de intervenção, solicitando favores e, mesmo justificando seus esquecimentos, não retrocedendo em seus pedidos, demonstram um sujeito com grande capital político que o utiliza para favorecer os seus aliados.

Mesmo assim, com todo esse poderio simbólico, havia uma necessidade do bispo de passar uma carga de neutralidade em seu discurso. Dom José almejava indicar que religião e política estavam distantes e que ele não estava entorpecido pelas relações de poder. Buscava justificar suas ações como provenientes do contexto que estava inserido. Mas suas ações e seus testemunhos involuntários nos documentos indicam contradições.

Segundo a narrativa do bispo, o Dr. Batista não desistiu da nomeação como Tabelião, tendo interlocução com “pessoas influentes” e até “conferenciado com o Interventor”¹⁶. Entretanto, esses diálogos só surtiriam efeito com o envio de um telegrama pelo prelado. O Dr. Batista então, segundo Dom José, clamou: “Por caridade consiga de Dom José esse telegrama. Tudo depende de Dom José”¹⁷.

A ação do prelado indica claramente qual lado ele optou por apoiar nessa disputa na cidade. Dom José afirma na sequência que: “Não passei o telegrama desejado”¹⁸. É uma ação política, mas que o bispo busca associar à confusão proporcionada pela sua memória. Porém, em mais de uma oportunidade, ele pode solucionar esse problema, voltando atrás em sua decisão e apoiando o

15 *Ibidem*, p. 70.

16 FROTA, Dom José Tupinambá da *Apud* LIRA, Padre João Mendes. *O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota: 1º Bispo de Sobral. Op. Cit.*, p. 71.

17 *Idem*.

18 *Idem*.

outro lado. Não demonstrou interesse. Em vez disso, o bispo busca justificar suas ações a partir da conjuntura contrária à nomeação do Dr. Batista. A argumentação foi baseada em três pontos. Primeiramente, o Dr. Batista não era persona grata ao Governo. Em segundo lugar, outros homens poderosos da cidade, como o Dr. José Barreto e o próprio Padre Domingos, estavam empenhados no nome do Dr. José Barreto. Por fim, o próprio Dr. José Saboya não apoiava o Dr. Batista naquele contexto.

Nesta perspectiva, o bispo apresenta uma linha de pensamento em que era praticamente impossível a nomeação do Dr. Batista por diferentes fatores. Contradiz dois documentos. O primeiro, já citado, remonta que era necessário apenas um telegrama por parte do bispo endereçado ao Interventor Menezes Pimentel para que a situação fosse revertida. Dom José, como já foi dito, optou por não “passar” tal telegrama. O segundo documento que coloca em xeque a argumentação do bispo é o citado em sequência em seu texto. Nele, Dom José explicita que,

Afinal, no dia 17 de Junho, recebi do Interventor, o seguinte despacho:

“Fortaleza – 17 de Junho de 1943 – Exmo. Dom José Tupinambá – Sobral – Atendendo pedido me fez Vossência em telegrama dia seis apraz-me comunicar-lhe assinei ato nomeação Dr. José Barreto 3º Tabelião dessa cidade. Atenciosas saudações – (a) Menezes Pimentel”.¹⁹

Fica perceptível que a nomeação do Dr. José Barreto, parente do Cura da Sé, foi um favor político concedido pelo Interventor ao Bispo. Nenhuma das questões elencadas pelo bispo como motivos para a não nomeação do filho do antigo tabelião são elencadas ou parecem ter relevância para o Interventor. A vontade do bispo parece ser magnânima e preponderante nessa questão. Dom José, a meu ver, não alcança seu objetivo de demonstrar seu afastamento da política ao expor seu relato e a documentação em seu livro. Pelo contrário, gradativamente aparece como o sujeito mais influente na cidade.

Há sim uma tentativa de controle narrativo que busque alcançar uma condição de “verdade” dentro da óptica do bispo, flertando como uma manipulação na articulação entre *tempo natural* e *histórico*. Isso auxiliaria a instauração de uma ordem do discurso que dificultaria a contestação dos fatos pelos adversários políticos de Dom José.

19 *Idem.*

Tempo *natural* e *histórico* flertam um com o outro, mas mantêm características distintas. Segundo Koselleck,

O tempo natural e a sua sucessão – da forma como sempre os temos experimentado – pertencem às condições dos tempos históricos, mas nunca se diluem neles. Os tempos históricos são dotados de sucessões temporais diferentes dos ritmos temporais regidos pela natureza.²⁰

Pode-se perceber esses elementos na continuidade da documentação.

A terceira apostila, trazida nas páginas anteriores no livro, mas conectada retoricamente com a primeira e a segunda apostila, tem como tema central o acompanhamento das críticas realizadas pelo Dr. José Saboya e as respostas realizadas pelo bispo. Para Dom José, a justificativa de tal apostila foi: “Já que aprovou ao Dr. José Sabóia trazer à luz da publicidade um incidente, que eu poderia chamar doméstico, acompanha-lo-ei na sua excursão pela arena jornalística, embora constrangido, só para esclarecer alguns pontos”²¹.

Destaca-se a noção que o prelado tem acerca dos jornais, como arena para embates. Palco este que é estendido ao livro, com publicação posterior a fim de garantir que suas réplicas não teriam trélicas... Dessa forma, Dom José inicia suas respostas às acusações propostas pelo ex-juiz. A pendenga central reproduzida nessa quarta apostila gira em torno da reação do Cura da Sé, Padre Domingos Araújo.

Segundo o que é possível perceber no discurso do bispo, o Dr. José Saboya indagou a atitude do Cura da Sé de questionar as atitudes do prelado, seu superior hierárquico. Há uma clara sugestão de que o bispo estaria acuado frente a um subordinado seu. Aparentemente, o questionamento da hierarquia serviria de deleite para o ex-juiz. Entretanto, o bispo busca negar essa perspectiva, reproduzindo inclusive um suposto diálogo entre ele e seu subordinado:

O que então o referido sacerdote disse o seguinte: “Sr. Bispo, vim aqui para protestar contra a ingratidão de V. Exa., que disse diante de todos os Padres em Granja, que se houvesse lembrado do filho do Fabião, não teria pedido o cartório para ninguém.

20 KOSELLECK, Reinarth. *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Mass. Rio de Janeiro: Contraponto: ed. PUC-Rio, 2006, p. 122.

21 FROTA, Dom José Tupinambá da *Apud* LIRA, Padre João Mendes. *O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota*: 1º Bispo de Sobral. *Op. Cit.*, p. 71.

Respondi: “certamente, se me tivesse lembrado, não faria tal pedido.”

— Eu, que trabalhei dez anos nesta cidade, não mereço nada? V. Exa. Foi desleal comigo, porque depois de ter pedido o cartório para meu irmão, pediu depois para o outro.

— Aqui estão o Dr. Marinho, a mãe e o irmão do Dr. Batista, justamente para me pedirem que, pelo menos, telegrafe ao Dr. Pimentel, declarando que, apesar do pedido feito, eu ficaria satisfeito com a nomeação de qualquer outro. E com que cara ficaria o Sr., se seu irmão viesse a ser nomeado”? Retorqui eu.²²

Percebe-se na reprodução do diálogo, oriundo apenas do testemunho do próprio Dom José, que o *lobby* político é algo tratado como “comum” ou “normal” pelo clérigo. Trabalhar dez anos na causa religiosa, comprometido com os interesses de Dom José, deveria obter, segundo a lógica sugerida atribuída ao Padre Domingos Araújo, uma concessão de benefícios de forma “natural” a um irmão seu.

A justificativa de que o outro grupo interessado na vaga, representado pelo Dr. Batista, filho do antigo tabelião, poderia proporcionar outra reação, a de compaixão, como sugerida na argumentação do bispo, é ignorada pelo prelado ao não interferir novamente na pendenga.

Na argumentação contida no livro, o bispo faz questão de buscar a desconstrução das suposições propostas pelo Dr. José Saboya. Segundo o prelado,

Foi este exatamente o diálogo rápido entre mim e o Padre, que não se exprimiu como afirmou o Dr. José Sabóia, que talvez tenha ouvido dos seus informantes que eu me portei com absoluta calma ao ouvir as recriminações de um sacerdote, que pela primeira vez se excedera assim.

O Dr. José Sabóia declara que não sabe “se o novo Cônego voltou à resipiscência, mas o certo é que não sofreu a mínima penalidade.” Pois eu lho digo para servir-lhe de exemplo e para honra daquele clérigo: voltou, sim, à resipiscência; escreveu-me uma carta muito humilde, reconhecendo que se havia excedido e pedido perdão.²³

Dom José esforçou-se em demonstrar que houve uma restauração da hierarquia após o pedido de desculpas realizado pelo clérigo. Além de demonstrar

22 *Ibidem*, p. 64 e 65.

23 *Ibidem*, p. 65.

que não estava encurralado por questões políticas, o bispo buscava também justificar a nomeação de seu subordinado à condição de cônego, ou seja, de responsável por realizar funções litúrgicas na catedral. Cargo de grande honra e de considerável posto hierárquico. O prelado justifica tal escolha numa associação com o texto bíblico²⁴, realizando uma alusão ao caso em que Pedro negou Cristo três vezes, mas mesmo assim se tornou Sumo Pontífice. O que importaria, nessa lógica, seriam as ações.

De certa forma, o Cura da Sé é tratado como um sujeito que realizou uma traição pessoal, assim como o apóstolo. Entretanto, suas obras o credenciavam a um posto de destaque na Igreja. Destaco o cuidado do Bispo em construir uma percepção de mundo em que suas ações não são tratadas como "políticas", mas sim religiosas. É um cuidado e uma habilidade digna de destacados parlamentares e líderes do executivo.

A quarta apostila, última com tema central acerca da nomeação do novo Tabelião de Sobral, também disserta contra acusações do Dr. José Saboya. Inicialmente é reproduzido um trecho do direito de resposta do ex-juiz no *Correio da Semana*,

"Um filho do serventário desaparecido, também bacharel, e com tirocínio de advogado acorreu ao paço episcopal, pedindo a preferência para o cargo **em face dos direitos que assistiam, firmados em lei**. S. Excia., magnânimo e justo, entregou-lhe uma carta dirigida ao governante, **em que expunha a situação de primazia** que desfrutava o novo candidato, sem contudo retirar o pedido, que fizera pelo anterior". Os grifos são meus [Dom José]²⁵.

Destaca-se que além de evidenciar o fato de o bispo não retirar seu pedido original em prol do irmão do Cura da Sé, é alarmado o fato da existência "dos direitos que assistiam, firmados em lei", ou seja, da legalidade na escolha do filho do antigo tabelião. O bispo utiliza esse ponto como central na contestação dessa argumentação. Segundo ele, "Confesso que a desconheço [a lei] e dizem os juristas que essa lei começou a existir ao tempo do governo precário do Dr. Acrísio Moreira da Rocha, isto é, em 1946". Voltando-se então contra o próprio ex-juiz, invertendo a lógica de alvo para atirador na pendenga. "E por que,

24 Bíblia Sagrada. Mc 14, 66:72; Lc 22, 54:62; Jo 18, 15:18

25 FROTA. *Op. Cit.*

então, o Dr. José Sabóia não pediu a nomeação desse bacharel? Por que a pediu para o advogado provisionado Ataliba Barreto?”²⁶.

A expulsão do Dr. José Saboya da Irmandade do Santíssimo Sacramento

As apostilas seguintes, quinta, sexta e sétima, versam sobre o caso da expulsão do Dr. José Saboya, em 1947, no contexto das eleições do mesmo ano para governador do Estado, da Irmandade do SS. Sacramento, mais tradicional irmandade da cidade. Na quinta apostila, Dom José elenca os motivos da eliminação. Segundo o prelado,

Quinta: Os motivos da eliminação do Dr. José Sabóia não foram as suas boas qualidades, que em parte reconheço, mas os modos desrespeitoso e irreverente, com que tratou a autoridade diocesana, (1) as inverdades e calúnias contra a mesma, a intenção evidente e inegável de ferir-me, tanto assim que, em vez de dirigir-se ao Monsenhor Olavo e ao Padre Sabino, preferiu alvejar-me sob pretextos ridículos, como se pode ler nos artigos que publicou em sua defesa: o que não parece leal e elegante.²⁷

Nesse trecho, o prelado não esconde que o principal motivo para expulsão de seu desafeto são os ataques que este fizera ao bispo. O texto muda de terceira para primeira pessoa em determinado momento, substituindo a ideia de “autoridade diocesana” pela “intenção evidente e inegável de *ferir-me*”. É ressaltada assim para o leitor a sugestão de uma perseguição realizada pelo Dr. José Saboya. O prelado continua sua lógica evidenciando a falta de comprometimento do ex-juiz com a irmandade:

O ressentido irmão não tem motivo para tanta queixa: nunca tomou uma opa, nunca conheceu o peso de um brandão, nunca tomou parte nos atos coletivos da Irmandade, nunca frequentou a Comunhão nem mesmo na Páscoa, nunca assistiu à adoração do SS. Sacramento nos dias determinados pelo Compromisso, nunca tomou parte nas procissões de Corpus Christi.²⁸

26 *Idem.*

27 *Idem.*

28 *Idem.*

Evidencia-se assim que a participação do Dr. José Saboya na irmandade, segundo as afirmações de Dom José Tupinambá da Frota, era puramente social, destoando da prática religiosa. Era uma distinção que flertava com o político, com o humano, com o profano...

Vale destacar o quão relevante era a partição do Dr. José Saboya na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Era a irmandade católica mais antiga de Sobral e mantinha uma grande relação com segmentos da elite. Ser expulso da irmandade era, de certa forma, perder um pouco da distinção simbólica instituída na cidade. Segundo Bourdieu, as *distinções* por títulos, como é o caso do Dr. José Saboya no episódio da Irmandade, são,

Definidas pelos títulos que os predispõem e os legitimam a ser o que são, que transformam o que fazem na manifestado de uma essência anterior e superior a suas manifestações, segundo o sonho platônico da divisão das funções baseada em uma hierarquia dos seres, eles estão separados, por uma diferença de natureza, dos simples plebeus da cultura que, por sua vez, estão votados ao estatuto, duplamente desvalorizado, de autodidata e de “substituto”²⁹.

Para retirar um sujeito tão relevante de uma irmandade com tamanha distinção e relevância, trazendo o Dr. José Saboya para um outro ponto da hierarquia dos seres apontado por Bourdieu, o bispo buscaria ao menos uma tentativa de argumentação para poder fugir da lógica de perseguidor. Na sexta apostila, Dom José expõe as regras da Irmandade, a fim de evidenciar a não perseguição ao ex-juiz. Segundo o prelado, desde 1939, seguindo uma determinação do Concílio Plenário Brasileiro, as pias associações dos fiéis deveriam se submeter à hierarquia diocesana.

Dessa forma, apesar da Irmandade do Santíssimo Sacramento ter sido fundada em 1752, um século e meio antes da elevação de Sobral à condição de Diocese, em 1915, haveria subordinação hierárquica total dela para com a administração episcopal. Sendo assim, fazer parte de uma associação religiosa como a do SS. Sacramento resultaria em obedecer a uma hierarquia que manteria Dom José no topo.

29 BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Tradução de Daniela Kern. São Paulo: EDUSP; Porto Alegre: Zouk, 2007, p. 28.

O bispo esforça-se ainda em destacar que havia previsão legal para a expulsão de seu desafeto. Estava previsto anos antes em mudança estatutária,

A última reforma dos Estatutos ou Compromisso da referida Irmandade foi realizada em 1944, não visando, de forma alguma, o Dr. J. Sabóia, que devia bem conhecer o Compromisso reformado em 1935, que no seu artigo 4º determina:
“Será eliminado o irmão que, por ato público e formal, haja desacatado a Autoridade Diocesana ou seus delegados e não queira volver à respiscência.”³⁰

Dom José se esforça em demonstrar que, mesmo com atraso, a Irmandade realizou modificações em seu estatuto. Nessa modificação havia previsão de expulsão de qualquer membro que desrespeitasse a hierarquia composta pela Diocese de Sobral, superior à Irmandade do Santíssimo Sacramento. Com este artigo 4º, Dom José mantinha sob si grandes grupos de pessoas influentes de Sobral, participantes da Irmandade, que não poderiam se manifestar de forma ofensiva e ostensiva contra ele. Era um interessante dispositivo de dominação.

Assim sendo, o bispo passava a mensagem de que a expulsão do Dr. José Saboya da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1947 estava justificada, demonstrando que não passava apenas de uma medida legal e previsível realizada pelo corpo Diocesano. A expulsão serviria para ao menos duas coisas, primeiramente para atingir a distinção social que o Dr. José Saboya alcançava, culturalmente, com o pertencimento àquele grupo. Em segundo lugar, seria um aviso para que qualquer outro componente inferior hierarquicamente ao bispo não repetisse a prática realizada pelo ex-juiz.

As respostas aos genros do Dr. José Saboya

Por fim, a sétima apostila encerra o assunto da expulsão do Dr. José Saboya da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Dom José rebate o argumento de que poucos membros apoiaram o bispo após a expulsão do ex-juiz da Irmandade posterior aos ataques realizados pelo Dr. José Saboya no contexto das eleições, principalmente em seu direito de resposta no *Correio da Semana*. O Prelado registra em seu livro que,

30 FROTA, Dom José Tupinambá da *Apud* LIRA, Padre João Mendes. *O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota: 1º Bispo de Sobral. Op. Cit., p. 66 e 67.*

Sétima. – O Dr. J. Sabóia afirma que “sendo quase 300 o número dos associados (**da irmandade**), pouco mais de 40 assinaram as listas de solidariedade à S. Excia.”

Tenho em meu poder o Relatório oficial do Presidente da Irmandade, datado de 20 de Fevereiro de 1947. Nessa data existiam 287 (duzentos e oitenta e sete irmãos); assinaram “**a lista de solidariedade**” 132 (cento e trinta e dois irmãos).

Informa o Presidente, Tenente Delfino Batista de Melo, que “deixaram, de assinar, porque residem fora da cidade, 72 irmãos”.³¹

Ou seja, de duzentos e oitenta e sete (287) assinaturas possíveis, Dom José obteve apoio de cento e trinta e dois (132). Outros (72) não poderiam assinar porque morariam fora. Isso não significa um grande apoio ao bispo. Apesar de ser um número maior que o alardeado pelo ex-juiz, o bispo garantiu menos da metade de assinaturas em apoio de si. Considero um número baixo, haja vista que, desconsiderando as assinaturas em seu favor e os que moram fora (que necessariamente não precisariam assinar tal apoio), oitenta e três membros (83) moravam em Sobral e não assinaram o apoio ao bispo. Levando em conta ser uma Irmandade Religiosa, é perceptível um grande apoio ao ex-juiz em oposição ao bispo. A Igreja não era tão una como Dom José almejava.

A partir da página 62, após a reprodução de “A vitória da verdade”, Dom José começa a voltar as suas atenções para a defesa de acusações proferidas pelos genros do Dr. José Saboya. Primeiramente, Dom José reproduz a entrevista do Senador Plínio Pompeu ao *Diário da Noite*, em 25 de janeiro de 1947. Percebe-se que em diversos momentos a ordem cronológica dos textos é alterada, demonstrando uma estrutura de argumentação algumas vezes temática, outras aleatórias. Sobre a entrevista, Dom José afirma em sua obra que:

A população de Sobral, estarecida, teve conhecimento desta vergonhosa entrevista, testemunha que foi e é dos fatos contemporâneos, pois todos sabem e confessam que desta vez o Senador em muitos pontos faltou gravemente à verdade³².

Como um jornal de circulação no Rio de Janeiro, então capital federal, traria grandes repercussões em Sobral fazendo com que a população de Sobral ficasse “estarecida”? Isso foi possível através da reprodução de panfletos e boletins, como era habitual na prática política do grupo do Dr. José Saboya, para a divulgação de material de imprensa produzido fora de Sobral.

31 *Ibidem*, p. 67.

32 *Ibidem*, p. 64.

Posterior ao comentário realizado por Dom José acerca da entrevista de Plínio Pompeu, é reproduzida um curto telegrama, destinado e publicado no “*Correio do Ceará*”, em 10 de fevereiro de 1947. Novamente o erro de organização editorial que marca o texto é notável. Apenas doze páginas depois há nova menção ao caso da entrevista do Senador Plínio Pompeu. É reproduzido um texto mais completo de refutação dos ataques do senador, genro do Dr. José Saboya, entre aspas, mas sem menção a uma publicação original de jornal. Aparentemente, trata-se do mesmo telegrama publicado no *Correio do Ceará* em 10 de fevereiro de 1947, mas com um texto completo. Nele, há o seguinte conteúdo:

Lendo declarações do Senador Plínio Pompeu relativas ao meu repto, venho reafirmar, primeiro, nenhuma ligação tive amplificadora, que nunca recebeu ordem qualquer minha. Segundo: é falso ter eu mandado Padres divulgares ocasião Missa estar UDN processando Cura Sé, sendo essa atitude iniciativa padres solidariedade seu colega com o que estão satisfeitos; terceiro: falsíssimo ter eu diariamente feito propaganda contra UDN, elogiando Plínio Salgado; quarto: conforme declaração Reitor Seminário Padre José Osmar, publicada *Correio da Semana* treze corrente, dito sacerdote nenhuma ordem recebeu de mim sobre candidaturas; quinto: não telegrafei diário Noite reptando dito Senador mas apenas Nordeste Estado. Suportarei, galhardamente, desleais investidas gratuitos inimigos podendo retificar, explicar quaisquer pontos acusações inclusive ato politicagem supostas quando a pedido Cura Sé pedi Interventor Menezes Pimentel nomeação seu irmão cargo Tabelião Sobral como também pediu meu egrégio amigo Coronel Dracon Barreto. NÃO É COM FALSIDADE QUE ESCREVE-SE HISTÓRIA.³³

Mais uma vez Dom José demonstra nutrir uma visão acerca do que é história. Sua perspectiva orbita em torno de uma visão unicista sobre a noção de verdade. O texto gravita também em mais uma tentativa de negar as acusações nutridas pelo grupo rival. Sobre elas, seria inocência afirmar que um prelado não manteria influência direta ou indireta sobre os usos dos aparelhos de posse da Igreja em que administra. Controlar a amplificadora e as bases de clérigos parece algo óbvio para uma prática de prelado.

É possível entender esses processos de intervenção e compreensão do *fazer histórico* realizados por Dom José como uma clara tentativa de associar sua

33 *Ibidem*, p. 76.

imagem a um pressuposto de identidade social. Instituir, sensivelmente, seu *ser no tempo* é uma das prioridades do bispo. Segundo Paul Ricoeur,

De acordo com a orientação geral da historiografia que privilegamos, o referente último do discurso da história é a ação social em sua capacidade de produzir vínculo social e identidades. São assim levados ao primeiro plano agentes capazes de iniciativa, de orientação, em situações de incerteza, em réplica a restrições, normas, instituições.³⁴

Os vínculos sociais e a construção de identidades foram constantes na *ordem do discurso* elaborada por Dom José e instituída em sua obra. A partir da página 78, volta-se ao tema das intrigas envolvendo o Dr. José Maria Mont'Alverne, outro genro do Dr. José Saboya. Este, promotor público e casado com Dona Pudenciana Saboya de Albuquerque, conhecida por Nazinha. Como dito, o Dr. José Maria Mont'Alverne também foi um dos grandes combatentes em prol de seu sogro. Era suplente de Senador, na chapa de outro genro do Dr. José Saboya, o Dr. Plínio Pompeu.

São elencados textos que envolviam a pessoa do magistrado. Primeiramente, um telegrama enviado pelo próprio José Maria Mont'Alverne, à *Gazeta de Notícias*, publicado em 11 de março de 1947, com o título "O Dr. José Maria Mont'Alverne responde ao Padre Tibúrcio".

Primeiramente, percebe-se uma indicação de que havia um ressentimento político por parte dos clérigos em não celebrarem missas por conta da vitória de Faustino Albuquerque nas eleições de 1947. O Padre Tibúrcio expõe um senso de coletividade ligado à hierarquia católica, não ousando ir comemorar junto aos adversários em uma celebração litúrgica. Evidencia-se ainda no trecho acima que José Maria Mont'Alverne insiste na estratégia de colocar o bispo de Sobral contra o governador eleito, Faustino Albuquerque. Talvez pela sua presença na cidade e importante atuação junto à intelectualidade local, sendo considerado o braço direito do Dr. José Saboya, seja reservado ao Dr. José Maria uma maior atenção do bispo em seu livro.

O telegrama do Dr. José Maria Mont'Alverne é seguido por um artigo, com o título "Mais um..."; publicado no *Correio da Semana*, em 18 de março de

34 RICOEUR, Paul. *A memória, a história e o esquecimento*. Tradução de Alan França. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007. p. 396.

1947, ou seja, uma semana após o telegrama em questão. Nele, como adverte Dom José antes de sua reprodução, é apreciada “a resposta do Bacharel José Maria a Padre Tibúrcio”³⁵. No trecho, provavelmente escrito pelo Padre Sabino, diretor do *Correio da Semana* na época, há um tom de ironia marcante onde o autor rebate as críticas de José Maria e expõe que “A candidatura do Des. Faustino mereceu sempre a simpatia pública. Aos olhos dos católicos só havia uma nuvem a dissipar, e era a adesão de certos elementos com os quais os católicos em terreno algum devem colaborar”³⁶.

Ou seja, após a vitória de Faustino, convergem os discursos em prol da noção de que o candidato da UDN nem sempre foi combatido pela Igreja, sendo um engano continuar as disputas em torno de tal assunto. O único problema era o suposto apoio dos comunistas, logo negado pelo candidato posteriormente eleito.

Em sequência, são publicados textos do Padre Tibúrcio. Primeiro, um artigo no jornal de orientação católica *O Nordeste*, que mantinha sede em Fortaleza. O texto, com título “Desfeita mais uma intriga contra o bispo de Sobral”, busca negar a existência de qualquer determinação para a não realização de missas congratulatórias em prol de Faustino Albuquerque. O segundo, endereçado ao Presidente da Assembleia do Ceará, Joaquim Bastos, traz o seguinte conteúdo:

Joaquim Bastos – Presidente Assembléia Constituinte – Fortaleza – Ceará – Fim resguardar autoridade Sr. Bispo peço cientificar eminente dr. Faustino: I – não recebemos mínima insinuação evitar celebra [sic] missa gratulatória. II – não me recusei a tal nem sequer recebi qualquer convite. III – telegrama publicado Gazeta é atribuído dr. José Maria Alverne empenhado campanha mentirosa fim indispor nosso Presidente com Sr. Bispo e Clero desta diocese. Abraços. Pe. Tibúrcio.³⁷

Antes de tudo, o acesso à fonte primária, ou seja, ao telegrama privado do Padre Tibúrcio por Dom José evidencia questões hierárquicas inerentes às relações de poder nutridas por ambos. O bispo exercia acesso à informação e, possivelmente, à manipulação de ações de seus comandados.

35 FROTA, Dom José Tupinambá da *Apud* LIRA, Padre João Mendes. *O livro inédito de Dom José Tupinambá da Frota: 1º Bispo de Sobral*. *Op. Cit.*, p. 79.

36 *Idem.*

37 *Idem.*

No telegrama, é notável o esforço declarado do clérigo em afastar qualquer indisposição com o governo eleito. A Igreja adota uma postura de integração ao novo governo, buscando afastar a ideia de opositora. Não era interessante continuar a ser associada como opositora em um novo governo que acabara de começar. Porém, a ideia de manutenção de diálogos com o grupo político rival em Sobral é afastada. Os embates continuam.

Dom José faz uma pausa na simples reprodução de textos nesse momento para realizar um comentário breve, de dois parágrafos. Nele, o prelado afirma que:

Diante de tais documentos era necessário que o Bacharel José Maria Mont'Alverne viesse à fala; e veio, mas com a preocupação de intrigar. O documento nada vele, pois afinal confessa ter feito resumo fiel "das mentiras," (digo eu), que mandou soltar aos ventos da publicidade.

Ignora, porventura, o ativíssimo bacharel que houve alguém que não quis aceitar a candidatura Faustino, pelo vício de origem, e que até na manhã do dia 15 de Novembro de 1946 ainda aconselhava o Sr. Desembargador a desistir da sua candidatura? Não serei eu que lho diga, pois há gente mais autorizada para tal.³⁸

O prelado, pelas ironias e indicações que faz, usa da mesma estratégia do grupo do Dr. José Saboya, ao propor que a oposição ao Faustino Albuquerque vem das próprias fileiras de seu partido. Além disso, o breve comentário visa reforçar a ideia de isenção que a perspectiva do grupo do bispo assumia.

Somado a isso, em sequência no texto, é publicada uma argumentação retórica com o título de "A Minha Política". Não há referências ao autor nem no livro nem nos originais, disponíveis no "Fundo Padre Lira" (Museu Dom José), o que possibilita atribuir o texto ao próprio Dom José Tupinambá da Frota. Nele, há uma narrativa romantizada das relações políticas em que o autor está inserido, sempre atribuindo suas ações a uma coletividade. Eis o texto:

A MINHA POLÍTICA

Se pedir um favor ao Governo, para quem precisa for, política, confesso que fui político, mas tenho ao meu favor as seguintes atenuantes.

sempre que pedia, acentuava "caso seja possível".

sempre pedia, porque solicitavam a minha interferência.

38 *Ibidem*, p. 78.

pedia para grandes e pequenos, para os sequazes de ambos os partidos.

sempre dizia que o meu pedido estava condicionado às conveniências do governo.

pedia a favor de pessoas ameaçadas de prisão, injustamente.

pedia ao Interventor, ao Secretário do Interior e Justiça, ao Diretor da Instrução Pública, aos Diretores de Hospitais, do manicômio, ao Diretor da Faculdade de Direito, ao Diretor do Liceu de Fortaleza, ao Diretor da Rede de Viação Cearense, ao Diretor da Estrada de Ferro de Sobral, ao Delegado de Polícia de Sobral, a vários Diretores de Escolas e Orfanatos, ao Ministro da Viação, ao Ministro da Fazenda, ao Diretor dos Correios e Telégrafos etc, etc, etc,... Um nunca acabar!

Sempre dizia aos que recorriam a mim: para mostrar-lhes a minha boa vontade no servir, farei esse pedido, mas não suponham que eu esteja certo do êxito. Recebi, sempre, muitas atenções e nunca grosserias, essas tenho recebido em Sobral e muitíssimas vezes, mas de pouca gente.

A minha política foi pedir: será isso um crime? Não é permitido usar do direito de pedir?

Nunca pedi para mim, nem para os meus interesses pessoais. E quando sabia que os políticos haviam pedido por alguém, procurava abster-me de lhes “fazer competência”.

E, de tantos pedidos, quantos foram atendidos? Talvez vinte por cento.³⁹

Novamente, o bispo reconhece sua atuação política, tentando descaracterizá-la como uma ação em prol dos outros, sustentando uma argumentação em que suas ações foram pedidos para outras pessoas que necessitavam das ações. Sua prática política seria atenuada por diversas variantes, como a utilização do predicado “caso seja possível”, indicando a ênfase no pedido, não em uma ordem, ou justificando sua intervenção por conta de pedidos externos e não de sua vontade pessoal, sendo esta para pessoas de grande capital político ou não, de diferentes grupos políticos e, segundo a argumentação do bispo, dentro dos interesses do Estado.

Destaca-se o grande leque de cargos citados, demonstrando a grandiosidade do tráfego que Dom José mantinha com diferentes setores da burocracia estatal. De fato, do Interventor do Estado, perpassando por diferentes cargos de direção na saúde, no transporte ou na educação, o bispo podia exercer trocas simbólicas políticas com diferentes personalidades, a fim de intensificar

39 *Ibidem*, p. 81 e 82.

seu poderio e alcançar seus objetivos, mesmo que estes sejam apenas tachados como favores a terceiros.

Após a publicação desse trecho, Dom José reproduz outros textos produzidos por clérigos e aliados seus sobre as ações do Dr. José Maria Mont'Alverne. Inicialmente é reproduzido o texto "Outras Falsidades", que expõe parte do conteúdo publicado no jornal "A Gazeta de Notícias", em 5 de março de 1947. É interessante destacar a introdução a este texto, onde Dom José afirma que "A 'GAZETA DE NOTÍCIAS' de 5 de Março de 1947, publicou um telegrama de Sobral, assinado 'matreiramente' por 'CORRESPONDENTE' [...]"⁴⁰

O bispo classifica o autor como uma forma de espertalhão, matreiro, que usa de sua esperteza para produzir mais confusões políticas na cidade. Em sequência, são reproduzidos outros textos dessa conjuntura, todos por aliados do bispo, sem comentários. Tais textos já foram problematizados no capítulo anterior. São eles: uma nota oficial do Governo Diocesano, assinado pelo Padre Palhano, negando o impedimento da missa congratulatória em homenagem ao candidato vitorioso Faustino Albuquerque, e um pequeno artigo de autoria, provavelmente, do Padre Sabino, ironizando as ações de José Maria Mont'Alverne, em 8 de março de 1947, publicado no *Correio da Semana*.

Em sequência, é publicada uma carta assinada pelo Padre Gonçalo Eufrásio endereçada ao bispo Dom José Tupinambá da Frota no dia 10 de março de 1947. Nela, o clérigo tratou de negar qualquer intervenção do bispo no caso da missa. A justificativa, segundo o Padre Gonçalo Eufrásio, seriam as agressões dirigidas ao Monsenhor Olavo Passos. Segundo o clérigo, em um trecho da carta,

[...] Com palavras claras e precisas procurei esclarecer a esse Sr. Wagner Sá Pontes de que tomara aquela nova resolução por que achava simplesmente paradoxal que me viesse pedir Missa aquela comissão que vinha de injuriar Mons. Olavo Passos, meu superior e amigo. Absolutamente não declarei àquela comissão que a autoridade diocesana me houvesse proibido de celebrar Missa naquela intenção. –

De V. Excia. Revma. servo humilde em Xt.º
Sobral, 10 de Março de 1947.
Pe. Gonçalo Eufrásio. ⁴¹

40 *Ibidem*, p. 82.

41 *Ibidem*, p. 84.

A produção dessa carta não é uma mera correspondência entre clérigo e prelado, mas sim uma produção de prática letrada que visa externar um discurso para um público. Dom José aproveita-se disso e reproduz em sua obra, a fim de construir a versão de aceitação de sua perspectiva de verdade histórica.

Considerações Finais

A obra termina com um artigo do *Correio da Semana*, publicado em 22 de março de 1947, e um posterior breve comentário. O texto “Ainda Ele...”, de autoria do Padre Sabino, versa sobre as práticas do bacharel José Maria Mont’Alverne, com ênfase em ironias e ataques pessoais. Entretanto, em sequência, Dom José realiza o comentário final de sua defesa histórica,

O Bacharel José Maria mandou reproduzir em boletins os artigos do Dr. José Sabóia, os do Senador Plínio Pompeu e a sua resposta ao Padre Tibúrcio, e os espalhou profusamente pelo interior da diocese, e creio que do Ceará inteiro. Não se apercebeu ele que assim colocava mal a sua política e o seu chefe regional, porque as calúnias ficavam sendo bem conhecidas e os Párocos teriam sobejos motivos para refutarem as inúmeras inverdades, de que lançaram mão aqueles que talvez ainda venham mendigar os favores do bispo e do seu clero em futuras eleições.⁴²

Aqui há um testemunho involuntário que admite a utilização dos altares para fins políticos. Dom José justifica as ações de José Maria Mont’Alverne como motivadoras dessas ações. Há outro reconhecimento ainda, o de favores políticos realizados pelo grupo do clérigo.

Dessa forma, com escrita breve e direta, é encerrada a produção de *práticas letradas* por parte do bispo acerca dos embates de 1947. Dom José almejou *permanecer* na memória dos sobralenses, evitando a segunda morte a que Manuel Bandeira se refere, a da memória.

A escrita da obra de Dom José é extensão de seu corpo que objetiva a construção de uma memória. Seu livro foi um testamento deixado para seus seguidores. Como afirma Certeau,

A escrita, possibilidade de compor um espaço conforme a um querer, se articula com o *corpo* como em cima de uma página

42 *Ibidem*, p. 86.

móvel, opaca, fugidia. Dessa articulação o livro se tornava a experiência em laboratório, no campo de um espaço econômico, demográfico e pedagógico. O livro é, no sentido científico do termo, uma 'ficção' do corpo escrevível: é um 'cenário' construído pela prospectiva que visa *fazer do corpo aquilo que uma sociedade pode escrever*.⁴³

Nesta perspectiva, toda escrita ocorre sobre o corpo. Dom José deixou a nós um *corpus* para sua dissecação. Ponto para a tentativa de catarse da memória do bispo, indica a nós muito mais a sua *humanidade* do que sua *santidade*, expondo o quão político e contraditório pode ser um bispo, mesmo que busque negar com veemência que é também um *animal político*.

43 CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano 1: Artes de fazer*. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 271.



Pe. Ibiapina: entre a memória e o ensino de história

Joaquim dos Santos¹
Paula Cristiane de Lyra Santos²

Introdução

O caráter seletivo da memória implica o reconhecimento de sua vulnerabilidade à ação política de eleger, reeleger, subtrair, adicionar, excluir e incluir fragmentos no campo do memorável. A ação política, por seu turno, invoca, com frequência, o concurso da memória, seja para firmar o novo, cuja eclosão dela depende, seja para ancorar no passado, em marcos fundadores especialmente selecionados, a experiência que se desenrola no presente.³

El pasado no es libre. Ninguna sociedad lo abandona a sí mismo. Es regido, administrado, conservado, explicado, narrado, conmemorado u odiado. Ya sea que se lo celebre o se lo oculte, sigue siendo um desafio fundamental del presente.⁴

A epígrafe acima, escrita pelo museólogo brasileiro Mário Chagas, nos instiga a pensar sobre as implicações que recobrem o caráter seletivo da memória e suas imbricações na ação política. Na direção dessa reflexão, a historiadora

- 1 Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória/URCA). Líder do Núcleo de História Oral, Tradições e Diversidades (NHISTAL/URCA). E-mail: joaquim.santos@urca.br.
- 2 Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). É membro dos Núcleos de Pesquisa Grupo de Estudo e Pesquisa de História, Cultura e Ensino Afro-brasileiro, Americano e Africano\GEPAFRO-URCA e do Núcleo de Estudos em História Social e Ambiente – NEHSA/URCA. E-mail: paulalyrasantos@gmail.com
- 3 CHAGAS, Mário. Memória política e política de memória. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: Ensaios contemporâneos*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009, p. 136.
- 4 ROBIN, Régine. *La memoria saturada*. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2012, p. 29.

e socióloga francesa Régine Robin nos ensina que o passado não é livre, pois ele é pensado, questionado, narrado, silenciado, celebrado, ou mesmo odiado, enfim, é inserido nas lides do presente. Ele permanece como um desafio peregrino da contemporaneidade. Ponderar sobre seus usos no presente constitui um exercício crucial para entendermos os rumos que nosso tempo atribui à ideia de passado e às suas permanências na atualidade.

Neste tempo, marcado por muitos usos e abusos da memória, os museus comunitários vêm constituindo importantes equipamentos a serviço e ao desenvolvimento da comunidade a qual pertencem. Ações museais desenvolvidas nestes espaços não deixam de representar usos do passado no presente. Tais usos são motivados por práticas políticas que colocam à luz do dia exigências sobre o direito à memória e aos bens culturais de povos, em maioria, marginalizados ou desprivilegiados perante a ordem movida pelo capital. De acordo com Hugues de Varine, a “museologia comunitária preocupa-se em libertar as próprias pessoas da alienação cultural, ou liberar sua capacidade de imaginação ou iniciativa, ou liberar a consciência dos seus direitos de propriedade sobre seu patrimônio, tanto material quanto imaterial”.⁵

Partindo do reconhecimento dos usos do passado do espaço museal, das múltiplas possibilidades de aprendizagem que nele se processam, suas conexões com diversas dimensões da vida social e sua potencialidade provocadora para o exercício da cidadania cultural, nos propomos, no recorte textual deste artigo, a analisar a inserção de uma imagem do Pe. José Antônio Maria Ibiapina (1806-1883), conhecido como Pe. Ibiapina, no módulo *Formação Histórica*, o primeiro dos cinco constitutivos da exposição de longa duração intitulada *Porteiras: memórias entrelaçadas*, no museu comunitário Casa da Memória de Porteiras, localizado no município de Porteiras, no Cariri cearense.⁶

Os objetos constitutivos do acervo do museu foram doados pelos moradores dos espaços urbano e rurais de Porteiras através da *Campanha Casa da Memória*, realizada no primeiro semestre do ano de 2007 pelo Grupo Retratores da Memória de Porteiras (REMOP), fundador do museu. A campanha almejou o recebimento de utensílios de acervos familiares e privados dos porteirenses. Naquele momento, ela mobilizou diversos segmentos sociais, e a doação dos objetos pelas pessoas sensibilizadas possibilitou a concretização

5 VARINE, Hugues de. O museu comunitário como processo continuado. *Caderno do CEOM*, ano 27, n. 41, 2014, p.32.

6 Para mais informações, ver www.retratores.blogspot.com. Sobre a fundação do museu, conferir em SANTOS, Cícero Joaquim dos. “Conhecer para transformar”: o grupo REMOP em Porteiras-CE (2004-2007). *Boletim Raízes*, Fortaleza, IMOPEC, n. 59, 2007, p. 4-6.

da proposta de criação de um museu comunitário naquele município que, até então, não possuía nenhum equipamento cultural.⁷

Isso aconteceu em virtude da parceria do REMOP com o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC). Organização Não Governamental (ONG) fundada em 1988, na cidade de Fortaleza - CE, esta entidade assumiu o compromisso ético e político de enfrentamento das desigualdades sociais existentes no Ceará, somando esforços para a construção da justiça social. Após 27 anos de atuação, o IMOPEC pôs fim às suas atividades no ano de 2015. Desde sua fundação até o seu fechamento, o Instituto produziu muitos saberes sobre a história do Ceará e, igualmente, colaborou com a formação de agentes culturais para atuarem nos seus respectivos municípios.

Um dos programas de atuação do IMOPEC foi dedicado aos museus comunitários. Ele foi intitulado *Casas de Memória*. E como resultado da atuação do IMOPEC junto aos agentes culturais, professores e líderes comunitários, foram criadas: a Casa da Memória de Jaguaribara (1998) e Jaguaretama (2005), cidades situadas no Vale do Jaguaribe, e de Porteiras (2007), no Cariri.⁸ Elas se filiaram à Rede Cearense de Museus Comunitários (RCMC), fundada em 2011.⁹

Sobre as práticas educativas relacionadas à exposição na Casa da Memória de Porteiras, cabe indagar: quem foi Ibiapina? Qual o significado da inserção de um mapa sobre ele no módulo *Formação Histórica*? E como os integrantes do Núcleo de Ação Educativa e Pesquisa, deste museu, problematizaram a história religiosa a fim de provocar a construção da consciência histórica dos visitantes?¹⁰

7 *Ibidem*, p. 4-6.

8 SANTOS, Cícero Joaquim dos. *Passado alumiado*: representações históricas de Porteiras. Fortaleza: IMOPEC, 2011.

9 Conforme a *Declaração de Princípios, Objetivos e Resoluções da Rede Cearense de Museus Comunitários*, ela é “um espaço de articulação política e mobilização social constituído para potencializar esforços, ampliar ações e fortalecer atores e coletividades unidas em torno da apropriação comunitária do patrimônio e da memória local como ferramentas de afirmação, preservação e defesa de territórios, ecossistemas e referências culturais”. Disponível em: <https://museuscomunitarios.wordpress.com>. Acesso em: 09 de fev. de 2015. Sobre a constituição da RCMC, ver GOMES, Alexandre; VIERA NETO, João Paulo. A rede cearense de museus comunitários: processos e desafios para a organização de um campo museológico autônomo. *Cadernos do CEOM*, ano 27, n.41, p.390-414, 2014.

10 A noção de consciência histórica pode ser analisada em: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). *Jörn Rüsen e o ensino de história*. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

Uma casa, um mapa e muitas histórias

Ao adentrar a primeira sala da Casa da Memória, o visitante se deparava com objetos que foram organizados pelo Núcleo de Ação Educativa e Pesquisa do museu na tentativa de levar ao estranhamento, de provocar a percepção dos visitantes no que diz respeito à formação histórica de Porteiras e, por extensão, do Cariri cearense. Artefatos da vida social, política, econômica e religiosa foram organizados com base na pedagogia do objeto gerador, proposta bastante provocadora apresentada pelo historiador Régis Lopes.¹¹

Figura 7- Casa da Memória.



Fonte: Acervo do REMOP. 2007.

Confrontando as relações entre os objetos e suas historicidades, a exposição lançava luz para as intersecções entre a formação social a partir de diferentes sujeitos históricos e algumas experiências econômicas, políticas e religiosas que outrora foram relevantes, conforme a pesquisa realizada pelo núcleo educativo. Reconhecendo que esses aspectos são indissociáveis, no cotidiano, a exposição procurou provocar o confronto entre os objetos expostos no museu e os escritos difundidos por outros sujeitos e entidades que almejavam, no passado recente, construir uma identidade para Porteiras.

11 RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004.

Seguindo a trilha da reflexão sobre a formação de Porteiras, a exposição apresentou um mapa intitulado *Pe. Ibiapina, Apóstolo do Nordeste*. É importante frisar que “a utilização de mapas no ensino de História pode ser uma excelente estratégia para a compreensão das mudanças e permanências ao longo do tempo”.¹²

Conforme o historiador Eduardo Hoonart, Ibiapina (1806-1883) nasceu em Sobral - CE. Filho de um tabelião público, ele estudou latim em Jardim - CE (1820) e ciências eclesiásticas em Olinda e Recife (1823-1825). Formou-se bacharel em ciências sociais e jurídicas (1834). Em 1835, já atuava como juiz de direito em Quixeramobim-CE. Ordenou-se sacerdote em 03 de julho de 1853, sendo nomeado vigário geral da Diocese de Olinda e Recife - PE. Em 1855, Ibiapina deixou o cargo para palmilhar os muitos caminhos dos sertões, profetizando sua fé e dedicando-se aos trabalhos coletivos voltados à promoção social nas muitas comunidades as quais percorreu durante os 28 anos de sua atuação, entre os interstícios de 1855 a 1883. Nesse recorte temporal, sua trajetória missionária teve maior intensidade no período 1860-1876, visto que, a partir de então, ele passou por períodos de doenças e recolheu-se na Casa de Caridade de Santa Fé, atual município de Arara, situado no agreste paraibano.¹³

Por onde passou, Ibiapina promoveu ações de cunho espiritual, como casamentos coletivos, confissões, batizados, pregações, práticas de penitência etc. Além disso, impulsionou a construção de obras materiais coletivas em regime de mutirão, a exemplo das capelas, açudes, cemitérios e Casas de Caridade. De certa forma, pode-se considerar que uma boa parte da obra de Ibiapina foi a de promover junto às populações do interior, das províncias por onde passou, os serviços religiosos que deveriam ser ofertados pela Igreja Católica, que estavam, por diversas questões, bem precarizados.

Por mais estranho que possa parecer, as ações de Ibiapina - que não ficaram restritas às santas missões, e também foram praticadas por outros religiosos itinerantes, e que tiveram, como ponto alto, obras materializadas em beneficiamentos, como as que foram feitas em Porteiras, construção de igrejas e reparos em cemitérios, por exemplo, mas que tiveram como destaque a construção de várias casas de caridade, como as do Crato e de Missão Velha que,

12 ABUD, Kátia Maria; SILVA, André Chaves de Melo; ALVES, Ronaldo Cardoso. *Ensino de história*. São Paulo: Cengage Learning, 2013, p. 93.

13 HOORNAERT, Eduardo. *Crônica das casas de caridade*: fundadas pelo Pe. Ibiapina. Fortaleza: Museu do Ceará; SECULT, 2006.

inclusive, tiveram um tempo de duração para além da própria vida de seu idealizador - não foram vistas com bons olhos por todos, principalmente por alguns membros da alta hierarquia da Igreja Católica, como o primeiro bispo do Ceará, Dom Luís Antônio dos Santos.

Fez parte do projeto eclesial de Dom Luís, o fortalecimento institucional da Igreja Católica, que, no Ceará, ficou conhecido como romanização, que entre outros aspectos, levou à fundação de seminários como o da Prainha, em Fortaleza, e o do Crato, no Cariri. Como parte da ação pastoral do Padre Ibiapina, foi interpretada por este Bispo como indo de encontro à romanização das práticas do catolicismo cearense, e sendo estes passíveis de fugirem ao controle da hierarquia católica, como capítulo final das ações de controle do Bispo sobre as ações do Ibiapina, está a sua expulsão do Ceará.

Depois de terem tantos ilustres cidadãos do Vale contribuído para a construção das casas, era de todo impossível suprimi-las. Não tendo qualquer intenção de conceder aprovação canônica à peculiar organização de beatas, procurou de todas as formas restringir-lhes os excessos espirituais. Não apenas eram as piedosas mulheres profundamente devotas do Sagrado Coração de Jesus – como, aliás, o próprio Dom Luís também o era – mas, segundo se dizia, eram igualmente devotas de Ibiapina, a quem louvavam em suas rezas e em suas obras de caridade como profeta e curador de males. O desvio da ortodoxia e a falta de instrução teológica formal por parte das beatas eram prejudiciais a uma Igreja romanizada... Dom Luís, ao que parece, pediu à Ibiapina que renunciasse à direção das casas de caridade. Tal suposição é confirmada em carta que Ibiapina escreveu à madre superiora da Casa do Crato, em setembro de 1872, logo após a chegada de Dom Luís. Na carta de despedida, compromete-se o missionário a nunca mais voltar ao Vale. Aos adeptos dedicados das casas do Cariri, que preferiram não o acompanhar até a Paraíba, recomendou submissão total ao Bispo.¹⁴

Retomando a exposição da Casa de Memória de Porteiras e a introdução da temática em torno de Ibiapina, vale destacar que o mapa exposto foi elaborado pelo geógrafo Raimundo Eliete Cavalcante e continha imagens coloridas e textos cronológicos, elucidativos do percurso vivido pelo padre andarilho e seus feitos nas localidades visitadas. O mapa foi doado pelo IMOPEC ao museu. Pontuada no mapa, Porteiras aparece como um dos lugares nos quais o religioso andarilho pisou e deixou sua contribuição social e religiosa. Deste

14 DELLA CAVA, Ralph. *Milagre em Joazeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 37.

modo, a cartografia exposta inseriu Ibiapina nas provocações museais sobre a história religiosa local e regional.

Figura 8 - Mediação na Casa da Memória.



Fonte: acervo do REMOP. 2007.

Natural de Porteiras, o jornalista Antônio Vicelmo do Nascimento, narrou:

A cidade de Porteiras nasceu e cresceu à sombra da Igreja. O povoado só começou a tomar aspecto de cidade em 1868, quando o Padre Ibiapina reuniu os moradores do lugar e, em regime de mutirão, construiu, em 18 dias, a igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Padre Ibiapina, cujo processo de canonização está sendo analisado pelo Vaticano, chegou a cidade de Porteiras no dia 1 de setembro de 1868, procedente de Jamacaru. **Segundo o Padre Francisco Sadoc, o Mestre Ibiapina foi o verdadeiro fundador de Porteiras.** Além da Igreja Matriz, ele construiu o cemitério da cidade e, através de uma levada, transportou água do pé da serra até um tanque, localizado onde, hoje, é o bairro Tabocas.

Como sempre aconteceu com outras cidades, a chegada do Pe. Ibiapina em Porteiras foi uma festa. Ele já era considerado santo pelos sertanejos. Sua fama de sacerdote virtuoso e preocupado com a situação dos mais pobres corria o Nordeste. Em Porteiras, uma de suas primeiras providências foi celebrar o casamento das pessoas que viviam maritalmente.¹⁵

Essa narrativa foi utilizada pelo jornalista para explicar as origens da gente do lugar. Nos anos iniciais da década de 1990, ele escreveu e publicou a cartilha

15 NASCIMENTO, Antônio Vicelmo. *Roteiro histórico de Porteiras*. Porteiras: Prefeitura Municipal, 1995, p. 6-7.

Roteiro Histórico de Porteiras, na qual essas palavras foram citadas. A referida cartilha foi financiada pela Prefeitura Municipal e distribuída nos domicílios dos espaços urbano e rurais do município de Porteiras. De igual modo, a cartilha foi enviada às instituições educativas escolares e não escolares, sendo ela, desde então, usada como principal material didático no ensino de história local, principalmente, na semana em que se comemora o aniversário do Município, contemplando a data ‘25 de março’.

Embora pequeno e sucinto, o opúsculo apresenta uma síntese histórica elaborada a partir da leitura de outros escritos sobre o Cariri que mencionaram informações de forma esparsa sobre Porteiras. As referências ao passado religioso dos porteirenses foram mencionadas mediante as palavras escritas pelo Pe. Sadoc Araújo:

Em Porteiras, antiga povoação de Conceição do Cariri, o missionário demorou-se por 18 dias durante o mês de setembro de 1868, tempo suficiente para construir a capela de Nossa Senhora da Conceição e um açude de serventia pública. Ele é o verdadeiro fundador dessa hoje cidade do Cariri cearense.¹⁶

Além da Capela dedicada à imaculada Conceição, Vicelmo afirma que Ibiapina “construiu o cemitério da cidade e, através de uma levada, transportou água do pé da serra até um tanque, localizado onde, hoje, é o bairro Taboças”.¹⁷ Como já dito anteriormente, esses tipos de obras acompanhavam a ação missionária do Pe. Ibiapina, que além de ministrar os sacramentos da Igreja Católica à população que visitava, também a organizava para o desenvolvimento de obras diversas, e propunha ações radicais, como a queima de violas e outros objetos considerados inadequados para os católicos, como vestidos inapropriados para a moral católica que defendia.

Não desmerecendo os feitos do Pe. Ibiapina e reconhecendo sua contribuição à formação religiosa e promoção social dos porteirenses, é importante deslocar a atenção para outra questão: o uso da sua imagem na fundação de Porteiras. E, dentro deste cenário discursivo, o lugar social de quem fala diz muito sobre os usos do passado, na segunda metade do século XX, no Cariri, e nos anos iniciais da última década daquele século, em Porteiras.

Sadoc Araújo é um cônego defensor e propagador do legado de Ibiapina. Entre outras publicações, ele divulgou, em 1980, o artigo *Padre Ibiapina, gên-*

16 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Padre Ibiapina: peregrino da caridade*. São Paulo: Paulinas, 1996, p. 395.

17 NASCIMENTO, Op. Cit., p. 7.

nio missionário do Nordeste, na revista *Itaytera* do Instituto Cultural do Cariri (ICC), sediado em Crato. Membro do Instituto do Ceará e da Academia Cearense de Letras, Sadoc usa expressões como o “magistrado exemplar”, o “advogado ilustrado” e “o grande missionário” para lembrar, qualificar e edificar a memória do padre andarilho em um dos principais periódicos dos intelectuais da região do Cariri. Cabe aqui citar um trecho do seu escrito:

Padre Ibiapina foi o líder espiritual mais autêntico dos sertões e o reformador mais equilibrado dos costumes morais do interior do Nordeste. [...] No delírio da agonia final, dizia estar com a minha Mãe de Deus a quem tanto amou na terra. “Minha filha, ali está Maria”, balbuciou com dificuldades para uma de suas órfãs, e com estas palavras faleceu a 19 de fevereiro de 1883, às três da tarde. Por coincidência, nesta mesma hora Jesus Cristo expirou no topo do Calvário.

Sua morte, plácida e serena, foi a apoteose que enfeixou o drama de tão bela e luminosa vida.¹⁸

Se por um lado Sadoc projetou Ibiapina como o fundador de Porteiras a partir de um prisma religioso e contemplativo, o jornalista Vicelmo Nascimento fez uso dos escritos do cômico e lançou seu olhar para o padre andarilho com o intento de fundar um passado didático para Porteiras a partir dos interesses políticos do momento em que escrevia. Em Porteiras, os anos iniciais da década de 1990 foram marcados pela divisão de um grupo político e econômico que por décadas administrou o município. E o segmento que perdurou no poder logo tratou de fundar um passado identitário para o lugar por meio de uma cartilha que alcançasse o grande público, visto que, até então, inexistia uma escrita didática sobre a história local. Vale destacar que nenhum dos dois produtores das versões propaladas indica os conflitos institucionais que o referido padre teve de enfrentar na época em que viveu.

Em relação à produção da cartilha sobre Porteira, reconhecemos que é importante ressaltar a importância desse escrito, uma vez que ele foi precursor na constituição das identidades escritas na história didática do lugar. No entanto, é igualmente necessário desconfiar e estranhar o documento e as identidades a partir dele construídas.

Refletindo sobre a identidade num sentido amplo, Ulpiano T. Bezerra de Meneses lembra que ela é resultante de um incessante processo de construção

18 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. Padre Ibiapina, gênio missionário do Nordeste. *Itaytera*, Crato, n.24,1980, p. 154.

e (re)construção, a partir da interação entre diferentes sujeitos e/ou sociedades. Ela ganha expressividade nas circunstâncias tensas e nos momentos de ruptura, em especial quando a percepção da diferença é provocada, quando necessária. Logo, ela é reconstruída a partir da interação do “eu” com o “outro”.¹⁹

Dessa forma, não podemos resgatar ou perder a identidade, visto que esta não se trata de um bem imóvel e inflexível. O certo é pesarmos nos seus processos de constituição e, como em cada momento histórico, os sujeitos reconstroem suas identidades culturais. Para isso, é importante estarmos atentos às pressões e demandas do contemporâneo, visto que “a identidade se fundamenta no presente, nas necessidades presentes, ainda que faça apelo ao passado – mas é um passado também ele construído e reconstruído no presente, para atender aos reclamos do presente”.²⁰

A cartilha *Roteiro Histórico de Porteiras* procurou construir uma identidade para os porteirenses por meio de um passado glorioso e que servisse de exemplo, apresentando sucintamente as referências às suas origens, os marcos políticos, experiências do cangaço tidas como exitosas, riquezas naturais e paleontológicas, tradições religiosas, lendas e curiosidades. O documento afirma: “o município tem, portanto, um passado de glórias, marcado pela coragem, a bravura de sucessivas gerações e que serve de exemplo para a juventude de hoje”.²¹

Houve, por conseguinte, uma preocupação em fundar um passado religioso cujo marco temporal esteve sob os auspícios do padre andarilho, muito acolhido no passado de suas missões e afamado no tempo presente. As palavras escritas na cartilha afirmam: “Porteiras, portanto, teve o privilégio de ter sido catequizada por um santo, um verdadeiro apóstolo, que será, com certeza, o primeiro santo brasileiro canonizado pela Igreja Católica”.²²

Cabe citar que, antes da passagem deste religioso pela localidade, nela já havia um núcleo de moradores. Afinal, a criação do distrito de Porteiras data de 09 de agosto de 1858, no termo da vila de Jardim.²³ Ademais, ao referir-se à formação religiosa de Porteiras, Raimundo Aragão informou que “as primeiras referências eclesiais, datam do ano de 1821, quando no reduto celebrou

19 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, Nova Série, v.1, 1993, p. 207-309.

20 *Ibidem*, p. 210.

21 NASCIMENTO, *Op. Cit.*, p.6.

22 *Ibidem*, p.7.

23 PINHEIRO, Irineu. *Efemérides do Cariri*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1963.

a primeira missa, tendo como oficiante o padre João Bandeira de Melo, então vigário de Jardim”.²⁴

Sobre a passagem e os feitos de Ibiapina em Porteiras, eis o que o médico e historiador cratense Irineu Pinheiro (1881-1954) disse:

De Barbalha seguiu o Missionário para a povoação de Porteiras-de-fora, “lugar de prostituição e perversidade”, conforme uma publicação a pedido, escrita em “O Araripe”, de 7 de Janeiro de 1865.

Eregiu naquele povoado o Padre Ibiapina um cemitério com seu cruzeiro, animou a prossecução das obras da Capela de Nossa Senhora da Conceição, tendo com o povo pôsto ao pé das mesmas os materiais necessários.

‘Além das esmolos para suprimimento da pobreza, depositaram na bacia para Casa de Caridade, levantada pelo Padre Ibiapina em Missão Velha, 450\$000.

Assistiram a missa mais de dez mil homens e mulheres, mas ‘os gêneros alimentícios em vez de alta sofreram baixa. O povo nada sofreu de precisão e não houve quem hesitasse em se prestar caridosamente com dinheiro e víveres’.

Deixou o venerável sacerdote o lugarejo cariense ‘entre lágrimas e suspiros’ no dia 08 de dezembro de 1864.²⁵

Sobre os idos de 1857, ou seja, antes da passagem de Ibiapina, Pinheiro conta que naquele povoado foi construída uma casa de oração dedicada à Imaculada Conceição, erguida sob o estímulo de um líder religioso conhecido na época como Pe. Rangel. Vejamos:

Sobre a capela de Nossa Senhora da Conceição, de Porteiras, registremos o que disse “O Araripe” de 30 de janeiro de 1857: O Sr. Padre Rangel (José Jácome de Fontes Rangel) inaugurou (em Porteiras) uma pequena casa de oração e cuida dos meios de edificar uma capela sob a invocação de N. S. da Conceição, que terá comêço mui breve, e parece ter de concluir-se cedo, visto como o ardor do povo e a energia do capelão vão sendo secundadas pela gente grada e abastada.²⁶

De acordo com Irineu Pinheiro, Ibiapina esteve pela primeira vez em Porteiras em 1864. Naquele momento, ele construiu, em regime de mutirão, um

24 ARAGÃO, Raimundo Batista. *Cronologia dos municípios cearenses*. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1996, p. 188.

25 PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Fortaleza: S/E, 1950, p.153-154.

26 *Ibidem*, p. 154.

cemitério e deu prosseguimento à construção da capela dedicada à imaculada Conceição. Aliás, o próprio Sadoc Araújo fez menção à passagem do clérigo naquele ano:

De Barbalha, segue para o distrito de Conceição do Cariri, hoje cidade de Porteiras, onde prega vigílias de penitência, dá início à restauração da capela de Nossa Senhora da Conceição, cuja solenidade litúrgica de 8 de dezembro comemora festivamente, e à construção de um pequeno açude. O município fica ao sopé da Serra do Araripe Chapada que o missionário perlustrou em vários trechos.²⁷

Ainda conforme Pinheiro, Ibiapina voltou às terras porteirenses em 1868, momento este considerado por Eduardo Hoonart como o grande ano da atuação missionária do clérigo no Cariri Novo, como outrora era designada a região do sul do Ceará abarcada pela Chapada do Araripe, distinguindo-se do Cariri Velho, situado nos limites espaciais paraibanos.

Por volta do ano 1928, a antiga capela foi demolida e, em 1931, teve início sua reconstrução, concluída em 1936. Ela foi erguida no mesmo local, porém com a frente inversa, também realizada em regime de mutirão. Em 01 de maio de 1958, três anos após a instalação da cidade de Porteiras, e ano de uma forte seca ainda presente nas memórias da população, a Diocese do Crato fundou a Paróquia da Imaculada Conceição, em Porteiras, e elevou a capela à categoria de Igreja Matriz.²⁸

No cerne dessa reflexão, cabe provocar a inquietação: qual o papel da Casa da Memória nesse debate? Os museus comunitários, como os definem Varine, são como organismos vivos, motivados pela ação dos grupos e/ou comunidades que os criam e os gerenciam. Eles permanecem enquanto são abraçados ou geridos pelas pessoas das comunidades as quais pertencem, muitos deles são acompanhados ou assessorados por profissionais. E como são frutos das ações e projeções dos sujeitos, também apresentam tensões. Dito de outra forma, alguns deles projetam passados conflituosos e presentes igualmente tensos, mediante a história dos objetos.²⁹

27 ARAÚJO, 1996, p.380.

28 *Decreto de ereção da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do Município de Porteiras*. Acervo da referida paróquia. A criação do município de Porteiras data de 17 de agosto de 1889. “Em virtude da lei n° 2743, de 6 de novembro de 1929, tomou a denominação de Conceição do Cariri. Foi supresso o município por decreto de 20 de maio de 1931 e restaurado em 22 de novembro de 1951”. PINHEIRO, 1963, p. 165. Em 25 de março de 1955, ocorreu a elevação da vila de Porteiras à categoria de cidade.

29 VARINE, *Op. Cit.*

Nesse sentido, a inserção do mapa de Ibiapina no museu colocou em cena a problemática da memória na atualidade. Se, na invenção oficial do passado dos porteirenses por meio da cartilha, ele foi indicado como o “verdadeiro fundador de Porteiras”, qual lugar o andarilho ocupa na memória dos porteirenses do século XXI? Sobre esse ponto, as contradições obtêm ressonâncias.

Pelo que o Núcleo de Ação Educativa e Pesquisa da Casa da Memória percebeu através de pesquisa bibliográfica e de público, bem como mediante os debates com os visitantes no museu, Ibiapina não tem lugar na memória recente do município. Embora ele tenha contribuído para a formação religiosa dos porteirenses e tenha sido citado na cartilha fundadora do passado exemplar, desconhecemos a existência, no tempo presente, de equipamentos públicos, ruas, monumentos ou datas comemorativas que façam alusão à sua passagem pelas terras de Porteiras e sua contribuição para o desenvolvimento do antigo vilarejo dos oitocentos.

Desse modo, sua inserção na Casa da Memória teve como função instigar a provocação. Afinal, que memória vem sendo construída oficialmente sobre Porteiras? Que personagens e grupos sociais são lembrados e têm seus nomes estampados em ruas, escolas, praças e comemorados em datas comemorativas? Como o passado e o presente são nomeados em detrimentos dos silenciamentos? Ao invés de lançar respostas, a exposição procurou provocar o estranhamento e a dúvida, pois como lembra Ulpiano T. Bezerra de Meneses, “é no questionamento poético que o museu teria uma de suas principais plataformas de conhecimento”.³⁰

Por esse e muitos outros motivos, esses espaços são importantes parceiros para o ensino de história local e regional. Como lembra Selva Guimarães Fonseca, atualmente os museus apresentam muitas possibilidades de aprendizagem histórica, “não apenas sobre as questões político-institucionais, os atos de governo, mas sobre o cotidiano, os hábitos, as manifestações culturais, as religiões, as crenças, as lendas, as origens, as viagens e as trajetórias de diferentes povos”.³¹

Como bem ressalta Régis Ramos, quando acontece a construção de exposições comunitárias, o museu transmuta-se em espaço do cidadão, não se

30 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (Orgs.). *Futuro do Pretérito: Escrita da história e história do museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica Editora, 2010, p.33.

31 FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino em história: experiências, reflexões e aprendizados*. Campinas: Papyrus, 2003, p. 231.

restringindo simplesmente em um lugar para o cidadão. O fundamental recai, portanto, na clareza emanada na relação entre o museu e o mundo que o circunda.³²

Considerações finais

Pelo que foi apresentado, percebemos que a inserção de uma imagem do Pe. Ibiapina na exposição de longa duração na Casa da Memória estimulou o estranhamento dos visitantes sobre a problemática da memória e suas conexões com as redes de relações constitutivas das identidades sociais.

O módulo *Formação Histórica* não desconsiderou a contribuição do Pe. Ibiapina em Porteiras. A questão lançada para o mapa contendo sua foto problematizou o uso da memória sobre ele construída no presente para legitimar um passado revisado e reconstruído na década de 1990 por um grupo político. Se antes ele não era lembrado na constituição da memória nos espaços da cidade, doravante passou a ser rememorado como um sujeito exemplar que deixou suas marcas em Porteiras. Nesse caso, a memória ocupou o lugar de contemplação. Paradoxalmente, a construção dos personagens na memória oficial, principalmente aqueles nomeados nas ruas, praças e instituições públicas, bem como rememoradas nas datas comemorativas, atribuiu o silêncio ao religioso andarilho. Tais lugares de memória foram dedicados para outros sujeitos de boa posição econômica, envolvidos na atuação político-administrativa e/ou pertencentes a famílias abastadas e seus aliados.

Por tudo isso, a inclusão do mapa sobre os caminhos do Pe. Ibiapina na Casa da Memória estimulou a reflexão sobre a construção dos sentidos do passado no presente e seus usos políticos. O mapa como objeto e como metáfora provocou muitos questionamentos.

32 RAMOS, *Op. Cit.*



O OITOCENTOS NO CEARÁ



Índios, missionários e colonos no Norte da Capitania do Ceará: encontros e confrontos

Raimundo Nonato Rodrigues de Souza¹

A ribeira do Acaraú era pouco conhecida, as informações sobre este sertão eram frutos dos relatos escritos ou verbais que as autoridades reais, ou não, faziam sobre as viagens organizadas pelo poder régio ou pelos moradores de outras capitanias que expandiam seus negócios. A conquista dessa ribeira era imprescindível para consolidar o caminho em direção ao Maranhão. Após a restauração, uma das primeiras ações necessárias era o estabelecimento de aldeamentos na costa – nas proximidades da fortaleza – e na Ibiapaba. Neste esforço, o governo português contou com a presença dos missionários da Companhia de Jesus, que estabeleceram as aldeias junto ao forte e mantiveram contato com os povos da Ibiapaba.

O Padre Antônio Vieira descreveu a complexidade da viagem ao Ceará, especialmente à Ibiapaba, devido à “dificuldade do caminho de mais de cem léguas, atalhado de muitos e grandes rios e infestado de diversas nações de tapuias ferros e indômitos, que a ninguém perdoam” e às dificuldades de navegação por rios e caminhos até a serra: “Uma das mais dificultosas e trabalhosas navegações de todo o mar Oceano é a que se faz do Maranhão até o Ceará por costa, não só pelos muitos e cegos baixios, de que toda está cortada, mas muito pela pertinácia dos ventos e perpétua correnteza das águas”²

Para o missionário, esta viagem e posteriores conversões dos povos da Ibiapaba eram essenciais para o projeto de aldeamentos e alianças com os nativos

1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará e Professor Adjunto da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: raisouza2013@hotmail.com

2 VIEIRA, Antonio. S.J. (1608-1694). Relação da Missão da Serra da Ibiapaba. In: *Sermões XII*. Erechim: Adeldo, 1998; p. 372-373.

das serras e dos sertões vizinhos. A presença de muitos indígenas que fugiram das guerras com os holandeses, inclusive aqueles que lutaram e que foram evangelizados pelos batavos calvinistas, era sempre motivo de preocupação, pois a possibilidade de sublevação diante da Coroa Portuguesa era uma constante. Padre Antônio Vieira ressaltou que:

Com a chegada destes novos hospedes, ficou Ibiapaba verdadeiramente a Genebra de todos os sertões do Brasil, por quer muitos dos índios pernambucanos foram nascidos e criados entre os holandeses, sem outro exemplo nem conhecimento, da verdadeira religião.³

A consolidação da Missão da Ibiapaba era estratégica na conquista e evangelização dos povos da Capitania do Ceará, especialmente de sua região norte, facilitando as viagens de tropas a pé do Maranhão para o Ceará e para Pernambuco, conforme relata o padre:

O caminho do Maranhão ao Ceará e a Pernambuco, que estava totalmente fechado pelas hostilidades desta gente, está hoje franco e seguro. As praias e navegação de toda a costa estão livres e melhoradas com o seu comércio. Sobretudo estão reduzidos os tobajaras à obediência e vassalagem de sua Majestade, sem armas e nem despesas, e estão inimigos jurados dos holandeses, em cuja confederação era a serra da Ibiapaba o maior padraço que tinha sobre si o Estado do Maranhão, e o que só temerem todos os soldados velhos desta conquista.⁴

O processo de conquista exigiu informações dos nativos sobre as grandezas dos rios, de terras que pudessem ser aproveitadas nas atividades agropastoris, que aumentariam as riquezas dos novos senhores da terra – poder régio, Igreja e potentados. Conforme Maico Oliveira Xavier, “em 1656, Antônio Ribeiro e Pedro de Pedroso, tendo como superior o próprio padre Antônio Vieira, fundaram ali a Missão São Francisco Xavier, desfeita em 1662 quando fugiram para o Maranhão ante a insubordinação Tabajara”⁵

Essa revolta desorganizou os aldeamentos dos padres Jesuítas, fazendo com que o governador geral do Estado do Brasil, Francisco Barreto, recomendasse

3 VIEIRA, *op. cit.* p. 375.

4 *Id; ibid;* p. 391.

5 XAVIER, Maico Oliveira. *Cabôcullos são os Brancos*. Dinâmicas das relações socioculturais dos índios do termo da Vila Viçosa Real (século XIX). Fortaleza: SECULT, 2012, p. 49.

ao alferes Felipe Coelho de Moraes, por intermédio do capitão-mor do Ceará, a prisão dos índios Tabajara sublevados.⁶ Operação resultada em sucesso. Informado pelos jesuítas da Ibiapaba sobre a guerra feita aos índios do Camocim, Francisco Barreto enviou uma carta ao alferes Felipe Coelho de Moraes, agradecendo-o pelo cumprimento das ordens reais:

[...] o P^o. P^o. de Pedrosa, missionário da guerra do Camussy, me avisa do zelo e honrado procedimento com que o Alferes deu execução a ordem que mandei-lhe para ser preso o Principal D. Simão e os mais que hoje se acham neste forte do Siará, o que me parece agradecer ao alferes (como por esta faço) o cuidado com que executou minha ordem, ficando certo que nas ocasiões de seu acrescentamento saberey adeantar sua pessoa em premio de serviço que dez a S. Mag^e. nas referidas prisoens; e me fica muito na lembrança para o recomendar neste Estado ao Viçe Rei quando vier mandar, e no Cons^o. de S. Mag^e. no Reino saberey procurar seo acrescentamento quando se offereça occasiam em que se trate de sua pessoa. E pelo que implodentemente mandou o dito soltar a D. Simão de cuja ação se seguirão os danos que experimentamos e encomendou muito ao alferes: faça todo o possível para aquietar aquelle gentio para que tornem a aceitar os religiosos e vivão debaixo dessa obediência, que por este meio conseguem o bem das almas. Enquanto faltem a esta sua obrigação trabalhe o possível por prender ou matar o tal D. Simão, que inquieta as pax, e quietação dos mais que tinham admitido a doutrina christã e He de de my que lhe saberei agradecer em qualquer parte donde estiver o que obrar neste particular. Guardé Deus ao alferes. Bahia, Março 18 de 1663.⁷

Perdigão Malheiros transcreveu a ordem do capitão-mor do Ceará, de 1666, ao ajudante Felipe Coelho de Moraes, na qual o mandava ir à aldeia da Parangaba notificar seu missionário para não avisar aos Anacê da viagem que o governo da Capitania estaria a fazer a “Jericoaquara, e serra da Ibiapaba a negócio importantíssimo ao serviço de sua majestade que deus guarde no descurso deste caminho atuam os goanacezes nação de muita gente, e inimigos

6 Sobre a evangelização das aldeias da Ibiapaba, ver XAVIER, Maico Oliveira. Op. cit., 2012 e MAIA, Lúcio José de Oliveira. *Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial – século XVIII*. 2010. 409 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

7 Doc. n^o. 282. 18 de março de 1663 – Carta escripta da Bahia por Francisco Barreto ao alferes Felipe Coelho de Moraes acerca dos missionários e D. Simão Togaibuna. STUDART, Barão de. Documentos para a história do Brasil e especialmente a do Ceará. In: *Revista do Instituto do Ceará – RIC*, Fortaleza, t. XXXV, 1921, p. 43. (Coleção Studart)

declarados nossos que prometem não deixarem passar brancos sem que os matem, ou roubem”⁸

Em 1666, o Tabajara André Coravaty, ao voltar para a Ibiapaba com os seus, resolveu estabelecer-se em Jericoacoara. Quando avançou para a serra, foi atacado pelos Acamahamasu, causando grandes perdas de vidas. Avisado pelos Tabajaras da Jericoacoara, o capitão-mor do Ceará organizou uma expedição, sob o comando de Felipe Coelho de Moraes, para socorrer os Tabajaras, liderados por Maraguim. A companhia foi constituída “com quinze soldados que leva em companhia, e sincoenta índios das nossas aldeias, e com a nação jaguariguara”, além de munições “doze cargas de polvoras, doze balas, e murão de linho, e resina, leva trezentas balas, entre groças e meyudas, onze madechas de murão, de linho, dois cabaças de polvoras, com quinze libras de polvoras”⁹

O objetivo da expedição era combater os Acamahamasu, Anacê, e descer os índios residentes na Jericoacoara para próximo à fortaleza do Ceará. Do mesmo modo, o capitão-mor solicitou informação sobre os correios que traziam documentos do Maranhão para o Ceará e da localização dos Anacê. Se encontrados, deveriam ser emboscados, “pacando a ferro, e a fogo tudo que armas puderem tomar, e se o seu principal Francisco Aragibã o puderem tomar vivo o não matem mais o trará a bom recado para se lhe dar o castigo, exemplar a seus atrevimentos”¹⁰

Os conflitos não pararam. Em 1671, o cabo Francisco Martins foi enviado a Jericoacoara com a missão de apaziguar os Tremembé, uma vez que estes não queriam a presença de estranhos em suas terras. A expedição foi organizada em decorrência da ida de tropas à cidade do Maranhão e da volta dos Tremembé, aldeados junto à fortaleza, para Jericoacoara. Devia-se informar a Francisco Martins o destino da tropa enviada ao Maranhão, caso esta tivesse sido trucidada, caberia a ele, juntamente com seus soldados, “dar guerra mandolhes a todos com que não aja notícia de tal nação”¹¹

A resistência dos indígenas, ou de parte deles à dominação lusa, desorganizou temporariamente todo o projeto de conquista daquela região missionária, dificultando a navegação e o caminho por terra. Nas regiões das praias do Acaraú e da Serra da Uruburetama, Tremembé e Anacê não acolhiam pacifica-

8 MALHEIROS, Perdigão de Oliveira. Um capítulo de história do Ceará. Ligeiras rectificações. In: *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, t. IV, 1890; p. 133.

9 *Id. ibid.* p. 138.

10 *Id. ibid.* p. 135.

11 *Id. Ibid.* p. 138.

mente a presença de militares e colonos adentrando em suas áreas de caça, de coletas e de acesso a seus mananciais de água. As violências praticadas contra eles, o rapto de suas mulheres e sua utilização nos trabalhos sem a remuneração devida continuavam incentivando novas revoltas, como as relatadas por José Eudes Gomes.

Dois anos depois, em 1673, o tenente da fortaleza de nossa senhora da Assunção Manoel Pereira da Silva, e o missionário frei Francisco de Sá fizeram uma incursão na Ibiapaba, com tropa composta por 30 soldados e 150 índios frecheiros, onde teriam feito as pazes e batizado 302 índios, ao passo que em 1674 se teria enviado uma expedição de guerra aos índios Areriús, sendo que um documento anônimo, provavelmente datado do século XVII, dava notícia das guerras na região.¹² Se a *guerra dos bárbaros* não chegou ao Acaraú, a guerra da conquista ali se imbricou com a luta contra os franceses, ações missionárias e ocupação colonial.

Consequências da expansão territorial no sertão do Acaraú (séc. XVII e XVIII)

Nas últimas décadas do século XVII, no sertão do Acaraú, as frentes de expansão foram dilatando os espaços, devassando e escravizando aqueles que reagiam a esta invasão. Os religiosos também estiveram envolvidos, verdadeiros soldados nessas guerras de conquista, fossem acompanhando expedições ou realizando aldeamentos, como os estabelecidos na Serra da Ibiapaba com os Tabajara, no Aracati Mirim com os Tremembé, na Serra da Meruoca com os Areriú e no Coreaú com os Aconguaçu.

Nesse processo, os indígenas eram vistos como mão de obra para a economia colonial. Segundo Stuart Schwartz, os portugueses recorreram a três expedientes:

O primeiro, empregado pelos colonos, consistia na coerção direta e sob a forma de escravidão. O segundo, experimentado pelos jesuítas e a seguir por outras ordens religiosas, foi a criação de um campesinato indígena, tornando flexível às demandas europeias por meio da aculturação e destribalização. A terceira estratégia foi aplicada tanto por leigos quanto por religiosos.

12 GOMES, José Eudes. *As milícias D'el Rey*. Tropas militares e poder no Ceara setecentista. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010, p. 133.

Consistia em integrar aos poucos os indígenas individualmente como trabalhadores assalariados a um mercado capitalista auto-regulável.¹³

Uma das estratégias de transformar o nativo em “civilizado” foi através da educação para o trabalho. Neste sentido, os aldeamentos missionários funcionaram como mecanismo para desterritorializá-los, principalmente com os descimentos realizados pelos missionários, como o ocorrido em 1721: “os nossos padres que cuidam dos índios residentes na serra da Ybiapaba conduziram da floresta para os aldeamentos um grande número de selvagens, (quase 5000) e se esforçaram para reuni-los aos demais habitantes da povoação.”¹⁴

Com a intensificação das atividades missionárias foi necessário demarcar terras para abrigar os aldeamentos, como os dos Tabajara e Aconansu. Em 1706, através de uma missiva ao Rei, o desembargador Cristóvão Soares Reimão fez a delimitação destes aldeamentos:

Depois de ter medido a terra da aldeia dos Tapuias, Acoansus, e índios Tabajaras na serra da Ibiapaba, onde achei 400 casas, e duas mil almas, alem dos Tapuias que são duzentos, com quem assistem por missionários dous padres da comp^a. [Companhia] de Jesus, vim a Ribeira do Camossi onde me apresentarão uma data de duas léguas p^a. [para] a dita missam; os ditos missionários [...].¹⁵

Não somente o convencimento pelos padres de que os nativos deveriam deixar seu território e estabelecerem-se em outras regiões, como as guerras infligidas pelos colonos que se apropriavam de suas terras, ocasionaram um processo de desterritorialização das populações indígenas. Todavia, os aldeados não estavam livres de sofrerem violências praticadas pelos colonos, em busca de mulheres e mão de obra para seus currais e roças. Algumas vezes os conflitos ocorriam com a invasão de aldeias para escravizar os indígenas. Estes conflitos entre missionários, curraleiros e funcionários reais, relativo ao trabalho

13 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 45.

14 ANDREONI, João A. Trechos de Cartas do Jesuíta Padre João Antônio Andreoni, escriptas nas Cartas Annuas de 1714-16-21. *Revista do Instituto do Ceará – RIC*, Fortaleza, t. XXXVI, 1922. (Coleção Studart), p. 81.

15 Carta do desembargador Cristóvão Soares Reimão ao rei [D. João V] sobre a vistoria feita à terra da aldeia dos tapuias “Acoansus” e índios tabajaras na Serra da Ibiapaba. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p. 255.

dos nativos, foram motivos de diversas queixas às autoridades metropolitanas desde os primeiros momentos da colonização.

Os primeiros religiosos a realizarem missões naquela região foram os Jesuítas, que dedicaram seu apostolado junto aos Tabajara da Serra da Ibiapaba e, esporadicamente, acompanhavam outros grupos. Sobre o trabalho desses e informação acerca dos povos missionados, as Cartas Anuais relatavam as impressões sobre o modo de vida dos indígenas, suas práticas culturais, as violências e resistências destes nesse contexto de ocupação colonial, e as ações dos missionários.

A frente de expansão acabou expulsando e destribalizando diversos grupos étnicos que migraram para distantes sertões, como o ocorrido com os Tabajara, conforme relato do missionário. O jesuíta Ascenso Gago fez uma descrição dos Tabajara e informou que eles não eram originários da região, mas sim Tupinambás

[...] procedentes da Baía, aonde os primeiros Tabajara se começaram a propagar, e daí se estenderam pelo Rio de S. Francisco arriba, tendo o domínio daquela fertilíssima ribeira até as serras do Rariguaçu, que a poucos anos conquistaram os Paulistas.¹⁶

Ainda segundo Gago,

[...] principais com as suas aldeias, com diferenças que tiveram com outros principais mais poderosos da mesma nação, e atravessando os sertões do Rio São Francisco e do rio Ipiaugui, defendendo se com suas armas das nações bárbaras que os habitam, vieram a parar em esta serra de Ibiapaba, em a qual a residem há mais de duzentos anos, segundo o computo que se pode fazer pelos principais que por direita sucessão há havido nesta serra, e as idades de que morreram segundo se acha os annaes de suas próprias memórias.¹⁷

16 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.339. A relação elaborada por Ascenso Gago foi publicada nas seguintes obras: PINHEIRO, Francisco José. Documentos para a história colonial, especialmente a indígena no Ceará (1690-1825). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2011; LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa/Rio de Janeiro: Livraria Portugália / Editora Nacional do Livro, 1943, tomo. 3, p.38-56.

17 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720),

O padre Ascenso Gago, a partir das memórias dos anciões, relatou ao seu superior sobre a vida dos Tabajara, ao mesmo tempo em que expressou sua opinião sobre práticas culturais deste povo, dizendo que:

São supersticiosíssimos e crêem cegamente as mentiras dos seus pagés ou adivinhos; porém nesta parte vivem já muito emendados com a ajuda divina os que conosco assistem, porque muitas vezes os temos convencido com razões evidntes, mostrando-lhe as falsidades e embustes dos seus pagés, curando e dando são, por permissão divina, a muitos enfermos que os pagés nunca puderam sarar. Também no beber são muito desordenados; havendo mantimentos na Aldeia são as bebedices contínuas e apenas se achará legume ou fruta de que não façam vinho. Tanto que os meninos têm sete para oito anos, os fazem professor esta arte; para o que se fazem na Aldeia grandes vinhaças e o primeiro a quem embebedam é o menino, fazendo-o beber a força, até que caia, e ao depois bebe toda a Aldeia fazendo grandes festas de músicas e danças ao som das suas flautas e tambores.¹⁸

Na visão do padre, a cultura indígena era um misto de superstição e crenças, e o perigo estaria nos pajés – detentores do saber e da memória nativa – nas bebedeiras e na devassidão da vida íntima. Para ele, a cultura desses povos precisava ser modificada, e o modelo a ser adotado seria a ocidentalização e os preceitos cristãos. Em outra referência, ele informou aos superiores sobre a dificuldade que era o processo de modelagem desse nativo, porque:

É muito dificultoso o tirar-lhes estas bebedices, e nêstes princípios convêm permitir-lho, porém ao menos temos acabado com êles não haja brigas nem feridas, e o não beberem sem pedir licença e até o presente o tem observado exactamente. No particular dos seus casamentos são depravadíssimos. Entregam as filhas de 9 e de dez anos de idade a título de multiplicação; e êles as repudiam tôdas as vezes que querem, recebendo outras em seu lugar. Há entre êles homens que têm tido 40 e 50 mulheres e tôdas têm repudiado. Só estimam e conservam as que são trabalhadeiras e destas têm tantas quantas podem sustentar. Aos que conosco assistem temos tirado êstes bárbaros costumes. Não entregam já as filhas, porque prometemos casá-las, em sendo cristãs, para que os maridos as não repudiem, e também quanto ás muitas mu-

Tomoi (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.340.

18 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomoi (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.344.

lheres, os temos persuadidos com boas razões a que não tenham mais que uma, e a um dêstes mais pertinaz em querer conservar duas a que tinha, o castigou Deus, matando-lhe a Segunda e assim se ficou com uma somente. Só um principal conserva ainda duas que tem, ambas as irmãs com o qual dissimulamos ainda, por justas causas, porém já tem prometido largar da Segunda, tanto que a primeira se batizar e casar com ele in facie Ecclesiae. Até aqui o gentio de língua geral chamado Tabajara.¹⁹

Quanto à descrição dos Tabajara, os missionários estavam mais próximos, pois conviviam com eles e iam conhecendo sua cultura, mesmo os vendo como diferentes. Ele e seus companheiros também mantinham contato com outros povos, estes reconhecidos como tapuias. O Pe. Ascenso Gago, em 1695, descreveu assim os Areriu:

Habita esta nação outra serra de penedia alta e fragosa, que dista da serra da Ibiapaba 8 léguas, porém pequena em comparação dela, porque terá de comprimento 6 léguas somente, É esta nação gente de corso, Há entre eles 4 principais pelos quais estão repartidos os vassalos, a saber: o principal Timucu, o principal Coió, o principal Arapá, e o principal Guarará. Descem a fazer suas correrias pelos campos à caça e ao mel, e se tornam a recolher à sua serra. Não comem carne humana, bebem pouco, casam as filhas depois de quinze anos de idade, costume geral do Tapuia desta costa, não tem que uma mulher, a qual costuma também repudiar alguma vez, principalmente, se é preguiçosa. É nação belicosa e muito valente. Tem por timbre morrer antes que perder a batalha ou dar as costas ao inimigo. Cada um deles tem tanto nomes quanto são os inimigos que tem morto. E assim aquele é tido por mais valente que tem mais comprida ladainha de nomes [...]²⁰

Da mesma forma, descreveu os Aconguaçu como:

[...] gentio de corço. Habita aquela ponta da serra da Ibiapaba que fica mais vizinha ao mar. Nos costumes não difere muito do

19 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.344.

20 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.345.

tapuia Reriu. Não comem carne humana, mas os ossos dos seus defuntos os desenterram ao cabo de 6 meses e moídos e desfeitos os comem com mel de abelha, em sinal de maior que lhes tem. Costumam prantear os seus defuntos um ano inteiros; e os viúvos se não tornam a casar senão depois de ano; É também gentio guerreiro e com singularidade destro na flecha, com a qual não perde tiro; e se alguma vez viram as costas ao inimigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro [...].²¹

Diferentes da sociedade Tabajara, tido por Tupinambá, esses dois povos, considerados como tapuias – povos inimigos na língua tupi – valentes, guerreiros e não antropófagos, não foram aldeados pelos jesuítas, pela “falta de feramentas para eles roçarem e plantarem”²². Segundo o Pe. Ascenso Gago,

[...] não pudemos até agora assitir-lhes com o pasto da doutrina continuamente, por nos ficarem distante da donde ordinariamente assistimos que são as Aldeias dos Tabajaras. Somente os visitamos de tempo em tempo e nestas visitas lhe temos bautizado algumas crianças em extrema necessidade.²³

Diante da impossibilidade da fixação através da implantação de lavouras, os nativos continuariam a caçar, pescar e colher seus méis pelos campos, o que dificultava os ensinos da doutrina cristã. Preocupados com o avanço das atividades agropastoris e da diminuição das terras indígenas, o Pe. Ascenso Gago na carta Ânua, em 1695, informou que “os índios da Missão, assim os de língua geral como os Tapuias não cessam de pedir que lhe conserve as suas terras e que lhes não deixe tomar aos brancos, porque não querem que os brancos tenham bulhas com eles, assim como as tiveram com os índios do Guaçu e Rio Grande”²⁴.

21 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.345.

22 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.345.

23 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p. 355.

24 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720),

Para alguns grupos indígenas, em especial suas lideranças, a intermediação dos padres era importante para coibir ou diminuir as desavenças com os participantes da frente de expansão. As informações sobre as guerras na Capitania do Rio Grande contra os Janduim, Canindé e outros povos, a guerra dos bárbaros, deixaram profundas marcas e medos neles diante das violências praticadas pelos invasores paulistas. Além das perdas de seus territórios, muitos foram reduzidos à condição de cativos. Macedo, ao tratar da colonização do sertão do Seridó e da criação da freguesia de Santana, no Rio Grande, comentou que

[...] somente entenderemos com clareza o surgimento dessa freguesia se a enxergarmos como sendo parte integrante de um movimento mais amplo, o de colonização do sertão da Capitania do Rio Grande, possibilitado pelo alargamento da fronteira da pecuária, à medida que o Rei de Portugal – através do capitão-mor – doava porções de terra para serem ocupadas pelo gado e por lavouras.²⁵

O medo da ocupação de suas terras e da violência praticada nas guerras pelas frentes de expansão agropastoris fez com que os nativos solicitassem aos missionários a intercessão junto às autoridades, no sentido de proteger seus territórios e suas vidas. Esses se comprometeram em procurar as autoridades e solicitar que oferecessem aos nativos terras suficientes para viverem, e, aquelas que não fossem necessárias, os colonizadores poderiam ocupá-las. Dentro desta proposta, o Pe. Ascenso Gago julgou necessário,

[...] segundo a quantidade deste gentio, são as que ficam desde a barra do Aracatimirim até a barra do Temonha que serão por costa 12 léguas pouco mais ou menos, cortando desde as barras dói dito rios a rumo direito para a serra da Ibiapaba, entrando na sesmaria tudo o que os rumos apanharem da serra até entestar com os campos gerais que lhe ficam da outra parte. Porque desta sorte ficam tendo a Serra toda a terra lavradia que lhe é necessária para as suas lavouras e para parte do mar todas as caatingas e campinas que lhe são necessárias para buscar a caça e o mel para o seu sustento; e este é um dos meios necessários para a conservação deste gentios, mas não sei a quem se há de pedir esta sesmaria.²⁶

Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p. 362.

25 MACEDO, Helder A. Medeiros. *Percepção dos colonos a respeito da natureza no sertão da capitania do Rio Grande. Topoi*, Rio de Janeiro, v. 8, n.º. 14, p. 37-76, jan-jun. 2007; p. 38.

26 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In:

O provincial da Companhia de Jesus, Pe. Alexandre de Gusmão, escreveu ao Conselho Ultramarino informando sobre as obras dos padres da Companhia nas missões do Ceará e os problemas encontrados por eles, especialmente a sesmaria pedida para os índios. Em relação a este item, o Conselho aprovou o seguinte:

[...] lhe deem de sesmaria todas as terras, que lhe foram necessárias por aqueles governadores, em cujo distrito tocar a sua jurisdição a data deles, e na parte que este mesmo religioso representa, fazendo que de nenhuma maneira se altere a sua posse, nem lhas tiremos brancos de que eles receiam, mandando proceder com aquellas penas condignas ao delicto dos que obrarem o contrário, para que experimentem este gentio a fé que V. Mag^{de}. Os ampara para lograrem o que he seu, e seja este exemplo que mova os mais a abraçarem a nossa amizade.²⁷

Mesmo com a aprovação do Conselho, os limites da sesmaria não foram respeitados, pois em carta de 1697, o mesmo padre informou que os vaqueiros da Casa da Torre estavam estabelecendo sítios nas terras dos Reriu e Aconguaçu. Nas concessões de sesmarias essas terras foram doadas e as populações nativas acabaram sendo aldeadas num território que tinha uma légua em quadro.

Doação de sesmaria aos nativos como garantia de sobrevivência

Em 1695, o padre Ascenso Gago ao relatar em carta aos seus superiores sobre a Missão da Ibiapaba e os sucessos tidos com os povos nativos, informou que a melhor maneira destes viverem em paz e sob a proteção da Igreja era doar sesmaria para os índios se protegerem dos curraleiros, que vinham entrando no sertão e invadindo seus territórios. Ao referir-se a essa sesmaria, o padre falou de seu tamanho, da utilização de terras para plantio, daquelas que partem para o mar e “as caatingas e campinas que lhe são necessárias para buscar a caça e o

SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.362.

27 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.371.

mel para o seu sustento”²⁸, que segundo o missionário é um meio para conservação dos nativos e de suas práticas.

No período de 1700 a 1709, a fronteira com a Capitania do Maranhão foi ocupada pela aldeia da Ibiapaba, administrada pelos padres jesuítas, e diversas sesmarias foram adquiridas pelos missionários e seus protegidos, como as senhoras nobres paulistas, seus maridos e filhos, parentes de Ascenço Gago, e os principais da nação Tabajara – todos aliados dos missionários jesuítas. Para Geraldo Nobre, os tabajaras e seus missionários não conseguiram manter o domínio sobre o território adquirido pela ordem real de 1697, que concedia terras desde o Rio Aracatimirim até o Timonha, mas preservaram as terras nas proximidades da missão da Ibiapaba. Ele afirmou que,

[...] ao requerer a sesmaria o padre Ascenço Gago salientara a conveniência de situarem-se os índios em aldeias pela costa que dista do Ceará ao Maranhão duzentas léguas, sendo o seu propósito, por conseguinte, descê-lo da serra, a fim de efetivar a ocupação do litoral, ou de impedir o isolamento da Missão, cercada pelas terras de outros donatários. [...] somente em 1706, quase decorrido um decênio, foram concedidas sesmarias ao padre Ascenço Gago, superior da missão, aos principais D. Jacob de Sousa e D. Simão de Vasconcelos e á viuva Catarina Ribeiro de Moraes, natural de São Paulo, no rio Coreau, ou Camocim, a primeira em 03 de setembro e as demais no dia seguinte. No mesmo ano, em 11 de novembro, Inácia Machado, Inês Pacheco, Vitória Rodrigues da Câmara e Úrsula da Câmara, também paulistas, requereram quatro léguas de acréscimo 8 x 6 que já possuíam entre aquele rio e o Parnaíba e, 9 de dezembro, ainda de 1706, o complemento para o total de dezoito, permitido por lei, à razão de três por pessoas, aparecendo então como suas companheiras Maria Gago e Josefa Machado. Nesta última data, houve também despachos contemplando o padre Ascenço Gago e a mencionada viúva, que fora casada com José Dias Paes e certamente era mãe do sacerdote homônimo, por sua vez sesmeiro de uma data de 23 de janeiro de 1704, na qual teve por companheiro Marcelino Gomes e José Correia de Lemos [...].²⁹

28 1696, setembro, 4, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenço Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.371. CARTA ânua do que se tem obrado na Missão da Serra da Ibiapaba desde o ano de 93 até o presente de noventa e 5 para o Padre Alexandre de Gusmão da Companhia de Jesus, Provincial do Brasil, assinada pelo padre Ascenço Gago e Manuel Pedroso – 1695. In: LEITE, *Op. Cit.*, 1943.

29 NOBRE, Geraldo Silva. *História eclesiástica do Ceará* – Primeira parte. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980, p. 178.

Nobre ressaltou que os padres e seus aliados indígenas solicitaram novamente na centúria seguinte mais terra, como aquelas solicitadas pelo:

[...] próprio Reitor do Colégio da Companhia de Jesus, da Vila do Recife, fez novo requerimento de terras devolutas, entre o sítio da Embueira e a serra da Tabainha [...] posteriormente, coube ao principal, D. Sebastião Saraiva pedir duas léguas por uma nas sobras do sítio Ubajara, que alegou ter descoberto, e também foi atendido, em 30 de novembro de 1721, quando outro cacique o mestre de campo D. José de Vasconcelos, já conseguira a data de 14 de dezembro de 1718, no lugar Sununga, e daí correndo para o mar. Na verdade toda a terra concedida a partir de 1706 aos Tabajaras, aos jesuítas e às donas paulistas tinha uma superioridade bem menor que a autorizada pelo Rei Dom Pedro I de Portugal em 1697, desde a barra do rio Aracatimirim até a do Temonha [...].³⁰

Em relação às terras das aldeias dos Anacé, Tremembé e Reriú não foi possível visualizar esta estratégia de proteção das missões. No caso dos índios Tremembé, foram concedidas a terra à missão e seu missionário, o padre José Borges de Novais, que junto com seu irmão, Alexandre Borges de Novais, adquiriram terra entre o Aracatiaçu e Aracatimirim.³¹ Os Anacé foram aldeados na região do Rio Cruxati, Serra da Uruburetama, Aldeia da Ibiapaba e no Rio Mundaú, conforme informou em sua petição de sesmaria o capitão João de Sá: que as terras solicitadas iniciavam do limite da propriedade de “Antônio Marques Leitão até a conquista com as demarcações dos tapuias Anacés”³². As terras doadas aos Anacé foram confiscadas pelo poder régio por eles terem participado de diversas revoltas.

Assim, os missionários que aldearam diversos povos indígenas e solicitaram terras, como o Pe. Ascenso Gago, com 03 sesmarias; os irmãos Novais, missionários dos Reriú e Tremembé, e o Pe. Antônio de Sousa Leal com os Aconguaçu, obtendo uma sesmaria cada. Quanto ao padre Ascenso Gago, este solicitou uma sesmaria para os índios tabajaras abrangendo toda a área do Acaraú que,

30 *Id. Ibid.* p. 178.

31 Data e sesmaria do padre José Borges de Novais e Alexandre Borges de Novais. v. 04, n.º.189, p. 5. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. (Org.) *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias*: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. (2 CD-ROM). Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos).

32 Data e sesmaria do capitão João de Sá e mais companheiros, v. 06, n. 376, 1718, p.26. In: Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC. (Org.) *Datas de sesmarias do Ceará e índices das datas de sesmarias*: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. (2 CD-ROM). Fortaleza: Expressão Gráfica / Wave Média, 2006. (Coleção Manuscritos).

inclusive, foi confirmada pelo poder real. Mas na prática não se consolidou, o que talvez tenha feito os principais das aldeias Tabajaras também solicitarem sesmarias. Estes conseguiram sesmarias na Serra da Ibiapaba, nomeadamente, D. Jacob de Sousa (1706), D. Simão de Vasconcelos (1706), D. José de Vasconcelos (1718) e D. Sebastião Saraiva (1721).

Na visão destes jesuítas, que já conviviam com estas populações, o sertão não era o lugar bravio e vazio, como os sesmeiros e autoridades portuguesas acreditavam e utilizavam tal visão largamente na solicitação de mercê, mas era território de vivências, um lugar de caça, de coleta de frutos e mel, de moradia para os nativos.

Nesse sentido, o sertão da ribeira do Acaraú assume significados diferentes para os sujeitos envolvidos nessas disputas: lugar bravio, distante, ingovernável, mas também espaço de sobrevivência, “os tapuias, que como é gentio de corso, e se sustentam de mel e caça, que acham pelos campos e caatingas, não se podem sustentar se lhe tomarem as terras, em que vivem”³³.

Com a diminuição dos seus territórios e os maus tratos sofridos, os nativos se rebelaram contra os curraleiros e o poder régio, causando diversas mortes, inclusive, nas primeiras vilas do Ceará. Um dos relatos sobre a violência contra as populações nativas foi feita pelo padre Antônio de Sousa Leal, que informou ao Rei sobre essas vexações:

Em 1702, mandara o capitão-mor do Ceará Francisco Gil Ribeiro, por ordem del-Rei Pedro, o sargento-mor da ordenança son-
dar a barra do Parnaíba, e bastando-lhe 50 homens, levará mais
de 500 índios do Ceará e da Ibiapaba, e tapuias anasses e Jaguari-
baras, e ainda alguns brancos, a fim de trazer escravos como lhe
dissera o capitão-mor, contra a ordem régia.³⁴

33 1696, dezembro, 20, Lisboa. CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre a relação que fez o padre Ascenso Gago de várias notícias das missões do Ceará. Anexo: cartas e parecer. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo I (1618-1698). Rio de Janeiro: Kappa editorial, 2013, p.371.

34 Exposição do padre Antonio de Sousa Leal, missionário do Brasil em que dava conta, segundo ordem dei-Rey, de todos os agravos feitos ao gentio nas capitánias de Pernambuco e Piauí, onde estivera 17 para 18 anos. Consultas/Cartas, Pareceres, Avisos Secretos, Representações – cod. 1038(K VII 26), fl. 65-69. In: RAU, Virginia. *Manuscritos do arquivo da casa de Cardaval respeitante ao Brasil*. Lisboa/Portugal: Livraria Portugal, 1943, p. 384.

Esse padre, ao tratar da Capitania do Ceará e das violências sofridas pelos índios, relatou que sua carta era diminuta para descrever tanto sofrimento, tanto em relação aos aldeados quanto aos Tapuias:

[...] assim o índio aldeado da língua geral, como tapuia de varias nações da língua travada, dos capitães-mores, soldados e moradores, e principalmente de umas famílias de mulatos e mamelucos de apelido Dias e Coelho. Não era o gentio senhor de sua liberdade, nem de seus bens, nem de suas mulheres e filhas, nem sequer das suas vidas, pois era opinião geral naquele sertão que era lícito matá-lo, porque não era cristão e nem servia a Deus.³⁵

Continuando com sua exposição, ele enumera diversos acontecimentos que acabaram na escravização e violências contra os nativos, como as guerras empreendidas ao Icó (1704), Caratihu (1708) e outras. Essas violências motivaram em 1713 “os tapuias Anassé e Jaguaribora aproveitaram a ocasião para fazer muitos estragos [...]”³⁶. Em represália, o governo reagiu de forma ainda mais violenta contra essas populações. Com o final da guerra, amplia-se a área ocupada pelas fazendas de gados, inclusive sobre as terras doadas aos nativos em sesmarias para seus aldeamentos, como o ocorrido aos Anacê.

Afora os Anacê ou Guanacé, os povos nativos da ribeira do Acaraú foram aldeados em três Missões, de acordo com Araújo:

Missão dos Aconguaçus, ribeira do baixo Coreau ou Camocim (1703), sob a direção do Pe. Antonio de Sousa Leal; 2. Missão dos Tremembés de Almofala, entregue aos cuidados do Pe. José Borges de Novais, ribeira do baixo Aracatimirim; 3. Missão dos Rerius, ribeira do médio Acaraú, aldeados na serra da Meruoca, sob direção do Pe. José Teixeira de Miranda (1712).³⁷

Todavia, a disputa pela mão de obra nativa marcou aquele sertão, como outros da colônia. Os “negros” da América Portuguesa não deixaram de ser objeto de conhecimento dos colonizadores. Esses utilizaram suas categorias classificatórias para apreendê-los, reconhecendo-os como gentios da terra, índios ou tapuias e utilizando adjetivações para sua cultura como selvagem e bárbara.

35 *Id. Ibid.* p. 387-388.

36 *Id. Ibid.* p. 392.

37 ARAÚJO, Francisco Sadoc de. *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú*. Sobral: UVA, 2000, p. 37.

Exemplos dessa classificação foram os registros efetuados no livro misto do Acaraú, de 1725 a 1752, onde foram escritos diversos batismos e casamentos, referentes a índios, tapuias e a várias etnias, como Anaçê e Lonjax. Neste livro temos anotado nenhum curiboca, 23 índios, 23 tapuias, uma cunhã e uma mameluca. Estes foram identificados como forros e escravos. A maioria dos índios registrados como escravos foram identificados como tapuias. Os escravos foram 01 índia escrava, 20 forros e 01 cunhã³⁸.

Vale lembrar que as adjetivações não foram exclusividades das populações nativas, o sertão do Acaraú, distante das vilas açucareiras e das fortalezas litorâneas, que inicialmente foi visto pelos fazendeiros como bravio devido à resistência dos povos nativos e à rudeza de seu clima e de sua terra, passa a ser visto como submisso ao ser conquistado e colonizado. Essa justificativa está presente na petição feita por Leonardo Ribeiro de Sá, ao solicitar carta de sesmaria de 04 léguas de terras no rio Acaraú. Segundo afirma “ser elle supplicante o primeiro povoador da dita ribeira, havendo respeito do exercício gasto q. fez e dispêndeo de sua fazenda em fazer aldear o gentio bravio que nella habitava, reduzindo-os ao grêmio da igreja [...]”³⁹.

No governo de Francisco Gil Ribeiro (1699-1701) fora empreendida uma expedição com a finalidade de “descobrir” o Rio Parnaíba. Em seu requerimento ao rei em 1708, anexas ao documento estavam várias certificações sobre o seu governo. Numa delas, o missionário da companhia de Jesus, Padre Asenso Gago, certifica ao rei o bom governo de Gil Ribeiro, seja no espiritual, ao proibir os soldados de irem às aldeias acompanhados da boa amizade com os missionários e, no temporal, da expedição para sondar a barra do Rio Parnaíba “em que constou a tropa de mais mil homens entre brancos, e índios de sua jurisdição”⁴⁰.

Já Frei Antônio das Chagas, monge beneditino, declara que o descobrimento do Rio Parnaíba e Paraím foi importante para redução e aldeamento de “muitas das nações do gentio bárbaro que existia no Ceará para aquela mesma parte até a ribeira do Acaraú, ficando todo o mais até o dito Rio Parnaíba capaz de se poder reduzir ao grêmio da Igreja para cujo efeito assistiu

38 Livro Misto da Missão Velha (1745-1747). NEDHIS/UVA.

39 CARTA de sesmaria que se passou ao sargento Mor Leonardo de Sá. In: *Documentação Histórica pernambucana*. Sesmarias, v. 1. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1954, p. 80.

40 Post. a 26 de janeiro de 1708. REQUERIMENTO de Francisco Gil Ribeiro ao rei [D. João V], a pedir o ofício de tabelião do Público Judicial e Notas e escrivão da Câmara e mais anexos da capitania do Ceará. Anexo: documentos comprovatórios. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo II (698-1720), p. 180.

aos missionários com tudo o que lhes era necessário, assim de ajuda como favor para conservação das missões⁴¹.

Outro sacerdote, o franciscano Frei Basílio do Sacramento, relata que a expedição ao Parnaíba pôs em paz os indígenas e aldeou seis nações de tapuias em toda Ribeira do Acaraú. Um dos participantes dessa expedição foi o padre Domingos Ferreira Chaves, que relata em sua certificação ao rei sobre os feitos de Francisco Gil Ribeiro. Segundo o missionário, deve-se a Gil Ribeiro, o descobrimento do Rio Parnaíba;

resultou o reduzirem-se cinco nações de tapuias bárbaros à nossa santa fé para esta parte de Parnaíba; e por ordem do dito capitão se batizaram muita parte de seus filhos se lhe fizeram igrejas a duas nações donde hoje estão dois sacerdotes administrando-lhes os sacramentos⁴².

Em relação aos Anacé da Serra da Uruburetama, dissera que “muitos tapuias da nação Anacé que habitam a serra da burburetama se viessem sujeitar ao grêmio da Igreja, enviando me para os capacitar e fazer-lhe igreja como com efeito fiz na dita serra Uruburetama⁴³. O vigário da matriz da Vila de São José do Ribamar da Capitania do Ceará Grande, padre João de Matos Serra, ao relatar os feitos do capitão Francisco Gil Ribeiro, elenca o cumprimento das ordens do rei para “erigir a Vila de São José do Ribamar e descobrimento do Rio Parnaíba⁴⁴. Além de citar a redução dos Arariu e as pazes com diversas nações.

41 CERTIFICAÇÃO de Frei Antônio das Chagas, religioso, monge de São Bento, lente em a sagrada teologia, assistente no mosteiro de Olinda. In: Post. a 26 de janeiro de 1708. REQUERIMENTO de Francisco Gil Ribeiro ao rei [D. João V], a pedir o ofício de tabelião do Público Judicial e Notas e escrivão da Câmara e mais anexos da capitania do Ceará. Anexo: documentos comprovatórios. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo II (698-1720), p. 186.

42 CERTIFICAÇÃO de Frei Basílio do Sacramento. Post. a 26 de janeiro de 1708. REQUERIMENTO de Francisco Gil Ribeiro ao rei [D. João V], a pedir o ofício de tabelião do Público Judicial e Notas e escrivão da Câmara e mais anexos da capitania do Ceará. Anexo: documentos comprovatórios. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo II (698-1720), p. 186- 190.

43 CERTIFICAÇÃO do padre Domingos Ferreira Chaves, sacerdote do hábito de São Pedro, missionário da aldeia de Nossa Senhora do Pilar dos tapuias anaces e prefeito das missões da dita aldeia ate o rio Parnaíba. In: Post. a 26 de janeiro de 1708. REQUERIMENTO de Francisco Gil Ribeiro ao rei [D. João V], a pedir o ofício de tabelião do Público Judicial e Notas e escrivão da Câmara e mais anexos da capitania do Ceará. Anexo: documentos comprovatórios. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo II (698-1720), p. 190.

44 CERTIFICAÇÃO do padre João de Matos Serra, prefeito das missões desta capitania do Ceara Grande, vigário confirmado da matriz desta vila de são José de Ribamar. In: Post. a 26 de janeiro de 1708. REQUERIMENTO de Francisco Gil Ribeiro ao rei [D. João V], a pedir o ofício de tabelião do Público

As terras da ribeira do Acaraú, mesmo depois da concessão de 300 sesmarias, no período compreendido entre 1682 e 1720, em algumas áreas os nativos ainda não tinham sido desterritorializados; isto é, descidos para os aldeamentos, escravizados ou sujeitados aos novos proprietários das terras.

Se algumas nações indígenas fizeram as pazes e foram aldeadas, outras continuaram resistindo ao colonizador, como cita o ocorrido numa terra pertencente a Ana Maria de Jesus, cujo imóvel fora adquirido por doação de sesmaria em 1694, numa solicitação coletiva feita por diversos sesmeiros, inclusive o seu pai, João Fernandes de Sousa. Na parte pertencente a Ana, localizada na ribeira do Aracatiaçu, no sítio Patos, existia em 1721, ano do seu falecimento e abertura de seu inventário, terras que eram habitadas por nativos e, por isso, não foram avaliadas pelos avaliadores sob argumento de serem “infestadas de índios bravios”⁴⁵. Ressalta-se que, mesmo depois de diversas investidas contra os nativos, guerras de extermínio na ribeira do Aracatiaçu e expedição punitiva após a revolta dos Reriu e Anacê, na ribeira do Acaraú, em 1713, ainda continuavam os indígenas a ser um empecilho à ocupação de suas terras.

Considerações Finais

Assim, mesmo estando fechada a fronteira do Acaraú aos inimigos externos da Coroa e aos nativos, indígenas resistiam à família dos Coelho de Moraes, família em cuja Ana era neta de João Fernandes, sobrinha de Manuel Dias de Carvalho e esposa do capitão-mor José de Moura Negrão. Todos parentes do mulato Felipe Coelho. Provavelmente, outras terras não tivessem sido avaliadas devido à resistência dos nativos naquele momento, o que não impediu o avanço da ocupação das terras daquelas ribeiras no decorrer do século XVIII.

O que se percebe é que os conquistadores das terras da ribeira do Acaraú, especialmente os negros (pretos, cabras, mulatos e pardos), participaram com os outros colonos da conquista da Capitania, de repressões e guerras aos nativos, como escoltas a missionários que iam estabelecendo estruturas materiais, fortalezas, currais e aldeamentos que efetivavam o controle dos sertões, no interior da capitania cearense. Especialmente nas terras daquele sertão. Segundo Santos, “a conquista dos sertões só se efetivou quando e onde implantou

Judicial e Notas e escrivão da Câmara e mais anexos da capitania do Ceará. Anexo: documentos comprovatórios. In: SOARES, José Paulo Monteiro e FERRÃO, Cristina. *Memória Colonial do Ceará*. vol. 1 (1618-1720), Tomo II (698-1720), p.190.

45 Inventário *post mortem* de Ana Maria de Jesus. 1721, caixa 02. NEDHIS/UVA.

determinadas estruturas materiais de ocupação, que garantiram a apropriação territorial e o controle das populações indígenas remanescentes”⁴⁶.

Nesse sentido, a reconquista da fortaleza do Ceará é uma dessas instituições que efetivaram a ocupação, porque estabeleceu a força militar e a sede administrativa, onde as políticas em relação à terra e às populações nativas foram pensadas e executadas. Noutra frente, o aldeamento dos padres Jesuítas, na Ibiapaba, efetivava a presença religiosa nos limites do estado do Brasil e Maranhão, possibilitando a evangelização e os aldeamentos dos Tabajara e outros indígenas dos sertões vizinhos nos moldes ocidentais e a distribuição das terras em sesmarias.

⁴⁶ SANTOS. M. R. A. dos. *Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750*. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 453 f, 2010, p. 152.



A construção do cearense médio

Raimundo Alves de Araújo¹

No Siará Grande do final do século XVIII, os rios eram estradas tortuosas e semidesertas; estradas que saindo do litoral e percorriam ao sabor das oscilações climáticas os interiores “indevassados” e selvagens do sertão dos *Inhamuns*, da Serra da *Ibiapaba* e do sertão dos *Cariris Novos*. Era temerário ao viajante aventurar-se por estes rincões sem uma escolta de cabras armados e sem cartas de apresentação escritas por autoridades conhecidas e reconhecidas pelo Rio de Janeiro, ou pela Coroa de Bragança, de Lisboa, “do outro lado do mundo”.

Além da cidade de Recife, em Pernambuco, a sede administrativa do poder político formal cearense eram as Vilas (ou municípios) do sertão, com suas Igrejas (lugares que simbolizavam o poder político/religioso do soberano e de seus vassalos) e suas Câmaras-cadeias (lugares onde os “*homens bons*” – vereadores, juízes leigos e proprietários - se reuniam para decidir o destino de suas comunidades). Com suas câmaras, o sertão estava entregue “ao governo de si mesmo”, praticamente não havia nenhum contato efetivo entre as comunidades “abandonadas no sertão do Ceará-primitivo” e o centro do Império português (as cidades de Olinda, Lisboa, Rio de Janeiro, ou mesmo Fortaleza).

É provável que a figura do *homem bom* – sob quem a monarquia ibérica depositava o “fardo” de governar as municipalidades – teria advindo a partir da figura do “homem de bem,” que havia sido inspirado pela literatura religio-

¹ Raimundo Alves de Araújo é professor da SEDUC, graduado em história pela UVA, mestre em história social pela UECE, e doutorando em história cultural pela URCA-UFF. E-mail: raimundo.arcanjo.ipu@gmail.com

sa do *Antigo Testamento*, e pelos valores cavaleheirescos do mundo medieval. Um *homem bom* seria aquele homem “que não tem maldade”, ou “um homem de qualidade”, alguém que se distinguiria dos demais indivíduos – como *Loth* entre os *sodomitas* – para que o rei e o seu Conselho pudessem depositar sobre ele a condução dos destinos de sua comunidade. Este homem não seria outro se não o colono proprietário, o homem branco, o sesmeiro adventício, ou o Capitão-mor de Milícias e de Ordenanças, alguém cujo lugar social e a ascendência na família havia sido designado pelo próprio Deus, para dirigir a *república*, como Deus, Adão, Noé, Moises, Loth etc. Em outras palavras, acreditamos que além do Código Filipino, a Bíblia Sagrada fora uma das principais fontes de inspiração para o Direito português para a produção de “um sentido para o mundo”; daí advogamos que a figura jurídica do *homem bom* teria se originado a partir da influência da literatura sagrada do *Antigo Testamento* e do legado cultural da *Idade Média*. Tal literatura, imiscuída com o imaginário fantástico de *Antigo Regime*, funcionava como um sistema de leis, de ordenamento do mundo, que autorizava o poder do pai sobre os filhos, do marido sobre a mulher, dos reis sobre os súditos, dos Senhores sobre os servos etc. Não por acaso, no *Vocabulário* de Bluteau a palavra *pai* estava associada a Deus-pai, aos “pais-fundadores” (de uma nação), e ao governo dos poderosos e “caritativos”:

Pai, Pay, ou Pae. Deus Pai, [...] é a primeira pessoa da Trindade, que gerou [...] ao Verbo Divino, seu filho Unigênito. Nosso primeiro pai é Adão. [...] Pai de família, Cabeça de casal, quer tenha filhos, quer não. *Paterfamilias*, ou *Pater Familie*. [...] Pai, Título, que o respeito e o agradecimento dão aos que tem feito grandes serviços ao público. [...] os que são ricos, e caritativos, são chamados de Pais dos pobres. Adágios portugueses do Pai: Entre pai e irmãos, não metas as mãos. Pai santo, filho diabo. Um pai para cem filhos, e não cem filhos para um pai. [...] Pai não tiveste, mãe não temeste, diabo te fizeste.²

O chefe de cada família – de cada família latifundiária – era assim entendido como uma fonte legítima para a autoridade política não apenas na família, mas no lugar. Tal sistema de leis, que retirava grande parte de sua legitimidade nos costumes e tradições cristãs, também sancionava o poder dos “melhores

2 BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. Lisboa, oficina de Pascoal da Silva, 1717; p. 185-187. Disponível em: <http://creativecommons.org/publicdomain/zero/1.0/>.

do lugar”, os *Pater Familie*, os *homens bons*, da “melhor sociedade”, dos “cidadãos-patriarcas” com direitos políticos, sobre a ralé de “idólatras” e “vadios” a sua volta. Era daí – da Bíblia e do Direito real português – que vinha a ideia de que o governo dos municípios deveria recair sobre os ombros da elite fundiária local, de seus *patriarcas* e *homens bons*. Os destinos políticos de suas comunidades deveriam, naturalmente, ser deixados aos caprichos e interesses dos “melhores do lugar”, a elite fundiária e comerciária, a “boa sociedade”, os estabelecidos. E os inferiores – os índios, os mamelucos e os negros – deveriam contar com o guarda-chuva assistencial oferecido pelos *homens bons* para terem atendidas as suas demandas mais imediatas: o acesso à terra, a proteção contra os inimigos, o amparo diante das calamidades climáticas etc. É a isso que queremos nos reportar quando nos referimos ao “governo da casa”, da parentela, ou mesmo da família de elite dos sertões.

Em síntese, eram cinco as principais vilas dignas de menção do Ciará deste período: Viçosa, Sobral, Fortaleza, Aracati e Icó. E, como já o dissemos, não havia um centro administrativo, cada vila era um polo de autogoverno - uma espécie de cidade-estado - entregue aos humores dos “homens bons” locais – fazendeiros proprietários de terras e de escravos – e seus familiares e agregados, que promoviam a defesa da propriedade através da “lei do mais forte”.

Os Feitosas dominam e têm sua grande influência nos Inhamuns, no Crato e no Ipu, mas principalmente na primeira, que é o seu feudo. Estes Feitosas, com os quais têm familiaridade os Mourões e os Vales foram sempre potentados e quase donos exclusivos dessas comarcas; eram manhosos e não tinham partido certo, seguiam sempre a política dominante, à qual dava sempre o seu apoio em troca da votação de seus domínios. Assim se conservavam sempre nas posições e tinham em suas mãos toda a administração, principalmente policial [...]. Eles matavam e sobreviviam ao bel-prazer. Esses homens dominavam pelo prestígio do seu nome, pela sua riqueza e pelo terror [...].³

Outra parentela muito influente – talvez a mais influente – do Ceará era a família do sertanista João de Barros Braga, que depois teria alterado seu sobrenome para Castro e Silva. Na genealogia da família Castro Silva, da vila do Aracati, consta que o primeiro deste nome teria sido o português *José de Castro*

3 KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. trad. Luís da Câmara Cascudo. 12ª ed. Fortaleza: Editora ABC, 2003; V. I; p. 128.

Silva, natural da *Ilha de São Miguel*, casado com a pernambucana Ana Clara da Silva. Achamos que não foi por coincidência que o sobrenome Castro e Silva aparece citado entre os governadores da Capitania de Pernambuco dentre os anos de 1693 e 1715. Fidalgos enobrecidos pelas mercês concedidas pelo rei português como pagamento pelos serviços prestados à coroa, os Castro e Silva teriam convivido e composto aliança com Barros Braga e os seus familiares. É bastante provável que o Coronel João de Barros fosse pai, tio, ou padrinho da jovem Ana Clara, que desposou o português de ascendência nobre e veio a fixar residência com ele em Aracati, dando início à influente família Castro e Silva, do Ceará. Era comum as famílias de muitas posses contratarem matrimônio com parceiros de origem europeia, para assim branquearem a prole, ou nobilitarem a descendência.⁴

José de Castro Silva [...] – 2º deste nome. Nasceu no Aracaty a 22 de junho de 1749 [...]. Ocupou os lugares de juiz ordinário e Capitão-mor; foi arrematante por muitos anos de grande parte dos dízimos do Ceará [...]; foi negociante na cidade de Aracaty onde fez a Cadeia e a Alfândega, [...] por comissão dos governadores passou revista às Cavalarias do centro da Capitania; teve grande influência com os Ouvidores de seu tempo.⁵

Quando o velho sertanista João de Barros Braga, conquistador para a coroa portuguesa dos sertões dos Inhamuns e dos Cariris, estava próximo de morrer, no ano de 1743, ele já havia implementado, através do casamento de Ana Clara com José de Castro, a sua última “jogada de mestre”: conseguira assim, o velho saqueador das aldeias tapuias e pacificador dos Inhamuns, de uma só tacada “branquear sua prole”, enobrecê-la e elevar sua descendência ao estatuto de uma das conhecidas *casas* da pequena nobreza lusitana.⁶ Ele havia conquistado através do curso dezenas de sesmarias no Ceará Grande, ocupara postos privilegiados e nobilitantes no Aquiraz e no Aracati e havia assim ascendido da vil condição de “homem mecânico” e “caçador de índios” à nobilíssima função de portador do título de *Cavaleiro da Ordem de Cristo*, Capitão-mor do Rio

4 FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Ver também: Araújo, Raimundo Alves de. A fabricação do Ceará e dos cearenses no transcorrer do século XIX. In: SILVEIRA, Edvanir Maia de (org.). *Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*. Sobral: Edições UVA, Sertãoocult, 2017.

5 STUDART, Guilherme. *Dicionário Bio-bibliográfico cearense*. Fortaleza: Imprensa Universitária da UFC, 1980; V. II; p. 104.

6 Rio Grande do Norte (Estado). João de Barros Braga. Fundação José Augusto. Disponível em: ad-con.m.gov.br.

Grande e comandante do Terço da Cavalaria da Ribeira do Jaguaribe.⁷ Mas isso ainda não lhe bastava. Ele – provavelmente um caboclo - sonhava com um enobrecimento ainda mais profundo, com o casamento da jovem, Braga antevia os seus descendentes se emparelharem em honra, em distinção e em “brancitude”⁸ com as distintas e privilegiadas famílias nobres que eram recrutadas e enviadas pelo rei português para governarem Pernambuco e suas Capitânicas anexas (como era o caso do Ceará). Ou seja, com o casamento os Barros-Braga – sertanistas que haviam feito fortuna assassinando índios e tomando-lhes a terra - planejaram o apagamento deliberado de sua “linhagem vulgar” perante a memória familiar; passando uma borracha em cima do “passado vil” e “mecânico”⁹ de seu patriarca e de seus antepassados e abraçando doravante a ideia que eles, os Castro e Silva do Aracati, descenderiam diretamente da “digna” e nobre *casa* dos Castro Silva de Portugal. Se olharmos para a cena política da capitania-província do Ceará nas primeiras décadas do século XIX, veremos que o plano do velho patriarca do Aracati e do Jaguaribe obteve êxito completo. Doravante, os seus descendentes se registram em todas as certidões de nascimento e de casamento com o sobrenome honrado dos nobres “Castro e Silva” de Portugal, e suas mãos não estão mais sujas com o sangue de milhares de índios.¹⁰

Sobral, Viçosa, Fortaleza, Aracati e Icó eram polos centrais em que as vilas da capitania/província do Ceará se autogovernavam com base no poder formal/informal de extensas redes de parentes que se formaram nestes territórios. Estas parentelas nasceram a partir do surgimento de uma elite fundiária que se especializou em defender a terra a mão armada, a ocupá-la e a desempenhar nela quase todas as funções da burocracia pública do nascente Estado Nacional Brasileiro na província do Ceará em questão.

7 GOMES, José Eudes. *As milícias d'el rei: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

8 CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Preconceito racial: Portugal e Brasil-colônia*. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

9 Segundo Raminelli, os indivíduos que exerciam ofícios mecânicos – comerciantes, agricultores, marceneiros etc. – eram vistos como indignos e desprezíveis, diferente da “nobreza de linhagem”, que se ocupava da guerra e das conquistas, e da ocupação de cargos burocráticos. Ver: RAMINELLI, Ronald. *Nobrezas do Novo Mundo: Brasil e ultramar hispânico, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

10 STUDART, Barão. *A família Castro*. Revista do Instituto do Ceará. 1958. p. 108. Um bastardo famoso desta família seria o padre Francisco Correia de Carvalho e Silva, nomeado vigário do Ipu nos anos de 1840. Ver: Araújo, Raimundo Alves de. *Família e poder: a construção do Estado no noroeste cearense do século XIX (1830-1900)*. UECE. Dissertação de Mestrado.

Vilas criadas na capitania do Ceará de 1699 até 1816¹¹

	Nome da vila criada / ano de sua criação	Vilas de portugueses	Vilas de índios	Vilas indefinidas
1ª	São José de Ribamar do Aquiraz / 1699	X		
2ª	Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção / 1726	X		
3ª	Nossa Senhora da Expectação do Icó / 1738			x
4ª	Santa Cruz do Aracati / 1748	X		
5ª	Viçosa, Soure (Caucaia), Arronches (Parangaba) / 1759		x x x	
6ª	Messejana (Paupina) / 1760		x	
7ª	Monte Mor o Novo (Baturité), Crato / 1764		x x	
8ª	Sobral / 1773	X		
9ª	Granja / 1776	X		
10ª	Campo Maior de Quixeramobim / 1789			X
11ª	Vila Nova d'El Rei / 1791			X
12ª	São Bernardo das Russas, São João do Príncipe / 1801			X
13ª	Santo Antônio do Jardim / 1814			X
14ª	São Vicente de Lavras da Mangabeira / 1816			X
	Total	5	6	6

E havia ainda as vilas de origem indígena, montadas pelo poderoso ministro português Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), para adestrar e cristianizar os “bárbaros” dos sertões cearenses, para fazer deles “brasileiros” e “cearenses”:

11 Esta tabela fora construída a partir das informações colhidas em João da Silva Paulet (1814), Aurélio Lopes de Sousa (1774), Márlcio Fábio Pelúcio Falcão e Francisco José Pinheiro. (Ver: Paulet, Antônio José da Silva. Revista do instituto do Ceará, 1898; Sousa, Aurélio Lopes de. Idea da população da capitania de Pernambuco e suas anexas...Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: objdigital.bn.br; Falcão, Márlcio Fábio Pelúcio. *Pequeno dicionário toponímico do Ceará*. Fortaleza: ed. Quadricolor, 1993; Pinheiro, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará* (1680-1820). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008).

Vilas de índios nos sertões do Ceará Grande no século XVIII¹²

Nome	
1ª - Vila de Viçosa (ou Missão da Ibiapaba)	A população destas vilas e povoados, quase em sua totalidade, era composta por remanescentes de tribos indígenas arruinadas pela “limpeza da terra”, e que eram reunidas para serem “reeducadas” e “domesticadas” por padres de diferentes ordens religiosas de acordo com as demandas do mercado colonial. Chamamos este processo de “abrasileiramento”, ou “aportuguesamento”, ou ainda “ocidentalização”. ¹³
2ª - Vila de Soure (ou Caucaia)	
3ª - Vila de Arronches (ou Parangaba)	
4ª - Vila Messejana (ou Paupina)	
5ª - Vila de Monte Mor o Novo (ou Baturité)	
6ª - Missão de Miranda (ou Crato)	
7ª - Missão de Almofala	
8ª - Aldeia do Quixelô (ou Telha)	

É mesmo possível fazermos um levantamento das principais famílias proprietárias – ou parentelas - que dominavam cada uma destas vilas. Os sobrenomes – Gomes da Ponte, Pinto de Mesquita, Alencar, Sousa, Melo, Feitosa, Albuquerque, Castro e Silva e outros – são um indício contundente e sugerem a perenidade do poder político e social destes grupos parentais. Os Paula Pessoa (de Granja e Sobral), os Pinto de Mesquita (de Santa Quitéria), os Gomes Parente (também de Sobral), os Feitosa (dos Inhamuns), os Alencar (da região do Cariri), os Feitosa, Araújo, Sousa, Martins, Mourão, Aragão e Melo (distribuídos pela região da Ibiapaba e pelo sertão dos Inhamuns), os Castro e Silva (da região do Aracati) são algumas destas inúmeras parentelas que viviam da terra e que dominavam as instituições públicas do Ceará nascente. *Numa visão panorâmica, podemos dizer que estas “famílias pioneiras” iriam formar as “árvores-mãe” de onde teriam nascido os “brotos menores” que formariam mais tarde a “grande floresta” da “civilização cearense”.*¹⁴ E fora recrutando os membros destas famílias que o Estado colonial, e depois o Estado

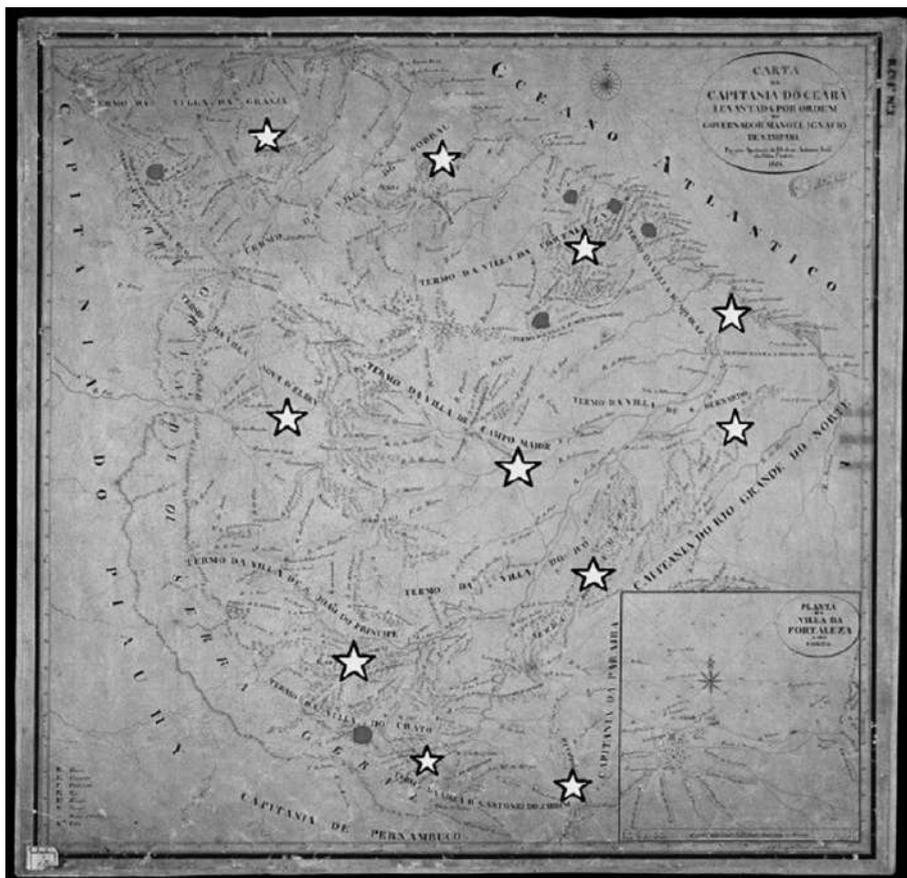
12 Esta tabela fora construída a partir das informações colhidas em João da Silva Paulet (1814), Aurélio Lopes de Sousa (1774), Márlio Fábio Pelúcio Falcão e Francisco José Pinheiro. (Ver: Paulet, Antônio José da Silva. Revista do instituto do Ceará, 1898; Sousa, Aurélio Lopes de. Idea da população da capitania de Pernambuco e suas anexas...Anais da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1923. Disponível em: objdigital.bn.br; Falcão, Márlio Fábio Pelúcio. Pequeno dicionário toponímico do Ceará. Fortaleza: ed. Quadricolor, 1993; Pinheiro, Francisco José. Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820). Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008). Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Rio de Janeiro, v. 25; ano de 1862, p. 65. Disponível: <https://www.ihgb.org.br/> Tais lugares só iriam ascender à condição de vilas após os decretos do Marquês de Pombal. Voltaremos a esse assunto nos próximos capítulos.

13 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. 2ª ed. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Referindo-se ao processo de ocidentalização da Rússia, Anderson chama tal processo de “russificação”, optamos por adaptar o termo à nossa realidade.

14 ARAÚJO, Raimundo Alves de. Cultura e sociedade nos sertões do Ceará do século XIX. In: FARIAS FILHO, Antônio Vitorino (org.). *Nas trilhas do sertão: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará*. Sobral: SertãoCult, 2015; p. 91.

brasileiro independente, iria formar a sua burocracia política e administrativa que iria materializar as instituições públicas e o governo nacional nos sertões do Ceará em questão.

Figura 9 - Mapa da capitania do Ceará de 1818



Carta da capitania do Ceará levantada por ordem do governador Manoel Ignácio de Sampaio (1818)¹⁵

Cada estrela em amarelo marca a localização espacial da sede de uma vila, com câmara, juiz ordinário e tropas milicianas. Assim, temos, da esquerda

15 PAULET, Antônio José da Silva. *Carta da capitania do Ceará levantada por ordem do governador Manoel Ignácio de Sampaio* (1818). Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. As onze estrelas em amarelo foram acrescentadas por nós ao mapa original de Paulet para destacar os pontos aos quais gostaríamos de chamar a atenção. É importante de que diga que o mapa produzido por Paulet foi o primeiro a apresentar a capitania do Ceará em sua totalidade, com uma correta distribuição das Vilas e de seus distritos. Só a partir daquele mapa é que fora possível à burocracia governamental radicada em nossa “vila-capital”, ou em Lisboa, ou na capital do Brasil, pensar a gestão do espaço cearense como sendo uma totalidade.

para a direita, e de cima para baixo: 1) termo da vila de Granja; 2) termo da vila de Sobral; 3) termo da vila da Fortaleza; 4) termo da vila de Aquiraz; 5) termo da vila Nova d'El rei; 6) termo da vila de Campo Maior; 7) termo da vila de São Bernardo; 8) termo da vila do Icó; 9) termo da vila de São João do Príncipe; 10) termo da vila do Crato; 11) termo da vila de Santo Antônio do Jardim.

O papel da Igreja na construção do cearense mediano

Como já sabemos, as *Igrejas* eram áreas de demarcação do território onde a civilização e o seu universo de valores eram repassados aos povos nativos, seus descendentes e aos descendentes diretos dos primeiros colonizadores da região. Por excelência, as igrejas e os seus arredores eram lugares estratégicos de *fabricação* da nacionalidade, do senso moral, das regras de senso comum e das hierarquias sociais daquele universo e de seus habitantes.

Desde os tempos coloniais, as vilas brasileiras tinham em suas fundações elementos que caracterizariam a presença administrativa e o potencial de desenvolvimento da região. O pelourinho era um desses elementos, pois justamente simbolizava a presença de uma justiça pronta para punir as ações que fossem ao encontro de interesses metropolitanos e senhoriais. Outra edificação que era destacada nas vilas, era a da **Igreja Matriz**, pois simbolizava a presença da Igreja católica, sempre ávida em aumentar o número de adeptos no Novo Mundo, e controlar corpos e almas dos fiéis.¹⁶

Vamos apresentar aqui os principais templos das principais povoações do Ceará do início do século XIX:

16 Tribuna do Ceará. Fortaleza em fotos. Disponível em: <http://www.fortalezaemfotos.com.br/2012/06/>.

Figura 10 - Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Viçosa do Ceará¹⁷



Figura 11- Igreja de São Gonçalo da Serra dos Cocos, Ipueiras¹⁸



Figura 12 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Vila/cidade de Sobral¹⁹



17 Igreja Matriz de Nossa Senhora da Assunção, Viçosa do Ceará. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/>.

18 Igreja de São Gonçalo da Serra dos Cocos, Ipueiras. Blog da cadeirinha de arruar. Disponível em: <http://dacadeirinhadearruar.blogspot.com>.

19 Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Vila/cidade de Sobral. Blog Forquilha ontem hoje e sempre. Disponível em: <http://forquilhaontemhojeesempre.blogspot.com.br>.

Figura 13 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Vila do Icó²⁰**Figura 14** - Igreja Matriz de São José, Fortaleza²¹

Na primeira foto, vemos a *Igreja de Nossa Senhora da Assunção*, ainda hoje localizada na cidade de Viçosa, no extremo noroeste do Ceará (na Serra da Ibiapaba, extremando com o Estado do Piauí). Na segunda está a Igreja de São Gonçalo da Serra dos Cocos, em Ipueiras. Depois seguem as igrejas de Sobral, Icó, e Fortaleza. Segundo *Maico Oliveira Xavier*, a Vila de Viçosa teria sido palco privilegiado para a aculturação e para absorção dos índios Tabajaras pela civilização *pré-cearense*, ou *pré-brasileira*.

O Governo Regencial, possibilitando maior estabilidade política às elites províncias, contribuiu para agravar o quadro de usurpação das terras indígenas quando, [...] 12 de agosto de

20 Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Vila do Icó. Blog Icó na Rede. Disponível em: <http://iconarede.blogspot.com.br>.

21 Igreja Matriz de São José, Fortaleza. Arquidiocese de Fortaleza. Disponível em: <http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br>.

1834, concedeu o direito de “cumulativamente”, as Assembleias Legislativas Provinciais organizarem com o Governo Central a “catequese, e civilização dos indígenas”. [...] sendo as autoridades do Ceará [...] as primeiras a negar a existência de índios identificáveis nas aldeias e a querer se apoderar das suas terras.²²

Segundo *Francisco José Pinheiro*, nos anos 1820-40 o projeto de “abrasileiramento” dos povos indígenas fora intenso. *Um dos objetivos, talvez o mais importante, dessa política era fazer desaparecer os povos nativos, mediante sua integração à sociedade nacional*²³. Mesmo *José Bonifácio* (considerado por muitos historiadores tradicionais “o maior estadista do Império do Brasil”) veio dar a sua “receita para o abrasileiramento” dos “bárbaros dos sertões”. Segundo este autor, o Governo Nacional deveria:

Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre índios e brancos, e mulatos, que então se deverão estabelecer nas aldeias, havendo cuidado, porém de evitar que pelo seu trato e maus costumes não arruinem os mesmos índios; proibindo que não possam por ora comprar suas terras de lavouras [...]. [Conclui ele que] O melhor método de amansar índios é casar com as índias os nossos [homens], a quem elas preferem aos seus.²⁴

O processo de apagar as identidades dos “povos bárbaros” fora concomitante à criação de uma identidade genérica, coletiva, para os moradores dos interiores do sertão. Como nos disse *Benedict Anderson*, a construção das unidades nacionais e do sentimento nacional perpassou pela produção de uma amnésia coletiva e pela fabricação de um passado “glorioso” para os cidadãos nacionais e para suas autoridades. Ou seja, debaixo do jargão indenitário de *cearense* – que se configuraria lentamente, na média e na *longa duração*²⁵ – nascia nas cabeças e nos corações daquela população rarefeita a ideia de que eles - os caboclos moradores das vilas e fazendas do sertão - de algum modo se irmanariam debaixo de uma mesma *comunidade nacional* e provincial²⁶.

22 XAVIER, Maicon Oliveira. “Cabocullos são os brancos”: dinâmicas das relações socioculturais dos índios do Termo da Vila Viçosa Real – século XIX. Fortaleza: UFC, 2010. Dissertação de mestrado; p. 137.

23 PINHEIRO, *Op. Cit.* p. 240.

24 SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 64-69.

25 BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

26 ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexão sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

O tipo de homem existente nos sertões do *Ciará Grande* que serviria de base para a construção do *cearense* era uma *matéria-prima problemática*: o tapuia aculturado, o colono belicoso, os caboclos mestiços e toda sorte de “vadios”, “desordeiros” e “vagabundos” oriundos de um ambiente conflitivo herdado do período colonial e das lutas travadas pela conquista da terra.

Era muito difícil sujeitar-se um tapuia a perder a sua liberdade. Muitos morreram desesperados, quando não eram vítimas do bacamarte do colono, que inventa mil astúcias para que o capitão-mor lhes declarasse guerra e guerra de morte. [...] Com o correr do tempo os tapuias em grande parte desapareceram, e os que sobreviveram, foram se modificando, e pouco a pouco se confundiu a raça do selvagem com a dominadora.²⁷

Qual o tipo de homem e de sociedade que seria produzido a partir destas condições sociais e históricas? Tanto a classe dos proprietários de terras (se é que podemos chamá-los assim) quanto a dos caboclos e “vadios” que “infestavam os sertões” eram uma “péssima matéria-prima” para se fabricar um “povo” e uma nação ordeira. Por isso eram tão corriqueiros os assassinatos, os “roubos”, as agressões físicas e as mortes por encomenda. Vem daí a importância do papel da Igreja e dos grupos proprietários de terras para pacificar o sertão e para fabricar a “lei”, a “ordem”, a “moral” e a “paz social” neste ambiente *selvagem*.²⁸ Por isso a elite que surgiria no Ceará era uma elite violenta, militarizada e “acostumada a encomendar mortes” e a resolver suas querelas “na bala, na faca e no bacamarte”! Era diferente para os caboclos humildes dos rincões, das serras e savanas dos interiores dos sertões? É claro que não. O homem do sertão cearense daquele período era um *bárbaro violento*, acostumado às agressões físicas, aos assassinatos por encomenda e às rixas sanguinárias e impulsivas. Que opção teriam tais atores diante do estado de selvageria e de indolência em que aquela sociedade vivia? Na maioria das vezes fazer uso da faca, da espingarda, da espada, da faca-peixeira e do bacamarte era uma demonstração de força, de coragem e de virilidade que todos admiravam. A violência da parentela era uma herança do mundo colonial que iria adentrar os

27 BEZERRA, Antônio. O Ceará e os cearenses. Edições Fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001; p. 14.

28 O que queremos dizer com o termo *selvagem* é que aquela sociedade estava submersa em regras sociais pré-nacionais; naquele ambiente *pré-civilizado* eram comuns rixas sangrentas, emboscadas assassinas e agressões físicas por razões que hoje nos pareceriam triviais. Aquela sociedade ainda não havia passado pelo processo de contenção de impulsos e instintos que Norbert Elias chamou de *processo civilizador* (ELIAS, 1993 e 1994).

sertões do norte do Brasil século XX adentro.²⁹ Tal “herança maldita” era um legado dos bandos de sertanistas coloniais, que viviam da “caça ao índio” e da tomada de suas terras, e também um legado do próprio índio selvagem, cujos sobreviventes foram acabocladados e incorporados como “mão de obra semiescrava” na sociedade sertaneja dali surgida. Ou seja, tanto do lado do colono pernambucano, de quem descendemos, quanto da parte dos “povos bárbaros nativos”, temos uma predisposição quase natural a incivilidade, à violência e certo pendor para a agressividade. Pendor este que apenas os séculos seguintes de “ocidentalização” e de domesticação humana abrandarão.³⁰

Como *civilizar* essa gente? Como fazer do colono violento e do caboclo *selvagem* um mesmo povo, uma mesma nação irmanada debaixo das mesmas leis, costumes e das mesmas tradições? Era esse o desafio a ser cumprido pelas autoridades do centro do *Império* e pelas instituições encarregadas de promover a *civilização dos costumes* pelos sertões selvagens do Brasil como um todo e do Ceará em particular. A receita patrocinada pela monarquia brasileira fora a mesma desde o período colonial: fazer da elite fundiária e de seus asseclas a “fonte da Lei e da ordem” nestes lugares.

Encarregados da economia e da disciplina dos corpos de ordenanças, juízes sem apelação nos recrutamentos, incumbidos da prisão dos desertores, malfeitores e vadios, [os chefes de parentela] tornaram-se o terror dos povos pela opressão e abuso. Intervinham caprichosamente nas causas da justiça [...]; intervinham no eclesiástico, obrigando a casamentos, ou desobrigando aos que recorriam à sua proteção; intervinham, enfim, em tudo, prendendo, condenando e praticando excessos de maldade, segundo lhes ditava o coração... Faziam o que queriam sem receio nem responsabilidade perante as leis e a administração.³¹

Podemos pontuar aqui as principais “agências de construção da nacionalidade” (ou da “cearensidade”) e das simbologias e representações que a elas se acham agregadas:

29 Sobre isso ver: ARAÚJO, Raimundo Alves de. op. cit; BEZERRA, Antônio. op. cit. MACEDO, Nertan. *O Bacamarte dos Mourões*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1980. MACEDO, Nertan. *O clã dos Inhamuns*. 2ª Ed. Fortaleza: Editora Comédia Cearense, 1965. MACEDO, Nertan. *O clã de Santa Quitéria*. Rio de Janeiro: Editora Renes, 1967.

30 ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Trad. Ruy Julgmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994/93. V. 1 e 2.

31 MACHADO, Maximiano Lopes. *Apud*. LYRA, A. Tavares de. *História do Rio Grande do Norte*. Natal: Editorada UFRN, 2008, p. 164.

- a) As Igrejas e a sua política de cristianização e civilização dos povos sob sua tutela;
- b) A criação da Assembleia Provincial do Ceará, em 1835;
- c) A produção de uma *Literatura Nacional* e de uma *História Nacional*, com a produção daquilo que *Benedict Anderson* chamou da *comunidade imaginada*;
- d) A produção de jornais impressos (*O Cearense*, *Pedro II*, *O Jaguaribe* etc.), que passaram a circular pelas principais Vilas e cidades da província no transcorrer do século XIX e que acabaram por disseminar o sentimento de pertença e a ideia de que todos os habitantes destes rincões fariam parte de uma mesma comunidade nacional/provincial;³²
- e) A produção e a divulgação do *Senso Demográfico* promovido por Tomaz Pompeu de Sousa Brasil.³³

Não podemos jamais esquecer que a Igreja era a principal agência de promoção da nacionalidade, da civilização e dos bons costumes no Ceará e no Brasil como um todo. A formação da *economia psíquica*³⁴ do homem do sertão cearense necessariamente passou pela ação catequista disciplinadora/administrativa da Igreja Católica e de seus agentes.³⁵ Seja como for, parece-nos inegável que fora fundamental o papel civilizador desempenhado pela Igreja como agência do Estado – colonial ou Imperial –, para que os homens em suas sociedades pudessem promover a ressignificação do mundo, construir categorias de classificação e promover a introjeção dos valores sociais da *civilização ocidental*, das hierarquias sociais e de seu universo representativo. Se dermos crédito à sociologia propugnada por *Norbert Elias* e *Roger Chartier*.³⁶ Podemos dizer que as Igrejas no Ceará do início do século XIX eram verdadeiros “*edifícios-monumentos*”, ou “*documentos-monumentos*”³⁷, cujo propósito maior era o de

32 Jornais *O Cearense*, *Pedro II*, *O Araripe*. Biblioteca Nacional Digital: Disponível em: <<http://memoria.bn.br>>.

33 Brasil (Estado). Recenseamento Geral do Império de 1872. Ceará (1876). Vol.: 15; 1872. Internet Archive. Disponível em: <http://archive.org> Acesso: 21 fev. 2013.

34 ELIAS, *Op. Cit.*

35 Não podemos esquecer que a Igreja era uma instituição ligada ao Estado, e que o seu clero era muito mais formado por “funcionários públicos” do que por teólogos dedicados à “salvação das almas” de seus fiéis. Acreditamos mesmo que nos falta a elaboração de um trabalho de gênio que venha lançar luz sobre a atuação da Igreja como braço político e “pedagógico” do Estado nacional no Império português (e no Brasil) dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX.

36 CHARTIER, Roger. *O mundo como representação*. À beira da falésia. A história entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

37 REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

difundir uma representação de mundo em que a civilização ocidental, a ordem social, a propriedade da terra e a autoridade eram ali *consumidas* e entendidas como manifestação simbólica da “vontade de Deus na terra”.³⁸

Essencialmente, a *Igreja Católica*, com sua burocracia sacerdotal e sua “pedagogia civilizacional”, era a principal instância encarregada da fabricação das “almas” dos homens e das mulheres daqueles sertões. Se formos analisar através dos jogos de escalas, do micro para o macro, segundo *Jacques Revel*,³⁹ podemos dizer que as Igrejas do sertão, com seus santos padroeiros, sua estatuária, sua arquitetura, sua simbologia, sua “pedagogia catequista” e sua representação do mundo teria muito a nos revelar acerca do processo civilizador e da *economia psíquica* que fora responsável pela fabricação do homem do sertão e de seus costumes. Assim, fazendo uso das técnicas e das ferramentas de reflexão em escala do *macro* para o *micro*, com as leituras sugeridas a partir de *Serge Gruzinski*,⁴⁰ analisemos a imagem de *Nossa Senhora de Assunção*, da *Vila de Viçosa Real do Ceará*:

Figura 15 - Nossa Senhora da Assunção, século XVII ⁴¹



38 BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Thomaz. 9ª ed. Rio de Janeiro: 2006. Segundo Gilberto Luiz Alves, a “ideologia pedagógica” e civilizacional por trás da ação catequista e administrativa da Igreja e do Estado pré-moderno brasileiro era originária principalmente de uma instituição: o *Seminário de Olinda*, em Pernambuco, que teria sido responsável pela formação de um clero politizado e de ideologia burguesa nos sertões do Norte do Brasil. ver: Alves, Gilberto Luiz. *O pensamento burguês no seminário de Olinda: 1800-1836*. Campina Grande: UFMS, 2001.

39 REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

40 GRUZINSKI, Serge. *Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories*. Revista Topoi, Rio de Janeiro, março, 2001, p. 176.

41 Sobralense da Gema. Disponível em: <http://sobralensedagemma.blogspot.com.br/2009/03/museu-dom-jose.html> Acesso: 31 mar. 2016.

A Imagem em questão fora trazida pelos *Jesuítas*, ainda nos séculos iniciais de nossa colonização, para funcionar como um “farol civilizador” para os índios aldeados na antiga Missão da Ibiapaba⁴². Que *representações* de mundo, que critérios de *classificação* da ordem e das hierarquias sociais as imagens de *Nossa Senhora da Assunção* (de Viçosa), *Nossa Senhora da Conceição* (de Sobral), *São José* (de Fortaleza), *Nossa Senhora do Rosário* (de Icó), *São Gonçalo da Serra dos Cocos* (da Vila Nova d’El Rei) dentre outras transmitiram aos seus *consumidores*, *os índios aculturados*, *os caboclos agregados* e *os colonos proprietários de terras*?⁴³ Estas imagens, mais do que sugerir a escatologia católica convencional, vinham transmitir a ordem mundana, o sentido do mundo, uma classificação social, um senso de pertencimento, uma noção de autoridade, de poder, de ordem, de sacralidade, de hierarquia, de propriedade etc. Enfim, as imagens, os discursos dos padres, as Igrejas, a ritualística católica etc., formavam uma “pedagogia espiritual”, uma ideologia catequista que, aliada ao braço armado dos proprietários de terras, vinha impor aos indivíduos daqueles lugares uma noção de moral, de ordem, de propriedade e de *civilização*.

Depois [dos padres] ensinarem algumas orações e as declararem, [...] anunciavam logo os dias santos de guarda e os jejuns, que houvesse naquela semana. Apregoavam os que houvessem de [se] casar e os que houvessem de tomar Ordens. Admoestavam as coisas furtadas, ou perdidas, que antes de entrar a Missa se lhes diziam. Encomendavam os pobres da Freguesia e os enfermos dela, para que se fizesse esmola: perguntavam pelos mesmos enfermos, se os havia, para os visitarem e lhes administrarem os Sacramentos. Admoestavam os que não vinham à Igreja ou

42 A Imagem de *Nossa Senhora da Assunção da Vila de Viçosa Real* tem um imenso valor histórico (como relíquia), pois fora ela o *totem* maior que promoveu a aculturação dos povos nativos da Ibiapaba, assim como, com o fim da Missão da Ibiapaba e a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, ainda no longínquo ano de 1759, tal estátua passou a residir no altar-mor da capela da comunidade da Vila, sendo de lá removida por D. José Tubinambá da Frota, então Bispo de Sobral, já na metade do século XX. A imagem hoje faz parte do acervo do museu que leva o nome deste religioso, na cidade de Sobral, Ceará.

43 Sobre o conceito de *consumo cultural*, ver: CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 13ª ed. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, R.J Vozes, 2007. Para Michel de Certeau, haveria uma *produção cultural* que seria *produzida* e *consumida* pelos agentes públicos e pela sociedade onde essa produção circularia; e esta mesma produção cultural, ao ser consumida pelos “usuários” das cidades, ou mesmo de uma nação como um todo, seria reelaborada e ressignificada para gerar algo novo, distinto do “produto cultural original”. Um exemplo: ao se deixarem cristianizar pelos padres, o cristianismo concebido na imaginação dos indígenas americanos era diverso do cristianismo europeu, algo novo, portanto. Acreditamos que para haver um “consumo cultural” e a sua reelaboração - segundo as definições de Certeau - teria de haver também um “mercado consumidor nacional”, um sistema de produção, circulação, consumo passivo-ativo de produtos e mercadorias culturais que circulariam pelos diferentes e diversos polos de poder e de representação da autoridade real existentes nas áreas dominadas pela coroa portuguesa.

não se confessavam ou não faziam atos de cristãos notoriamente conhecidos. Recomendavam que orassem pelo Papa, pelo Bispo, pela pessoa d'El-Rei, Rainha, Príncipe e mais pessoas reais; pela paz e concórdia entre os Príncipes cristãos, pelos que estavam em pecado mortal, pelas almas do Purgatório, pelos agonizantes, navegantes, cativos, e por fim recomendavam a todos rezassem nessas intenções 5 Padre Nosso e 5 Ave Maria.⁴⁴

Uma coisa é certa: as imagens dos *Santos Padroeiros*, a arquitetura das Igrejas, assim como a ritualista cristã tradicional nelas encenada (a missa, a *Eucaristia*, a *quaresma*, a *Semana Santa*, a *Páscoa*, o *Natal*, o batismo, o casamento, as confissões, a extrema-unção etc.) eram parte de uma “pedagogia psicológica”, ou de um *processo civilizador*, cujo propósito maior era o de inculcar valores morais, de pacificar e conformar os espíritos dos indivíduos, de domesticá-los debaixo de uma mesma “identidade pátria” para fazer deles os súditos, os trabalhadores e os cristãos reclamados pelo Estado brasileiro em seu nascedouro. Neste sentido, não apenas a arquitetura das igrejas eram “faróis de doutrinação” das estruturas mentais dos indivíduos, como a própria estatuaría sacrossanta. Uma das obras mais representativas da sacralidade e da santidade da colonização lusitana da América seria o quadro *A Virgem da Misericórdia*, elaborado ainda ao tempo da conquista e ocupação da colônia americana. Segundo o autor da obra em que conhecemos tal pintura, *No grupo da esquerda, no primeiro plano, veem-se D. João III com o príncipe real e o papa João III, entre os dois a rainha Dona Catarina, tendo a sua esquerda a princesa Dona Maria, que casou com Filipe de Castela. Já no último plano vemos os Infantes D. Luiz, e cardeal D. Henrique, irmão do rei.*⁴⁵ Continuando a leitura da tela, na parte superior temos o papa João III e Santo Inácio de Loyola, fundador da *Companhia de Jesus*⁴⁶, o braço político-religioso do Estado português nos primeiros séculos da cristianização dos silvícolas da Amé-

44 FROTA, D. José Tupinambá da. *História de Sobral*. 2ª ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeano, 1974, p. 433.

45 *História da colonização portuguesa do Brasil*: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Org. Carlos Malheiros Dais, Conselheiro Ernesto de Vasconcelos, Roque Gameiro. Editora Litografia Nacional. Porto, 1922, p. 88. Biblioteca Brasileira; disponível em: <https://www.bbm.usp.br/>.

46 Santo Inácio de Loyola (1451-1556) foi o principal fundador da Companhia de Jesus no ano de 1534; esta instituição foi o braço político-religioso dos Estados ibéricos durante o processo de colonização e catequização dos indígenas que habitavam as Américas e nas colônias da Ásia e África. Sua sede administrativa estava localizada na cidade portuguesa de Coimbra. No governo de D. José I (dinastia Bragança) no ano de 1759, através do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro Marquês de Pombal), a Companhia de Jesus foi expulsa de Portugal e de suas colônias, tornando a administração do Estado muito mais laica e tecnicamente neutra.

rica. Podemos notar que a família real está representada aos pés da imagem imponente da *Virgem da Misericórdia*, sugerindo que ela aprova e protege o rei e seus filhos e filhas. O Menino Jesus - que está nos braços da Virgem - se conecta harmoniosamente bem às crianças reais, evocando uma sacralidade e uma santidade comuns entre o Menino Deus e as crianças da família real, sugerindo que todos ali são igualmente “sagrados”. E aos pés da Virgem, numa posição de subserviência e de adoração, estão os Jesuítas, os “leais soldados de Cristo”, e todos os membros da digníssima dinastia de Avis, de Portugal.⁴⁷ Toda a cena está protegida pela manta gigante da *Virgem*, que paira no ar erguida em cada uma de suas extremidades por dois anjos-meninos. A tela santifica a todos ali retratados, e faz uma conexão entre a imagem da Virgem com a imagem da Rainha portuguesa, evocando uma senilidade entre ambas. Tanto a rainha portuguesa quanto a Virgem Maria seriam, naquele imaginário, criaturas castas e Divinas.

Figura 16 - A Virgem da Misericórdia. Museu da Arte Antiga, Lisboa, Portugal.⁴⁸



É claro que a base do edifício funcional daquelas sociedades interioranas era a *família*. Mas não qualquer família. A primeira família a servir de modelo

47 A dinastia de Avis, em Portugal, subiu ao poder com a ascensão de João I, no ano de 1385, e terminou melancolicamente no ano de 1568, após a morte prematura de Dom Sebastião e do seu sucessor, o Cardeal Henrique I, quando fora sucedida pela dinastia Filipina. A morte prematura de Dom Sebastião precipitou o nascente Estado português num caos administrativo e institucional, quando o próprio país passou a ser governado por Felipe II, rei da Espanha.

48 *História da colonização portuguesa do Brasil*: Edição monumental comemorativa do primeiro centenário da independência do Brasil. Org. Carlos Malheiros Dais, Conselheiro Ernesto de Vasconcelos, Roque Gameiro. Editora Litografia Nacional. Porto, 1922, p. 88. Biblioteca Brasileira; disponível em: <https://www.bbm.usp.br/> Acesso: 22 jan. 2018.

para as demais era a família de Cristo (São José, Maria e o Menino Deus); a segunda seria a família real (o rei, a rainha e o príncipe); e a terceira seriam as famílias dos proprietários de terras e de cargos nas Vilas e fazendas dos interiores do Ceará ainda em gestação. Eram esses os modelos de família que os *cabras*, os *caboclos*, os índios *aculturados* e os *negros* em geral tinham para seguir em suas relações sociais. Mas governados sob a prepotência dos proprietários de terra do sertão. Assim como o Deus-Pai-Todo-poderoso era visto como “o Pai de todos os cristãos”, o monarca era visto como o “Pai de todos os súditos”; e em imagem espelhada, o “homem da casa” era visto como o “Senhor da vida e da morte da família”. A hierarquia social e a propriedade eram “coisas sagradas”, emanadas diretamente da “vontade de Deus na terra”. Violar tais “verdades” era ir contra a “vontade de Deus”. À esposa, aos filhos, aos compadres, aos afilhados, aos escravos e aos agregados caberia um papel secundário de obediência e de submissão dentro da simbologia representativa do universo desenhado pela ideologia cristã-colonial.⁴⁹

Além da família patriarcal (ou nuclear), dominada pelos homens mais velhos, cujo epicentro era os descendentes dos colonos pioneiros, havia agregado a ela um verdadeiro exército de dependentes e parentes bastardos. Estes dependentes e bastardos em geral eram mestiços indígenas, pardos e negros ressocializados, nascidos de relações sexuais informais dos homens da família principal com as mulheres dos grupos humanos inferiorizados. Esta imensa clientela – que envolvia a família principal, seus parentes bastardos, os agregados à terra, os indígenas ressocializados e mesmo os escravos crioulos – compunham aquilo que nós chamamos aqui de parentela. E o que vem a ser propriamente uma parentela? Uma gigantesca estruturação social cujo núcleo central é uma família proprietária de terras e de cargos públicos das vilas do sertão. Esta estrutura de formação em espiral ganhava a forma de uma gigantesca *planta trepadeira* que estendia seus ramos em todas as direções e em todos os andares do edifício social da vila, absorvendo entre os seus membros todos os cargos da localidade, tais como: padre, vereador, professor(a), delegado de polícia, tabelião, juiz de paz, juiz municipal, promotor de justiça, miliciano das Companhias de Ordenanças, cabra (capanga) e todas as funções reclamadas pelo funcionamento da burocracia pública municipal/estatal.

49 BURKE, Peter. *Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica*. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Unesp, 2017.

Figura 17 - Foto: Jornal O Estado⁵⁰

Temos aí as diferentes *hierarquias*, *representações*, *classificações* e idealizações do mundo. Graças ao *compadrio* (um sistema de parentesco simbólico – ou *espiritual* – inventado pela Igreja para sacralizar as relações de camaradagem), era possível aos indivíduos localizados na base da pirâmide social se irmanar com os indivíduos que estavam no topo. Este *parentesco simbólico* era consagrado num ritual do batismo, na presença de testemunhas, e os padrinhos da criança recém-nascida (geralmente fazendeiros de posses e de prestígio social), que juravam “perante Deus” e as testemunhas proteger e amparar ao *afilhado* daquele dia em diante, fazendo dele um parente-ritual “perante Deus” e os homens. Estava selado um *pacto de lealdade mútua*, que possibilitava à parentela dominante na sede das vilas estenderem seus ramos para todos os escopos do horizonte social, absorvendo assim os pobres, os sem-terra e os desamparados em geral. Formava-se assim a *família parental estendida*, com suas imensas ramagens, ela invadia as câmaras de vereadores, a Igreja, a política, as terras, o cartório e todos os cargos, títulos e funções públicas existentes no Estado colonial-imperial na esfera do município e de sua região. A família – ou a parentela – era ali literalmente a dona dos cargos públicos da vila ou cidade à sua volta. Vejamos algumas fontes onde a família proprietária aparece como a principal promotora da *ordem social* e edificadora do poder do Estado em suas comunidades:

50 Jornal *O Estado*. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/geral/fieis-preparam-se-para-festejo-de-sao-jose> acesso em: 22/4/16. Embora a foto seja atual, a prática da multidão carregar o andor com a imagem do santo padroeiro de sua comunidade remonta ao período colonial.

Por ocasião de uma destas lutas, a filha do coronel Francisco Monte e Silva, foi assassinada. A esposa deste bravo pioneiro, sensibilizada por sepultar sua filha em pleno campo doou uma légua de terra e mandou erigir uma capelinha para servir de túmulo a sua filha, sob invocação de Nossa Senhora do Ó. Também por essa época, o lugar antes chamado Icó dos Montes passou a ser conhecido como Arraial, depois Sítio Nossa Senhora do Ó. Hoje a capelinha que serviu de túmulo para os dominantes daquela época, é a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Expectação.⁵¹

Na fonte acima temos a construção da Vila de Icó em terras da família Feitosa. Muito mais do que status, tal simbologia vinha representar que Deus - através de Nossa Senhora do Ó - vinha referendar o poder da família Feitosa em sua localidade. Eram assim também em Sobral, Ipu, Aracati, Viçosa, Crato, Granja etc. Ou seja, o poder das elites estava referendado pela “vontade de Deus”, do Monarca, e pelas Leis Divinas e humanas. Não por acaso o Código Filipino punia com açoites todo aquele que *arrenegar* o nome de Deus, da Virgem, ou dos Santos:

Qualquer [pessoa] que arrenegar, descrer, ou pesar [duvidar] de Deus, ou de sua Santa Fé, ou disser outras blasfêmias, pela primeira vez, sendo Fidalgo, pague vinte cruzados, e seja degredado um ano para a África. [...] E sendo Cavaleiro, ou Escudeiro, pague quatro mil réis, e seja degredado um ano para a África. [...] E se for peão deem-lhe trinta açoites ao pé do Pelourinho com barço e pregão, e pague dois mil réis.⁵²

Para concluir, podemos dizer que a família proprietária de terras e seus dependentes (compadres, afilhados, filhos ilegítimos, parentes pobres, escravos, “cabras” etc.) fora a principal agência de materialização do Estado Nacional brasileiro pelos interiores do Ceará nas primeiras décadas do século XIX. A estratégia do poder nacional de fazer da família latifundiária a *burocracia pública* reclamada pela jovem nação acabou por produzir costumes e instituições atípicas, condenadas ao personalismo e ao “filhotismo”⁵³. Mas fora a partir da família proprietária que o Estado e suas instituições se fizeram presentes nos

51 Flickr. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/herychximenes/6555256255> Acesso: 31 mar. 2016.

52 *Código philippino, ou Ordenações e leis do Reino de Portugal*: recompiladas por mandato del Rey D. Felipe I. Ed. fac-sim. Edições do Senado Federal. Brasília: Senado Federal, 2012, p. 1149.

53 Chamamos de *filhotismo* o velho costume praticado pelos políticos brasileiros de transformar as instituições públicas em “cabide de emprego” para os seus apadrinhados. Esse vício estrutural também recebe o nome de clientelismo.

sertões do Ceará no período em questão. A família era o município; a família fazia a “lei”, compunha o “governo” e punia o crime; a família doava as terras para construir a Igreja (que dava origem à povoação). E era a família proprietária que compunha a câmara de Vereadores, a “polícia”, o “judiciário” e o “povo” nestes lugares. Fora a partir da família latifundiária que a identidade, a centralidade e a civilização chegaram aos interiores. Constatamos que o processo de construção do Ceará e dos *cearenses* só poderia ser vislumbrado na *média* e nas *longas durações* braudelianas,⁵⁴ pois a construção das identidades (nacional/provincial/local) se arrasta tão lentamente que só pode ser percebida no longo prazo.

54 BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1978.



Religiosidade “popular” na guerra de Pinto Madeira¹.

Reginaldo Alves d'Araújo²

O Cariri em tempos de rebelião

No ápice da “Rebelião de Pinto Madeira” ocorreram sangrentos enfrentamentos de tropas oficiais e locais nos sertões do sul da província do Ceará, entre o final de 1831 e princípios de 1832. Aquele exército de sertanejos então era liderado por um chefe de parentela e um padre do Cariri cearense³, acusados pelo discurso oficial de quererem restaurar o governo de Pedro I.

A região do Cariri, onde travaram-se as principais batalhas, localiza-se no sul da então província do Ceará, a aproximadamente 500 km da capital Fortaleza, fazendo fronteira com Pernambuco, Piauí e Paraíba. O Chamado Cariri cearense, no século XIX, era então formado por duas vilas: Crato e Jardim. Uma região fronteiriça relativamente longe dos “braços” do governo. Tais características davam àqueles dois povoados certa autonomia administrativa, se comparados com as vilas mais próximas ao litoral. Foi justamente esta distância em relação à capital da província que justificou a criação de uma comarca no Crato em 1812, com a respectiva nomeação de um ouvidor para a região.

-
- 1 Trabalho resultante de minhas pesquisas de doutoramento, orientado pela professora Dr.^a Ana Amélia de Moura Cavalcante de Melo, da Universidade Federal do Ceará. Este trabalho é tão dela quanto meu.
 - 2 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará, pesquisador do grupo Sociedade e Cultura do Brasil Oitocentista e professor da educação básica do estado do Ceará, da EEM Ayres de Sousa.
 - 3 Aqui nos referimos ao recorte temporal que normalmente a historiografia classifica como tempo de duração da citada rebelião.

Uma medida que tentava consolidar um aparato jurídico e de Estado em uma região onde dominava uma noção local de justiça e de governo.

De uma forma geral, no século XIX no Ceará, inaugurou-se um combate institucional de um Estado que avançava pra o interior da América portuguesa, contra o que se definia como “justiça dos rústicos”⁴. Ou seja, uma concepção jurídica/administrativa referendada antes no prestígio das casas locais e que passava a ser questionada por uma ideia de justiça como campo profissional e de saber letrado.

A então vila do Crato, naqueles remotos anos, era formada por algumas centenas de casas. Segundo Gardner, “[...] uma cidade pequena e suficientemente mísera com um terço de Icó em tamanho”, onde “Toda a população da vila chega a dois mil habitantes, na maioria todos índios ou mestiços que deles descendem”⁵. Alguns casarões de tijolos ou pedras, somadas a um amontoado de choupanas de taipa cobertas de palhas, distribuídas aleatoriamente ao entorno do centro comercial⁶.

No arrolamento de 1804 feito na então capitania do Ceará da primeira metade do oitocentos, o Crato tinha um total de vinte mil, seiscentos e oitenta e um indivíduos (20.681), dos quais seis mil setecentos e noventa e sete (6.797) eram classificados como brancos e treze mil, oitocentos e oitenta e quatro (13.884), classificados como pretos e pardos. Destes, mil e noventa e um (1091) eram escravos. De longe, em números absolutos, era a maior população negra e parda da província⁷. Foram pessoas oriundas desta população negra, somadas aos índios e mestiços descritos por Gardner⁸, principalmente os que habitavam a chamada Serra dos Pereiras, que se engajaram como soldados nos exércitos de Filgueiras em 1821, 23 e 24⁹ e de Pinto Madeira em 1831.

4 HESAPANHA, Antônio Manuel. *A cultura jurídica europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2012.

5 GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975, p. 93.

6 Felipe Alberto Petroni assim descreveu a vila do Crato em 1829 “[...] é populosa, não pequena; mas longe de prometer aumento, ao contrario anuncia decadência e ruína”. PATRONI, Felipe Alberto. *A Viagem de Patroni Pelas províncias brasileiras de Ceará, Rio de S. Francisco, Bahia, Minas Gerais, e Rio de Janeiro nos anos de 1829, e 1830*. Parte I, Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Brito, 1836. Disponível em <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01424600#page/1/mode/1up>. Consultado em janeiro de 2014.

7 Em termos proporcionais, no entanto, a vila de Sobral tinha um percentual de negros e pardos maior. Com 7.171 negros e pardos para 2.781 brancos. Mapa da população da capitania do Ceará Grande, apresentado a sua Alteza Real, no mez de Junho de 1804, pelo seu Governador da mesma Capitania. (João Carlos Augusto de Oeynhausens, 1925).

8 GARDNER, George. *Op. Cit.* p. 93

9 ARAÚJO, Reginaldo Alves. *A parte no partido: relações de poder e política na formação do Estado*

Estes dados são fundamentais, pois compreender as características socio-culturais desta população da região é compreender o contexto em que se deu a chamada “Rebelião de Pinto Madeira”¹⁰.

A religiosidade no sertão cearense oitocentista

Segundo os dados oficiais, a força rebelde de Pinto Madeira chegou a contar com mais de três mil homens, a grande maioria de negros e índios armados tão somente de cassetetes. Uma característica que nos impõe a primeira pergunta. Por que estes homens, em condições tão precárias, declararam guerra às forças oficiais do Estado imperial brasileiro?

A simplicidade da questão é apenas aparente, pois ela torna-se escorregadia quando enfrentada. Ao tentar responder esta mesma indagação, Ana Sara Cortez Irffi ora reafirma teses elaboradas pelos periódicos liberais dos oitocentos e reproduzidas pelos memorialistas da região do Cariri e os historiadores do Instituto do Ceará, ora aponta para o que ela chama de uma luta por inclusão e cidadania. A excitação ou falta de segurança em firmar uma posição sobre este tema é, na verdade, perfeitamente compreensível. De fato, a questão é complexa e, justaça seja feita, o assunto é algo menor no trabalho da citada historiadora, no sentido de que ela apenas toca no tema. Talvez por isto esta historiadora tende a concordar com a afirmativa de que as razões que levaram àquele conflito foram mesmo os desejos daquele potentado do sertão em restaurar o trono de Pedro I¹¹.

De nossa parte, preferimos outros caminhos, ou antes, adotamos uma postura mais reticente frente ao caso. De imediato, percebemos que os sertanejos da província que lutaram ao lado de Pinto Madeira acreditavam combater infiéis que almejavam a destruição do rei e da Igreja¹². Tanto que, na definição

nacional brasileira na província do Ceará (1821-1846). 445 f. Tese (doutorado), Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2018.

- 10 Veja-se IRFFI, Ana Sara R P Cortez. Pinto Madeira e seu ‘EXÉRCITO DE CABRAS’: conflitos políticos e sociais no Cariri Cearense pós-independência. In: *CLIO: Revista de pesquisa Histórica*, ISSN: 2525-5649, n. 35, p. 200-224, Jna-Jun. 2017. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/24717/19992>. Consultado em junho de 2018 e *O cabra do Cariri cearense: a invenção de um conceito oitocentista*. Tese (Doutorado). UFC, Fortaleza, 2015, *Passim*.
- 11 IRFFI, Ana Sara R P Cortez. Pinto Madeira e seu ‘EXÉRCITO DE CABRAS’: conflitos políticos e sociais no Cariri Cearense pós-independência. *Op. Cit.*
- 12 José Airton Ferreira da Costa Júnior teve uma interpretação parecida com a nossa. COSTA JUNIOR, José Airton Ferreira da. *De milícias de Antigo Regime à milícia nacional: a formação da Guarda Nacional no Ceará (1831-1840)*. Dissertação (mestrado) 164 f., Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016, p. 79.

dos sertanejos, as forças oficiais eram classificadas como maçons e judeus, pois, segundo imprensa liberal fluminense, alguns destes sertanejos ao serem capturados pelas forças do governo suplicavam por suas vidas com frases como “Não me matem, pelo amor de Deus; eu estou pronto a deixar de ser cristão e daqui por diante a fazer-me judeu...”¹³. Se dermos crédito a esta afirmação, ela aponta, dentre outras coisas, para uma motivação local do conflito referendada em mitos e imaginários constitutivos do mundo simbólico sertanejo que, por sua vez, davam à política local uma lógica própria, pois no imaginário sertanejo, a monarquia era sagrada e um atentado contra ela representava um atentado contra a fé. O que transforma aquelas batalhas, pelo menos para parte dos rebeldes, em uma luta não só política, mas entre mundos de sentidos completamente diferentes.

A título de exemplo do que estamos falando, foi neste cenário que em 1835, três anos depois de findo o conflito de Pinto Madeira, em Vila Bela, na província de Pernambuco, próximo da fronteira do Ceará, o camponês José Antônio dos Santos fundou uma comunidade religiosa que pregava não só o retorno de D. Sebastião para instituir um reino dos justos, mas também criou toda uma corte em seu entorno, proclamando-se e sendo reconhecido no lugar como rei, nomeado pelo próprio D. Sebastião para preparar seu retorno ao mundo dos vivos.

Em tal narrativa, o exército encantado de D. Sebastião ressurgiria pela passagem mística localizada entre dois grandes rochedos que ficaram conhecidos no lugar como as Pedras do Reino. Para liberar a passagem mágica, dizia o beato José Antônio, era necessário o sacrifício de sangue, levando ao assassinato de centenas de pessoas, incluindo aí o seu e de sua esposa¹⁴.

Ou seja, havia toda uma apropriação local dos símbolos religiosos e políticos do Império, constituindo uma relação com a Igreja e o Estado bem específica do sertão não só cearense, mas da América portuguesa como um todo, que remonta à religiosidade lusa no alvorecer do Estado moderno. Neste cenário, o avançar do vocabulário constitucionalista e liberal questionava claramente algumas das bases destes valores e crenças populares: como por exemplo, a ideia de que o rei era só o receptáculo do pacto social estabelecido, e não um

13 Aurora Fluminense, nº 712, 21/12/1832, HDBN.

14 LEITE, Antônio Attico de Souza. *Fanatismo religioso: sobre o Reino Encantado na Comarca de Villa Bella*. 2ª Ed. Juiz de Fora: Pypographia Mattoso, 1898.

ente sagrado. Nesta visão popular, limitar o poder do rei era limitar a vontade de Deus.

Segundo o professor Ximenes de Aragão, que escreveu em 1840 sobre questão que vivenciou na década de 1820 e 1830, as populações locais diziam, por exemplo, que o constitucionalismo fazia parte de ações dos maçons (ali entendido como sinônimo de republicano e inimigo da Igreja) e que pretendiam substituir as imagens da Virgem Maria das igrejas por imagens de prostitutas, além de destruir as relações familiares e implantarem uma promiscuidade sexual¹⁵. Essa mesma religiosidade ligada a um conceito de monarquia teocrática, aparece em versos que tratam a política da época e eram declamados em espaços públicos:

Estes malvados pedreiros,
Carbonários da nação,
Que por serem carvalhistas
Detestam serem cristãos,
Não querem ter rei, nem roque,
E menos religião,
Por isso desprezaram
O nosso rei Dom João.
A lei deles é anarquia
Da tal Constituição,
Cativando desumanos
Sem ter quem lhes vá a mão;
Não querem saber de missa,
Menos de sacramento,
Mofam de tudo o que diz
O Novo-Testamento. [...]
Estas feras d'ora avante
Só em si maldade encerra;
Desprezam o nosso rei,
Que Deus nos deu na terra;
Um homem santo e pio,
Um refúgio e esperança,
O nosso Dom João Sexto,
Filho da real Bragança.
Esta família ilustrada,
Que o mesmo Deus destinou
Pra seus filhos governarem,
Serem de nós superior...¹⁶

15 Memória do professor Manuel Ximenes Aragão. *Revista trimestral do Instituto Ceará*, Fortaleza, Tomo XXVII, ano XXVII, p. 47-157, 1913.

16 Conversa política entre um corcunda e um patriota. In: ROMERO, Silvio. *Cantos populares do Brasil*.

O poema citado foi escrito aproximadamente em 1826 na região do Cariri cearense e traz parte deste imaginário religioso local, que associa a política imperial ao reino celeste. Assim, nesta religiosidade sertaneja, a monarquia é sagrada e questionar o poder real está diretamente relacionado a uma ação ímpia, que ataca a vontade de Deus.

Sendo assim, no imaginário sertanejo de então, os acontecimentos de 7 de abril de 1831 representaram uma ação dos maçons/republicanos ou judeus¹⁷ contra a Igreja e contra a monarquia. Ou seja, boa parte daqueles sertanejos que combateram ao lado de Pinto Madeira acreditavam estar envolvidos em uma guerra sagrada contra a ascensão de forças satânicas. Em resumo, salvadas as especificidades, a Guerra de Pinto Madeira aproxima-se assim das práticas religiosas posteriormente observadas em outras guerras nos sertões, tais como o foram os massacres de Canudos, Contestado e Caldeirão, com a diferença de que não nos parece que os líderes do movimento de 1831 da vila do Jardim almejassem fundar uma terra santa ou algo parecido, mas sim combater inimigos locais, os associando ao fim dos tempos, sob um discurso de demonização do liberalismo e do constitucionalismo.

Somando-se a isto, a região do Cariri cearense constituiu ao longo do século XIX uma tradição local de resistência aos rumos tomados à institucionalização do Estado. Além das pretensões republicanas de 1817, outros embates se seguiram na região. Por exemplo, ao chegarem as primeiras notícias sobre a Revolução Constitucionalista de 1820-1822, houve no Crato um intenso posicionamento de resistência ao constitucionalismo, na forma de motins e rebeliões populares contra as eleições de então. Movimento que na época ficou conhecido como “Revolta dos Cerca Igrejas”. Tal motim assumiu a faceta de uma revolta popular conservadora, pois combatia o constitucionalismo e defendia o Antigo Regime, tendo como principais agentes grupos classificados pelas autoridades locais como “gente de pele escura”¹⁸.

No Crato, por limitar os poderes do rei, a Constituição passou a ser definida como “lei do cão” entre grande parte das populações locais, que então

V. 1, Lisboa: Nova Livraria Internacional Editora, 1883, p.105 – 110. Disponível em <http://www.brasiliiana.usp.br/bbd/handle/1918/02459210#page/1/mode/1up>

17 Na tradição popular sertaneja, “judeu” era qualquer um que se colocava contra a Igreja Católica.

18 Houve outras rebeliões na província do Ceará daquele momento, tais como dois levantes da tropa, clero e Câmara de Fortaleza em 1821 para forçar o então governador, Francisco Alberto Rubim, a jurar a Constituição e convocar eleições gerais, além de uma conspiração escrava em Sobral. ARAÚJO, Reginaldo Alves de. *Op. Cit.*

afirmavam que iriam matar a "nova lei" à bala. Esta mesma insurreição ao constitucionalismo em 1821 contava com a participação de Pinto Madeira, então um dos incentivadores dos Cerca Igrejas.

O nome como ficou conhecida essa rebelião popular fazia referência direta à prática de se colocarem as igrejas em cerco e impedirem as votações para a escolha de deputados para as Cortes de Lisboa. Em resumo, as resistências populares na então comarca do Crato a princípios liberais e recorrendo para tal a um discurso religioso, remonta ao alvorecer da revolução liberal, que chegava de forma mais enérgica e se consolidava no Ceará na década de 1820 com o constitucionalismo luso.

Mas no que diz respeito a 1832 e às ações políticas de Joaquim Pinto Madeira e ao padre Antônio Manuel de Sousa, este universo mítico e simbólico sertanejo também poderia ajudar a explicar o conflito? Talvez não em sua totalidade, pois havia questões políticas e disputas por espaços de poderes locais e regionais que também estavam em jogo e inegavelmente atuaram como impulso motivador do conflito. Todavia, ajuda-nos a entender como Pinto Madeira conseguiu recrutar três mil homens para lutarem a seu lado, assim como entender o que representaram aquelas batalhas para as populações locais que nelas tomaram partido.

Apesar dos outros fatores políticos ligados àquele conflito, estas características da religiosidade popular como elemento impulsionador da rebelião dá ao padre Antônio Manuel de Sousa um papel muito mais central nestes acontecimentos, o colocando no mesmo patamar de liderança de que a historiografia tradicionalmente consagrou a Pinto Madeira, posto que a questão religiosa local, o chamado catolicismo popular, é a resposta para entendermos as razões que levaram os citados três mil homens a enfrentarem as forças do governo oficial, muitas vezes armados com cassetetes bentos.

Pinto Madeira para os historiadores

Na historiográfica sobre o tema, no entanto, esta questão da religiosidade local é normalmente negligenciada ou subestimada¹⁹. No geral, há duas respostas principais que visaram, ambas, explicar os motivos daquele conflito pelo viés político da pessoa de Pinto Madeira.

19 Apenas Costa Júnior leva esta questão em consideração, e ainda assim de forma bem tímida. COSTA JÚNIOR, José Airton Ferreira da. *Loc. Cit.*

Mesmo nas análises mais contemporâneas sobre o tema, as motivações dos líderes dos rebeldes de 1831 são abordadas geralmente em uma perspectiva da lógica do campo político nacional, deixando em segundo plano ou negligenciado o mundo sertanejo dos oitocentos. Tais abordagens contentam-se em repetirem as interpretações já apontadas pelos historiadores do Instituto do Ceará entre fins do século XIX e início do XX, ou pela imprensa liberal da década de 1830.

A historiadora Sara Cortez Irffi, por sua vez, traz uma boa análise sobre a questão social dos homens e mulheres que lutaram na Guerra de Pinto Madeira, mas, em nossa interpretação, aborda o próprio Pinto Madeira como se fosse um ilustrado em defesa de uma inclusão dos podres do Cariri na cidadania brasileira, “mostrando que o interesse de sua revolta está ligada ao interesse dos ‘brasileiros’”²⁰, e novamente entendendo as razões de Pinto Madeira como pretensões restauradoras.

De uma forma geral, o primeiro grupo de historiadores define a Guerra de Pinto Madeira como um conflito local, motivado por rivalidades entre as parentelas das vilas do Crato e Jardim, onde o Crato é descrito como liberal, enquanto a vila do Jardim é definida como imperialista. Nesta lógica binária, a Rebelião de Pinto Madeira seria motivada diretamente pelo embate entre as famílias Alencar, do Crato, contra a pessoa de Pinto Madeira da vila do Jardim, ou, mais precisamente, da Serra dos Pereiras. Apesar de estudos mais recentes homologarem esta interpretação, esta mesma leitura já era defendida por Théberges em meados do século XIX²¹, sendo, portanto, revisitada por trabalhos como o de João Alfredo Montenegro²².

Todavia, tal posicionamento defendendo o Crato como liberal em oposição a uma vila do Jardim imperialista ignora completamente os motins contra o constitucionalismo na vila do Crato em 1821, bem como as cartas da câmara desta mesma vila defendendo o Antigo Regime até 1826, para assim poderem enquadrá-la na classificação de liberal, como antagônica à vila do Jardim. De tal forma, reduzindo estas vilas aos posicionamentos de algumas parentelas locais.

20 IRFFI, Ana Sara R P Cortez. Pinto Madeira e seu ‘EXÉRCITO DE CABRAS’: conflitos políticos e sociais no Cariri Cearense pós-independência. *Op. Cit.* p. 205-206.

21 THÉBERGE, P. *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Tomo III, Edição fac-similar de 1895, Fortaleza: Waldemar Alcântara, 2001.

22 MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. A Revolução de 1832. In: SOUZA, Simone (cord.) *História do Ceará*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1994, p. 155-164.

Na segunda leitura, no entanto, entende-se que as pretensões políticas de Madeira e, conseqüentemente, o motivo da guerra, foram restituir o trono de Pedro I logo após a sua abdicação. De longe, hoje, esta é a tese mais aceita e defendida nos trabalhos mais recentes²³. Porém, esta interpretação também se liga diretamente a abordagens já consagradas por grande parte dos historiadores do Instituto do Ceará²⁴. Trabalhos que, por sua vez, reproduziram em seus enredos uma tese sustentada pela imprensa liberal da década de 1830 e por correspondências e ofícios do então presidente da província do Ceará, no contexto daqueles acontecimentos. Ora, se eram narrativas contemporâneas aos fatos, devem ser "verdadeiras". Defende tal historiografia.

A questão é que este tipo de posicionamento não atenta para uma das lições mais elementares da crítica documental: a intencionalidade dos documentos históricos. As narrativas produzidas pelos jornais liberais, tanto da Corte como os da província, assim como os produzidos pelo governo provincial sobre a Guerra de Pinto Madeira, eram relatos de acusação que tinham ali uma pretensão de construir uma imagem daquele senhor de terras do sertão cearense, que justificasse as ações belicosas do Estado contra ele. Um recurso bastante comum no Império, quando os adversários políticos de um partido ou de um indivíduo procuravam associar o nome deste a posicionamentos e discursos políticos contrários ao governo imperial, para assim justificar sua perseguição, prisão e assassinato, ou para tentar convencer o governo local a não conceber graças (mercês e cargos) para seus inimigos locais.

Para tanto, estas casas locais contavam com jornais do período imperial, que atuavam como um instrumento político daquele grupo em específico, sem pretensão alguma de aproximarem-se de alguma coisa que lembrasse a verossimilhança de fatos. Portanto, grande parte dos trabalhos destes historiadores corroborou a monumentalização do fato histórico promovido por um

23 IRFFI, Ana Sara R P Cortez. Pinto Madeira e seu 'EXÉRCITO DE CABRAS': conflitos políticos e sociais no Cariri Cearense pós-independência. *Op. Cit.*; ALENCAR, Gustavo Magno Barbosa. *Pelas tramas da política: a construção do partido liberal moderado na província do Ceará (1830-1837)*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2014; Airton Júnior. *Op. Cit.* e FELIX, Keile Socorro Leite. "Espíritos Infamados": a construção do Estado Nacional Brasileiro e o projeto político do Ceará (1817-1840). Dissertação (mestrado), Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza, 2010.

24 STUDART, Guilherme. *Diccionario Bio-Bibliographico Cearense. Volume Segundo (fac-símile 1913)*. Fortaleza: UFC, 1980, p. 46-49 e GIRÃO, Raimundo. *O Abrilismo no Ceará. Pinto Madeira e o Padre Benze-cacetes*. In: *Pequena História do Ceará*. Seg. Ed. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1963, 187-195.

discurso político profundamente engajado e carregado de intencionalidades, estabelecendo a imagem de Pinto Madeira como inimigo da ordem instituída.

Neste sentido, independentemente de sua posição política, a tese do caráter restaurador da Rebelião de Pinto Madeira foi um discurso elaborado pelos inimigos locais daquele senhor de terras do Jardim e tinha na época o sentido de associar a rebelião à ação dos caramurus²⁵. Todavia, as classificações desta rebelião como tendo um caráter restaurador do antigo monarca só foram formuladas em um segundo momento, depois de já iniciados os conflitos, e na forma de acusação dos inimigos dos chamados “imperialistas”²⁶ do Cariri.

Na verdade, não existem relatos ou posicionamentos dos derrotados que possibilitem esta interpretação de ter aquela rebelião um caráter restaurador do governo de Pedro I, o que existiam eram afirmativas da década anterior, de Pinto Madeira e aliados seus falando em favor do Antigo Regime. O próprio fato de aparentemente não haver um projeto ou esforço de ataque dos rebeldes à capital da província, ação que se esperaria de um suposto levante para destituir o governo estabelecido e propor uma restauração, mas justamente o contrário, ou seja, o apelo dos rebeldes pela intervenção da capital da província para combater o que eles definiam como republicanos do Crato, já é um indicativo forte para, no mínimo, termos muita cautela ao classificar o movimento do Jardim de 1832 como defensor de uma mudança de governo. No mesmo sentido, o processo de julgamento de Madeira praticamente não toca no tema da rebelião, acusando antes aquele senhor de terras de assassinato, “sobrando” ao historiador que defende esta interpretação do caráter restaurador da rebelião, os relatos acusatórios dos inimigos de Pinto Madeira.

Somando-se a isto, grande parte da natureza simbólica e mística do mundo do sertão cearense durante a Guerra de Pinto Madeira, até por sua característica imaterial (mitos, simbologias, crenças e tradições populares), simplesmente perdeu-se no tempo. Isso confere à documentação de acusação quase um exclusivismo interpretativo sobre a citada rebelião.

Durante a “guerra”, a imprensa se limitava a reproduzir o discurso das correspondências enviadas pelos oficiais engajados no combate aos “rebeldes”. Ou

25 Aurora Fluminense, n. 712, 21/12/1822, HDBN. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 25/10/2014 e José Martiniano de Albuquerque Cavalcante. In: *O Correio Oficial*, tomo I, n. 6, 6 de julho de 1833, HDBN. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 2 mar. 2014.

26 “Imperialistas” foram como ficaram conhecidos no Ceará os indivíduos que atuaram politicamente contra os confederados em 1824.

seja, as informações publicadas nos jornais de então, que por sua vez já eram mediadas e filtradas por aqueles que combatiam diretamente os rebeldes, eram ainda selecionadas e organizadas para corroborar interesses políticos partidários. Assim, como não houve posteriormente quem transcrevesse as memórias dos sobreviventes do conflito, como aconteceu, por exemplo, em Canudos e Caldeirão, na fase da República, prevaleceu o relato acusatório dos inimigos de Madeira como a versão dominante sobre aquele massacre. Características que fazem com que as informações sobre aquelas populações que lutaram contra o governo regencial entre 1831-32 sejam ainda hoje significativamente limitadas e, praticamente, desconsideradas pela historiografia.

Ou seja, é importante entendermos que a Guerra de Pinto Madeira cobra um método de análise bem peculiar, com uma atenção ainda maior às entrelinhas dos relatos transcritos em jornais e em ofícios, uma análise minuciosa da documentação e sua intencionalidade, investigando onde e por quem foi publicada e em que contexto; bem como uma incursão no contexto simbólico e religioso do Ceará de então. Neste sentido, podemos, claro, analisar os relatos dos jornais sobre aquele acontecimento como uma boa fonte histórica, mas antes precisamos entender que estes não eram apenas relatos descritivos de um conflito, mas sim "propaganda" partidária de um grupo político específico, seja a favor, seja contra Pinto Madeira.

A única forma de escapar tanto do "achismo", bem como da reprodução dos discursos de acusação à Pinto Madeira elaborados político, social e simbólico local. Portanto, é necessário considerar que uma boa parte destes campo por seus adversários políticos, é analisar o contexto da guerra, em especial atendendo para o mundo político, social e simbólico local. Portanto, é necessário considerar que uma boa parte destes camponeses tinha uma visão do Trono e da Monarquia que escapam à ideia de representatividade política e soberania popular, trazidos à tona no sertão pelo constitucionalismo. Em segundo lugar, compreender que as informações circulavam entre os mais pobres muito pela oralidade, incluindo os relatos que escutavam da boca do senhor de terras em suas conversas com as visitas no alpendre de sua casa, das leituras públicas dos jornais e nos sermões do padre durante a missa dominical²⁷, fatores que levavam, quase sempre, a uma apropriação e ressignificação local dos acontecimentos políticos, resultando em uma forma de ver o real bem mais mistificada e referendada nas experiências do sertão cearense.

27 ARAÚJO, Reginaldo Alves de. A parte no partido. *Op. Cit.*

Somente a partir destes filtros interpretativos podemos partir para os fatos e discursos sobre o conflito. Segundo José Martiniano de Alencar, no decorrer das batalhas o padre Antônio Manuel de Sousa “[...] prega[va], com um crucifixo na mão, que vinguem as chagas de Jesus Cristo, e honra de Maria Santíssima, insultadas pelos liberais.”²⁸ Neste mesmo sentido, Cavalcante afirma que o mesmo padre Antônio Manuel de Sousa falava em seus sermões que “aqueles dos seus que morressem nos combates [contra os “republicanos”²⁹] seriam recompensados na glória com a palma e coroa do martírio, visto que se sacrificavam em defesa da religião”³⁰. O citado padre também ficou conhecido em todo o Império pela prática de benzer cacetes e demais armas dos rebeldes, o que lhe rendeu o apelido de “Padre Benze Cacete”.

Como se sabe, o rito de benzer, dentro da tradição “popular”, era carregado de simbologias sagradas. Acreditava-se que os objetos bentos se transubstanciavam em objetos divinos, miraculosos ou invencíveis. As águas bentas curavam as mais diversas enfermidades, espantavam os demônios e maus espíritos, servindo como uma ponte entre o mundo dos homens e o mundo espiritual. Enquanto as armas bentas tornavam-se imbatíveis, potencializando seu poder através da intervenção divina. Um sertanejo conhecedor das orações certas tanto podia curar-se de mordidas de cobras, como tornar seu corpo fechado, inatingível pelas balas de seus inimigos. O ato de benzer, assim como as orações, colocava Deus e todo o mundo espiritual a serviço do homem do sertão.

Assim, a religiosidade local estava relacionada ao comportamento adotado. Portanto, é preciso que se entenda o que representou o constitucionalismo para estas populações que, em maior ou menor intensidade, tinham uma interpretação do real a partir de uma concepção de mundo muito focada na religiosidade, no mundo místico e maravilhoso, em experiências religiosas locais que, posteriormente, foram chamadas genericamente de “catolicismo popular”. Neste sentido, o contexto social do sertão cearense dos oitocentos era um espaço onde toda e qualquer mudança política e de costumes, era recorrentemente associada aos sinais do fim dos tempos, e que precisava ser combatida, inclusive belicosamente, em nome da fé, Deus e da Igreja.

28 José Martiniano de Alencar, *In*: Aurora Fluminense, n. 604, 5/3/1832. HDBN. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 2 mar. 2014.

29 O temo “republicano”, neste contexto, não se aplica à defesa do republicanismo propriamente, mas a como os rebeldes descreviam seus inimigos da comarca do Crato e do Ceará como um todo.

30 Cavalcante *In*: O Correio Oficial, tomo I, n. 6, 6/7/1833. HDBN. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 2 mar. 2014.

Estas apropriações locais dos acontecimentos a partir de um universo místico e simbólico bem próprio aconteceram em outros momentos. Segundo o padre Vicente José Pereira, por exemplo, no contexto da independência, espalhou-se o boato pelas ruas de Fortaleza que os portugueses, por terem sido destituídos de seus empregos na administração da província, estavam excomungados pela Igreja. O que acarretou, segundo o mesmo padre, uma onda de xingamentos, espancamentos e apedrejamentos de muitos europeus³¹ nas ruas da capital Cearense³². Com o constitucionalismo de 1821, espalhou-se também o boato de que a “nova lei” levaria à escravização de todos os pobres livres, temor que também ajudou a popularizar a citada Rebelião dos Cerca-Igrejas, no Crato³³.

Somando-se a isto, de uma forma geral, como em quase todos os movimentos sociais na província do Ceará entre 1817 e 1850, existiram enxurradas de boatos, fruto quase sempre de temores ou interesses políticos e, muitas vezes, difundidos por padres e senhores de casas parentais sobre seus adversários, possivelmente aqueles que criavam e espalhavam estes boatos o faziam também como interesses políticos para angariar simpatias populares e colocar as populações locais contra seus inimigos.

Frente a estas características, neste contexto do oitocentos no Ceará, nem sempre alguém afirmar-se como “liberal”, “imperialista”, “republicano” ou “constitucionalista”, tinha o sentido de defesa de um projeto político específico ou de uma corrente de pensamento político. Muitas vezes, estas terminologias tinham um sentido meramente local, associado às rivalidades e alianças das casas. Muitas vezes, o afirmar-se liberal ou imperialista (ou caramuru, depois de 1831), estava ligado ao fato de um inimigo local que levantava uma bandeira política, até como consequência da rede de alianças em que ele estava inserido, mas que a casa adversária precisava, em decorrência desta rivalidade, levantar uma bandeira política oposta às de seus adversários. Posto que, naturalmente, duas casas municipais e rivais não ficavam no mesmo partido. Sendo

31 Expressão como eram chamados os portugueses no Ceará.

32 Vicente José Pereira. Memória Apresentada a Junta do Governo da província do Ceará pelo Padre Vicente José Pereira, membro da mesma junta, na sessão de 31 de maio de 1823 (partes I e II). Revista Trimensal do Instituto do Ceará. Tomo I, p. 58-64 e p. 75-82, 1887.

33 CONSELHO ULTRAMARINO. Correspondência de Antonio Ribeiro Campos, Contador dos auditores da vila de Santo Antônio da Barra do Jardim da Comarca do Crato-Ceará, para Dom João XVI. Transcrito em Ofício do presidente das Cortes Gerais, João Batista Filgueiras, ao [secretario de estado dos Negócios da Marinha e Ultramar], Joaquim José Monteiro Torres, sobre as alterações ocorridas na Vila do Crato. Lisboa, 24 de outubro de 1821. Caixa 23, Doc. 1330. AHUM. Disponível em http://regate.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=006_CE, Acesso em outubro de 2015.

assim, dizer-se liberal não necessariamente significava defender uma maior autonomia e liberdade do indivíduo, ou a não intervenção do Estado na economia, mas também significava a rede de aliança e compromissos assumidos com quem se vinculou, a partir de interesses bem imediatos ligados à barganha de cargos e mercê remuneratória por favores prestados, somado às disputas por espaços de poder local contra famílias inimigas, do que propriamente uma defesa ideológica e partidária, no sentido moderno do termo.

A narrativa da rebelião

Ao contrário do que comumente a historiografia sobre o tema afirma, quando em fevereiro de 1832 as forças enviadas da capital cercaram a vila do Jardim para prenderem Pinto Madeira, depois deste ter saqueado o Crato, em momento algum os rebeldes declararam que as pretensões políticas do movimento fossem a restituição de Pedro I, ou muito menos afirmaram qualquer coisa que possa ser associada a uma luta contra a Regência ou o governo da província, mas antes diziam-se em uma luta contra o que eles chamavam de “republicanos do Crato”:

[...] não precisa vossa senhoria acometer-nos com força, sim basta vossa senhoria comunicar-nos os fins da sua divisão para que esta câmara tendo por guia as leis constitucionais do Império, presume obedecer as ordens do seu governo, e pelo contrário não tendo vossa senhoria ordens do governo desta província, desde já prontamente a vossa senhoria em virtude do que nos impõe a título 3º artigo 71 da Carta de lei do 1º de outubro de 1828, de lhe fazermos a mais justa oposição, e *responsabilizarmos a vossa senhoria em nome do Imperador do Brasil o senhor Pedro Segundo, e da Regência atual da nação*, por todas as hostilidades, que se suscitarem no encontro das tropas de vossa senhoria com os povos deste município. *As autoridades e povos desta vila, e tropa reconhecem o Imperador o Brasil, o senhor D. Pedro Segundo, e igualmente reconhece a Regência atual da Nação, e todas as Autoridades legalmente Constituídas, juraram a Constituição do Brasil, obedecer as leis, que dela tem emanado, e nesta frase pretende fazer barreira a todos os que se afastarem deste trilho, bem como as que formaram à facção Republicana na vila do Crato...*³⁴

34 SANTO ANTÔNIO DO JARDIM em seção de 8 de fevereiro de 1832. 11º da Independência do Império. Ilmo. Snr. Sebastião José Nunes de Magalhães, Sargento Mor Comandante Geral da vila de Flores. In: Ofício de Francisco de Carvalho Paz de Andrade, tratando da Rebelião chefiada por Joaquim Pinto Madeira. BN Digital. Disponível em http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/

Antes da Câmara da vila do Jardim, o próprio Madeira em setembro de 1831 não parecia muito disposto a confrontar militarmente o governo:

Os receios de que eu maquinasse opor-me a nossa gloriosa regeneração pública, e aclamação do Snr. D. Pedro II, não devem mais militar no espírito do Conselho administrativo desta província; eu concorri com a minha pessoa para a solenização do ato tão caros a todo brasileiro, eu também sou brasileiro e muito obediente as leis, e observador das ordens dos meus superiores, mas hoje deixo de ceder a essa prisão, que V.S. convido com o Exmo. vice-presidente e conselho me mandar guardar longe de minha casa. V. S. não ignora que eu além de pobre não tenho soldo, e até mesmo aquele que se me devia dar em razão de comandante militar não recebi. Recolhi-me a esta vila não por reverter a ordem de prisão que a Câmara do Crato deu contra mim, já me achava aqui refugiado / como mandei dizer a vossa senhoria / pelas maquinações de morte, que contra mim, e algumas pessoas desta vila, se formavam no Crato.³⁵

A referência aos “republicanos do Crato” da citação anterior era uma alusão aberta à casa Alencar, como já apontou Montenegro. Por outro lado, as declarações da câmara de Jardim e de Pinto Madeira citando Pedro II, a Regência, além dos vivas ao governo da província podem ser de fato um discurso de quem simplesmente quer agradar ou não desafiar a situação política, escondendo até o momento oportuno os reais interesses restauradores. Assim, por si só, a narrativa dos rebeldes não explica o motivo destes em confrontar as forças oficiais. Ou pelo menos não exclui a tese de que aquela rebelião teve um caráter restaurador. Sendo assim, a tese do caráter restaurador de Pinto Madeira ganhou fôlego com uma publicação na imprensa da Corte atribuída à Madeira em 1834, supostamente datada um mês antes da citada declaração da Câmara de Jardim³⁶. Uma suposta proclamação de Pinto Madeira convocando os “brasileiros” a lutarem contra a ameaça liberal e pela defesa do trono de Pedro I:

cmc_ms618_13_40/cmc_ms618_13_40.pdf. Consultado em 13 jun. 2015. Grifo nosso.

35 Joaquim Pinto Madeira, *Apud*, COSTA JUNIOR, José Airton Ferreira da. De milícias de Antigo Regime à milícia nacional: a formação da Guarda Nacional no Ceará (1831 – 1840). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2016, p. 76.

36 A publicação pela imprensa da corte é de 1834, mas a suposta “Proclamação” de Pinto Madeira está datada de janeiro de 1832.

Brasileiros! Nem mais um dia devemos esperar, em mostrar ao mundo inteiro o nosso ressentimento quanto ao extraordinário insulto feito ao nosso adorado Imperador, o Snr. D. Pedro I, no sempre execrável dia 7 de abril! Dia que cobriu de luto e de vergonha à todos os bons Brasileiros! Dia enfim, que sepultará para sempre a honra brasileira no túmulo infernal da ingratidão e do opróbrio, se um rompimento inesperado, se uma vingança terrível contra os malvados, não aparecer nesta ocasião pra nos separar do número deles.

Brasileiros! O Snr. D. Pedro 1º nosso adorado defensor perpétuo, foi insultado e esbulhado do nosso solo, e dentre nós; porém há de ser vingado em o nosso solo, e dentre nós. Brasileiros! Às armas! Vamos dar fim à obra gloriosa já por nós encetada! Os malvados não nos resistem; porque os seus mesmos crimes os fazem covardes, enquanto, que a nossa virtude e a santidade da nossa causa redobra nossos esforços, o que praticamos já foi demonstrado no campo de honra de Buriti.

Brasileiros! Estou à vossa frente com 3800 heróis bem armados e municidados, e jamais retrocederei meus passos, sem que ainda no mais remoto canto do Brasil se não respeite a Religião de nossos pais e o trono do Snr. Pedro I. E em abono disto que vos acabo de dizer só vos recomendo que, se eu avançar, segui-me; se eu fugir, matai-me; e se eu morrer, vingai-me com a conclusão da nossa causa .³⁷

É com base neste panfleto que alguns historiadores afirmam com mais segurança as razões restauradoras para o conflito³⁸. No entanto, as coisas nunca são tão claras nos domínios de Clio. Paulino Nogueira, em suas memórias sobre a “Execução de Pinto Madeira”, de 1887, transcreveu esta mesma “proclamação” em nota de rodapé³⁹, mas não dá a ela muita importância, claramente parecendo desconfiar de sua procedência. De fato, não encontramos vestígio algum da existência deste panfleto/proclamação de 1832 no Ceará. O que sabemos é que ela foi primeiramente divulgada na imprensa da província do Rio de Janeiro em princípios de 1834, depois de já encerrado o conflito e já se acharem presos, em vias de serem julgados, os envolvidos. O estranho é que esta “Proclamação” de Madeira convocando os povos a restituir o trono de Pedro I, ao que parece, foi simplesmente ignorada pelos periódicos do Ceará e pelo governo da província até então, como também não foi citada

37 Correio Oficial, tomo 11, n. 18, 24/1/1834. HDBN. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 2/3/2014

38 IRFFI, Ana Sara R P Cortez. Pinto Madeira e seu ‘EXÉRCITO DE CABRAS’: conflitos políticos e sociais no Cariri Cearense pós-independência. *Op. Cit.*

39 NOGUEIRA, Paulino. *Op. Cit.* p. 128.

em nenhum momento pelo governo local. Sendo que nesta mesma época, no Ceará, existiam três prelos independentes e todos faziam oposição a Madeira, além do “Diário do Conselho Geral da Província do Ceará”, que também era controlado pelos liberais (O Cearense Jacaúna, de 1830-33, O Clarim da Liberdade, 1832-33, Diário do Conselho Geral da Província do Ceará, 1829-34, e o Semanário Constitucional, de 1832-33). Como então poderia uma publicação assim simplesmente ser ignorada pela imprensa local e só ser publicada pelos jornais da Corte, dois anos depois do fim dos conflitos?

Neste momento de 1832, principalmente no que tange ao Pinto Madeira, praticamente tudo que se publicava na Imprensa da província do Ceará que poderia interessar à situação liberal moderada, era reproduzido pelos demais jornais das outras províncias, especialmente pela Imprensa de Pernambuco e do Rio de Janeiro. Desta forma, dificilmente, se esta “Proclamação” tivesse circulado em 1832 no Ceará, escaparia à atenção da imprensa local e, muito provavelmente, teria sido reproduzida ou citada pelos jornais das outras províncias.

Uma segunda questão a que temos de atentar é para a própria produção de informações sobre um grupo político ou parentela no Ceará provincial. Existia nos oitocentos cearenses uma produção discursiva dos periódicos e políticos locais com o intuito de desqualificarem e indisporerem o governo contra seus adversários, criando e difundindo um discurso político de denúncias, que comumente associavam estes adversários locais a estereótipos ideológicos de forma bem caricata. Assim, Pinto Madeira era descrito por seus adversários, desde pelo menos 1828, como absolutista, enquanto ele mesmo se dizia imperialista, mas constitucional. Por outro lado, nos argumentos dos políticos e da imprensa “caramuru”, aqueles que se definiam como “liberais” eram descritos como republicanos e afeitos às ideias democráticas, muito embora estes mesmos “liberais” negassem estas afirmativas e se dissessem, antes de tudo, favoráveis à Monarquia constitucional.

O que queremos chamar a atenção é para a existência de um discurso de desqualificação ou ridicularização dos adversários, como prática política largamente difundida em todo o Império, e na província do Ceará e vizinhanças não era diferente. Uma prática que, por vezes, induziu a formação de uma memória caricata sobre alguns posicionamentos políticos. Uma monumenta-

lização do passado provincial, relegando ao presente uma interpretação que, a princípio, foi produzida como propaganda partidária contra um adversário local com o intuito de desqualificá-lo frente ao governo central e da província, e assim provocarem ações de retaliação do governo contra este.

As proclamações da Câmara do Jardim citadas acima, proferidas durante os primeiros conflitos e logo após a invasão do Crato pelo potentado de Jardim, ao mesmo tempo em que convida os cearenses a resistirem aos Republicanos do Crato, o faz em nome de Pedro II e da Regência, dando vivas à Constituição, à Regência, ao governo da província e a Pedro II. Questões estas que nos levaram a indagarmos sobre os possíveis motivos da chamada Rebelião de Pinto Madeira.

Segundo a imprensa liberal do Primeiro Reinado, em fins de 1824 o então capitão de ordenanças Antônio Pinto Madeira, logo após tomar de assalto a vila do Crato, então dominada pelos rebeldes da Confederação do Equador, “arvorou” a bandeira lusitana defronte à casa de câmara⁴⁰. O episódio com a bandeira portuguesa, posteriormente, foi exaustivamente lembrado pelos liberais do Ceará e da capital do Império. As memórias locais do acontecimento eram usadas para acusar não só Pinto Madeira de aspirações absolutistas, mas também e, principalmente, ao então Presidente da Comissão Militar e Governador das Armas do Ceará, Conrado Jacob de Niemeyer, e o ouvidor do Crato, Manoel Pedro de Moraes Mayer, que por sua vez aliaram-se àquele.

Ao que parece, o motivo maior da aproximação de Pinto Madeira, Jacob de Niemeyer e Moraes Mayer foi justamente a necessidade de combaterem inimigos em comum na política local. Uma luta tanto contra os remanescentes dos patriotas de 1824, como contra a crescente influência da família Castro e Silva⁴¹ na província. Os três aliados: Niemeyer, Mayer e Madeira, principalmente por adotarem posições contrárias aos Castros do Ceará, foram acusados por estes e por José Martiniano de Alencar⁴² de pretensões “absolutistas” e “anti-constitucionais”. Como forma de revide, Niemeyer, juntamente com Madeira e demais aliados seus, aproveitando-se da crescente demanda por soldados para a Guerra da Cisplatina, recrutaram e enviaram para a Corte uma grande

40 Astréa, n. 641, 20/11/1830. HDBN.

41 Os Castro e Silva do Ceará, família de origem portuguesa que atuavam no comércio e burocracia administrativa da província no início do século XIX, estiveram envolvidos nos levantes e motins constitucionais do Ceará em 1821 e nas juntas administrativas que se seguiram a estes.

42 Alencar foi um dos líderes sobreviventes da Confederação do Equador cearense, perseguido por Madeira em 1824, tornou-se um dos inimigos do potentado de Jardim.

soma de “cabras” de seus adversários. Como o próprio Niemeyer destacou em correspondência a Madeira: “Já partiram mil e duzentos homens (recrutados) entre os quais foram tantos liberais, quantos pude mandar”⁴³. Muitas vezes, em condições precárias de embarque e viagem, acarretando a morte em massa de centenas, além do desterro dos homens de confiança de seus inimigos locais.

Antes mesmo desta citada aliança, ainda durante e imediatamente após a Confederação do Equador, muitas casas senhoriais aproveitaram-se dos conflitos de 1824 para atacarem seus desafetos locais sob a alegação de que estes eram inimigos da causa do Brasil. Assim, sob o discurso de combaterem os patriotas, bandos armados liderados por chefes de parentelas se formaram em várias partes da província. Na Comarca do Crato, mais precisamente na localidade da Serra dos Pereiras, na vila do Jardim, Pinto Madeira, juntamente com Miguel Torquato Bezerra de Bulhões e José de Souza dos Anjos formaram um destes bandos⁴⁴. Segundo Alencar, em 1824 estes “[...] mataram, depois de prender, à vários cidadãos, cortaram-lhes as mãos e as pregaram no pelourinho”. Além disso, “[...] roubaram quase todas as casas da vila”⁴⁵, fatores que estabeleceram uma rivalidade entre as duas casas.

Diante deste novo quadro, a disputa por espaços de mando e influência política entre a casa de Pinto Madeira e a casa dos Alencar deixou de ser uma rixa local para se tornar uma disputa política provincial, com marcante repercussão nos rumos da política provincial e na Corte fluminense. Esta ampliação do espaço de rivalidade estava diretamente relacionada tanto com a política imperial de adentrar o interior através da concessão das funções de Estado a uma liderança local, bem como pela política partidária que ganhava terreno, estabelecendo alianças com forças locais, e transformando as rivalidades familiares, antes limitadas ao espaço das vilas ou ribeiras cearenses, em rivalidade partidária provincial e nacional.

Naquele mesmo contexto, Madeira constituía-se como um potentado em ascensão na comarca do Crato, aproveitando-se da vacância de poder local em

43 Conrado Jacob de Niemeyer, 10 de novembro de 1825. In: Astréa, nº 315, 16/10/1828. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 25 out. 2014.

44 José Felix de Azevedo e Sá. In: CEARÁ. Palácio do Governo do Ceará 26 de Julho de 1825 José Felix de Azevedo e Sá Presidente = Snr Conrado Jacob de Niemeyer Commandante das Armas desta Prov.ª Correspondências Expedidas a diferentes autoridades Miliars. Fundo: Governo da Província, Data: 1824-1826, caixa:01, livro: 02, fl. 45v, APEC.

45 José Martiniano de Alencar. Supplica à S.M.I. dirigiu José Martiniano de Alencar, Ex-Deputado das Córtes de Lisboa, e a Assembléa Constituinte do Rio de Janeiro. In: NOGUEIRA, Paulino. Presidentes do Ceará, Período Regencial. 7º Presidente Senador José Martiniano de Alencar. *Revista Trimensal do Instituto do Ceará*. Tomo XII, pp. 34-166, 1898, p. 111-130.

decorrência da decadência da antiga casa de José Pereira Filgueiras. A nova casa rapidamente soube impor seus interesses sobre a câmara da vila do Jardim. Seguindo as orientações de seu novo “chefe”, esta câmara do Cariri cearense adotou em 1824 uma posição de clara resistência ao constitucionalismo de uma forma geral e ao governo de Fortaleza em particular. A câmara de Jardim recusou-se em alguns momentos a participar de eleições ou a responder às correspondências oficiais do governo da capital da província. Para contornar a situação, Niemeyer tratou de estabelecer um acordo com Madeira, onde mobilizaria seus contatos para livrar Pinto Madeira dos processos e, em troca, aquele apaziguaria a Comarca do Crato, chamando a ordem às vilas do Crato e Jardim.

Assim, através da influência de Niemeyer, Madeira foi encarregado do recrutamento em sua comarca, nomeado tenente coronel e, logo em seguida, coronel de ordenanças, ficando à frente dos batalhões de ordenanças, como comandante geral das duas maiores vilas da região.

Parece-me, Exmo. Snr., que pelo exposto está este Mártir Imperialista [Pinto Madeira] nas circunstância de que o Soberano distribua com ele algumas Graças do seu imenso tesouro, o posto de Coronel Comandante do Batalhão 78 de Caçadores da 2ª linha do exército com o soldo de 1ª linha, é uma paga bem merecida dos seus serviços [...]⁴⁶

Na mesma proporção que a aliança Madeira/Niemeyer se estabelecia, uma segunda aliança se constituiu na província do Ceará entre duas casas que, até aquela data, se não foram propriamente inimigas, não tinham muitas afinidades: a aliança Castro e Silva/Alencar.

Com a Confederação do Equador cearense, o então presidente rebelde Tristão Gonçalves de Alencar Araripe prendeu e deportou para o Rio de Janeiro os principais membros da família Castro e Silva no Ceará, que naquele instante se colocaram contrários, tanto à decisão de Alencar Araripe e da junta de governo em não jurarem à constituição proposta por Pedro I, como também à destituição do presidente José da Costa Barros pelas tropas de Filgueiras. Todavia, de 1825 em diante, para resistir à força da aliança Madeira/Niemeyer, tornou-se conveniente deixarem as rixas de lado e fazerem causa comum. Ou seja, já em fins de 1825 formaram-se na província do Ceará, com forte reper-

46 Conrado Jacob de Niemeyer, 10 de novembro de 1825. *Doc. Cit.*

cussão na política da Corte, dois grupos políticos rivais: o grupo Castro Silva/Alencar e o grupo Madeira/Niemeyer/Mayer.

Neste sentido, ao contrário do que a literatura sobre o tema normalmente advoga, o início da rebelião de Pinto Madeira, na comarca do Crato, precisa ser recuado no mínimo a meados de 1829 e, conseqüentemente, os motivos e a natureza desta devem ser revistos. A data coincide não por acaso com o retorno de José Martiniano de Alencar à Câmara dos Deputados, eleito pelo Ceará e Minas Gerais. Uma vez na Corte, o padre e agora deputado Alencar atacava periodicamente seus velhos inimigos do Ceará, tanto em suas falas no parlamento, como também através da imprensa liberal da capital do Império. Os acontecimentos de 1832, caracterizados pelo conflito entre as tropas de Pinto Madeira e do governo regencial, foram apenas o ápice de uma tensão que já há alguns anos estava posta.

Alimentado pelos posicionamentos autoritários de Pedro I e as constantes declarações de pessoas influentes em defesa do centralismo, surgiu no Ceará a partir de 1824 e espalhando-se pelo restante do Império entre 1829 a 1831, rumores de retorno do absolutismo, como destacaram os então deputados José Martiniano de Alencar e Diogo Antônio Feijó em 1830, um “[...] rumor que há meses se tinha espalhado da volta do absolutismo, rumor que cada dia se tornava mais acreditável pela criminosa indiferença do governo, e pelos atos anticonstitucionais que frequentemente praticava”⁴⁷. Neste cenário, a imprensa e seus leitores no geral, principalmente os mais simpáticos ao liberalismo, procuravam em todos os lados e em cada gesto de seus adversários, os sinais deste absolutismo iminente.

Foi neste contexto que em 1828 o mesmo Pinto Madeira engajou-se na sociedade secreta pernambucana “Coluna do Trono”, cuja principal referência entre as províncias do norte era o padre de Olinda, Francisco Ferreira Barreto, um influente sacerdote que defendia, entre outras coisas, uma maior centralização política nas mãos do Imperador, aceitando a possibilidade e, por vezes, colocando-se a favor do absolutismo⁴⁸. A partir de então, difundidas pelo padre José Martiniano de Alencar e Manuel do Nascimento de Castro Silva no Rio de Janeiro, e por Miguel Carlos da Silva no Ceará, começaram a ser publi-

47 José Martiniano de Alencar. Sessão em 10 de julho de 1830. In: BRASIL, Anais do Parlamento brasileiro: Camara dos Srs. Deputados, Primeiro Anno da Segunda Legislatura, Sessão de 1830. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia H.J. Pinto, 1878, p. 156.

48 ASTREA n. 324, 28/8/1828. HDBN.

cadras na imprensa da corte e do Ceará acusações feitas por estes de supostas declarações absolutistas por parte de Madeira⁴⁹.

O fato não é a veracidade ou não destas denúncias, mas suas motivações. Posicionamentos favoráveis ao absolutismo eram muito recorrentes em todo o Império. Neste sentido, possivelmente Pinto Madeira tenha feito sim declarações favoráveis ao absolutismo, posto que a defesa do “sistema antigo”⁵⁰ na província do Ceará, entre 1824 e 1831, era relativamente comum, principalmente por representar uma posição contrária às famílias que se diziam liberais, ou como dito, por tocar em questões da simbologia religiosa da monarquia.

Neste contexto, a câmara do Crato em 1825 enviou uma correspondência ao então comandante geral das armas do Ceará, Conrado Jacob de Niemeyer, o convidando para proclamar o Absolutismo na província. Uma carta que posteriormente foi publicada pelo jornal “O Cearense”⁵¹ de 1825 e reproduzida na imprensa do Rio de Janeiro em 1828, deixavam claro que já em meados de 1825 eram bem difundidas entre as vilas do Ceará posicionamentos locais de se aclamar Pedro I imperador absoluto:

Convencidos por uma triste experiência de acontecimentos fatais, que marcarão para sempre a época do terrível, e péssimo Liberalismo, da *rigorosa necessidade de um Governo absoluto, e forte, que possa calcar, e abater o impulso de opiniões dissolutas*, que tem sido causadoras de tantos males, de que V. Excelência foi vítima, acabamos de suplicar á S.M.I. a suspensão das Cortes, principalmente feitas por eleições populares, em razão dos conluíus, que de ordinário se tramam [...]⁵²

A clareza dos argumentos não deixa dúvidas: havia ali não só uma defesa da necessidade do centralismo político, mas também um desejo de retorno ao antigo modelo administrativo, se não em todo o Brasil, pelo menos no Ceará. Como argumento para tal posição, ganhou popularidade a acusação dos excessos de liberdade, resultando na instalação de um estado de anarquia. Condições causadoras das guerras civis e uma situação que era chamada de “desgo-

49 O Cruzeiro, n 175, 14/12/1829. HDBN.

50 Termo de uso comum no Ceará para se referir ao Antigo Regime.

51 Não se trata aqui do jornal chimango “O Cearense”, fundado por Frederico Pamplona, Tristão Araripe e Thomaz Pompeu de Sousa Brasil em 1846, mas de outro jornal de 1825. STUDART, Guilherme. Os Jornais do Ceará nos primeiros 40 anos (1824-1864), *Revista do Instituto do Ceará*, t. especial, pp. 48-118, 1924, p. 60.

52 Astréa, n. 324, 28/8/1828. HDBN.

verno". Responsabilizavam-se às chamadas liberdades individuais e soberania popular pelas lutas e estado de incerteza que assolaram a província. Segundo a câmara do Crato de 1825, os "excessos de liberdades", trazidos à tona pelo constitucionalismo, resultaram em disputas pelo poder local, que levaram às guerras em defesa do juramento à constituinte e Independência entre 1821 e 1823, assim como as sangrentas batalhas de 1824, na Confederação do Equador.

Entre fins da década de 1820 e o início de 1830, culpava-se o constitucionalismo pela desordem instalada a partir da Independência não só no Ceará:

Os roubos são escandalosos por toda a Província, nas vizinhanças do Recife saem companhias, de 30, e 40 salteadores, que escalam portas, invadem [o] sagrado asilo dos cidadãos, insultam, espancam, roubam, matam, e não há providencias [...] alguns desses malvados são presos em flagrante [...] e todos soltos imediatamente! Todos clamam, todos se lamentam da impunidade, e alguns dos Snrs. Magistrados folgam de ver esta desgraça, e dizem com toda a manhã – Queixem-se da Constituição⁵³

Então, de uma forma mais geral, havia também um desapontamento por parte dos setores mais conservadores das elites políticas das províncias do norte com o regime constitucional, ou se não, pelo menos um posicionamento contrário a este, onde eram atribuídos ao constitucionalismo o excesso de liberdade, o conflito e, como deixa entender o relato do "Ástrea", a ideia de direito do homem provocava nestes grupos um sentimento de impunidade e de anarquia. Possivelmente o suposto posicionamento de Pinto Madeira, favorável ao Antigo Regime, tenha se dado neste contexto. Mas, novamente, a questão não é se Pinto Madeira dizia-se ou não absolutista, mas por que este posicionamento, especificamente dele, foi motivo de denúncias e perseguição política.

Ao serem eleitos deputados pela província do Ceará em 1828, José Martiniano de Alencar e Manoel do Nascimento de Castro e Silva, na Câmara geral, aliando-se ao grupo entorno de Diogo Antônio Feijó e do jornalista Evaristo Ferreira da Veiga, de onde, através da imprensa liberal da capital do Império, atacaram duramente seus inimigos da província do Ceará⁵⁴. Com as denún-

53 Astréa, n. 520, 21/1/1830. HDBN.

54 José Martiniano de Alencar. BRASIL, Anais do Parlamento brasileiro: Camara dos Srs. Deputados, Primeiro Anno da Segunda Legislatura, Sessão de 1830. Tomo Segundo. Rio de Janeiro: Typographia

cias de Alencar e Castro Silva, a fama de absolutista de Pinto Madeira ganhou repercussão “nacional”, motivando as perseguições que levaram as reações daquele senhor de terras e, conseqüentemente, à guerra declarada a partir de fins de 1831.

Todavia, as acusações de que Pinto Madeira tinha planos de restituir o trono do antigo Imperador Pedro I só foram levantadas como possível causa da guerra depois de iniciados os conflitos armados, ou pelo menos, até meados de 1831, já depois da Abdicação de Pedro I, as denúncias relacionadas a Madeira feitas pela Câmara do Crato eram ainda as mesmas que existiam desde 1828. Ou seja, a de que aquele potentado intencionava derrubar a Constituição e restituir o Absolutismo no Ceará⁵⁵.

Entre 1828 e 1829, possivelmente difundida pelos padres Miguel Carlos da Silva Saldanha e José Martiniano de Alencar⁵⁶, espalhou-se no Ceará a história de que Pinto Madeira, juntamente com Alberto Patroni, o ouvidor do Crato Manuel Mayer e o padre Antônio Manuel de Sousa, também do Crato, tinham proclamado no Cariri Pedro I rei absoluto do Brasil⁵⁷. Em pouco tempo, o caso era noticiado pelos jornais do Ceará (Gazeta do Ceará, 1829) e praticamente simultaneamente em Pernambuco (O Cruzeiro, 1829 e O Amigo do Povo, 1829, diversos números), Maranhão⁵⁸ e na Corte⁵⁹. Nos ofícios e correspondências do governo do Ceará, a primeira menção a uma proclamação e suposta instalação de um governo absoluto no Cariri data aproximadamente entre junho e agosto de 1829⁶⁰, mas já em setembro de 1828 o jornal “Aurora

H.J. Pinto, 1878, p. 90.

- 55 “[...] no dia corrente chegaram neste termo Joaquim Pinto Madeira e recebeu-se muito da sedução pelas propoentes [sic.] comunicações com a vila do Jardim e o povo já continua a falar em derribar a constituição, e por isso pode acontecer surgir algum vulcão não esperado nos auxílios talvez não possam acautelar os males que em semelhantes ocasiões se desenvolvem, por tanto achamos de acerto, e requisitarmos a V. senhorias a tropa de primeira linha, que se acha no Icó, para reunir-se a esta que aqui existe”. CRATO, Câmara de vereadores em sessão extraordinária de 24 de maio de 1831. Ilustríssimo senhor Agostinho José Tomas de Aquino Cel. e Comandante do Regimento de Cavalaria nº 33, José Dias Audo e Mello V. P. Mariano José Rabelo, Francisco Pereira de Menezes, Francisco Pereira da Fonseca. Roque de Mendonça Barros. Arquivo público do Estado do Ceará. 1 DVD-ROM, doc. 23-a.
- 56 Joaquim Pinto Madeira In: O Cruzeiro, n. 165, 1/12/1829. HDBN.
- 57 Manuel Joaquim Pereira da Silva, Presidente da província do Ceará em correspondência com Agostinho José Thomaz de Aquino, em 24 de agosto de 1829. Ofícios dirigidos ao comandante das armas e oficiais militares. Governo da Província (1829), caixa 04, livro 12, fl. 31v, APEC.
- 58 O Farol Maranhense”, n. 115, 1/1/1830. HDBN.
- 59 Voz Fluminense, n. 13, 16/11/1829; O Pacote, n. 16, 22/12/1829 e Diário Fluminense, n. 17, 20/7/1830. HDBN.
- 60 Correspondência de Joaquim Pinto Madeira a Manuel Joaquim Pereira da Silva, presidente da província do Ceará. In: O Cruzeiro, n. 165, 1/12/1829. HDBN. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 25 out. 2014.

Fluminense”, do Rio, publicou esta mesma notícia na Capital do Império⁶¹ e, em pouco tempo, a história foi reproduzida na maioria dos jornais da Corte.

É possível que esta narrativa de instalação de um governo absoluto no Crato tenha chegado, à época, em todas as províncias do Império⁶². De qualquer forma, em muitos lugares, jornais com tendências mais liberais passaram a atacar duramente a citada proclamação absolutista⁶³ e a cobrar respostas das autoridades constituídas, enquanto os periódicos mais favoráveis ao centralismo monárquico partiram na defesa de Pinto Madeira⁶⁴.

Frente a tamanha repercussão, entre 1828 e 1829, Pinto Madeira tornou-se uma referência “nacional” para aqueles que simpatizavam com o absolutismo, ou mesmo com uma monarquia mais centralizada. Na mesma proporção, também era visto como uma ameaça para aqueles que professavam o liberalismo.

As guerras de Pinto Madeira

Em 1821, Pinto Madeira, juntamente com o capitão-mor do Crato, José Pereira Filgueiras, esteve à frente da Rebelião dos *Cerca Igrejas*, liderando cercos e invasões às igrejas na comarca do Crato, em ações que visavam impedir a escolha de representantes da província do Ceará para as Cortes de Lisboa. Em 1822, novamente Pinto Madeira apoiou a formação de um governo rebelde em Icó composto por José Pereira Filgueiras, Antônio Bezerra de Menezes, Francisco Fernandes Vieira, Joaquim Feliciano de Almeida Castro, José Joaquim Xavier Sobreiro e o padre Antônio Manuel de Sousa. Governo este que destituiu a Junta Administrativa de Porbem Barbosa, no Ceará, em um movimento que se caracterizou como uma luta contra as propostas das Cortes de Lisboa e teve como consequência mais imediata a adesão a Pedro I e à Independência liderada pelos Andradas⁶⁵.

Todavia, é importante destacar que as ações do Governo Temporário de Icó foram antes contra a política das Cortes de Lisboa, que por sua vez limitava os poderes dos capitães-mores e acabava com as ordenanças. Medidas que procuravam ampliar o espaço de uma justiça de carreira nos interiores do Ceará em

61 Aurora Fluminense, n.93, 19/9/1828. HDBN.

62 O *Constitucional Rio-Grandense*, n 225, 28/8/1830. HDBN.

63 *Abelha Pernambucana*, n. 62, 24/11/1829. HDBN.

64 O *Cruzeiro*, n.156 e 165 de 19/11/1829 e 1/12/1829. HDBN.

65 ARAÚJO, Reginaldo Alves de. *Op. Cit.*

contrapartida à limitação da influência das casas locais (a adesão ao projeto de Independência foi uma consequência desta luta pelo fato de as casas do Ceará encontrarem no Rio o “aliado”, ou antes, a justificativa necessária). Até porque, posteriormente, Martiniano de Alencar acusou Pinto Madeira de, em 1823, ter se posicionado contra a Independência⁶⁶. Neste sentido, possivelmente Pinto Madeira em suas ações contra as Cortes no ano anterior, ao invés de lutar pela Independência, o fazia antes contra as mudanças que representavam as Cortes de Lisboa, colocando-se também em oposição à criação de uma constituinte brasileira.

Em 1824, mais uma vez este mesmo senhor de terras colocou-se contra aqueles que defendiam uma maior autonomia provincial, ao impor sangrentas derrotas aos rebeldes da Confederação do Equador cearense, núcleo composto majoritariamente pelas mesmas casas que formaram o Governo temporário do Icó de fins de 1822, ao qual Madeira apoiou. Em 1824, juntamente com aliados, massacrou um destacamento das forças de Filgueiras com mais de cento e cinquenta homens, deixando os corpos amontoados em uma fazenda à beira da estrada⁶⁷. Terminados os conflitos da Confederação do Equador, Pinto Madeira, juntamente com Miguel Torquato Bezerra de Bulhões, na comarca do Crato, promoveu uma série de assassinatos contra desafetos locais⁶⁸. Ou seja, desde aproximadamente 1821, Pinto Madeira colocou-se contra aqueles que defendiam na comarca do Crato um avanço de um governo constitucional na província do Ceará. No entanto, em 1825, ao aproximar-se de Conrado Jacob de Niemeyer, alinhou-se a este mesmo sistema constitucional e colocou-se a serviço da ordem pública, inclusive sendo encarregado do recrutamento e pelas forças oficiais do Império do Brasil na Comarca do Crato.

Neste sentido, esta mudança de posicionamento rumo a uma adesão ao constitucionalismo por parte de Madeira parece-nos apontar antes para um interesse em disputar com outras casas locais os espaços de poder e influência na sua região e, para tanto, dentro de um linguajar político de seu tempo, assumir um discurso contrário ao de seus antagonistas, bem como de buscar aliados entre os representantes do governo central, que afirmava-se como cons-

66 José Martiniano de Alencar. Sessão em 10 de julho de 1830. Doc. Cit. p. 90

67 Joaquim do Amor Divino Caneca. *Obras políticas e litterarias de Frei Joaquim do Amor Divino Caneca colecionadas pelo Commendador Antonio Joaquim de Melo*. Tomo I, Recife: Typographia Mercantil, 1875, p. 128.

68 José Martiniano de Alencar. Sessão em 10 de julho de 1830. Doc. Cit.

titucional. Daí porque, como posto acima, em 1832 Madeira e a Câmara de Jardim alegam lutar contra os republicanos do Crato, e não contra a Regência.

Conhecido como “Governador do Centro” entre as populações locais, sua casa era uma verdadeira fortificação militar: “a sua casa é um quartel militar, toca-se a recolher, ronda-se, expedem-se vedetas, postam-se presídios e sentinelas em diversas partes, tudo para a defesa de sua pessoa; e quando vem a vila do Crato é sempre acompanhado de homens armados”⁶⁹.

A aproximação à Niemeyer lhe rendeu, além de poder e influência em toda a província, animosidades não só dos seus antigos adversários locais, mas de casas já influentes no governo central, como os Castros e Silva, da vila do Aracati.

Com a eleição de Manuel do Nascimento de Castro Silva para deputado geral em 1826, e de José Martiniano de Alencar em 1828, Madeira então contava com dois inimigos muito influentes na Corte. Mesmo assim, em 1828, por indicação de Niemeyer, ainda foi promovido a Coronel de ordenança e posto no comando dos batalhões de segunda linha do Crato e Jardim. Frente a tal ascensão, os ataques dos Castros e Alencar se intensificaram. O centro das denúncias contra Madeira, naquele contexto, dava-se em torno de um boato. No caso, de sua suposta pretensão de proclamar Pedro I rei absoluto na comarca do Crato.

Mediante estes ataques em decorrência da crescente influência de seus inimigos, que se ampliou vertiginosamente mediante a Abdicação de Pedro I, Pinto Madeira teve suas patentes de Tenente-Coronel e Coronel de milícias suspensas pela Regência, além de ordem de prisão decretada por inimigos locais. Neste mesmo contexto, tão logo as notícias da Abdicação se espalharam pelos sertões do Ceará: “[com] a aclamação do nosso Jovem Monarca; tenho recebido portarias de que o inúmero Povo daquele centro tem corrido para dita Villa a unir-se ao Coronel Pinto Madeira [...]”⁷⁰. Ou seja, nos sertões do Ceará, Pinto Madeira desde 1824 ganhou fama de defensor do Trono, fama que só ampliou quando este em 1828 filiou-se à chamada Coluna de Trono.

69 José Martiniano de Alencar. BRASIL, Anais do Parlamento brasileiro: Câmara dos Srs. Deputados, Primeiro Ano da Segunda Legislatura, Sessão de 1830, p. 92.

70 José de Castro Silva, 23 de junho de 1831. *In*: CEARÁ, Fundo Governo da Província. Registro dos officios do presidente da Província ao Secretário dos Negócios do Império. Data 1829-1831, caixa 05, Livro 14, fl. 69. APEC.

Frente a Abdicação, grandes contingentes populacionais viram naquele evento um ataque não só ao rei, mas também à Igreja e encontraram em Pinto Madeira e em Antônio Manuel de Sousa a influência local para fazer frente à ameaça então atribuída aos maçons e aos republicanos, de acabarem com a religião. Somando-se a isto, a ascensão dos liberais ao poder fez com que

A Câmara da Villa do Crato por ocasião de terem chegado notícias da nossa Regeneração Política, foi extraordinariamente convocada por um grupo de Povo armado, o qual por intermédio do Coronel Gonçalo Luiz Telles de Menezes, que também se pôs em armas quando ouviu o alarme popular apresentou a mesma câmara (do Crato) uma representação para serem demitidos certos empregados públicos e nomeados outros, o que a câmara fez imediatamente[...].

Dias depois recebi os Ofícios [...] da Câmara de Jardim, em uma linguagem de pura obediência as ordens do Governo com a exposição de boatos que corriam, e a proclamação que dirigiu ao povo, e por outro lado os dos *Coronéis Gonçalo Luiz Telles de Menezes, e Agostinho Jose Thomaz de Aquino*, que estavam de perfeita inteligência [fl. 71v] inspiravam sustos e terror [ilegível] mencionado que o Coronel Pinto Madeira, com a Câmara do Jardim tramavam contra o sistema jurado, o que reuniu para esse fim grande número de povos armado. O facto é que as duas Villas do Crato e Jardim ameaçavam grandes movimentos aquela forma nos princípios de sustentar as medidas tomadas em consequência da representação do povo, e este em se opor as deliberações daquela⁷¹ [José de Castro Silva, 12 de julho de 1831]

Além das crenças populares em um republicanismo iminente e o entendimento de uma monarquia intimamente ligada à igreja, incentivou o agrupamento de pessoas em torno de Pinto Madeira, somando-se a isto, frente a notícia da Abdicação de Pedro I, o coronel do Crato, Gonçalo Luís de Menezes demitiu todos os funcionários sabidamente imperialistas [a Câmara do Crato só homologou a decisão] e armou-se declaradamente contra a vila do Jardim, juntamente com o Agostinho José Thomaz de Aquino. A Câmara do Jardim e Pinto Madeira comunicaram ao governo da província adesão à nova situação, mas também não deixou de se armar contra os chamados “republicanos” do Crato. Vários contingentes populacionais locais, sabendo da Abdicação, então atribuindo a um ataque liberal contra Pedro I, colocam-se sob as ordens de

71 *Idem.*

Pinto Madeira, que, frente à ameaça vinda da vila do Crato, invade e saqueia aquela vila.

Em resumo, aquele conflito remonta a um longo histórico que liga-se às animosidades e disputas por espaço de poder desencadeados com o próprio processo de formação do Estado nacional na comarca do Crato, mas os conflitos que ficaram conhecidos como Rebelião de Pinto Madeira deram-se, em princípio, na forma de um conflito entre casas de duas vilas: o Crato e Jardim, onde as duas casas tentaram associar as ações de seus inimigos locais a uma ideia de inimigo do governo, no entanto, aqueles que se definiam como liberais contavam com a influência de serem situação política ao governo e o apoio da imprensa liberal da Corte que, por sua vez, tratou de produzir o discurso de que aquela luta entre famílias do interior do Ceará era, na verdade, uma luta em prol da restituição do trono de Pedro I.

Por outro lado, a questão que levantamos é que as intenções especificamente de Pinto Madeira e do padre Antônio Manuel de Sousa era apoiarem-se na religiosidade popular para aglutinarem forças contra seus inimigos locais, e não em uma luta contra a Regência.

Portanto, só o conflito de interesses entre as casas do Crato e do Jardim, por si, não explica a abrangência daquela guerra. Mais de três mil homens, com suas respectivas famílias, juntaram-se a Pinto Madeira justamente por acreditarem que aqueles acontecimentos representavam uma ação dos maçons e liberais contra o rei e contra a Igreja. Pinto Madeira e Manuel de Sousa (o padre Benze cassetes) valeram-se e incentivaram esta crença. Todavia, todas as fontes que consultamos que tratam aquela rebelião, a associando a pretensões restauradoras, surgem de forma acusatória. Pinto Madeira em si, assim como a Câmara do Jardim, afirmavam lutar especificamente contra os republicanos do Crato, ao passo que juravam fidelidade à Regência e a Pedro II.

Todavia, aparentemente o mesmo não pode ser dito sobre a maioria da população que se aliou a Madeira. Ao que parece, de fato existia uma crença de estarem em uma luta sagrada contra os inimigos do trono e da Igreja. Quanto ao Pinto Madeira e ao Padre Antônio Manuel de Sousa, se compartilhavam ou não desta crença, não faz muita diferença para entender as razões da guerra.

Este apelo religioso do conflito rendeu a Pinto Madeira um significativo exército, porém, a grande maioria, armados de pedra e cacetes de jurema e jucá, acreditando lutarem contra os inimigos da fé católica, deram-se a enfren-

tar as forças oficiais financiadas e municionadas pelos cofres públicos da província do Ceará, à frente das quais estava Francisco Xavier de Sousa Torres, então comandante geral do Ceará, com vários inimigos de Madeira no comando dos batalhões. O resultado do conflito, na grande maioria das vezes, foi uma constante fuga daqueles sertanejos e uma luta dramática para sobreviverem pelo menos até chegarem ao Ceará forças externas a quem pudessem se render em segurança⁷².

[...] hoje pelas nove horas da manhã principiei a ação com os facinorosos de Pinto Madeira, que se compunham em numero de três mil homens, durando o fogo até duas horas da tarde, voltando em debandada, deixando no campo da parte dele para mais de cem homens mortos, e duzentos feridos, e nossos, mortos, o intrépido capitão-mor de Pombal Gonçalo José da Costa, quatro soldados do batalhão 22, alguns feridos[...]

[...] novamente encorajados fizemos o mais duro fogo repelindo a força inimiga [...] por espaço de dez minutos cederam a força das baionetas, e pondo-se logo em fuga deixaram as ruas desta vila [Icó] juncadas de cadáveres dos seus companheiros[...]⁷³

Nas correspondências oficiais, a exceção das primeiras batalhas, eram comuns relatos de batalhas com significativas diferenças entre o número de mortos do lado dos rebeldes, em comparação com as forças oficiais. Na citação acima, por exemplo, enquanto as baixas nas forças de Pinto Madeira são descritas como “mais de cem homens mortos, e duzentos feridos”, do lado do governo morreram um capitão-mor e quatro soldados. Ou seja, aquele foi um dos primeiros grandes massacres promovidos pelas forças oficiais depois da Independência, contra uma multidão de sertanejos, na sua maioria, desarmados, que acreditavam lutar em defesa do rei e da Igreja e contra a então chamada “lei do Cão”.

Como ocorreu em conflitos anteriores da província, não há informações sobre a quantidade exata de mortos, mas, atentando para as narrativas dos militares à frente das batalhas, há de se supor que foram milhares. O conflito, no entanto, acabou abruptamente, quase tão logo chegou ao Crato a força vinda da Bahia comandadas pelo mercenário francês Pierre Labartut.

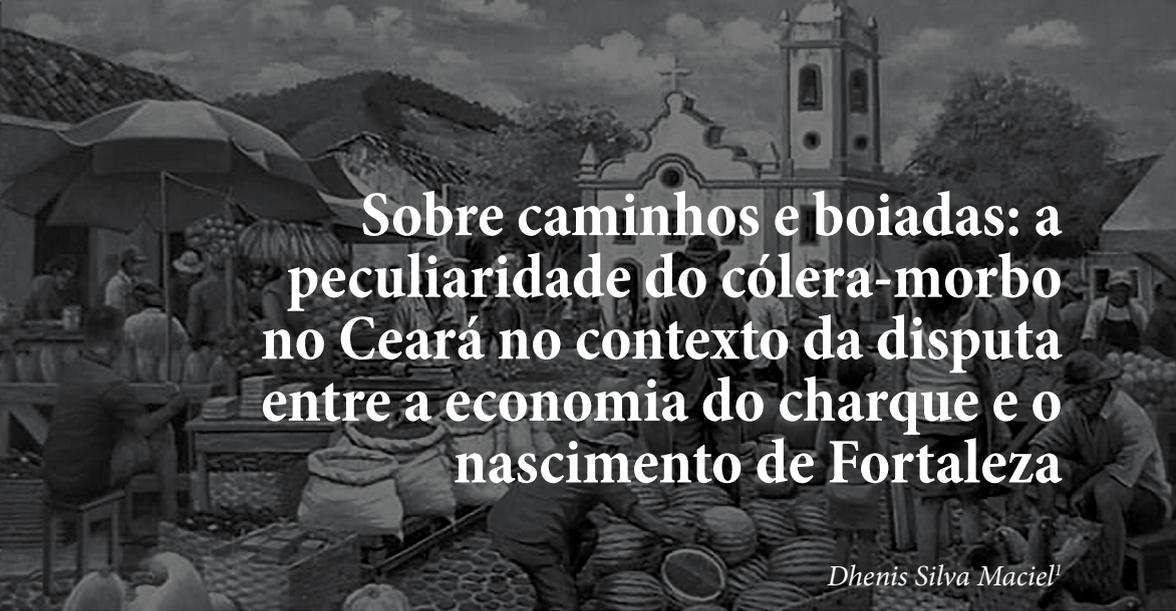
Labartut chegou ao Ceará em 21 de julho de 1832, em 09 de agosto partiu para o Crato, chegando a seu destino em meados de setembro (possivelmente

72 Tão somente chegou a província do Ceará as forças de

73 Francisco Xavier de Sousa Torres. In: *Parte oficiais sobre o Combate do Icó a 4 de abril de 1832*. Revista trimensal do Instituto do Ceará, Tomo XVI, p. 273-279, 1902.

22 de setembro) e antes que qualquer enfrentamento entre suas tropas e os rebeldes, recebeu uma correspondência de Pinto Madeira e Antônio Manuel de Sousa, afirmando que “[...] se eu lhes garantisse as vidas, e os mandassem em [ilegível] presos para o Rio de Janeiro a disposição da Regência do Império, se me viriam entregar no Correntinhe [sic].”⁷⁴. Aquela frase encerrou a guerra, mas a promessa feita a Pinto Madeira de o enviar para longe de seus inimigos locais não foi cumprida. Tão logo José Martiniano de Alencar foi nomeado presidente da província do Ceará, em 1834, Pinto Madeira foi enviado de volta ao Ceará, de onde foi escoltado até a vila do Crato para ser julgado por um júri composto por seus inimigos pessoais, sendo condenado à morte em 26 de novembro de 1834 e fuzilado dois dias depois. Por fim, tal ação situava-se em um terreno que tornara-se muito recorrente em nossa história. O uso da lei e do Estado para perseguir e eliminar adversários.

74 Pedro Labatut, 17 de outubro de 1832, in: *O Cearense Jacuína*, n 30, 3 de novembro de 1832. <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>, consultado em 2 mar. 2014.



Sobre caminhos e boiadas: a peculiaridade do cólera-morbo no Ceará no contexto da disputa entre a economia do charque e o nascimento de Fortaleza

Dhenis Silva Maciel¹

O cólera-morbo e o seu processo de entrada no território cearense no ano de 1862, bem como as estratégias utilizadas pelos sujeitos sociais durante os anos de 1855 e 1856 para prevenir o avanço da doença sobre a província, devem ser analisadas em um contexto amplo, que inclua a compreensão da constituição de redes econômicas e ocupação do espaço. Cremos na necessidade da compreensão da doença como um fenômeno cultural. Da mesma forma, compreender os caminhos que a doença fez pelo território cearense também pode ser alvo de mesmo exercício analítico.

De tal modo, apontamos para o fato de que a doença no Ceará seguiu um caminho distinto do que costumeiramente percorreu nas províncias vizinhas. Em seu relatório publicado em 1856, o presidente da província da Bahia, Alvaro Tibério de Moncorvo e Lima, afirma:

Era no mês de Junho do ano passado quando nos chegou a notícia de que se havia manifestado na província do Pará uma enfermidade, que apresentava mal caráter e fazia bastantes estragos na população; [...] não faltando quem entendesse que ela não chegaria até nós, e que, a estar ela no Pará, não atravessaria a linha em que é situada esta província.

Veio então dia 21 de Julho, e todas as dúvidas, todas as esperanças se dissiparam; casos se deram e foram averiguados em três pontos diferentes da nossa capital, que patentearam a triste

1 Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC, membro do grupo de estudo Sociedade e Cultura do Brasil Oitocentista (SEBO-UFC) e do GT História da Saúde e das doenças da Anpuh-CE, professor da Educação Básica da rede estadual do Ceará e professor da Faculdade Católica de Fortaleza.

verdade de haver a Bahia sido a segunda no Império a sofrer a desoladora visita de tão implacável inimigo da humanidade.²

Continuando seu relato, o presidente aponta que os primeiros casos se deram na capital, cidade portuária, onde, segundo alguns, o vapor Imperatriz teria tido um contato com a terra antes de terminado o período de quarentena e que, por isso, a epidemia teria conseguido aportar na boa terra.

O vapor Imperatriz não deixou marcas apenas na Bahia. Tendo passado pela corte carioca, se dirigiu ao extremo sul do império. Lá, encontrou o porto do Rio Grande dotado de uma organização de defesa que deixava o governador da província, o Barão de Mauritiba, esperançoso de conseguir barrar a epidemia. Depois de debates da comissão de saúde, criaram-se regras específicas para quarentena. A missão ficou ao encargo do Dr. Thomaz Lourenço Carvalho de Campos que, ao saber da chegada do navio Imperatriz (precedido de nefasta fama: já no porto de Santa Catarina havia deixado 16 soldados com sintomas do mal colérico), orientou que todos os passageiros ficassem sob regime de quarentena.

Dentre estes, um passageiro escravo já com marcas da doença foi levado para o lazareto e, contrariando a expectativa geral, de lá saiu curado. Contudo, com relação aos outros passageiros, disse o médico responsável, em carta datada de 20 de outubro de 1855:

Participo a V. Sr. que no dia 19 do corrente alguns passageiros do vapor Imperatriz, entrando da Corte tendo vindo para casa de observação, evadiram-se da Quarentena; sendo 2 de Pelotas, e 2 do Rio Grande, que imediatamente participei aos Delegados de Polícia do Sul, e do Norte, e que porém até hoje ainda não voltaram para a Quarentena, e consta-me que eles passeiam livremente em Pelotas e Rio Grande com este exemplo muito me tem custado a conter os outros. A V. Sr. me instruirá do que devo fazer em tais circunstâncias. Outrossim, que até hoje a Casa de Observação está desprovida de tudo, apesar de já ter requisitado ao Sr. Comandante do Porto. Não posso deixar nesta ocasião de ponderar a V. Sr. as grandes dificuldades que os passageiros encontram aqui quanto as comedorias, por não haver recursos nes-

2 Relatório do presidente de província da Bahia Álvaro Tibério de Moncorvo publicado em 14 de maio de 1856. Disponível em sitio da internet: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/119/000006.html> p. 06. Acesso em: 20 ago. 2015.

se lugar e os Comandantes dos navios não querem alimentá-los depois que eles vem para a terra.³

Logo no início de novembro, a doença já tomava proporções alarmantes na província gaúcha. Mais uma vez, a porta de entrada do cólera foi o porto.

Rio de Janeiro, a capital do império, também sofreu com as agruras da peste e, ali, o caminho da doença foi semelhante. Dentro do navio São Salvador (que partiu do Pará) vinha um escravo de origem cearense chamado Maximiano, que, após aportar no Rio, no dia 12 de julho, hospedou-se na casa de um homem chamado Cohn, na rua do Hospício. Lá, três dias depois, começou a manifestar os sintomas da doença. Maximiano foi prontamente diagnosticado e levado ao lazareto de Maricá. Contudo, outro escravo que viajava com ele, de nome Custódio, mesmo encaminhado à Santa Casa de Misericórdia, veio a falecer. Depois, outros casos começaram a surgir na capital imperial, todos inicialmente ligados a passageiros do navio São Salvador.⁴

Aqui, dois elementos que nos permitem reiterar nossa tese acerca da necessidade de pensar a constituição espacial do Ceará e sua relação com a doença. Primeiro, atentemos para o fato de que aquele que é considerado o paciente zero no caso carioca, que tinha procedência cearense, era um escravo. Ora, no ano de 1850, a lei Eusébio de Queiroz havia sido aprovada. Tal lei previa que navios que fossem pegos transportando escravos ou com marcas de transportes de escravos seriam sujeitos à apreensão e que tanto o dono, capitão ou mestre, piloto, quanto o contramestre e sobrecarga seriam considerados igualmente culpados pelo crime de pirataria. Os escravos apreendidos deveriam ser reencaminhados a seus portos de origem. Por tal feita, ocorreu durante toda a década de 1850 uma redução drástica na entrada de escravos originados da África em portos brasileiros. O infame comércio chegava ao seu fim, teoricamente. A solução de muitos senhores escravagistas foi, então, a importação de escravos de outras províncias mais pobres. Entre elas, o Ceará.

3 AHRS – Correspondência dos Governantes: M26 – 1855 – Saúde Pública, doc. de 20 de outubro de 1855. Apud ACOSTA, Nikelen. Males e epidemias: sofredores, governadores e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX). Tese (Doutorado). Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. p. 79, nota 151.

4 Informações extraídas de KODAMA, Kaori. *Os impactos da epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-56) na população escrava: considerações sobre a mortalidade através dos registros da Santa Casa de Misericórdia*. In: Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 5, 2011, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/kodama%20kaori.pdf> Acesso em: 30 ago. 2015.

O tráfico interprovincial marcou o processo de transferência de braços negros escravos de localidades com menor desenvolvimento econômico para outros locais onde a produção agroexportadora permanecia em expansão.

O Ceará tornou-se um dos muitos estados do Norte e do Nordeste a fornecer mão de obra cativa para o eixo sudestino. A constituição do espaço e a economia podem aqui nos explicar o porquê deste papel assumido pela província cearense. Também acreditamos que, ao olhar para a formação econômica do Ceará provincial e de suas rotas de ocupação, podemos reforçar nossa tese central de que, diferentemente de outras províncias, no Ceará, o cólera seguiu os aboios do sertão, e não o farol dos portos.

A análise da epidemia de cólera a qual nos propomos não é apenas uma abordagem da doença, mas a busca da compreensão do universo em que ela se inseriu, uma vez que o que dá sentido à doença é o homem. São as pessoas que por ela são afetadas, que têm suas vidas transformadas, que têm de dizer adeus a muitos que lhes acompanharam nas lutas cotidianas, a muitos para quem juraram seu amor, ou prometeram sua vingança mais cruel. Não queremos ver a doença como uma figura atemporal, mas sim como um catalisador de acontecimentos, como um desestabilizador de situações e de verdades construídas, localizado em uma situação específica, em um tempo e um espaço bem definidos.

Para tal intento, vamos regredir temporalmente ao ano do acontecimento da epidemia (1862) de modo a buscar entender como se constituíram as questões que se encontravam em latência no momento da chegada da epidemia e como elas foram abordadas pelos sujeitos que sobreviveram à cruel ceifa do “anjo do extermínio”. Mais ainda, buscaremos perceber como essa epidemia, que passou de forma tão suave por alguns lugares, mas de forma tão violenta por outros, poderia oferecer (ou não) riscos a projetos de centralização do poder provincial que estavam em andamento. O Ceará de meados do século XIX vivia um momento de mudanças econômicas que repercutiam diretamente em questões de esfera política, como a consolidação de Fortaleza como centro não apenas político, mas também econômico da província.

Planos são feitos, criam-se estimativas; contudo, nunca se pode deixar de lado o imprevisível. É disto que estamos falando, de um “imprevisto”, que chega sem pedir licença, sem dar grandes avisos e que age furiosamente, como Moira⁵, cortando fios e mais fios de vidas de sujeitos, e desestabilizando todo

5 Na mitologia grega, as moiras eram três irmãs que tinham a responsabilidade de cuidar do destino do

um universo que deles dependia. Afinal, o que é a economia, a política, as artes, senão o palco onde homens e mulheres atuam como protagonistas de suas próprias histórias?

Pautando-nos principalmente por uma leitura da vasta e já consolidada bibliografia sobre o tema tentaremos observar os movimentos dos homens, mulheres e animais dentro da província, enxergar-lhes os caminhos em meio dos espinhos da caatinga, dos saciadores goles nos rios que davam a vida ao sertão e que apontavam o caminho para o litoral.

No ano de 1799, a província cearense, juntamente com a Paraíba, consegue sua emancipação política em relação à Pernambuco.⁶ Este acontecimento marca o início de um processo de construção de uma nova espacialidade e identidade, tanto para a capital quanto para toda a província.

Uma das primeiras ações foi a escolha da cidade que sediar a capital da nova província. Nesta época, segundo Takeya⁷, havia apenas três aglomerados populacionais com o título de cidades: Aracati, Icó e Fortaleza. As duas primeiras eram ligadas ao comércio de carnes nas charqueadas e a última tinha a seu favor o fato de ser a sede do Forte de Nossa Senhora da Assunção.

Escolheu-se Fortaleza, a despeito de ser um pequeno areal sem bases econômicas sólidas que garantissem pelo menos a sua sustentabilidade. Segundo Maria Auxiliadora Lemenhe⁸, a relação entre a escolha do povoado do forte para sediar a administração da Capitania e a existência de um aglomerado fica explícita na justificativa apresentada ao príncipe regente D. João pelo governador de Pernambuco: “A vila deve ficar junto à Fortaleza por haver ali Igreja Matriz e povoação com bastante moradores”⁹. Ou seja, o principal ponto favorável a Fortaleza era o fato de possuir uma estrutura prévia, tanto eclesiástica quanto civil, que permitisse o desenvolvimento das funções inerentes a uma capital: acolher cidadãos e fiéis, que, neste momento, confundiam-se, pois Igreja e Estado andavam juntos.

Contudo, a despeito da afirmativa do presidente de Pernambuco favorável a Fortaleza, outra vila possuía não apenas uma Matriz e um bom número de

universo, tendo autoridade até mesmo sobre Zeus. Chamavam-se Lachesis, Clotho e Átropos.

6 CEARÁ. *Carta Régia de D. Maria I, que por um alvará, separa a capitania do Ceará Grande do Governo Geral de Pernambuco*. Fortaleza, 17 jan. 1799. Disponível em: <http://bit.ly/fd5dWo>. Acesso em: 25 jul. 2015.

7 TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Hucitec; Natal: Ed. UFRN, 1995.

8 LEMENHE, M. A. *Às razões de uma cidade: conflito e hegemonias*. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991, p. 30.

9 *Idem*.

moradores, também tinha uma rua larga e central, sem falar nos vários sobrados, e era a mais rica de toda a província – se é que assim podemos nos referir a ela, haja vista o seu ínfimo grau de acumulação de riquezas se comparada às outras regiões do império consideradas ricas, como as Minas Gerais – Aracati: sede do principal porto de escoamento da produção de couro e de carne salgada para as outras províncias.

A defesa feita pelo presidente da província de Pernambuco a favor de Fortaleza desperta certo estranhamento, principalmente pelo fato de que a ligação comercial entre Recife e Ceará se dava prioritariamente por conta do comércio de carnes secas e couro, que eram escoados pelo porto de Aracati.

O gado e todos os subprodutos dele foram fundamentais no processo de ocupação do território cearense que, se por duas vezes sofreu intentos ocupacionais (tanto por holandeses quanto por portugueses, malogrados frente às intempéries climáticas), a aparente ausência de condições para plantio em larga escala de produtos que se encaixassem na rota comercial lusitana, bem como a falta dos tão procurados minérios preciosos,¹⁰ acabaram por desencorajar uma ocupação mais efetiva nos primeiros anos da colonização europeia.

Segundo Capistrano de Abreu¹¹, em sua clássica obra “Capítulos de História Colonial”, a solução para a questão da ocupação dos sertões acabou por ser:

O gado *vacum* dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias, e ainda com mais comodidade; dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana, quer pela ingratidão do solo, quer pela pobreza das matas sem as quais as fornalhas não podiam laborar; pedia pessoal diminuto, sem traquejamento especial, consideração de alta valia num país de população rala; quase abolia capitais, capital fixo e circulante a um tempo, multiplicando-se sem interstício, fornecia alimentação constante, superior aos mariscos, aos peixes e outros bichos de terra e água, usados na marinha. De tudo pagava-se apenas em sal; forneciam suficiente sal os numerosos barreiros dos sertões.

Animal exótico à fauna brasileira, o gado foi introduzido no país justamente pelos invasores portugueses, com o objetivo de servir como economia

10 Além das expedições de Matias Beck e Martins Soares Moreno, mesmo durante o império brasileiro, a busca por ouro ou prata em terras cearenses permaneceu, sendo essa uma das justificativas para a escolha desta província como a primeira a receber a visita da Comissão científica liderada pelo botânico Francisco Freire Alemão.

11 ABREU, Capistrano. *Capítulos de história colonial*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 71.

subsidiária ao carro chefe colonial que seria a cana-de-açúcar. Do gado, tudo se exploraria. Desde sua força para o movimento das moendas e para puxar os carros-de-boi, passando pelo leite e os seus derivados fornecidos pela vaca, até a carne, o couro, os chifres e o sebo. Do gado, tudo se extraía. As primeiras rezes, vindas de Cabo Verde, no comboio do governador geral Tomé de Souza, logo se aclimataram. Outras cabeças foram importadas, e de forma intensa começou o processo de criação dentro do território brasileiro.

Durante os dois primeiros séculos de ocupação, engenhos e currais faziam parte de um conjunto único, dividiam o mesmo espaço. Contudo, a partir de 1701, com ordem régia de Pedro II, “o Pacífico”¹², orientou-se que a criação de gado deveria permanecer distante pelo menos dez léguas do litoral. Essa ordem acabou por acelerar um movimento de ida de colonos e rezes para o interior. Sobre esse processo de ocupação dos sertões, pontua Capistrano que:

Se a Bahia ocupava os sertões de dentro, escoavam-se para Pernambuco os sertões de fora, começando de Borborema e alcançando o Ceará, onde confluíam a corrente baiana e pernambucana. A estrada que partia da ribeira do Acaracu atravessava a do Jaguaribe, procurava o alto Piranhas e por Pombal, Patos, Campina Grande, bifurcava-se para o Paraíba e Capibaribe, avantajava-se a todas nesta região. Também no alto Piranhas confluíram o movimento baiano e o movimento pernambucano, como já fica indicado.

Duas frentes de ocupação atuaram no Siará, a primeira, chamada de sertão-de-fora foi controlada por pernambucanos que vinham do litoral, e a segunda, do sertão-de-dentro, controlada por baianos. Ao longo do tempo o Siará foi sendo ocupado o que impulsionou o surgimento de várias cidades. A pecuária serviu de motor para o povoamento e crescimento da região, transformado o Siará na “Civilização do Couro”.¹³

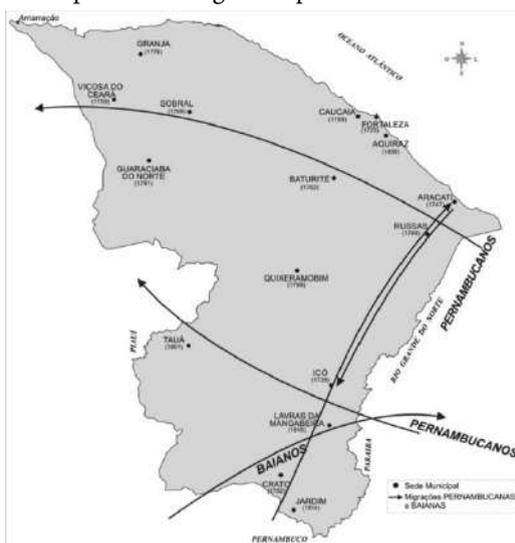
Ao som dos aboios, esbarrando nos espinhos da caatinga e à luz das estrelas, abaixo de um céu sem nuvens, as tropas seguiram terra adentro. Cida-

12 Apontamos para ironia do título deste rei que se por um lado o justifica por ter selado a paz em conflitos com a Espanha, o ironiza pela forma belicosa com que chegou ao poder e o manteve durante anos como regente do próprio irmão Afonso VI, encarcerado em Sintra. Deste rei também se pode pontuar para o aprofundamento das alianças entre Portugal e Inglaterra, de modo que os ingleses se dispuseram a dar suporte militar às causas portuguesas na península, bem como suporte marítimo às embarcações lusas em troca de uma série de concessões no mercado de especiarias e de introdução de famílias inglesas nas principais praças de comércio mantidas pelos portugueses em todo o império ultramarino.

13 ABREU, Capistrano. *Op. cit.* p. 74.

des foram sendo criadas seguindo o leito dos grandes rios do Ceará, como o Jaguaribe e o Acaraú. Às margens de cada um deles, cidades nasceram com o objetivo de dar suporte às tropas, às casas de abate e às oficinas de salga. Utilizaremos para critério de reflexão mapas elaborados pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Estratégica do Ceará (IPECE), sob orientação da Secretaria de Planejamento e Gestão, em apostila relativa à questão das divisas entre os municípios cearenses.¹⁴ Primeiramente, apontamos para a questão das diversas levas de ocupação, seguindo rotas distintas, tanto por litoral como pela região sul do Estado, chamadas por Capistrano de Abreu de “sertões de dentro” e “sertões de fora”.

Figura 18 - Caminho dos primeiros migrantes pernambucanos e baianos para o Ceará



Fonte: IPECE (2012)

O mapa acima evidencia as duas principais rotas já pontuadas, contudo, atentemos para o fato de que a rota que passa pela região centro sul foi alvo de contato das duas principais levas, tanto vinda de Pernambuco quanto da Bahia, permitindo uma triangulação que demarca como ponto central a nascente do rio Jaguaribe, maior rio do território cearense.

Entrecruzar os dados constantes nesse primeiro mapa com o seguinte, onde observaremos as principais bacias hídricas do estado, pode ser proveitoso ao nosso debate ao percebermos que existe uma correlação muito próxima entre

14 PONTES, Lana Mary. ALBUQUERQUE, Emanuel Lindemberg Silva, MEDEIROS, Cleyber. A QUESTÃO DOS LIMITES MUNICIPAIS DO ESTADO DO CEARÁ v-1 - IPECE, 2012 - Fortaleza – CE. Figura 1

as primeiras vilas fundadas no território cearense e essas bacias. Os rios cearenses acabaram se tornando abrigo para o intento expansionista dos criadores de gado e deram as condições básicas para a instalação das casas grandes onde ficavam as sedes das fazendas de charque. Se os vaqueiros, homens pobres livres, circulavam pelos espaços do sertão durante dias e noites conduzindo o gado sempre a procura de pasto mais verde, sempre retornavam para suas fazendas de origem onde as rezes seriam contadas, pesadas, mortas e teriam a carne e o couro processado. Seguindo um costume lusitano, procuraram-se os leitos de rios para instalar as casas grandes e as indústrias de couro. Como aponta Sérgio Buarque¹⁵:

A facilidade das comunicações por via marítima e, à falta desta, por via fluvial, tão menosprezada pelos castelhanos, constituiu pode-se dizer que o fundamento do esforço colonizador de Portugal. Os regimentos e forais concedidos pela Coroa portuguesa, quando sucedia tratarem de regiões fora da beira-mar, insistiam sempre em que se povoassem somente as partes que ficavam à margem das grandes correntes navegáveis, como o rio São Francisco. A legislação espanhola, ao contrário, mal se refere à navegação fluvial como meio de comunicação; o transporte dos homens e mantimentos podia ser feito por terra.

Mesmo em se tratando de um segundo momento da colonização e, mais ainda, de um espaço com pouquíssima fiscalização do governo e de um momento posterior ao da chamada guerra dos bárbaros (no qual já se pretendia ocupar os interiores e não apenas negociar da “marinha” com os silvícolas), podemos perceber como a tradição portuguesa de priorizar a constituição de vilas nas proximidades do litoral ou de grandes fluxos fluviais que permitissem o abastecimento hídrico da comunidade e a criação de uma rota de contato com as outras vilas acabou por ser um orientador do fluxo de fundação das vilas no Ceará do gado.

No mapa abaixo, podemos visualizar onde ficam e quais as principais fontes hídricas da província, junto à data de fundação das primeiras vilas cearenses.

15 HOLLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.104-105.

Figura 19 - Primeiras vilas nas bacias hidrográficas do Ceará (1699-1823)



Fonte: IPECE

Sendo assim, podemos concluir: até 1758, apenas Aquiraz, Aracati, Fortaleza e Icó detinham o título de vila. Das quatro vilas existentes, apenas Fortaleza não estava diretamente ligada ao processo de engorda, beneficiamento e venda do gado e da carne seca. A partir de 1758, surgem novas vilas, contudo, isso pode ser reportado ao fato do governo metropolitano ter igualado os aldeamentos à condição de vilas e, teoricamente, ter igualado os indígenas à condição de colonos, por meio do “Directorio que se deve observar nas povoações de Índios do Pará e Maranhão”.

A partir deste documento e da reordenação do espaço proposta pelo chefe de governo do rei José I, Marquês de Pombal, percebe-se uma profusão de novas vilas surgindo no território cearense. Até o ano anterior à emancipação da província em relação a Pernambuco, surgiram as vilas de Viçosa do Ceará (1759), Soure/ Caucaia (1759), Baturité (1762), Crato (1762), Sobral (1766), Granja (1776), Quixeramobim (1789) e Guaraciaba do Norte (1791). Muitas delas também se vinculavam à produção do charque, como Quixeramobim, no sertão central, Sobral e a vila portuária de Granja.

Assim, Denise Takeya¹⁶ a definiu nos períodos que antecederam imediatamente a emancipação política do Ceará:

16 TAKEYA, Denise Monteiro. *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*. São Pau-

Até então, estando a província sob o domínio da pecuária, e sob a dependência comercial de Pernambuco, a vila de Aracati desempenhara o papel de principal polo comercial. Situada próximo a foz do Rio Jaguaribe, centro por excelência das charqueadas, a vila servia como intermediária nas trocas mercantis com a praça de Recife. A ela articulada, encontrava-se a vila do Icó, que, localizada no alto sertão, as margens do mesmo rio, drenava toda a produção da região do Jaguaribe.

Em meados do século XIX, o já aludido Francisco Freire Alemão, membro da Comissão Científica que veio ao Ceará no ano de 1859 e que liderava o setor de botânica desta empreitada, descreve, em seu diário de viagem, a vila de Aracati. Mesmo sendo um texto escrito temporalmente distante, cremos ser útil ao exercício analítico porque descreve uma cidade decadente, mas que demonstra claramente ter vivido momentos mais favoráveis. Assim falou o membro da Comissão Científica:

Aracati: Pequena cidade situada junto ao lado direito do rio Jaguaribe, a duas léguas de sua foz, consta de uma rua larga comprida e algumas travessas ou becos, e mais algumas filas de casas, formando praça ou ruas; tem muitas casas de sobrado e algumas de dois andares, pela maior parte velhas e decadentes, mas tem alguns prédios novos e bonitos. Toda a rua tem largos passeios, ou de pedras brutas, mas bem assentadas, e o meio é de areia funda, [de] mistura com algumas terras, o que produz uma poeira fina e incômoda. Tem quatro bons templos, mas nenhum está concluído; [...] (ALEMÃO, 2006, p.67)

Vemos aqui que a vila do Aracati no ano de 1859 passava por dificuldades econômicas – as construções estacionadas das igrejas, por exemplo, são indícios disso. Os sobrados evidenciam o acúmulo de capital que lá ocorreu, mas o fato de estarem, em sua maioria, “velhos e decadentes” nos permite situar esse declínio econômico dentro do primeiro cinquentenário do século XIX. Durante a seca de 1791, que durou até 1793, era para Aracati que corriam os flagelados, não para Fortaleza.¹⁷

lo: Hucitec; Natal: Ed. UFRN, 1995, p. 96.

17 JÚNIOR, Antônio Otaviano. *O Açoite da Seca: Família e Migração no Ceará (1780-1850)*. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Ouro Preto. *Anais...* Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2002, p.3. Disponível em: <http://bit.ly/gQXyqI>. Acesso em: 1 ago. 2015.

As mais clássicas e extensas leituras feitas sobre o Nordeste durante o período colonial e imperial centram suas atenções em apenas uma parcela do território que compõe a região geográfica nordestina: a zona da mata pernambucana e algumas regiões no entorno de Salvador. Habitualmente, até pouco tempo, referir-se a Nordeste, principalmente no período colonial e início do império, era quase remeter-se diretamente a essa área. Contudo, o período que vai do fim do século XIX ao início do XX viu surgir uma literatura da seca que aponta para outro Nordeste, marcado pela seca e pela miséria. Aceitar essa questão sem uma justa análise historiográfica seria incorrer em um erro grave, por isso observemos a forma como estudiosos viram esses Nordestes,¹⁸ para que assim também possamos perceber a questão que se impunha no Ceará, com sua constituição inicial e sua recriação em meados do século XIX.

Evidenciamos o refazer-se da província por meio de uma série de debates que levaram à consolidação de Fortaleza como a capital de fato e de direito da província em detrimento de Aracati que, se nunca recebeu provisão regia para exercer a função de cabeça da província, durante os primeiros séculos de ocupação do território foi a vila que mais centralizou os fluxos econômicos e populacionais do Ceará.

A questão da parcialidade das leituras feitas sobre essa região foi vislumbrada por Gilberto Freyre quando escreveu o livro “Nordeste”¹⁹, onde deixou claro ser o seu ponto focal a zona da mata – o que não é de se estranhar, uma vez que este estava intimamente inserido nas heranças desse mundo canavieiro. Sobre o ciclo de leituras acerca do Nordeste, que pensam dentro da lógica de região e da dubiedade²⁰ dentro do que se convencionou entender por Nordeste, Frederico Neves sintetiza, fazendo uma junção de termos do próprio Freyre na citada obra:

Freyre percebe, e define, contudo, a existência concreta de, “pelo menos”, dois nordestes: um, “mais velho”, é o nordeste agrário, “de árvores gordas, de sombras profundas, de bois pachorrentos, de gente vagarosa e às vezes arredondada quase em sanchos-

18 Não nos demoraremos demasiadamente neste debate por crermos que seria pouco produtor para o conjunto analítico que estamos empreendendo. Deixamos como obra de referência: ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. São Paulo: Cortez, 2006.

19 FREYRE, Gilberto. *Nordeste: Aspectos da Influência da Cana sobre a vida e paisagem do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1989.

20 Deixamos claro que preferimos uma compreensão mais ampla de território e identidade que passa por múltiplas construções que edificam novas regiões, novas compreensões de si e do espaço que o circunda que não apenas as demarcadas geograficamente ou por análises demasiadamente taxativas.

-panças pelo mel do engenho”, “onde nunca deixa de haver uma mancha de água”, “onde noite de lua parece escorrer um óleo gordo das coisas e das pessoas”, um “Nordeste da terra gorda e de ar oleoso” que é o “Nordeste da cana-de-açúcar”; o outro é o nordeste “pastoril”, da “areia seca rangendo debaixo dos pés”, “das paisagens duras doendo nos olhos”, dos mandacarus, dos “bois e cavalos angulosos”, “de homens e de bichos se alongando quase em figuras de El Greco”²¹

E continua acentuando que:

Desse “outro Nordeste”, Freyre quase nada tem a dizer e deixa a tarefa de estudá-lo para “um dos conhecedores mais profundos de sua formação social – Djacir Menezes”, Este autor cearense, por sua vez, reafirma a distinção entre o Nordeste “que se desenvolveu do trabalho livre das caatingas e de alguns vales úmidos” – um Nordeste duplo, em que se contrapunham “latifúndio patriarcalista e escravidão” e “exploração pastoril e liberdade”²²

Como vimos anteriormente, Aracati representava esse “outro” Nordeste que não o da zona-da-mata pernambucana. Mesmo tendo amplas ligações comerciais com Recife, era-lhe tributário, mas culturalmente (nos dois sentidos da palavra: nos hábitos e costumes, bem como na atividade econômica) distante. Recife e seu entorno era rico, opulento, repleto de ouro a adornar as igrejas de irmandades – que competiam entre si para ver qual era mais bela e suntuosa. Era a terceira maior cidade de todo o território brasileiro. Servia de entreposto comercial para praticamente todo o comércio de cabotagem que circulava pelo norte brasileiro. Era repleta de cana, planta escolhida desde o início do projeto colonizador como base econômica para a colônia portuguesa e que se manteve lucrativa mesmo com a vinda e a partida dos holandeses liderados por Nassau. Mesmo quando outras nações invadiram o mercado internacional forçando o preço para baixo, até que se diminuiu a margem de lucro, mas empobrecer? Isso não.

Por fim, pode-se dizer que Recife era uma cidade enegrecida, da cor da pele dos escravos, que carregavam nas costas a opulência e a arrogância dos colonizadores. Negros trazidos à força de diversas partes da África através do

21 NEVES, F. C.: Memórias, Culturas, *Nordestes*: reflexões sobre o regionalismo e o conservadorismo. In: GADELHA, Georgina da Silva, NEVES, F. C., SALES, Telma Bessa (Org.). *História: Memórias no plural*. Fortaleza: Vênus Gráfica e editora, 2008, p. 148.

22 *Idem*.

infame e imoral comércio negreiro, a fim de, com seu labor, dar descanso aos senhores de terras e de escravos. Tráfico maldito, que arrastou centenas de milhares de vidas, principalmente das regiões de Angola e Guiné Bissau, para o litoral brasileiro, tornando-se um dos produtos mais lucrativos de todo o império lusitano.

Aracati representava outro Nordeste que não o pernambucano, que não o serrano: era seco e era marrom. Era o grande centro polarizador da produção pecuária. Milhares de cabeças de gado criadas em gigantescas fazendas, cheias de nada, em solo amarelado a maior parte do ano, mas rapidamente esverdeado com as primeiras chuvas. Todas as vilas que nasceram às margens do rio Jaguaribe pertenciam à sua zona de influência.

Era por meio do Aracati que o gado, transformado em lascas de couro e carne seca, ganhava o mundo. No Ceará de Aracati eram os pardos que falavam “sim, senhor”: livres no papel, mas presos simbolicamente por grilhões de fidelidade e apadrinhamento. Caboclos, mestiços, que não se recolhiam ao fim do dia para senzalas, mas passavam meses dentro dos matos ralos e espinhentos da caatinga, que subsistia regada pelas águas do rio Jaguaribe. Ali, aqueles homens tinham a obrigação de engordar as centenas de cabeças de bois sob sua tutela, a fim de fazer lucrar o rico senhor que vivia no litoral, normalmente nem mesmo na província cearense, uma vez que, muitas vezes, a ponta de toda a indústria do couro estava lá, no outro Nordeste – em Recife.²³ Era marrom pela cor do couro, que não só servia de fonte de renda, mas também como escudo, nas vestes usadas pelos caboclos vaqueiros, que se metiam em meio à espinhosa caatinga para buscar uma réis perdida do comboio.

Escolheu-se Fortaleza como capital. Não era a mais rica, não tinha nenhuma base que a sustentasse. Foi assim descrita por Lemenhe²⁴:

A vila de Fortaleza, distanciada dos sertões da pecuária, continuaria sendo por mais de um século, um aglomerado sem sustentação econômica. Apesar de abrigar indivíduos ocupando posições sociais definidas num universo urbano, o da Metrôpo-

23 Ressalteemos que não pretendemos negar a presença negra na província cearense. Estamos aqui nos referindo à pouca presença de trabalhadores escravos no Ceará provincial. Não nos aprofundaremos no debate por crermos que a digressão não seria relevante ao tema central a que nos propomos. Indicamos como leitura para a compreensão mais cuidadosa da presença negra (livre ou escrava) no Ceará o texto “Negros no Ceará”, de Euripedes Antônio Funes, em “Uma nova história do Ceará”, organizado por Simone de Sousa e Adelaide Gonçalves (Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007).

24 LEMENHE, M. A. *As razões de uma cidade: conflito e hegemonias*. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991, p. 33.

le, serão durante muito tempo povoadores e fazendeiros como muitos outros da capitania.

Fortaleza foi também retratada em sua pobreza por Raimundo Girão, nos termos de Bernardo Vasconcelos, primeiro presidente desta província:

[...] um montão de areia profunda apresentando dos lados pequenas casas térreas, onde há falta absoluta de todas as cousas de primeira necessidade, estando as riquezas depositadas nas mãos de dois ou três dos seus moradores reputados ricos por possuírem 20 ou 30 mil cruzados²⁵.

Aracati tinha o dinheiro, mas Fortaleza tinha os nomes e os moldes que melhor se acomodariam ao projeto colonial metropolitano (seja ela Lisboa ou Rio de Janeiro). Era preciso resolver essa questão: como tornar viável a capital Fortaleza? Que manobras seriam necessárias para que ela se tornasse de fato aquilo que já era em direito?

A província cearense vivenciou momentos de calamidade pública decorrentes das constantes secas. Céu azul sem nuvens, apenas o sol – inclemente e escaldante, que rachava o chão e deixava carcaças espalhadas pelas estradas do sertão central. Entre os finais do século XVIII e início do século XIX, tanto Takeya como Lemenhe creditam à falta de chuvas o abatimento da economia cearense e o enfraquecimento do poder econômico de Aracati. Sem água, as rezes não sobreviviam. Aracati também não.

Abriu-se, portanto, espaço para a construção da hegemonia de Fortaleza, uma vez que uma boa parte das vilas que estavam em sua zona de influência sofria menos com as estiagens por se situar em regiões serranas, que permitiam uma maior umidade e maiores índices pluviométricos²⁶. As serras de Baturité, Maranguape e Aratanha mantiveram-se menos abaladas durante as secas dos fins do XVIII e início do XIX.

Após este período de dificuldades pluviométricas, “com o decorrer dos anos, a pecuária cearense se recompôs, mas as exportações das carnes conser-

25 GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2000, p. 178.

26 Raimundo Girão (2000, p.340) dividiu o território que hoje compõe o estado do Ceará em algumas zonas de influência. A saber: “Fortaleza polarizava Aquiraz, Cascavel, Maranguape, Canindé e as serras de Baturité e Aratanha. Aracati atraía os núcleos dêmicos do baixo Jaguaribe, e Icó dominava o Cariri, os sertões dos inhamuns e os do sul do Piauí. Para Sobral convergiam os negócios do vale do Acaraú e os sertões de Santa Quitéria e Crateús. Tributários de Quixeramobim eram os sertões de Mombaça, e em torno de Granja gravitavam os lugarejos da Serra Grande e a hinterlândia norte-piauense”.

vadas de uma vez por todas se extinguíram”²⁷. Nesse momento, “foi quando se abriu o espaço para a agricultura de exportação”. Esta agricultura tinha seu centro produtivo justamente na região de direta influência de Fortaleza. O café ganhou as serras e a cana se proliferou nos vales. Mas, mais importante, foi a produção de algodão, que conferiu os primeiros lucros significativos à província cearense. Segundo Caio Prado Júnior²⁸: “Para o Ceará, especificamente, a cotonicultura abriu a perspectiva agrícola, visto que a capitania se incluía entre as zonas que até então só tinham conhecido o pastoreio e a mineração”. Todos esses produtos passaram a escoar pelo porto de Fortaleza, que foi pouco a pouco sendo estruturado para receber esse afluxo de gêneros e fazer o contato direto com a Europa. Diz Lemenhe:

Desde o início das transações diretas com Lisboa, por volta de 1803, a administração da Capitania dota a vila de infra-estrutura para transações mercantis: são feitos estudos de porto e construção de mole. Para controlar o movimento das mercadorias instala-se alfândega e cuida-se do prédio da Tesouraria da Fazenda. No que se refere a transações internas, constrói-se mercado público e regula-se a realização de feiras semanais. Inaugura-se na vila uma repartição de correio, agregado a Tesouraria da Fazenda, possibilitando, com os limitados recursos da época, ligar a vila-capital e as unidades de produção.²⁹

Os dados apresentados por Thomaz Pompeu são claros quanto ao desenvolvimento do porto da Capital. Os insumos produzidos na área de influência de Fortaleza aumentam em número e em valor. Vejamos: de 1845 a 1846, exportaram-se 1446 arrobas de café ao custo de 3\$800 cada, dando um total de 5:494\$800. As exportações passam por alguns altos e baixos até chegarem ao seu valor máximo entre os anos de 1859 e 1860, quando se exportaram 108.540 arrobas ao valor de 5\$350, rendendo um total de 580:689\$000³⁰. É visível o crescimento gigantesco pelo qual essa atividade passou, trazendo lucro para o local de produção e para o de exportação, uma vez que ao porto cabia a cobrança dos impostos.

Enquanto isto, se pegarmos dados acerca da produção de gado, vacum e cavalari na província, é perceptível um decréscimo. Entre 1803 e 1809, produzi-

27 GIRÃO, Raimundo. *Pequena história do Ceará*. 3. ed. Fortaleza: Imp. Universitária, 1971, p. 96.

28 PRADO JUNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 83.

29 LEMENHE, M. A. *Op. cit.* p.62.

30 BRASIL, Tomás Pompeu de Sousa. *Ensaio estatístico da província do Ceará*. Ed. fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997. Tomos I e II, p. 357.

ram-se em média 103.626 gados vacum e 12.918 cavalari. Já no período de 1845 a 1850, essas cifras caem para 40.880 vacum e 5.040 cavalari. Segundo Thomaz Pompeu³¹, “a grande secca de 1845 a 1846 fez decrescer a produção na ração de 520 por cento”. Tem-se uma pequena melhora na produção de gado nos anos que se sucedem, mas, comparativamente ao porto de Fortaleza, Aracati perde espaço e lucros.

Pode-se questionar por que Fortaleza e Aracati não conseguiram se desenvolver lado a lado. A resposta pode vir sob inúmeras facetas, mas em todas haverá uma mesma resposta de fundo: disputa de poder. Não podemos também deixar de lado o fato de que a economia cearense era bastante acanhada, não permitindo que duas cidades cumprissem a mesma função, uma vez que Fortaleza queria para si o papel de escoar a produção. Essa ação foi tão forte e bem sucedida que assim escreveu Barão de Studart³², no ano de 1892: “To-me-se um Aracatyense, pergunte-se-lhe porque sua terra está tão decadente, e elle responderá sem detensa, que ao ódio e inveja da Capital deve-se o estado presente daquella rica porção de nosso território”.

Um dos principais atores desse momento de crescimento da província e da construção da centralização de Fortaleza como capital foi José Martiniano Pereira de Alencar, padre aos moldes do regente Feijó, político de força nas palavras e nas ações. Sobre o sacerdote-político, diz Lemenhe:

O processo de hegemonização de Fortaleza tem início durante o governo Alencar. Cearense de origem rural, mas socializado para a vida urbana, Alencar foi um político prestigiado na Regência por sua adesão a corrente liberal, revelada por sua participação destacada nos movimentos de 1817 e 1824, a que se somariam suas relações de amizade com o Regente Feijó. [...] Entendemos que sua gestão ‘progressista’ reproduzia na Província o programa liberal de expansão da economia nacional.³³

Martiniano de Alencar era defensor ferrenho dos ideais do partido liberal e desde cedo esteve presente na vida política do império, tendo participado do movimento sedicioso da Revolução Pernambucana,³⁴ resultado da opressão da metrópole carioca sobre as outras províncias. Enquanto o Rio de Janeiro era

31 *Idem*, p. 386.

32 *In*: LEMENHE, M. A. *Op. cit.*, p. 05.

33 *Idem*, p. 91.

34 Informações sobre a Revolução Pernambucana em: <http://bit.ly/eUBA6R>. Acesso em: 12 ago. 2015.

remodelado por D. João, algumas províncias do Norte (atual Nordeste) se levantaram, demonstrando sua insatisfação em pagar mais e não receber nada por isso. Ao lado de seus irmãos, Tristão Gonçalves e Carlos José, e de sua mãe Barbara de Alencar, Martiniano foi levado ao cárcere nesta ocasião. Logo após ser solto, foi eleito deputado para as assembleias gerais que ocorriam em Lisboa e que terminaram por acelerar o processo de independência do Brasil, uma vez que queriam retirar deste país todas as liberdades conquistadas durante o período de Reino Unido. Retornando ao Brasil, Martiniano participou de outro movimento sedicioso: a Confederação do Equador, da qual foi também absolvido. Em 1832, assumiu a cadeira de senador vitalício pela província cearense (mesmo tendo sido eleito também por Minas Gerais). Enquanto senador, por duas vezes ocupou o cargo de presidente da província cearense.³⁵

Em todos os movimentos de que participou, Martiniano aparecia como combatente de centralizações e dos seguidores do antigo regime, estando muito mais próximo dos modelos parlamentarista e republicano. Contudo, foi ele um dos principais responsáveis pela centralização política, administrativa e econômica da cidade de Fortaleza sobre o restante da província, tendo sido um dos mais importantes políticos cearenses durante o período da Regência.

Durante seu governo são lançadas as discussões que se seguiriam em discursos de presidentes de província tanto liberais quanto conservadores: a importância de construir estradas que ligassem a capital ao restante da província, facilitando o fluxo de riquezas. Essa questão será recorrente nos relatórios de Presidente de Província, bem como nos jornais partidários.

Contudo, não queremos aqui construir um herói. Martiniano, assim como todos os sujeitos, possuía intencionalidades, algo que podemos visualizar logo em sua primeira passagem pela cadeira de presidente da província. Fica claro como os jogos de poder locais influíram nas medidas que ele tomou:

A condenação sumária de Pinto Madeira assinala o fim do movimento e revela seu caráter de disputa local. Alencar ao assumir a presidência da Província, nove dias após a posse, impõe condenação à morte do velho inimigo, a despeito da oferta de anistia, na sede do município onde ambos disputavam o mando. O patíbulo que lá permaneceu por longos anos pode ser entendido como símbolo do domínio de uma oligarquia, mas não seria in-

35 Informações do Dicionário Bio-Bibliográfico, escrito por Barão de Studart, disponíveis no site: <http://bit.ly/ccxfAm>. Acesso em: 12 ago. 2015.

fundado percebê-lo como sinal de prevalência de um poder que começa a se consolidar a partir da capital³⁶.

A consolidação de Fortaleza como capital passou por atos de “canibalismo” político e territorial, expressos nas anexações ao território fortalezense das vilas de Parangaba e Messejana. As duas haviam sido sede de missões de catequese indígena, entretanto, diferiam bastante entre si. Messejana possuía uma estrutura civil e eclesiástica mais bem elaborada. Foi da ação aglutinadora de Fortaleza que ocorreu a transferência da freguesia que antes era em Messejana para a vila de Maranguape, marcando assim a aglutinação de Messejana e o reconhecimento do desenvolvimento econômico de Maranguape e a demarcação de um papel da localidade no projeto da Capital.

Ao mesmo passo em que a categoria política estruturava Fortaleza para centralizar o escoamento da produção provincial, os céus resolveram dar um sossego aos agricultores cearenses. De 1845 até 1877 não ocorreram grandes secas no Ceará. Essa regularidade climática e sanitária pela qual passou a província durante estes 32 anos marca o período de prosperidade provincial.

Com a melhoria nas condições climáticas, fazia-se urgente rasgar o chão para ligar Fortaleza a outros lugarejos de seu entorno, que lhe servissem de base econômica e alimentar. Um bom exemplo sobre as constantes iniciativas de ligar o interior à capital são os comentários do cônsul francês em Pernambuco, que emitia constantes relatórios sobre possibilidades de negócios para comerciantes e industriais franceses nas províncias brasileiras que estavam sob sua jurisdição, ou seja, todo o norte do império. Mesmo se tratando de uma carta de 1856, deixa clara uma constante preocupação das autoridades públicas cearenses com o melhoramento das condições das vias de ligação da capital com o interior, de modo a melhorar o escoamento produtivo:

É provavelmente a essas iniciativas que se refere o cônsul de Pernambuco no relatório que escreveu em 1859, sobre o Ceará. Dizia ele:

Tudo leva a crer que, dentro de alguns anos, quando as grandes vias de comunicação estiverem concluídas, a exportação aumentará em uma proporção notável e com grandes benefícios, pois está provado que uma grande quantidade de açúcar é perdida devido à impossibilidade de transportá-la. Nós acrescentamos

36 LEMENHE, M. A. *Op. cit.* p. 85.

que esses trabalhos são encitados com vigor e que a província consagra um quarto de suas rendas para trabalhos públicos”³⁷

Assim, temos visivelmente dois projetos que acabam se fundindo: criar uma nova espacialidade após a emancipação política do Ceará e formatar um núcleo de sustentação que permitisse a Fortaleza exercer seu papel.

O centro administrativo em Fortaleza foi consolidado pela construção de um novo aparato econômico, por meio do fortalecimento de seu porto, da valorização de produtos que tinham mercado externo e que pudessem colocar o Ceará dentro do contexto das exportações brasileiras. O café e o algodão foram basilares nesse processo. Contudo, as primeiras e principais vilas da província ainda estavam ligadas diretamente ao caminho do gado. E este foi o caminho escolhido pela peste.

Durante todo o ano de 1855 e 1856, temos ordenações do governo provincial para que fossem vigiados os portos da província. Francisco Xavier Paes Barreto, presidente da província no ano de 1855, ordenou uma série de medidas para evitar a infestação do mal no território cearense, entre elas destacamos esta afirmação do presidente: “[...] expedi as mais terminantes ordens para que fosse observada com todo rigor a quarentena estabelecida no porto desta cidade, e bem assim nos de Aracaty, Acaracú e Granja”³⁸

No ano de 1856, na cidade de Acaracú, surgiram notícias que tensionaram toda a província. Davam conta de que um iate proveniente de Pernambuco teria aportado e dois passageiros teriam manifestado os sintomas do mal. Mobilizaram-se esforços, médicos foram enviados à vila, e, por fim, mais uma vez se podia respirar aliviado. Tudo não passara de alarme falso. A peste escolheu não seguir o caminho que lhe previram. Não veio pelo mar. Como que por ironia, desbravou o Ceará pelo mesmo caminho das rezes. No ano de 1862, na localidade de Souza, na vila do Icó, mais precisamente no dia 5 de abril³⁹, um homem chamado José Leandro Tavares, há pouco sentara praça na cidade. Vinha ele do Rio do Peixe. Mal chegou, deu seu último suspiro. Em sua bagagem trazia o vibrião colérico.

37 TAKEYA, D. *Op. cit.*, p. 110.

38 BARRETO, Francisco Xavier Paes. *Relatório de presidente de província*. Ceará: Typographia Cearense, 1856. In: *Subject Guide to Statistics in the Presidential Reports of the Brazilian Provinces, 1830-1889*, p. 21. Austin, Texas: Institute of Latin American Studies, University of Texas at Austin, 1977.

39 STUDART, Barão de. *Climatologia, epidemias e endemias do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 1997, p. 53-54.



Natureza e trabalho no Cariri cearense

Darlan de Oliveira Reis Júnior!

O “oásis” do sertão

No que se convencionou chamar de sertão cearense, um espaço peculiar se formou no decorrer da temporalidade: a região do Cariri. Descrita por viajantes, políticos, escritores e poetas, no século XIX era apresentada como um oásis em pleno sertão, cercada pela aridez de seu entorno. Após uma longa viagem pelo território cearense, George Gardner assim afirmou, ao chegar ao Crato, no ano de 1838:

Impossível descrever o deleite que senti ao entrar neste distrito, comparativamente rico e risonho, depois de marchar mais de trezentas milhas através de uma região que naquela estação era um pouco melhor que um deserto.

A tarde era das mais belas que me lembra ter visto, com o sol a sumir-se em grande esplendor por trás da Serra de Araripe, longa cadeia de montanhas a cerca de uma légua para o oeste da Vila; e o frescor da região parece tirar aos seus raios o ardor que pouco antes do poente é tão opressivo ao viajante nas terras baixas.

A beleza da noite, a doçura revigorante da atmosfera, a riqueza da paisagem, tão diferente de quanto, havia a pouco, houvera visto, tudo tendia a gerar uma exultação de espírito, que só experimenta o amante da natureza, e que em vão eu desejava fosse duradoura, porque me sentia em harmonia comigo mesmo, mas em “paz com tudo em torno”.²

1 Professor Associado do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri – URCA, membro da Rede Proprietas-INCT.

2 GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil, principalmente nas províncias do Norte e nos distritos*

Poderia-se apenas levar em consideração que o cientista, fatigado pela árdua viagem, teria feito um discurso tomado pelo cansaço. Acontece que as fontes documentais nos mostram que a descrição do “oásis” em pleno sertão não se originava apenas dos relatos de viajantes maravilhados. Na construção da imagem do Cariri, seus representantes locais enfatizavam nos jornais da época, a descrição de um verdadeiro paraíso no sertão:

Sua topographica posição, sua espantosa fertilidade, e mais que tudo essas agoas nativas e perennes que a providencia creou para abrigo dos certões por occasião das seccas, dão-lhe uma emportancia e influencia sempre crescente sobre os destrictos cearenses das provincias confinantes com esta parte do Ceara e sobre os da Bahia á margem do S. Francisco. De fato é um Oásis no meio do grande deserto, quando o sol tem redusido a pó as aprasíveis campinas do certão. Aqui uma constante verdura, uma perpetua primavera faz rir ao coração ao emigrante, que foge aos abrasados lares. [...]

O Cariri foi sempre o celeiro de seos visinhos; a única salvação dos certões, cuja numerosa população conta com suas substancias alimenticias nas occasiões mais desesperadas. [...]

Na Chapada do Araripe o sol dardeja froxo e não communica ao solo aquelle calor do equador: ali o frio é perpétuo.³

Celeiro, salvação dos sertões, atmosfera revigorante. Os adjetivos não cessam quando a referência é o Cariri cearense. O discurso da agricultura como a principal atividade econômica estava presente também nos periódicos e a razão do “sucesso” de tal indústria seria a natureza em si, que ali se estabelecera, como afirmou Bernardino Gomes de Araújo:

O Vale do Cariri-novo, situado no centro dos sertões do Norte do Brazil figura a terra da Promissão entre os desertos da Palestina.

Dotado e um solo fertilissimo, natureza prodiga, cortado de regatos perennes, elle se achava como o Paiz de Cannaa habitado por nações barbaras e quase ímpias.⁴

Na verdade, a região não é toda banhada pelas águas, nem tem todos os solos férteis. A área com essa configuração é a da Chapada do Araripe, princi-

do ouro e do diamante durante os anos de 1836-1841. Tradução de Milton Amado, apresentação de Mário Ferri. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975, p. 92.

3 Jornal *O Araripe*, 14 de julho de 1855, p. 2. Cópia digital, Centro de Documentação do Cariri (CE-DOCC).

4 Jornal *A Voz da Religião*, 21 de fevereiro de 1869, p. 2. Cópia digital obtida no Departamento Histórico Diocesano Pe. Antônio Gomes de Araújo, Crato – CE. DHDPG.

palmente a da região do Crato, vila até a metade do século XIX, tornando-se cidade no ano de 1853. A chapada proporcionava solos férteis e um manancial de águas que, se não ficavam totalmente imunes ao problema da seca, constituíam-se em reserva importante do *continuum agrário* cearense. Para Ester Boserup, ao analisar determinado espaço agrário, deve-se considerá-lo em sua totalidade, terras cultivadas e terras não cultivadas, os sistemas de uso da terra, o pousio, a técnica e as relações sociais existentes⁵. No entanto, na descrição dos relatos do século XIX e também nas análises do século XX, todo o Cariri é descrito como terra da fertilidade e dos verdes canaviais.

Constitui o Cariri a zona ubérrima que se estende ao sopé da Serra do Araripe numa extensão de cerca de 200 quilômetros, com largura irregular, a qual é banhada por correntes perenes como o Caldas na Barbalha, Grangeiro e Batateira no Crato, que formam as nascentes do Rio Salgado, e por inúmeros olhos d'água, alimentos da agricultura, de cuja exuberância só tem podido ser bem avaliada em anos de seca.

Por conta de sua posição e fertilidade está aquele delicioso oásis isento da tremenda calamidade.

Terreno predileto da cana e dos cereais, em bem poucos lugares deste país se ostentam aquelas gramíneas com mais viço e esplendor.⁶

Ao autor não ocorreu analisar em quais condições no “terreno predileto da cana e dos cereais” se realizava o trabalho. E nem esse era seu objetivo. Acontece que as relações entre os seres humanos e as demais forças da natureza se dão em determinado contexto histórico, temporal-espacial. O espaço se forma, se conforma e se traduz em uma paisagem cultural e em um determinado território. Para Milton Santos,

A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade. Em cada fração da superfície da terra o caminho que vai de uma situação a outra se dá de maneira

5 BOSERUP, Ester. Systems of land use as determinant of land tenure. *The conditions of Agricultural Growth – The Economics of Agrarian Change under Population Pressure*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1965, p.77-87.

6 BEZERRA, Antônio. Cariri. *Revista do Instituto do Ceará – ANNO LXVIII – 1954*, p. 257. Disponível em <<http://www.institutodoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1954/1954-Cariri.pdf>>.

particular; e a parte do “natural” e do “artificial” também varia, assim como mudam as modalidades do seu arranjo.⁷

Há de se considerar, portanto, os condicionantes da dominação do espaço pelos homens, mas não de forma abstrata e sim como se deu historicamente. As técnicas, a produção, os usos e costumes de uma época, o que se considera “terra fértil”, não são dados invariáveis. Tão importante quanto analisar a historicidade das formas de utilização do espaço no decorrer da temporalidade é identificar os agentes sociais que estabeleceram-nas em determinada sociedade. A ocupação dos espaços no interior do Ceará obedeceu à lógica da expansão da pecuária, com a subordinação das comunidades indígenas e sua “pacificação”, e a submissão de trabalhadores livres pobres, além da utilização do trabalho escravo, por todo o chamado sertão. Seja como tema da literatura brasileira ou categoria de entendimento do Brasil, o sertão sempre despertou o interesse dos autores, desde o século XIX, seja numa visão idílica ou detratora, ou ainda como objeto de análise. A luta pela apropriação dos recursos naturais se expressou não só no domínio sobre o espaço, mas também sobre os homens e mulheres que nele viviam. Na relação entre as sociedades e seu espaço de ação, o procedimento deve ser o de compreender esse mesmo espaço como uma correlação variável no decurso histórico⁸.

Para José Heder Benatti, no espaço agrário brasileiro foi gerada, em cada região, uma estratégia própria para se apossar dos recursos naturais renováveis, o que levou à formação de propriedades distintas: a propriedade sesmarial, a propriedade senhorial e a propriedade moderna brasileira, que se imbricavam e se combinavam na transição para o capitalismo no Brasil, particularmente no século XIX⁹. A apropriação dos recursos naturais na região do Cariri cearense, desde o início da ocupação colonizadora, foi pautada em critérios baseados na origem, condição social, riqueza, na possibilidade de participação política, na religião e nos interesses dos governos e dos poderes locais¹⁰. Essa

7 SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. - 4 ed. 4 reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 233.

8 KULA, Witold. *Problemas y métodos de la Historia Económica*. Barcelona: Ediciones Península, 1977, p. 522.

9 BENATTI, José Heder. Apropriação privada dos recursos naturais no Brasil: séculos XVII ao XIX (estudo da formação da propriedade privada). In: NEVES, Delma Pessanha (Org.). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil, v.2: formas dirigidas de constituição do campesinato*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 211-238.

10 PINHEIRO, Francisco José. *Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008.

luta expressou não só o domínio sobre o espaço, mas também sobre os homens e mulheres que nele viviam.

As datas de terras eram pomas de discordia. Manoel Ferreira Ferro (filho do precedente Francisco Alves Feitosa) proprietário de terras no Brejo-Grande, limitrophe do sitio Ponta-da-serra, na mesma fralda do Araripe, pertencente a José Pereira Lima, teve contestações com este por amor de limites, e sahindo do terreno legal para as vias de facto, poz-se com elle em hostilidade armada.

Pereira era um portuguez rico e poderoso, que gozava de créditos de homem valente. Levada a questão para um semelhante terreno, não recuou. Principiou por se assignar – Aço, em allusão ao nome Ferro de seu competidor, e acabou commetendo uma multidão de crimes, a que seu emulo respondia com outros tantos.¹¹

Ao início da segunda metade do século XIX, o Crato, por exemplo, era uma pequena, mas importante vila do interior cearense, a mais importante da região do Cariri, inserida na Chapada do Araripe, produtora de alimentos, cana-de-açúcar para os engenhos de rapadura e com uma marcante atividade pecuária. Importa saber o uso que se fez desse “oásis” e os grupos sociais que se beneficiaram dessa apropriação da natureza. Somente na pesquisa historiográfica, embasada pela reflexão teórica, é possível superar o reducionismo das abstrações e os arquétipos da relação cidade-campo. Na formação do imaginário sobre a região, natureza tão gentil era também espaço edênico, que ao ser combinado com a ação dos homens de Deus, proporcionaria milagres de cura. Assim noticiava o jornal *A Voz da Religião*, periódico sob os “auspícios” do Padre José Antonio de Maria Ibiapina:

A FONTE DO CALDAS – Um espirito recto não póde por certo duvidar dos milagres que todos os dias se vão operando na nascença do Caldas.

A concorrência de tantas pessoas, de todas as classes, e de todos os pontos é mais uma característica das maravilhas que DEUS opera em abono de seu servo, o Padre Ibiapina.

O numero de pessoas que encontra-se no Caldas varia de 200 a 400 por dia, e as veses a affluencia é tanta que consome-se um dia inteiro á esperar que haja possibilidade de tomar-se um banho.

11 BRÍGIDO, João. *Apontamentos para a historia do Cariri*. (Edição reproduzida do Diário de Pernambuco de 1861–fac-similar). Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007, p. 41.

O povo deseja edificar uma Capella no Caldas, como o padrão de seu reconhecimento as graças que DEUS lhe prodigalisou por intermedio de seu veneravel ministro.¹²

O sertão caririense, terra da natureza pródiga e edenizada, milagrosa. Terra dos homens que alcançariam a salvação, através da penitência e da oração, mas também da realização da obra de Deus através do trabalho. O natural e o sobrenatural se confundiam e se mesclavam numa simbiose que aturdiava e ao mesmo tempo fascinava as pessoas.

Terra, trabalho e conflito

O domínio dos senhores sobre seus trabalhadores, livres ou escravos não se exercia apenas com a força econômica ou somente no apelo à violência física. O controle social era legitimado pela difusão de valores, imagens, discursos, práticas e estratégias, através do exercício da hegemonia. Frederico de Castro Neves, ao analisar a crise dos mecanismos tradicionais de dominação provocados pela tragédia da seca de 1877 no Ceará, descreve a visão idealizada do mundo rural, elaborada por José de Alencar na obra *O Sertanejo*, marcada pelo paternalismo e uma “mentalidade senhorial”, vinculada ao regime de propriedade da terra, controle pessoal da mão de obra, valorização da obediência e da lealdade¹³. E os homens com recursos ofereciam o que para eles era seu dever para com os pobres.

ANNUNCIOS AOS POBRES

retirantes que faltos de recursos, e coagidos pela fome, que assola os sertões visinhos, procuram um abrigo nas terras do Crato; Os abaixo assignados offerecem gratis morada nos sitios do Rosario, Oiteiro e Miranda, permitindo mais que fação seus roçados, e adquirão os meios de sua subzistencia, sem pagar fôro ou renda alguma até milhorem de circunstancias.

Crato 15 de Agosto 1869.

José Joaquim Tellis Marrocos

Joaquim Deus-dedit Marrocos Tellis

Deus-dedit Joaquim Marrocos Tellis.¹⁴

12 Jornal *A Voz da Religião*, 25 de dezembro de 1868, p. 2 Cópia digital, CEDOCC.

13 NEVES, Frederico de Castro. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. *Tempo* [online]. 2007, vol.11, n.22, pp. 80-97. ISSN 1413-7704. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a05.pdf>, p. 80-97.

14 Jornal *A Voz da Religião*, 22 de Agosto de 1869, p. 4, Cópia digital, CEDOCC.

A questão do emprego da mão de obra livre era essencial na manutenção de uma sociedade rural. Entre a propriedade e o trabalho na terra, as relações eram diversas e revestiam-se em múltiplas formas.

MORADA AOS POBRES – O virtuoso Padre Henrique José Cavalcante dá aos pobres mendigos terreno para levantar suas choupanas no sitio que fica fronteiro ao do Sr Major Bilhar no Pimenta.

Este terreno, que foi oferecido pelo senhor Dr. Nascimento á Sancta Casa de Caridade desta cidade, tem de ser mais tarde occupado para o edificio do Asilo dos Mendigos, o qual tem de ser estabelecido pelo Rmº Missionario Apostolico, o veneravel Padre Ibiapina.¹⁵

A classe dominante no Cariri procurou diversos mecanismos para manter uma hegemonia e definir os papéis sociais que competiam a cada classe, conforme sua visão de mundo e seus interesses. Como afirmou Victor Leonardi, a palavra sertão não pode ser identificada com atraso.

Nem se pode reduzir sua história a uma mera sequência de episódios violentos. O sertão distante e isolado foi palco de inúmeros conflitos interétnicos, é verdade, mas foi o local, também, onde nasceu uma grande parte da cultura brasileira, em suas diferentes expressões regionais e locais. Não me refiro apenas às instituições culturais, nem especificamente à arte, mas àquilo que poderíamos chamar de cultura íntima, que tem a ver com as formas de vida dentro da família e das relações de amizade no sertão. O isolamento – parte integrante da vida de todos os sertões – não gerou apenas hábitos despóticos, mas também, hábitos generosos, de hospitalidade, em todo o interior do Brasil.¹⁶

Essa forma de convivência nos é retratada por Irineu Pinheiro, ao comentar que:

No nordeste brasileiro domina um certo espírito de patriarcado, que é inexistente nos meios rurais do sul do país. [...]

No nordeste, o patriarcado rural, acima nomeado, requinta-se, atingindo uma verdadeira intimidade entre o amo e seu vaquei-

15 Jornal *A Voz da Religião*, 31 de Janeiro de 1869, p. 3, Cópia digital, CEDOCC.

16 LEONARDI, Victor Paes de Barros. *Entre Árvores e Esquecimentos: história social nos sertões do Brasil*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1996, p. 307.

ro, ou seu trabalhador de enxada, que conversam familiarmente, sentados lado a lado, comem na mesma mesa, etc.¹⁷

Valores, modos de viver que representavam um modelo a ser seguido, constituíam o papel social das classes dominantes do Cariri, possuidoras de terras e de homens, e que mantinham articuladas forças heterogêneas. Os senhores vistos como “protetores”, “homens bons”, os que orientavam aos moradores, aqueles que deviam o “favor” de ter onde morar, ou seja, nas terras desses senhores. Firmava-se aí uma espécie de compromisso moral entre as duas partes. O controle social era legitimado pela difusão de valores, imagens, discursos, práticas e estratégias, através do exercício da hegemonia. Se o papel social esperado não fosse alcançado, aí sim, apelavam para o uso da força coercitiva. O cruzamento das fontes permite-nos perceber este jogo de forças. Submeter pessoas através da exploração da mão de obra não se restringia à escravidão e nem apenas às atividades agrícolas. No ano de 1835, a Assembleia Provincial do Ceará aprovou uma lei para as obras públicas.

Lei n. 12 de 24 de maio de 1835.

Sanccionada pelo presidente José Martiniano de Alencar 12.

Art. 1. O presidente da provincia fica autorisado a assalariar cinquenta trabalhadores para serem effectivamente empregados na abertura das estradas e mais obras publicas, que se houverem de fazer na provincia por administração, vencendo cada um trezentos e vinte réis diarios pelo seu trabalho, e não havendo serviço de obras publicas, o presidente da provincia os licenciará pelo tempo, que achar necessario, sem vencimento de ordenado (2).

Art. 2. O presidente preferirá sempre assalariar aquelles que voluntariamente se quizerem engajar, e a estes se darão mais quartaenta réis diarios de gratificação, e servindo seis mezes não serão mais obrigados a servir (3).

Art. 3. Não havendo voluntarios o presidente chamará ao serviço pessoas, que costumem trabalhar pelo seu braço, estando na idade entre dezoito e trinta e seis annos, e sendo solteiros, exceptuando sempre os alistados na guarda nacional, e os filhos unicos, que servem de companhia a suas mãis viuvas.

[...]

Art. 5. A deserção será punida com dous mezes de prisão, e na reincidencia além da prisão seguir-se-ha a demissão (2).

17 PINHEIRO, Irineu. *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. Ed. fac-similar de 1950 – Fortaleza: FWA, 2009, p. 43.

Art. 6. A omissão, insubordinação, e qualquer outra falta cometida no serviço será punida com prisão até um mez, e demissão conforme a gravidade da falta. A prisão não privará ao trabalhador de comparecer no serviço.

[...]

Art. 8. Os trabalhadores se empregarão no serviço todos os dias, que não forem domingos, de festa nacional, e dias santo de guarda, com exclusão dos dispensados, e vencerão o seu salario em todos os dias do anno.¹⁸

Esta lei ainda foi completada com o Regulamento N.1, de 26 de maio de 1835 onde se prescreve a identificação dos trabalhadores pela roupa, a punição para os que destruíssem suas ferramentas de trabalho - uma enxada e uma foice para cada um - e os procedimentos para que permanecessem em uma espécie de quartel, onde seriam recolhidos à noite e os que não tivessem bom comportamento, seriam proibidos de visitar suas famílias durante os recessos¹⁹. Restrição de trabalhadores livres e o uso de sua mão de obra para trabalhos forçados. Talvez, uma situação de verdadeiro terror para os homens do campo, acostumados com outro ritmo de vida e outra percepção de tempo.

Não apenas a dominação pelo trabalho marcava o mundo rural. As disputas por terra e as necessidades advindas da situação econômica e os problemas causados nas épocas de estiagem eram resolvidos por vários mecanismos, entre eles, a ação da justiça. O uso do meio legal naquilo que as pessoas entendiam como seus direitos estava presente nos processos judiciais do Cariri.

No ano de 1867, Domingos Gonçalves Martins entrava com uma ação de embargo contra Vicente Ferreira Barbosa e Francisco Cardoso Monteiro.

Diz Domingos Gonçalves Martins que elle Supp.(e) é senhor e possuidor do Sitio Macaco que confina ao norte com os Sítios S. Antonio pertencente a Vicente Ferr(a) Barbosa, e Volta pertencente a Jose Dias Guimarães e actualmente arrendado a Francisco Cardoso Moreno; e acontecendo que os Supp.(dos) apesar de terem seus sítios demarcados, tenham invadido as terras do Supp. (e) e nellas derribado grande porção de madeiras destinadas para o costeio de seus engenhos; e causando semelhante invasão grande prejuizo ao Supp.(e), vem este requerer a VS. se digne passar mandado de embargo e apprehensão de ditas madeiras,

18 OLIVEIRA, Almir Leal & BARBOSA, Ivone Cordeiro (orgs.) *Leis Provinciais: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das Leis Provinciais do Ceará – compreendendo os annos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso.* – ed. Fac-similada. Fortaleza: INESP, 2009, tomo L, p. 54-55.

19 *Idem*, tomo L, p. 72-73.

protestando o Supp.(e) chamar os Supp. (dos) à conciliação na forma da lei e intentar à competente acção de esbulho se necessario for: por isso

PaVs. se digne deferir como esta requerido

E.R.M^a

Domingos Gonçalves Martins

D. Como requer. Crato.

10 de junho de 1867.²⁰

Todos os envolvidos eram possuidores de terras na cidade do Crato. Vizi-nhos que se envolveram em uma disputa jurídica por causa de madeira retirada das terras do reclamante, segundo sua versão. Na leitura do processo, o libelo cível revela que Domingos solicitava 150\$000 de indenização por destruição feita em madeira de sua propriedade. Um dos acusados, Francisco Moreira, desistiu de contestar a ação e teve a madeira embargada. Já Vicente Ferreira Barbosa conseguiu levantar o embargo, através da habilidade de seu advogado que no processo alegou,

Havendo o A., que à principio requereo um mandado de apreensão (irreflectida e irregularmente) como em acção de força nova tentativa, pelo requerimento de fls -1- , feito em audiência, reduzido a sua apreensão à um simples arresto; pois que em lugar de acção de força, propôs acção de cobrança; re-queiro que se mande passar mandado de levantamento do mesmo arresto, visto o arrestante não ter provado (e nem ao menoz allegado) os requisitoz da Cerd. L. B. T. 31 § 1º 2º e 5º = Protesto porem por nova vista para deducção de embargoz no caso de não ser attendido este requerimento. Crato 5 de Julho de 1867.

O Procurador – Manoel Gomes de Mattos.²¹

Nessa disputa de idas e vindas pela propriedade e indenização sobre madeiras, observamos como os conflitos rurais, mesmo pequenos, podiam se apresentar na arena da justiça. Invasões, furtos e agressões faziam parte do cotidiano dos processos. Como a petição de justificação de Manoel Fernandes de Oliveira, que no ano de 1860 alegou ter encontrado uma égua de sua propriedade em terras de seu vizinho.

Il(mo) Senr^o D(or) Juiz Municipal

Manoel Fernandes de Oliveira morador no Quincancá do termo de São Matheos, quer justificar perante VS^a os itens seguintes

20 Ação de Embargo, Caixa I, Pasta 06, 1867, folha 3f., Fundo Hermes Parahyba, CEDOCC.

21 *Idem*, folha 6f.

1º

Que de 1856 a 1857 desapareceu do mesmo lugar Quincancá humo sua poldra farsera, q' hoje si acha egoa, com este ferro [símbolo] do qual usa elle supp(e)

2º

Que nunca vendeo desta poldra, e nem a negociou com pessoa alguma, iantes pelo o contrario tem por ella solicitado constantemente, athé que agora apode descobrir em poder de João José da Costa Agra. Assim pois,

P. a VSª que se digne adimitir a sua justificação, entregandose-lhe

pois os proprios autos, sendo que delles fique traslado em cartorio; do que [...]

Crato 27 de Março de 18[...]

A pedido do Supp(e)

[...] ²²

Após ouvir as testemunhas que corroboraram o que Manoel Fernandes Oliveira alegava em sua petição, o Juiz Municipal Manoel Barboza Freire deu ganho de causa a ele, e decidiu em sentença:

Julgo por sentença a presente justificação para que desta se desce seo effeito; e paguem-se as custas. Crato em 28 de Março de 1860.

Manoel Thomaz Barbosa Freire.

Em Tempo. Entreguem-se a parte, como está deferido na petição da fl era ut supra (data como acima)

Bfreire ²³

Outras vezes, a disputa era pela divisão e demarcação de terras. No ano de 1854, Francisco Cabral de Vasconcellos e sua mulher, Merenciana do Rosário Cavalcante, moradores no sítio Porteirias, solicitaram ao juiz municipal a demarcação e divisão das terras no sítio Pau d'arco que alegaram ter comprado dos herdeiros do finado Coronel Gonçalo Luís Telles de Meneses. Uma área de 114 braças. No entanto, também tinham a posse sobre o sítio, Simião Telles de Meneses, Felipe Maria Santiago e Manoel da Cruz Neves. No decorrer do processo, por várias vezes os réus ausentaram-se das audiências. Por fim, o juiz decidiu em favor dos requerentes e procedeu-se à demarcação ²⁴.

22 Petição de Justificação, caixa I, pasta 03, 1860, folha 2f., Fundo Hermes Parahyba, CEDOCC.

23 *Idem*, folha 5f.

24 Processo de Demarcação de Terras, caixa I, pasta 09, 1854, Fundo Hermes Parahyba, CEDOCC.

Quando os efeitos das secas se faziam presentes, a solução poderia ser a venda do que restava, mesmo que fossem os últimos recursos. No ano de 1877, Francisca Generosa de Jesus requeria ao Juiz dos Órfãos do Crato, licença para vender um escravo que pertencia a seus filhos, que eram por ela tutelados. Assim alegava:

Diz Francisca Generosa de Jesus, viuva que ficou por fallecimento de Vicente Lopes de Oliveira, que sendo tutora e administradora dos bens de seos filhos Rachel, Manoel, Francisca, Christovaõ, Antonio e Rosenda todos orfaõs e sob o poder da supplicante, succede que accossada pela secca que nos assolla, tivesse se retirado da freguesia da telha onde morava para esta freguesia em procura de recurços para manter a si e seos filhos e tutellados. Succede poerm que tendo a supp(e) já esgotado todos os recurços de que dispunha com a compra de generos alimenticios por um preço exorbitante afim de escapar á morte, veja-se hoje a braços com as mais penosas necessidades, a que vae se resignando com seos tenros filhinhos quase desolados pela miseria.

E como a supp(e) tenha em seo poder o escravo Soterio pertencente a si na maioria de seo vallor, e aos Orfaõs acima alludidos em proporção ao quinhaõ que á cada um coube-lhes em face do inventario de seo finado marido, quer vendel-o para com o producto do mesmo faser frente ás suas necessidades actuaes.

Por tanto, pede a VS^a se digne, attendendo ao que fica exposto, consider-lhe licença para proceder a dita venda, applicando a parte de seos filhos e tutellados em um ramo de negocio, que lhe aufira sufficiente resultados que possão prestar-se a fuctura educação delles.

Assim:

P. a VS^a que se digne conceder-lhe a licença pedida por ser de razão e justiça.

E.R.M(ce)

Crato, 17 de Novembro de 1877

Arrogo de D. Francisca Generosa de Jesus

Antonio José Barboza Bahia²⁵

No pedido de Francisca Generosa podemos perceber vários problemas. A migração causada pela seca, a marca da escravidão, a falta de recursos e a ação judicial para que pudesse pôr à venda o último bem, um escravo. Petição que foi aceita pelo juiz de órfãos em sentença proferida no dia 22 de Novembro de 1877. Não é possível saber se a venda do escravo Soterio resolveu os problemas daquela família, mas na leitura do processo percebemos os valores que

25 Petição, caixa III, pasta 76, 1877, folha 2 f-2v, Fundo Hermes Parahyba, CEDOCC.

estão envolvidos. Francisca Generosa procurava uma maneira de sobreviver, talvez iniciando um negócio a partir dos ganhos com a venda de Soterio. Com o avanço da pesquisa, poderei tecer um quadro daquela realidade vivida nas secas, que também atingiam a região do Cariri, proclamada como um “oásis”. Homens e mulheres usavam o instrumento jurídico, dentro das limitações existentes, tais como sua condição jurídica – livre ou escravos, de gênero, de riqueza, contatos pessoais, relações familiares etc.

A justiça aparecia como um produto histórico e não apenas como um aparato das classes dominantes. Foi o que levou João Luís da Silva, no ano de 1881, a dar queixa na justiça por ter sido agredido após fazer a cobrança pelo serviço prestado e não pago nas terras de seu patrão eventual, José Vicente Ferreira Lima. A vítima era trabalhador rural e alegou no processo que ao realizar o roçado de mandioca nas terras do réu, dono de terras no sítio Lagoa Encantada, fora cobrar a dívida pelo serviço. Além de não receber pelos serviços, fora espancado pelo patrão e seu filho e só não morrera na ocasião porque havia conseguido fugir. Sendo miserável, João Luís da Silva não podia constituir advogado, tendo sido representado pelo promotor público. Após o julgamento, o réu foi condenado a seis meses de prisão e multa, porém não foi para a cadeia, pois o júri entendeu que o agressor tinha o atenuante de ter “cometido o crime em defesa de seus direitos”²⁶.

Considerações finais

Como afirmou Raymond Williams, a realidade histórica é surpreendentemente variada. A forma de “vida campestre” engloba diversas práticas, formas de organização e com isso, certas imagens e associações²⁷. E o que as fontes revelam torna ainda mais surpreendente a trama da vida no Cariri cearense em meados dos Oitocentos. A história social dos trabalhadores na região expressou as relações entre as classes, entre seus habitantes e o espaço que construíram e que se materializou nas instituições, técnicas, trabalho, usos da terra, enfim, em seu cotidiano. Um mundo rural, distante dos maiores centros da época, onde as pessoas muitas vezes se enfrentaram na busca pela sobrevivência, mas também compartilharam sonhos, desejos, visões de mundo, numa cultura sertaneja própria, no tão propalado “oásis do sertão”.

26 Processo crime, Caixa III, Pasta 39, 1881, Fundo Hermes Parahyba, CEDOCC.

27 WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade: na história e na literatura*. Tradução Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A justiça formal era um dos caminhos possíveis no universo de relações sociais conflituosas. Muitas vezes são associados ao interior do Brasil, ao chamado “sertão”, somente a utilização de jagunços pelos coronéis, ou os crimes de pistolagem, como se não houvesse no interior da província do Ceará um aparato jurídico que funcionasse. Nem sempre a contento, devido às próprias limitações da estrutura judicial e da desigualdade de condições, além do jogo de poder local, que muitas vezes se fazia presente.

Ao buscar as fontes históricas, deve-se dar voz a todos os lados nas disputas e conflitos que são inerentes à questão agrária. Se os senhores de terras se enfrentavam para ter o controle de mais e mais glebas, muitas vezes a própria legislação se apresentava contraditória, abrindo espaço para toda forma de ações que extrapolavam o âmbito legal, sem, no entanto, deixar de usar a arena jurídica como verdadeiro campo de batalha²⁸.

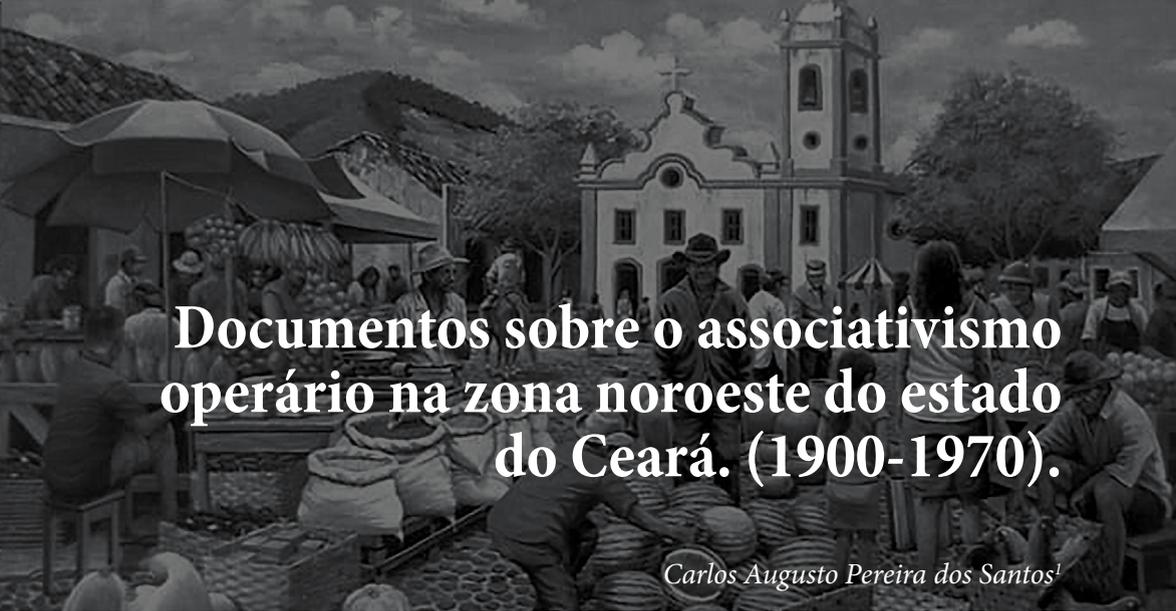
Conforme analisou Edward Thompson, se a lei for manifestamente injusta e parcial, não irá mascarar ou legitimar nada, não dará a sensação de justiça que é necessária para garantir a ordem. “A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a de que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa”²⁹. As motivações dos legisladores quando da criação da lei, ou a convicção dos magistrados sobre os casos apresentados podiam não se realizar como era de seus desejos. O arcabouço jurídico não era simples instrumento de dominação. O que não significa afirmar que havia uma igualdade de condições. Num quadro de desigualdade em termos tão evidentes, o campo da justiça formal recebia as contendas entre pessoas de diversas condições sociais. O exercício da justiça era uma prática social. Nos espaços institucionais do poder, os indivíduos procuravam nas ambivalências do significado que a justiça e o direito tinham para cada um, a resolução dos conflitos. Ou decidiam lutar pelo que entendiam como um direito.

28 MOTTA, Márcia Maria Menendes. Feliciano e a Botica: transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX). In: LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiças no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p.239-266.

29 THOMPSON, Edward P. *Senhores e caçadores: a origem da lei negra*. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 354.



**DOCUMENTOS E METODOLOGIA
DE PESQUISA: O FAZER
HISTORIOGRÁFICO**



Documentos sobre o associativismo operário na zona noroeste do estado do Ceará. (1900-1970).

Carlos Augusto Pereira dos Santos¹

Primeiramente, um esclarecimento: este texto não é propriamente um artigo sobre o “fenômeno associativo”, verificado em todo o país entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. As análises da experiência associativa entre os trabalhadores na região noroeste do Ceará foram publicadas nos últimos três números da coleção *Nas Trilhas do Sertão*: escritos de cultura e política nos interiores do Ceará². Tais textos foram frutos de um esforço de pesquisa e escrita que empreendemos num estágio de pós-doutorado realizado no Programa Avançado de Cultura Contemporânea (PACC) /Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)³.

Com enfoque na experiência associativa dos trabalhadores do noroeste cearense, pudemos trafegar e conhecer várias facetas destes homens e mulheres que experimentaram essas práticas sociais seja na cotidianidade dos atos e dos fatos ou no rastro documental preservado. Neste sentido, nesta oportunidade, apresentamos alguns documentos desta pesquisa, tanto para mostrar a materialidade desta documentação, quanto para análises posteriores de pesquisadores ligados ao mundo do trabalho.

Deste modo, são várias as fontes que tratam desse universo associativo, dentre elas, os jornais. Os anexos abaixo, além de demonstrar a vitalidade do associativismo na região, revelam, por outro lado, a variedade de periódicos na região estudada. As notícias e anúncios são classificados por município.

1 Professor do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA.

2 “Experiências culturais dos trabalhadores urbanos na zona noroeste do estado do Ceará. 1900-1970” (vol. 2); “Os operários e suas organizações: os Centros Artísticos no interior cearense” (vol. 3) e “Um por todos e todos por um. Experiências mutualistas no noroeste do Ceará”. (1900-1970).

3 Estágio realizado entre os anos de 2014 a 2015.

Em algumas notas, o anúncio ou a notícia vem transcrito completo ou não, noutras, apenas as referências para uma posterior verificação do pesquisador que queira vê-los na íntegra. Uma última observação: preservou-se a grafia da época dos documentos.

-X-X-X-X-X-X-X

Referências de notícias e anúncios e outras matérias jornalísticas diversas sobre as associações na zona noroeste do Estado do Ceará.

Município: **Camocim**

1. Mutualidade Camociense.

Publicação de nota sobre as condições para inscrição na sociedade:

“Ser maior de 21 a 25 anos de idade.

- Certidão de idade e atestado médico

- os menores de 21 anos de idade poderão ser inscriptos com a permissão de seus paes ou tutores. 27 de março de 1908. (data do documento). Secretário: Antonio Horacio de Vasconcellos”. *O Rebate*. Sobral-CE, março de 1908.

Publicação de quitação de pecúlio da Mutualidade Camociense, no valor de 1:371\$000 à Sra. Maria do Carmo Pierre. Até àquela data a sociedade havia pago em pecúlios a quantia de 32:493\$000. O Rebate. Sobral-CE. 11 de outubro de 1908.

Publicação de quitação de pecúlio da Mutualidade Camocinense, no valor de 1:380\$000 ao SR. Luciano Pereira da Luz. O Rebate. Sobral-CE. 03 de novembro de 1908.

Publicação de pagamentos de pecúlios de sócios por falecimento. Secretário. Manuel Saldanha Fontenelle. O Rebate. Sobral-CE, 1900 ou 1909, p.5.

Nota sobre a eleição da nova diretoria realizada em 13 de dezembro de 1908 para o biênio 1909-1910.

[...]

PRESIDENTE:

J. J. de Oliveira Praxedes. (reeleito)

VICE-PRESIDENTE:

F. Nelson Chaves

SECRETARIO:

Antonio Horacio Vasconcellos

THESOUREIRO:

Antonio Luiz Aguiar

DIRECTORES:

José Carneiro d'Araujo (reeleito)

José Eustachio do Espírito Santos

Severiano José de Carvalho

SUPPLENTES:

F. F. Napoleão

José Severiano Morel

J. Cícero Monteiro [...]. *O Rebate*. Sobral-CE. Anno II, 16 de janeiro de 1909, nº 40, p.1.

Publicação de pagamentos de pecúlio à sócia D. Maria Pessoa Chaves (1: 386\$000), esposa do sócio Francisco Nelson Chaves, falecido em 06 de julho de 1909. Camocim 13 de setembro de 1909. Secretário. Manuel Saldanha Fontenelle. O Rebate. Sobral-CE, 1909, p.3.

Republicado a Publicação de pagamentos de pecúlio à sócia D. Maria Pessoa Chaves (1: 386\$000), esposa do sócio Francisco Nelson Chaves, falecido em 06 de julho de 1909. Camocim 13 de setembro de 1909. Secretário. Manuel Saldanha Fontenelle. O Rebate. Sobral-CE, 1909, p.3.

Município: **Ibiapina**

1. Banco Agrícola de Ibiapina. 30 de dezembro de 1940.

Convocação para reunião da diretoria. Art. 26º dos Estatutos. 10 de janeiro de 1941, p. 2. Correio da Semana. Sobral-CE. (s/d).

Município: **Ipu**

1. Club Artista Ipuense.

Morte do moço Miguel Archanjo de Melo. Correio da Semana. Sobral-CE, Ano XXIV. 17 de outubro de 1941. Nº 27.

2. Palacete Artístico Ipuense.

Notícia sobre a inauguração do Palacete Artístico Ipuense, em 07 de dezembro, situado à Rua da Itália. *Correio da Semana*. Sobral-CE, Anno XXIV, nº 36. 19 de dezembro de 1941.

X-X-X-X-X-X-X

Aqui cabe uma pequena nota de meio de página: a preservação de documentos pelo memorialista e historiador ipuense Francisco de Assis Martins, o Professor Melo, que ao longo dos anos vem dispondo seu imenso arquivo de fotos e documentos para os alunos de Ipu que cursam História na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Somos testemunhas da riqueza desse material que, pouco a pouco, vem sendo usado nas monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses de doutorados, além das modernas ferramentas vinculadas à *internet*. É o caso do *blog* mantido pelo Professor Melo, do qual pinçamos os tópicos seguintes:

3. O Clube Artista Ipuense

O Clube Artista Ipuense ou Clube dos Operários ou Centro Artístico Ipuense foi criado pelos artistas de Ipu e mais especificamente os Pedreiros que não tinham acesso às dependências do Grêmio Ipuense, resolveram em 29 de junho de 1918 criarmos o seu Clube e assim foi criado e funcionou até os fins dos anos oitenta. Foram freqüentadores assíduos do Artista, o: Sr. Cajão, O Mestre Ângelo, Francisco das Chagas Paz, José Artur, Antonio Marcelino, Mestre Chico Sobral, Mestre Zé Mosaico, Nonato Ferreira, e muitos outros. Quando o então Presidente Antonio Marcelino durante a sua gestão colocou uma placa bem sugestiva e interessante que dizia: “CAVALHEIROS NÃO SE APUREM NAS DANÇAS PARA NÃO DESMORALIZAR O AMBIENTE”, com esta frase todos respeitavam dignamente o recinto.

Neste tempo ainda existia o “Serenó”, eram pessoas que não dançavam, mas que gostavam de ficar olhando, apreciando os pares em ritmos diferentes bailando nos salões. As banquinhas vendendo café, aluá, broas, galinha e peru e outros similares, era uma constante nas imediações das festas do Clube Artista. Como a posse da diretoria acontecia aos 29 de junho de cada ano também se realizava o grande Chitão do Artista, era uma festa de arromba como dizemos hoje popularmente. Contou-nos Papai que o Sr. Cajão dançava a noite inteira.

Certa vez dançava uma Rumba ritmo muito em gosto na época em seguida foi mudado de cadencia, era o Bolero que estava surgindo, o seu par que era Deolina Mourão não sabia os passos da nova dança, e ele disse: olhe! É muito fácil são dois passos dentro e um nas beiradas!...

Fonte: www.professorfranciscomello.blogspot

4. O Clube Artista Ipuense.

06/12/2013

Acometido por um preconceito sem precedentes, dos mais ridículos e perniciosos resolveram um grupo de operários, aqueles que não tinham acesso ao Grêmio Ipuenses criarem uma sociedade que servisse para os seus divertimentos e lazer de suas famílias.

E assim numa manhã do dia 29 de junho de 1918, numa reunião na residência do Sr. Francisco das Chagas Paz foi criado o Centro Artístico Ipuense. O Clube Artista Ipuense, funcionou temporariamente numa casa alugada situada a rua Pe. Mororó de 1935 a 1942.

O Centro terá duas datas Comemorativas, 29 de junho data da criação da Sociedade e 1º de maio posse da Diretoria. (*Estatutos do Centro Artístico Ipuense em 17 de junho de 1921. Tipografia O Campo – 1921 Ipu-CE. Praça de São Sebastião*).

Seus primeiros membros fundadores e dirigentes foram:

João Monteverde Cysne

Mirandolino Alves de Farias

José Maria Moura

Osório Martins

Manoel Ribeiro Dias

Augusto Passos

Simião Francisco de Azevedo

José Alves Farias

João de Andrade Cajão

Francisco Campos Pilcomar

Manoel Salvino de Sousa

Ângelo Alves Pereira

José Camelo de Sousa

Raimundo Camelo de Sousa

Antônio Delfino Gomes

Francisco das Chagas Paz

Felipe Camelo

Joaquim Alves Medeiros

Joaquim de Sousa

Apolônio de Perga Bandeira de Barros

José Osvaldo Araújo

Antonio Camelo de Sousa Lavisclede Pereira

Miguel Francisco de Vasconcelos Junior

Miguel Teixeira

Raimundo Nonato de Sousa

Raimundo Nonato da Silva.

Fonte: www.professorfranciscomello.blogspot

Município: **Guaraciaba**

1. Círculo de Operários Católicos de Campo Grande. (Guaraciaba)

Notícia de fundação do Círculo de Operários Católicos de Campo Grande. Destaque para o Pe. Antonio Soares. Presidente: Cel. Leopoldo Gonçalves Rosa. Hino dos Trabalhadores Brasileiros. Canção Circulista. Desfile pelas ruas da cidade. *Correio da Semana*. Sobral-CE, Ano XXIV. 17 de outubro de 1941. Nº 27.

Município: **Nova Russas**

1. Círculo de Operários e Trabalhadores de Nova Russas

Comunicação da fundação do “Círculo de Operários e Trabalhadores de Nova Russas”. A nota refere-se à fundação da entidade ocorrida em 19 de março de 1941, constante de 110 sócios efetivos. Presidente: Gonçalo de Sousa Castro e Secretário: Francisco Sabino Filho. *Correio da Semana*. Sobral-CE, 22 de março de 1941.

Município: **Reriutaba**

1. Reriutaba Club

Recebemos a seguinte comunicação:

Reriutaba (ex-Santa Cruz), 21 de agosto de 1944.

À Redação do «Correio da Semana»

SOBRAL

Tenho a grata satisfação de comunicar que no dia 12 de julho findo, foi fundada nesta cidade uma Sociedade Recreativa com a denominação de “RE-RIUTABA CLUB” cuja finalidade é proporcionar aos seus associados partidas dansantes, esportes, leitura ilustrativa e outras diversões. Para reger no período social de 1944 e 1945 ficou constituída a seguinte Diretoria:

Presidente: Raimundo Teodoro Soares; Vice-dito: Edson Beserra Gomes; 1º Secret.- José Randal de Mesquita; 2º Secret.- Osmundo e Silva; Tesoureiro: Antonio Neves e Silva.

Comissão de Sindicância

Alfredo Silvano Gomes

Agrípio Soares

Raimundo de Castro

DIRETORES DE MÊS

Luís Taumaturgo

José Aguiar

Teobaldo Nery

Francisco Torres Farias

Francisco Teodoro Soares

Deusdedit Lopes

Outrossim, no dia 4 de Setembro, iniciará suas atividades sociaes. obedecendo o seguinte programa:

6 horas: Salva de 21 tiros.

18 horas: Retreta na Avenida Getulio Vargas.

20 horas: Grande baile

Firmo mui atenciosamente

José Randal de Mesquita

1º Secretario

Fonte: *Correio da Semana*, Sobral-CE, Anno XXVII, nº 21, 25/08/1944.

Município: **Sobral**

1. Fundação do Sindicato dos Pedreiros de Sobral. 1º de janeiro de 1938.

Ressalte-se a presença das autoridades constituídas. Snr. Dr. Paulo de Almeida Sanford e o Tenente Delphino Batista Melo. Diretoria: Presidente: Francisco Gonçalves Mario. Secretário: Luis Soares Monteiro, Tesoureiro: Raymundo Sergio. Conselho Fiscal: Francisco Fernandes, Manoel Felix, Francisco Mariano. Solenidade acontecida nos salões do Club Artístico Sobralense, também sede provisória do sindicato dos pedreiros. *Correio da Semana*, Sobral-CE s/d. provavelmente primeira semana de janeiro de 1938.

2. União dos Viajantes Comerciais de Sobral

Convocação. Sessão de Assembleia Geral Extraordinária. Data: 10 de fevereiro de 1941. Reforma dos Estatutos (Art.26º). Secretário Correspondente: R. Nonato Soares. *Correio da Semana*, Sobral-CE, 14 de fevereiro de 1941. Anno XXIII, Nº 48.

Nota agradecendo a publicação de aniversário de 04 anos da entidade, datada de 10 de abril de 1941. (portanto, fundada em 28 de março de 1937). *Correio da Semana*, Sobral-CE, abril 1941. Anno XXIII, p.3.

3. Associação dos Empregados do Comércio de Sobral

Comemoração dos 50 anos da Abolição da Escravidão no Brasil. Programação conjunta da Prefeitura Municipal de Sobral e **Associação dos Empregados do Comércio de Sobral.** Vasta programação cultural, esportiva e cívica. Aposição do retrato de Vargas na Câmara Municipal. Jogos de Basquete e Cabo de Guerra. Desfile do Tiro de Guerra pelas ruas da cidade. Palestra sobre o 13 de maio e a Cruzada Nacional da Educação, Hasteamento de bandeiras, etc.. *Correio da Semana*. Sobral-CE, Ano XXI. Sobral, 13 de maio de 1938, nº 6.

Convocação para Assembleia Geral Ordinária para eleição de nova diretoria. Secretário. Mario de Almeida Cialdini. *Correio da Semana*. Sobral-CE, 10 de outubro de 1941, p.2.

4. Club Artístico de Sobral.

Sessão solene ocorrida em 22 de abril, às 19h em homenagem ao maestro José Pedro de Alcântara, o Presidente Sr. José da Matta convida Dom José Tupinambá da Frota para presidir a sessão que tem outras autoridades como o Dr. Paulo Sanford, que secretariou a sessão e Craveiro Filho que representou

a família do homenageado. *Correio da Semana*. Sobral-CE, Anno XXIV. 25 de abril de 1941. p.3.

“MAUSOLEO AO ARTISTA SOBRALENSE.

Por iniciativa do Sr. José da Mata, digno presidente do Club Artístico Sobralense estamos informados de que será brevemente construído no Cemitério de S. José, um grande mausoleo destinado aos restos mortais dos artistas sobralenses que vierem a falecer depois da construção.

O Sr. Prefeito Municipal, em um belo gesto de solidariedade humana, cedeu gratuitamente o terreno á operosa e distinta classe dos artistas sobralenses.

Aplaudimos a bela iniciativa do Sr. José da Mata.” (*Correio da Semana*, Sobral-CE,s/d).

5. Círculo de Operários Cathólicos.

Posse de Diretoria. Sessão Solene ocorrida em 1º de maio de 1941. Theatro Gloria. Presidida pelo Revdmo. Pe. Domingos de Araújo. Presidente: Luiz de França. *Correio da Semana*. Sobral-CE, 09 de maio de 1941, p.3.

6. Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos S. José.

Publicada a seguinte nota:

UM APPELO AOS BONS...

O CÍRCULO S. JOSÉ pede, às pessoas bondosas, um auxílio para manutenção da Escola de seus filhos. Beneficai os desprotegidos da sorte que Deus saberá recompensar.

Na mesma página, na coluna “*Pedacinhos*” vem publicada uma pequena historieta denominada “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”. *Correio da Semana*. Sobral-CE, 21 de fevereiro de 1931, p.2. Mesma Nota publicada em 14 de fevereiro de 1931; 21 de março de 1931, anno XIII, nº 49.

Chronica. Sobre o Círculo São José 28 de fevereiro de 1931, Anno XIII, nº 46, p.1

Chrônica exaltando a ordem e a harmonia dos sócios e a direção firme da diretoria e a assistência espiritual dos padres, além do ambiente que tira os operários do “comunis impertinente das ruas”. *Correio da Semana*. Sobral-CE, Anno XXIV, 23 de maio de 1941, p. 7.

Chronica. Pelo Círculo São José. Correio da Semana. Sobral-CE, 07 de março de 1931. Relato de uma sessão. Doutrina e humor.

Chronica. Pelo Círculo São José. Correio da Semana. Sobral-CE, 21 de março de 1931. Relato de uma sessão. Doutrina e humor.

Chronica. Pelo Círculo São José. Sobre a festa do dia 19 de março Correio da Semana. Sobral-CE, 28 de março de 1931. Anno XIII, nº 50. “Se todo os mezes houvesse um 19 de março, quem era que falava mais em comunismo?!”

Telegrama do Ministro Waldemar Falcão ao Presidente Luiz de França. Informa que existia uma Federação Nacional dos Operários Católicos. Correio da Semana, Sobral-CE, Anno XXIV, 23 de maio de 1941, Nº 7.

7. Banco Mercantil Caixeiral.

Convocação de Assembleia Geral Ordinária para leitura do relatório do ano anterior e eleição dos fiscais para o biênio 1931-1932. Correio da Semana. Sobral-CE, Anno XXIV, 23 de maio de 1941, p. 7.

8. Congresso Eucarístico – 1931

Programma do Congresso. Palestras com temas envolvendo os operários e a doutrina cristã. Correio da Semana. Sobral-CE, Ano XXIV. 13 de junho de 1941. Nº 10.

9. Associação Commercial de Sobral.

Relação de telegramas expedidos pela Associação ao Presidente da República, Ministro de Viação e Obras Públicas contra a carestia e seca. Correio da Semana. Sobral-CE, Ano XXIV. 15 de agosto de 1941, nº 18.

10. Grêmio Sobralense.

Publicação de nota de convocação para eleição de um diretor. 22.09/1909. Secretário. F. Godofredo Rangel. O Rebate. Sobral-CE, 1909.

X-X-X-X-X-X

O jornal *Correio da Semana*, como se sabe, era e ainda é um jornal católico, completando neste ano de 2018, seu centenário de funcionamento ininterrupto. No que diz respeito ao associativismo católico ou das iniciativas neste campo, de cunho conservador e em consonância com os ideais cristãos, o jornal

esteve sempre ao dispor para a divulgação das atividades das associações, além de seus articulistas trazerem à tona nos editoriais e colunas, a propaganda do pensamento cristão, assim como do combate ao que eles consideravam invariavelmente de “ideias alienígenas”. Por outro lado, aqui e acolá, havia espaço também para a poesia, notadamente a serviço destes mesmos ideais, como numa coluna intitulada: *Produções do Pe. Antonio Tomaz.*

11. Produções do Pe. Antonio Tomaz.

Hino dos Operários Católicos

Do trabalho indefesos romeiros
E da Igreja e da Patria soldados
Nos adornam três nomes sagrados
Operários, Cristãos, Brasileiros.
Abraçamos contentes a escola
Cujos mastros - Trabalho e Virtude
Um dos corpos dá vida e saúde
Outro - às penas das almas consola

Somos todos - que nobre incentivo
Para os nossos pesados labores
Campeões do progresso fatores
Da riqueza e do bem coletivo

Nossas blusas grosseiras e pobres
Guardam peitos sinceros e honrados,
Não invejam, decerto os brocados
Nem a seda dos ricos, dos nobres.

Diligentes, ativos e honestos
Nos misteres de nossos ofícios
A indolencia evitamos e os vícios
Sempre a (ilégivel) as classes funestos.

Nossos árduos deveres cumprindo
Nas oficina, no lar, no templo.
Servirá nossa vida de exemplo
A quem fôr nossos passos seguindo.

E no fim destas lutas penosas
Da vitória teremos as palmas
E no zelo de Deus nossas almas
Viverão para sempre ditosas.

Correio da Semana. Sobral-CE, agosto de 1942.

Município: **Tianguá**

1. Circulo de Operários de Tianguá.

Notícia da eleição da nova diretoria realizada em 12 de novembro de 1941. Presidente: José Evangelista Vasconcelos (reeleito). Vice-dito: João Lourenço de Vasconcelos. 1º Secretário: Francisco Simião da Silva; 2º dito: Alcides Bevilaqua; 1º Tesoureiro: Luiz Nasario da Costa; vice-dito: Antonio Zeferino Lima. *Correio da Semana. Sobral-CE*, 19 de dezembro de 1941, p.2.

X-X-X-X-X-X

Neste percurso de pesquisa tivemos o apoio de vários de nossos alunos. O Curso de História, assim como qualquer outro da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA, possui alunos dos mais variados municípios da região noroeste do estado do Ceará. Deste modo, pedimos em determinado semestre que cada aluno realizasse uma investigação nos arquivos locais de cada mu-

nicípio, no sentido de realizarmos um mapeamento mais amplo possível das associações que funcionaram em suas localidades. Como disseram à época, muito se perdeu e pouco se preservou. O resultado, mostramos a seguir:

Relação dos Municípios com pesquisa realizada sobre a temática *Mundos do Trabalho*.

Município: **Coreaú**

1. Sociedade de Proteção a Maternidade a Infância de Coreaú.

Data de Fundação: 05 de abril de 1977

Endereço: Sede e foro na cidade de Coreaú.

Primeira Mesa Diretora: Presidente: Raimundo Nonato Aguiar; Vice-Presidente: Francisco Machado Meneses; Secretário: Francisca Pinto de Mesquita; Secretário de Finanças: Antônia Gomes da Silva.

Caráter da entidade: Assistencialista.

Categoria dos Sócios: Qualquer pessoa física.

Objetivos da entidade: Promover assistência materna infantil as crianças subnutridas, promover serviços de pronto socorro.

Município: **Granja**

1. Sociedade Beneficiadora Granjense

Fundação: 2 de janeiro de 1911.

Período de atuação 1911 - ?

Local: Granja

Categoria dos sócios: Diversas.

Sede: Granja

Fonte: Fundo Carvalho Motta & Irmão.

Município: **Ipu**

1. Círculo Operário de Ipu

Autores: *Maria Leidiane Pereira Lins e Romário Damasceno.*

Fundação: 1932 até 1964

Sindicalismo católico.

Fundador: Apesar de não se ter nenhum documento que comprove quem

seria o fundador do Circulo Operário Católico de Ipu, é apontado como o idealizador o Padre Cauby, que somente se engajaria ativamente nele em meados de 1940.

Assim como aconteceu na maior parte do Brasil, a cidade de Ipu não ficou de fora da atenção da Igreja Católica ante o medo do “perigo comunista”. O que poucos ipuenses sabem seria de que, no período de 1932 a 1964, nossos trabalhadores foram disciplinados pelos eclesiásticos católicos, segundo o artigo apresentado pelo Professor Petrônio Lima no III Simpósio de Ipu com o tema - *Sermões, Bandeiras e Enxadas: Religiosos e Trabalhadores da Formação do Círculo Operário de Ipu*. O primeiro círculo operário cearense, o *Círculo de Operários e Trabalhadores Católicos*, surgiu em 1915 em Fortaleza. No entanto, seria no interior que a atuação do circulismo católico começaria a fazer parte da vida cotidiana do trabalhador rural, disciplinando os costumes e afastando-os das revoltas sindicalistas e comunistas no campo. Deste modo, podemos fazer uma ligação entre Círculo Operário Ipuense com a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipu no ano de 1971, que contou com o apoio veemente do Monsenhor Morais. Isso era reflexo da luta de classes que assombrava a elite social católica, já na segunda metade dos anos de 1920. A fundação em 1927 do PCB (Partido Comunista Brasileiro) de Camocim, já era o bastante para que a atuação do circulismo católico assumisse a dianteira nas paróquias dos pequenos municípios interioranos, inclusive no Ipu.

No artigo apresentado pelo professor Petrônio Lima, a ênfase maior está no conhecido Padre Cauby Jardim Pontes, com sua postura enérgica no combate às práticas consideradas nocivas e ameaçadoras da ordem católica circulista, como o era o comunismo. Em Ipu, os documentos apontam para o surgimento do Círculo Operário Católico no ano de 1932. Essa primeira fase de atuação não está vinculado com a figura do Pe. Cauby Jardins Pontes, visto que ele é citado pelo então Padre Monsenhor Gonçalo de Oliveira Lima como sendo o “restaurador” do Círculo Operário no ano de 1944. O Círculo Operário Ipuense surge, coincidentemente ou não, com uma situação bastante calamitosa, a seca de 1932, período em que muitos trabalhadores e flagelados foram obrigados a integrar o Campo de Concentração de Ipu. No período compreendido entre 1935 a 1946, a cidade de Ipu continuava numa substancial estruturação do embelezamento do espaço urbano, como podemos observar, com a criação de várias praças, como o Jardim de Iracema, em 1927, e o Jardim 26 de Agosto, em 1940, o que contribuiu para a edificação de uma memória atribuída à construção social de uma imagem sagrada na ordem urbana.

Segundo a pesquisa de Petrônio Lima, as atividades realizadas pelo Círculo Operário de Ipu eram das mais variadas, não se limitando apenas às grandes passeatas cívicas, mas também na promoção de atividades de lazer, cultura, saúde e assistência social aos trabalhadores mais pobres. Entre as atividades de lazer estavam aquelas que necessariamente enquadravam-se na realização de quermesses, gincanas, competições, almoços coletivos, colônias de férias, retiros espirituais, dentre outros. Todos os rituais católicos, como os terços, as celebrações, os discursos, a exaltação ao chamado “São José Operário,” eram os elementos simbólicos do sindicalismo religioso diferenciando-se grandemente do modelo de agremiação de caráter socialista e comunista do Bloco Operário Camponês (BOC).

Os documentos encontrados por Petrônio Lima na Paróquia de Ipu revelam que não era somente a “ameaça vermelha”, o único inimigo a ser combatido. Com isso, o controle e vigilância sobre a vida individual e coletiva não se limitava apenas em apontar o sujeito comunista como única ameaça aos dogmas da Igreja. A ordem social católica e seu caráter cooperativo no mundo do trabalho estendiam seu discurso à tradição demonológica das seis seitas condenadas pela Igreja durante o pós-1930, que seriam: protestantismo, liberalismo, espiritismo, maçonaria, sexualismo e, é claro, o comunismo.

A presença dos padres e assistentes eclesiásticos no meio rural possibilitava que o agricultor sertanejo, acostumado aos sermões e aos ritos católicos, ficasse afastado dos programas de orientação comunista, contribuindo para o fortalecimento da velha ordem do poder do latifúndio e, mesmo depois da extinção do Círculo Operário Católico de Ipu, a Igreja, na figura do Monsenhor Moraes, tomou a dianteira da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ipu. No entanto, o que o Monsenhor não esperava seria que o presidente do sindicato apoiado por ele se recusaria a aceitar os seus planos, que pareciam não estar voltados para a melhoria de vida dos trabalhadores do campo. Sabemos que havia uma ligação muito grande do Círculo Operário Católico com os homens de negócios da cidade, uma elite comercial católica que via nele a ideologia do trabalho e da manutenção da ordem, assim, não era de se estranhar que a Igreja favorecesse essa classe social.

Por conta da seca de 1932, o Círculo Operário de Ipu ficou de certa forma fragilizado. Somente com a vinda de Padre Cauby, no começo dos anos de 1940, que o circulismo começou a se destacar na doutrinação anticomunista. Foi com o Padre Cauby que o circulismo ipuense entrou para a história com sua postura bastante exaltada para defender a doutrina católica. Ele teve como tarefa principal rearticular o Círculo Operário Católico diante de uma nova

conjuntura histórica de influência do “sindicalismo vermelho” no meio rural interiorano. Apesar das transformações que o Círculo Operário de Ipu teve ao longo desses mais de 30 anos de existência, ele assumiu uma postura ou um projeto de sociedade baseado na recristianização dos costumes e na manutenção da ordem social, característico do sindicalismo católico.

Referência Bibliográfica:

Artigo do Professor Petronônio Lima *no III Simpósio de Ipu: Sermões, Bandeiras e Enxadas: Religiosos e Trabalhadores da Formação do Círculo Operário de Ipu.*

Município: **Massapê**

1. Clube Artístico dos Operários de Massapê

É bastante interessante a origem dos dois clubes: o Centro Social Massapeense e o Clube Artístico dos Operários. Deteremo-nos, no entanto, no momento da criação deste último. De acordo com seu estatuto, o clube foi fundado no dia 25 de abril de 1948, sendo registrado dois meses depois (25 de junho no mesmo ano), no Cartório de 2º Ofício, com a denominação de “Club Artístico dos Operários de Massapê”.

A primeira diretoria do clube foi formada da seguinte forma:

Presidente: Francisco Assis Joalheiro

Vice- Presidente: José Romeu Pontes

1º Secretário: José André de Lima

2º Secretário: Zacarias Soares de Barro

Tesoureiro: José Pinto do Nascimento

Adjunto do Tesoureiro: João de Sena Vieira.

Ainda, conforme o citado documento, a instituição, que se auto intitulava de sociedade civil, de caráter associativo, deveria ter como fim assegurar aos seus associados operários, sem distinção de profissões, certos direitos sociais, tais como: auxílios jurídicos, médicos, farmacêuticos e dentário; escolas para crianças e adultos, visando oferecer a eles uma formação intelectual, moral e social, além de reuniões públicas diversionais.

Município: **Sobral**

1. Associação Beneficente das Filhas de Santana - ASSO BENFISA.

Endereço: Avenida Dom José, 980. CEP: 62010-290.

Bairro: Centro

CNPJ: 10.830.876/0008-40

Atividade: De Associação de Defesa dos Direitos Sociais e da Educação

Fundação: 31/08/66

Registro municipal: 12/06/2004

Presidente (primeiro): Martha Verônica da Silva.

Objetivo: Manter qualificado o nível de educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação profissionalizante e ensino superior; Prestar serviço na área da saúde curativa e preventiva; Formar profissionais competentes nas diferentes áreas do conhecimento, cômicos da responsabilidade e do compromisso social como cidadãos; Oferecer à comunidade os serviços educacionais com vistas ao desenvolvimento científico, cultural, social e político; Ser uma Entidade de irradiação dos valores cristãos, como defensora da vida, de respeito à dignidade humana e de preservação do meio ambiente; Proporcionar a educação cristã, assumindo o compromisso de difusão dos princípios evangélicos de justiça, solidariedade e paz; Motivar pela ação educativa, a formação da consciência para o exercício da cidadania; Manter projetos de Proteção social para pessoa idosa, doentes, jovens, crianças, adolescentes, encarcerados e portadores de necessidades especiais; desenvolver projetos de gratuidade de serviços educacionais.

2. Associação Beneficente das Missionárias Reparadoras do Coração de Jesus.

Endereço: Rua Menino Deus, 225. CEP: 62050-070.

Bairro: Centro

CNPJ: 05.610.217/0001-37

Atividade: De Associação de Assistência Social.

Fundação: 26/06/78

Registro municipal: 28/07/1998

Presidente (primeiro): Padre Joaquim Arnóbio de Andrade.

Objetivo: Formar suas associadas para que possam educar, promover, prevenir e inserir as pessoas, especialmente os mais pobres, através de suas atividades educacionais, culturais, beneficentes, assistenciais e de comunicação social

objetivando a garantia de seus direitos; Oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania; Promover a educação, cultura e a evangelização do povo através dos meios de comunicação social, podendo para tanto, criar, fundar e manter livrarias, editora de livros, de revistas, de jornais, de discos cassetes, slides, audiovisuais, compact disc, cd ROM, fitas de videocassete, filmes, videoteipes, multimídias, enfim, valer-se dos meios modernos de comunicação que melhor lhe permitam o cumprimento de suas finalidades; Organizar, criar, fundar e manter Estações de Rádio e de Televisão como instrumento de evangelização e de promoção do povo, observadas as normas legais; Amparar, proteger e promover crianças e adolescentes pobres e carentes; Defender os direitos das crianças e dos adolescentes.

3. Centro Social Clodoveu Arruda (Colégio Luciano Feijão)

Endereço: Avenida Dom José. N° 325.

Bairro: Centro

Cidade: Sobral – CE

CNPJ: 09.533.217/0001-31

Atividade: De associações de defesa dos direitos sociais e de organizações associativas ligadas à cultura e à arte.

Fundação: 06/11/1978

Registro de Utilidade Pública no Município de Sobral e no Estado do Ceará:

Leis n° (s) 06 e 25 de Maio de 1980 e 11.118 de 02 de Dezembro de 1985.

Presidente (Primeiro): Francisco Luciano Feijão

Finalidade: Assistência no âmbito cultural, educacional, profissionalizante e de pesquisa a todos que procurem seus serviços, sem distinção de raça, sexo, cor, idade, credo e religião, estado civil, opinião política, ou qualquer outra condição.

N° de Sócios: É constituído por número ilimitado de associados, composto pelos que forem admitidos pela Assembleia Geral, distribuídos nas seguintes categorias: sócios fundadores, sócio efetivo e sócio benemérito.

Objetivo: Promover o civismo, a educação, a promoção humana, formação moral, religiosa e intelectual, como também promover a instrução no perfeito desempenho dos jovens, de seus futuros deveres de cidadão no seio da sociedade, propugnado pela ética, pela paz, cidadania, pelos direitos humanos, pela democracia e outros valores universais.

4. Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Sobral.

Fundação: 17/09/1960

Período de atuação: 1960 -?

Categoria dos sócios: Servidores

Sede: Rua Joaquim Ribeiro, nº 314

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 7/11/1971, p.05.

5. Associação Profissional dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Sobral.

Categoria dos sócios: Industriais

Sede: Rua da Fortaleza, s/n.

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 26/01/1946.

6. Assistência dos Empregados no Comércio de Sobral

Fundação: 24 de agosto de 1921

Período de atuação: 1921 - 1955 (Referência de fonte para esta data: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 17/12/1955).

Categoria de sócios: caixeiros

Sede: Praça Senador Figueira – nº 356 - Sobral-CE.

Fonte: Fundo Padre Lira. NEDHIS/UVA. Sobral-CE.

7. União dos Viajantes Comerciais de Sobral

Fundação: 28 de março de 1937.

Período de atuação: 1937 – 1984

Categoria dos sócios: Mutualísticos

Sede: Rua Ernesto Deocleciano, nº 376.

Fonte: Fundo Padre Lira. NEDHIS/UVA.

8. União Pioneira e Beneficiadora de Sobral. (Ex-União dos Viajantes Comerciais de Sobral)

Fundação: 20 de Março de 1984

Período de atuação: 1984 -?

Categoria dos sócios: Mutualísticos

Sede: Praça Mons. Linhares nº 423.

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 10/ 03/ 1984.

9. Associação Commercial de Sobral (atualmente ACIS - Associação Comercial e Industrial de Sobral).

Fundação: 20 de setembro de 1920

Categoria dos sócios: Diversas.

Sede: Rua Coronel Campello

Fonte: Fundo Padre Lira. NEDHIS/UVA. Sobral-CE.

10. Sindicato dos Empregados no Comercio de Sobral.

Categoria dos sócios: Caixeiros.

Sede: Rua Henrique Rodrigues nº 59

Fonte: Fundo Padre Lira. NEDHIS/UVA. Sobral-CE.

11. Vitalícia Pernambucana.

Fundação: 02 de setembro de 1920

Período de atuação: 1920 -?

Sede: Recife-PE, com representação em Sobral-CE.

Categoria dos sócios: Comerciantes e o público em geral.

Fonte: *A Lucta*, Sobral-CE. 01/09/1920.

12. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Sobral.

Categoria dos sócios: Operários

Sede: Rua Padre Antônio Fialho, nº 804.

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 13/06/1964.

13. Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Fiação e Tecelagem de Sobral.

Fundação: 18/10/1957

Período de atuação: 1957 -?

Categoria dos sócios: Operários

Sede Própria – Vila Janoca nº 18, Bairro Fortaleza – Sobral - CE.

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 25/12/1964.

14: Sul América Capitalização S.A.

Categoria dos sócios: Diversos

Sede: Rio de Janeiro, (Inspectores e agentes em todo o Brasil).

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 22/01/1934.

15. Banco Popular de Sobral. Sociedade Cooperativa.

Categoria dos sócios: Mutualistas

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 14/03/1931.

16. Sindicato dos Pedreiros de Sobral

Fundação: 01 de Janeiro de 1938.

Período de atuação: 1938 -?

Categoria dos sócios: Pedreiros

Sede: Clube Artístico Sobralense. (Provisório).

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 01/01/1938.

17. Sociedade Pró-Arte de Sobral.

Fundação: 1951

Período de atuação: 1951 -?

Categoria dos sócios: Artistas de Sobral.

Sede: Salão do Tabajara Tênis Clube.

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 19/09/1951.

18. Grêmio Recreativo Sobralense.

Sede: Palace-Clube

Fonte: *Correio da Semana*, Sobral-CE, 09/05/1944.

19. Sindicato dos Trabalhadores em Carpintarias e Marcenarias do Município de Sobral.

Categoria dos sócios: Marceneiros e Carpinteiros.

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE, 25/09/1945.

20. Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.

Categoria dos Sócios: Comerciantes

Fonte: *Correio da Semana*. Sobral-CE. 03/05/1947.

21. Associação dos Trabalhadores na Construção Civil de Sobral

Categoria dos Sócios: Operários

Fonte: *Correio da Semana*, Sobral-CE, 05/07/1947.

Município: **Tianguá**

1. Círculo Operário de Tianguá.

Período de atuação: Fundado em 3 de março de 1940 e durando até 1950.

Objetivo: Entidade ligada à Igreja católica e que agia junto aos trabalhadores com a finalidade de congregá-los em associações baseadas na fé católica e combater ideias “subversivas”, como o comunismo e socialismo.

Primeira Diretoria:

Presidente: José Evangelista de Vasconcelos (de 1940 até 1947)

Secretário: Francisco Sousa da Silva

Tesoureiro: Luiz Nazário da Costa

Secretário de Ensino e Propaganda: Frei Júlio Theeler

Assistente Secretário: Monsenhor Agesilau Aguiar
Segundo Presidente: Monsenhor Tibúrcio de Paulo
Mensalidade para Membros: 3 Cr\$
Estatuto: Mutável perante decisão da paróquia local
Fonte: Ata da Diocese local do ano de 1940.

2. MEB - Movimentos de Educação de Base

Descrição: Movimento ligado à Igreja Católica que visava oferecer uma oportunidade para a alfabetização a moradores da zona rural.

Período de duração: 17 de setembro de 1973 (chegada a Tianguá) até 2004.

Fundador: Dom Timóteo Menésio Pereira Cordeiro (bispo da diocese e responsável por trazer o MEB à cidade).

Primeira Assessora: Iracema Maria de Sousa Alves (1973-1988)

Segundo Assessor: Raimundo Clarindo dos Santos (1988-2004)

Fonte: Arquivo da Paróquia Municipal de Tianguá.

Município: **Ubajara**

1. Círculo Operário São José

Agremiação fundada na cidade de Ubajara em novembro de 1961. Era destinada a acolher o operário católico na cidade, e veio substituir a extinta União Operaria São José, na mesma sede.

Modo de Administração: Presidente e Conselho Fiscal

Condições e Finalidades: Destinado a congregar em seu seio o operário deste município.

Membros e Diretoria:

Presidente: Pe. Moacir Melo Cavalcante

Conselho: Pergentino Rodrigues Moreira, Hemérito Pereira Filho, Vicente do Vale Feitosa.

Situação Atual: Inativa.

2. Cooperativa Comercial Mista da Região da Ibiapaba.

Cooperativa fundada no município de Ubajara em janeiro de 1958.

Modo de Administração: Diretoria e Conselho Fiscal

Condições e Finalidades: defender a economia preferencialmente os seus associados, estabelecendo uma relação direta entre produção e comércio.

Membros e Diretoria:

Presidente: Joaquim Fernandes de Souza

Dirigente: Elpidio Luiz Pereira

Subsecretario: Antônio Ribeiro Neto

Diretores: Pe. Moacir Melo e Pergentino Ferreira da Costa

Conselho Fiscal: Francisco Pinto Hanri, Francisco Euclides de Sousa, Hemérito Pereira.

Suplentes: Domício Pereira, Valdemir Aristides de Sousa, Francisco Rodrigues.

Situação Atual: Inativa.

3. Escola Industrial de Artes e Ofícios.

Instituição de ensino fundada no município de Ubajara em 15 de junho de 1957.

Modo de Administração: Por uma diretoria composta de um presidente e vice, secretários, tesoureiros e conselho fiscal; completo de membros e suplentes; serão de dois anos e não receberão remuneração.

Condições e Finalidades: Proporcionar gratuitamente aos adolescentes pobres deste município, educação e instrução técnica, profissional, ministrada pelo ensino de artes e ofício, guiando os habitantes ao exercício de uma profissão honesta e lucrativa.

Membros e Diretoria:

Presidente: Flavio Ribeiro Lima

Vice-presidente: Antônio Valdemir de Souza

Secretários: Raimundo Fernandes de Souza, Hemerito Augusto Pereira.

Tesoureiros: Luiz Francisco de Souza, Francisco Firmino Feitosa.

Conselho Fiscal: Não informado.

Situação Atual: Inativa.

4. Ubajara Club

Agremiação fundada no município de Ubajara em 28 de dezembro de 1950.

Estatuto: Reformuláveis

Modo de Administração: Conselho Fiscal e Conselho Diretor.

Condições e Finalidades: Nenhum sócio poderá sem prévio consentimento dos diretores do mês, fazer convite a pessoas estranhas à sociedade.

Membros e Diretores:

Diretores: Elpidio Luiz Pereira, Clovis Furtado Mendonça, Hemerito Augusto Pereira.

Conselho Fiscal: João Vieira França, Flavio Ribeiro Lima, Edgar Brito Macedo.

Situação Atual: Inativa – hoje no prédio, conhecido como Ubajara Clube está de posse dos antigos membros dos Lions Club, que ali também funcionou na década de 1980.

5. União Operária São José

Agremiação fundada no município de Ubajara em 18 de abril de 1944.

Estatuto: reformuláveis de fins de dois anos da data de publicação

Modo de Administração: não tem

Condições e Finalidades: Beneficente instrutiva e de ajuda à classe operaria

Condições de extinção da pessoa: Luso-brasilidade, contar menos de cinquenta sócios.

Membros: Jair cunha Sousa Melo, Luiz Francisco de Souza,...

OBS: A escrita dos demais membros não é legível, o documento encontra-se em bom estado, mais a escrita do responsável é ilegível, merece mais de uma consulta para que os nomes se encaixem.

Situação Atual: Inativa, mas o prédio ainda está na posse desta associação, digo, a melhor parte dele, já que aos poucos ele foi lapidado e dividido para fazer novos pontos comerciais. A sua fachada principal ainda está de certo modo conservada e consta sua data de fundação em letras marcadas na sua parede.

Município: **Viçosa do Ceará**

Autora: Amanda Júlia Cruz Vieira.

1. Associação Viçosense da Cultura Popular.

Data da fundação: 24/06/1956

Objetivo: Sociedade civil e beneficente, constituída de número indeterminado de associados de ambos os sexos, sem qualquer distinção de cor, raça, religião ou nacionalidade. A idade limite de entrada para a associação era igual ou inferior a 16 anos.

Finalidade: Manter o Ginásio Viçosense, educandário que se destina a ministrar a instrução ginásial; organizar e manter uma biblioteca para prestação de serviços dos associados; manter escolas isoladas de preparação nas zonas rurais, quando reconhecer a insuficiência do número mantido pelo poder público; Buscar um progresso cultural de todos os viçosense, fazendo-se necessário representar perante os poderes públicos, evitando toda e qualquer manifestação político-partidária para a defesa dos direitos e interesses dos associados ou de qualquer das classes sociais.

Quadro Social: Sócios fundadores, Sócios Beneméritos, Sócios reunidos, Sócios efetivos, Sócios correspondentes, Sócios proprietários.

Deveres dos sócios: Pagar adiantadamente as contribuições previstas no estatuto; acatar os atos da diretoria ou da Assembleia Geral, desde que não

firmam os interesses sociais, desenvolver todas as atividades a serem alcançadas no sentido de que seja alcançado os objetivos; aceitar cargos e comissões.

Direitos – Tomar parte nas Assembleias gerais da Associação; votar e residir no município para ser candidato; recorrer das discussões da diretoria; gozar do abatimento de 10% na matrícula e mensalidades dos filhos que cursarem o Ginásio Viçosense; os sócios efetivos ou correspondentes com exceção dos fundadores são obrigados a pagar uma joia no ato da admissão a qual será fixada pela diretoria, os sócios que se atrasarem 90 dias no pagamento serão eliminados.

A diretoria se compõe de Presidente, Vice-presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros e Bibliotecários, os quais serão eleitos bianualmente em reunião extraordinária na Assembleia em junho.

Comissão elaborada em 24/06/1956: José Apolonio de Castro Figueira, Maria Castro Pacheco, José Victor Fontenele Filho.

2. Associação dos Amigos do Progresso de General Tibúrcio.

Fundação: 20/09/1953

Sociedade civil de caráter filantrópico, assistencial, instrutivo, educativo cultural e recreativo que propugna pela saúde, educação, instrução e o bem estar da população do município de General Tibúrcio, não podendo, portanto, auferir lucros para a distribuição de dividendo aos associados. Constituída de ilimitado número de associados, pessoas físicas ou jurídicas e sua duração será por tempo indeterminado, sem qualquer ligação de ordem política partidária, religiosa e filosófica, sua sede e foro se localiza na vila de General Tibúrcio.

Finalidade da Associação: Colaborar com os poderes públicos no sentido de promover de modo eficiente o amparo à maternidade e a infância na forma preceituada pelo Departamento Nacional e Estadual da criação; defender o estudo da higiene, da puericultura e serviços sociais; construir, instalar e manter cooperação com os poderes públicos, postos de saúde e de puericultura, maternidade, hospitais, ambulatórios, organizar parques infantis para melhorar a formação e desenvolvimento da juventude, desenvolver a educação, mantendo estabelecimento de ensino primário e segundo grau e Escolas Profissionais.

A Associação compor-se-á das seguintes categorias: Fundadores efetivos, colaboradores, honorários.

Deveres dos sócios: Pagar adiantadamente as contribuições previstas no estatuto; acatar os atos da diretoria ou da Assembleia Geral, desde que não firmam os interesses sociais, desenvolver todas as atividades a serem alcançadas

no sentido de que sejam alcançados os objetivos; aceitar cargos e comissões.

Direitos – Tomar parte nas Assembleias Gerais da Associação; votar residir no município para ser candidato; recorrer das discussões da diretoria; gozar do abatimento de 10% na matrícula e mensalidades dos filhos que cursarem o Ginásio Viçosense.

A diretoria é seu poder deliberativo e executivo composto por 26 membros em períodos de 03 anos. Distribuídos assim: 1º Presidente – Francisco Carneiro Mapurunga; Vice-Presidente- Ciro Carneiro Mapurunga, 1º Secretário – Raimundo Rocha dos Santos, 2º Secretário – Antonieta Carneiro Mapurunga, 1º Tesouraria – Raimundo Vieira Júnior, 2º Tesoureiro – Dr. Oscar Carneiro Mapurunga.

3. Grêmio Thaliense de Amadores de Viçosa do Ceará

Ano de fundação: 1914

Membros fundadores:

Presidente: Major Felizardo de Pinho Pessoa

Vice-presidente: Coronel José Coelho de Albuquerque Filho

Secretário: Anderson M. Cavalcante

Tesoureiro: José Costa e Silva

Orador oficial: Manoel Symplicio de Paiva

Arquivista: Coelho

Diretores de mês: Padre José Carneiro da Cunha, J. Braga Cavalcante, João F. Bezerril, Lucio da S. Freire e Domingos Mello.

Atuação: Associação que reúne saudosos cidadãos do município de Viçosa do Ceará, para oferecer momentos de diversão a essa tão sofrida gente. - Casa de espetáculos.

Local de funcionamento: Rua Padre José Beviláqua, Centro.

Frequência das reuniões: Reuniões duas vezes por semana e espetáculos no sábado.

4. Grêmio Recreativo de Viçosa

Ano de fundação: 1904

Membros fundadores: Celso Nobre Cavalcante, Major Felizardo de Pinho Pessoa, Manoel Parente Sousa e Ribeiro, Rafael Anastácio Lamartine Nogueira, Mirian Lucia Aragão, Tarcísio Fontenele Mapurunga

Atuação: Espaço festivo e de lazer destinado a associados e membros fundadores.

Local de funcionamento: Rua Felizardo de Pinho Pessoa, Centro.

Frequência das reuniões: Quinzenalmente.

5. Patronato Tenente Ângelo de Siqueira Passos

Registro dos Estatutos do Patronato Tenente Ângelo de Siqueira Passos, apresentado pela Irmã Maria Clara brasileira, diretora do referido Patronato, devidamente publicado no jornal “Diário Oficial do Estado do Ceará”, n 10.098 de 29 de abril de 1969, (duas vias) para o competente registro.

Estatutos do Patronato Tenente Ângelo de Siqueira Passos- Viçosa- Ceará-
Capítulo I- Da Denominação, Finalidade, Sede e Foro.

Art. 1º- O Patronato Tenente Ângelo de Siqueira Passos, fundado a 18 de fevereiro de 1959, na cidade de Viçosa, é uma sociedade civil de fins econômicos, filantrópica, de caráter beneficente, educativa, cultural e de assistência social e Religioso, que tem por finalidade a assistência às crianças em geral, e de modo especial, as crianças pobres e desamparadas, destacando a escolaridade até complementação do Primeiro Grau, sem discriminação de sexo, cor, credo religioso, político e condição social garantindo-lhes um futuro sólido e digno da sociedade.

[...]

Art.5º. O Patronato é administrado pela Assembleia Geral e pela Diretoria.

Art.6º. A Assembleia Geral se reúne, em caráter extraordinário, sempre que o Presidente julgar conveniente, ou por solicitação da maioria dos membros da Diretoria.

Art.7º: A duração do Patronato é por tempo indeterminado, e só poderá extinguir-se por liberação da Assembleia Geral Extraordinária, expressamente convocada para esse fim, com a presença de no mínimo 2|3(dois terços) dos sócios existentes e por maioria absoluta de votos presentes.

Parágrafo Único: A mesma Assembleia, decidirá, sobre a destinação a ser dada aos bens existentes, preferindo-se o Estabelecimento congênere, pertencente a Associação São Vicente de Paulo de Fortaleza, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social.

Administração:

I. Assembleia Geral

II. Diretoria

III. Conselho Fiscal.

Art.11º. A Assembleia Geral, órgão soberano da Instituição constitui-se dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 12º. Compete a Assembleia Geral:

I. Eleger e destituir a Diretoria e o Conselho Fiscal.

II. Decidir sobre reformas do Estatuto.

III. Decidir sobre a extinção da Entidade nos termos do artigo 5º.

Art. 16º. A Diretoria é composta dos seguintes membros:

I. Presidente

II. Vice- Presidente

III. 1º Secretário

IV. 2º Secretário

V. 1º Tesoureiro

VI. 2º Tesoureiro

VII. Conselheiros

Conselho Fiscal:

I. Examinar os livros de escrituração da Entidade

II. Examinar o balancete semestral apresentado pelo tesoureiro, opinando a respeito.

III. Apreciar os balanços e inventários que acompanham o Relatório Anual da Diretoria.

V. Opinar sobre a aquisição e alienação de bens.

6. Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância de Viçosa- Ceará,

Apresentado pelo Presidente em exercícios da referida associação, o odontólogo Ednir Bezerril Fontenele, devidamente publicado no Jornal “Diário Oficial” do Estado do Ceará n.10.007 datado de 11 de dezembro de 1968.

“Estatutos da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e a Infância de Viçosa- Ceará”.

Art.1º – a Infância de Viçosa fundada no dia 6 de outubro de 1968 na cidade de Viçosa sob os auspícios da Prefeitura Municipal do Departamento Estadual da Criança e do Departamento Nacional da Criança, é constituída de ilimitado número de associados, pessoas físicas e jurídicas e terá duração por tempo indeterminado.

Art.2º. A associação tem por finalidade a proteção e a assistência à Maternidade e à Infância em geral, zelando pela saúde e bem-estar e necessidades da criança, das gestantes e das nutrízes especialmente.

Proteção, tratamento, educação de crianças com defeitos físicos, mentais e sociais (surdos, mudos, aleijados, cegos, paralíticos). Proteção, recreação e educação de crianças, cujas mães trabalham fora do lar.

A Associação compõe das seguintes categorias sociais: a. Efetivos- os que propostos regularmente fizeram o pagamento de mensalidades a título de

manutenção. b. Contribuintes- os que se comprometeram ao pagamento de uma contribuição mensal ou doações regulares a seu critério sem outras obrigações.

7. Hospital Maternidade Nossa Senhora do Amparo

Registro dos Estatutos do Hospital Maternidade Nossa Senhora do Amparo de Viçosa do Ceará.

Sociedade beneficente de duração Indeterminada. Com a finalidade de prestar assistência gratuita às gestantes pobres e as crianças recém- nascidas.

Patrimônio da Sociedade.

Art. 3º. O Patrimônio da Sociedade será constituído do produto das joias e mensalidades dos sócios de donativos, auxílios e subvenções que lhe forem concedidas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

No dia 2 de janeiro de 1959 Francisco das Chagas Sírio- Presidente, Jorge Lopes de Amorim- Vice- Presidente, Henrique Pereira da Silva- 1 Secretário, Osmar Dias de Souza- 2 Dito, Antônio João Árabe- 1 Tesoureiro, Raimundo Alves da Costa Filho- 2 Dito.

Joia Cr\$ 50,00- mensalidade Cr\$20,00. Cópia da Ata da Fundação da Sociedade Hospital Maternidade Nossa Senhora do Amparo de Viçosa do Ceará. No dia 2 de janeiro de 1959 às dezesseis horas na casa de residência do cidadão Francisco Chagas Sírio, presente os senhores José Augusto Rocha e Silva, Antônio João Árabe, Francisco Elias Lopes, Francisco Brito da Cunha, Francisco Pedro dos Santos, Francisco Eduardo de Souza, Francisco José de Sales, Henrique Pereira da Silva, Osmar Dias de Souza, Raimundo Alves da Costa Filho, Raimundo Coelho Sírio, Ana Maria de Oliveira, Maria Nazaré de Oliveira, Silene Sírio de Araújo, sob a presidência do primeiro teve lugar a reunião da qual resultou a fundação da Sociedade beneficente denominada Hospital Maternidade Nossa Senhora do Amparo, instituição assistencial destinada a proteger a maternidade, velando pela saúde da gestante pobre e da criança recém- nascida.

8. Clube Cultural e Recreativo:

Fundação: 1962.

Registro das Estatísticas do *Clube Cultural e Recreativo*.

Art.1º. Sob a denominação de *Clube Cultural e Recreativo* fica instituída, por iniciativa da Paróquia de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa do Ceará por prazo indeterminado ao qual se regerá pelos presentes estatutos.

A diretoria compete a supervisão do clube com respeito ao seu funcionamento de acordo com os estatutos.

9. Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo

(Mantenedora do Ginásio Nossa Senhora das Graças).

A *Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo* do Ginásio Nossa Senhora das Graças em Viçosa no Ceará foi fundada no dia 27 de novembro de 1965 pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo e é uma sociedade civil de direito privado, de caráter beneficente, educativo, assistência social, que tem por finalidade específica a assistência aos pobres doentes, sobretudo mediante visita domiciliar.

A Assembleia Geral é constituída pelo diretor, pelos membros da diretoria em exercício e pelos membros da associação.

A presidente chamada Dona Maria Siqueira de Araújo Passos para ser devidamente averbado, os estatutos da Associação das Senhoras da Caridade, reformados na letra a do artigo 8º, 20º e parágrafo único do artigo 22º, que passaram a ter a seguinte redação: “art 8º - Compete à Assembleia Geral: eleger os seguintes membros da diretoria um Diretor, uma Presidente, uma Vice-Presidente, um secretário, um Tesoureiro e um Conselheiro. Art.20. É vedada a remuneração dos cargos da Diretoria e a distribuição de lucros, bonificações ou vantagens, a Dirigentes, Mantedores ou Associados sob nenhuma ou pretexto. Art.8º. Compete a Assembleia Geral: eleger os seguintes membros da Diretoria a uma presidente e uma vice-presidente, uma secretária, um tesoureiro e uma conselheira, aceitar ou demitir os desassociados, examinar o último balanço do exercício encerrado, aprovar o programa de ação para o exercício seguinte, redigir e aprovar o regimento interno da associação trocado anualmente pela Assembleia Geral. Art. 9º. A diretoria é composta de um diretor, um presidente, de um vice- presidente, de uma secretária, tesoureira e conselheiras seu mandato é de 3 anos podendo ser renovado.

Art.15. Compete aos conselheiros auxiliar a Diretoria em tudo que for necessário ou útil para a boa administração da Associação

Compete a Secretaria: Organizar os serviços da secretaria, redigir e assinar as atas das sessões ordinárias, manter em dia toda a correspondência e em boa ordem o fichário e arquivo da associação.

Compete a Tesoureira: Manter em ordem a escrituração contábil e todo o serviço da Tesouraria da Associação, devidamente autorizada pelo Diretor e pela Presidente mediante instrumento idôneo, gerir a administração ordinária da tesouraria, dar quitação, fazer pagamento.

Parágrafo único. Extinta a Associação por deliberação de Assembleia Geral, o Patrimônio Social e bens respeitadas as doações condicionais caso à ela, feitas

serão destinadas a uma Instituição congênere, legalmente constituídas para serem aplicadas nas mesmas finalidades.

10. Círculo Operário de Viçosa.

Certifico a requerimento verbal de parte interessada, que revendo em meu Cartório, os livros do Registro de Títulos e Documentação, a meu cargo, encontrei no livro N: B-5, as folhas 192 e 193, o registro a que se refere do teor seguinte: - n de ordem -655. mês: agosto. dia 10. Transcrição: Registro de Estatutos do *Círculo Operário de Viçosa*- O Círculo Operário de Viçosa fundado no dia 6 de junho de 1932 para a proteção da classe trabalhista e defesa do Brasil e é composta de número ilimitado de seus sócios e tem sede foro em Viçosa.

Art.2. O C.O.V tem por objetivo coordenar a atividade dos seus associados dentro de uma organização forte de seus associados para os seguintes fins. Prestar-lhe todo o gênero de seus benefícios e defesa a saber a cultura intelectual, moral, social e física, pela fundação ou adesão de escolas, pela realização de conferências, pela sã imprensa, proteção social por uma assistência e muito socorro, pela sindicalização da classe operária favorecendo o número de núcleos do C.O.V, igualmente, a de grupos nas fábricas, oficinas e estabelecimentos em geral trabalhando pelo restabelecimento das relações harmoniosas entre patrões e empregados, incumbindo-lhes a consciência dos próprios deveres e o respeito aos deveres recíprocos.

11. Círculo Operário de Viçosa do Ceará

Registro de uma cópia de ata- Cópia autêntica da ata da Assembleia geral para eleição da nova diretoria do Círculo Operário de Viçosa do Ceará. Aos vinte dias do mês de janeiro de mil novecentos e sessenta e sete, teve lugar no Salão Paroquial, a Assembleia Geral do Círculo Operário de Viçosa, previamente convocada para a escolha da nova Diretoria, para o biênio de 1967 a 1969. O Secretário leva a ata digo a carta do Monsenhor Antônio Rogério Carneiro, despedindo-se do Círculo, por haver renunciado ao cargo de Vigário desta Paróquia e incentivando os Operários a continuarem unidos na luta pela Diretoria atual, no sentido de conseguir o terreno de sua propriedade, onde fora sua sede e atualmente ocupado por terceiros que ali fizeram nova construção particular. Realizou-se a eleição, dentro das normas determinadas pelos Estatutos do Círculo Operário, verificou-se que foram eleitos os seguintes membros. Presidente: Alfredo Carneiro Miranda, Vice: Francisco José Vieira, 1 Secretário: Gerardo Pacheco, 2 Secretário: Margarida Fontenele Pacheco, 1 Tesoureiro: Vicente Miranda Filho, 2 Tesoureiro: Juarez Fontenele.

12. Associação das Luízas de Marillac de Viçosa

Registro de Estatuto da Associação das Luízas de Marillac de Viçosa reformando o Estatuto constante do Registro. Foi fundada no dia 19 de julho de 1959 na cidade de Viçosa. É uma seção da obra das Senhoras da Caridade, fundada por São Vicente de Paulo para visita domiciliária aos pobres.

Fonte: Registro de Estatutos. Walter Vasconcelos, Tabelião do 2º Ofício, 2º Escrivão do civil, crime, órfãos, ausentes e Provedoria por distribuição e Oficial do Registro Geral de Imóveis e Titulares e Documentos desta cidade de Viçosa, Estado do Ceará.

X-X-X-X-X

Iconografia

Algumas imagens, ilustrativas do momento associativo verificado na região noroeste do estado do Ceará, especificamente Camocim e Ipu.

Figura 20 - Sede da Associação dos Retalhistas em Camocim-CE.



Foto: José Wilson Fontenele.

Figura 21 - Carteira de Identidade do Círculo Operário pertencente ao agricultor João Anastácio Martins. 1953. Ipu-CE



Fonte: Acervo Prof. Mello.

Figura 22 - Carteira do Grupo Recreativo Ipuense, pertencente à Itamar Pereira Timbó. 1943.



Fonte: Acervo Prof. Mello.

X-X-X-X-X-X

Chegamos ao final dessa amostra documental. As fontes acima mostradas dizem muito sobre as práticas culturais experimentadas pelos trabalhadores da zona noroeste do Ceará, no âmbito dessa cultura associativa, percebida nas trajetórias dessas associações, no cotidiano e nos momentos de lazer destes trabalhadores. Concordando com Claudio H. M. Batalha, o conjunto destas práticas culturais no movimento operário influenciou e recebeu influências de outras culturas e responde pela

[...] visão de mundo expressa nos discursos, bem como pelos rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdadas de formas de organização mais antiga, como as corporações. Em outras palavras, um conjunto de valores compartilhados pelas associações operárias⁴.

Neste sentido, *cultura* recebe um significado maior, indo para além das interpretações tradicionais que o termo ganhou ao longo do tempo. Ao transcrever esta fonte, procuramos mostrar a diversidade destas práticas, não somente realizadas pelos trabalhadores, mas também daquelas pensadas para eles no âmbito das associações criadas para tal fim.

Nessas associações, de algum modo, também afluía a “cultura militante” de que fala Claudio H. M. Batalha, diversa e posterior à cultura associativa, ligada às posições ideológicas⁵. Afora estes momentos que revelam passagens de como se processavam os rituais internos e externos de ingresso nestas entidades, ressalta-se o componente “cultural” inserido nos estatutos destas associações. Seria mera formalidade estatutária? O que se entendia por “progresso cultural” ou o zelo pela “cultura” dos sócios? Com efeito, em uma rápida incursão nos documentos cartoriais, vamos encontrar essa preocupação no bojo dos artigos dos referidos estatutos, independente da natureza ou dos objetivos das associações criadas, no entanto, isso é matéria para próximos escritos.

4 BATALHA, Claudio H. R. Cultura associativa no Rio de Janeiro. In. *Cultura de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Claudio H. R. Batalha, Fernando Teixeira da Silva e Alexandre Fortes (Orgs.). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p.99.

5 BATALHA, Claudio H. M. *Op. cit.*, p.98.



O historiador, o arquivo e a história local: reflexões e perspectivas

Francisco Dênis Melo

“Quem controla o passado controla o futuro;
quem controla o presente controla o passado”.

George Orwell, 1984.

A História, a Memória e o Esquecimento

Em tempos difíceis, em tempos de fascismos, em tempos de tentativa de implantação do pensamento único ou da diabolização do pensamento divergente, o que é considerado história, ou seja, aquilo que é visto pelo poder que se quer dominante, como um receptáculo da memória, sendo capaz de oferecer instrumentos de medida crítica e reflexiva da passagem e permanência do tempo, ao mesmo tempo em que estabelece uma relação entre passado e presente, aquilo que se transforma em mecanismo de crítica e posicionamento sobre o tempo atual, é considerado perigoso e indesejável. Isso aconteceu durante o período da Ditadura Civil-Militar no Brasil e se apresenta agora diante de todos nós, com a reforma do Ensino Médio, por exemplo, perpetrada pelo ex-presidente da república, Michel Temer, a partir de uma Medida Provisória, procurando com essa decisão, entre outras coisas, produzir, quem sabe, esquecimentos.

Mas por quê? Por que em tempos difíceis a tentativa ou mesmo a supressão da história é vista como uma alternativa importante para a busca pelo controle e estabilidade social? Em que a possível supressão da história no currículo oficial poderia favorecer as alevisias dos chamados dominantes? Não seria porque um dos pressupostos fundamentais da história é a busca pela verda-

de, pela contradição? Quando falamos em Verdade com relação ao trabalho do historiador, não estamos tratando de um conceito com viés religioso, mas estamos pensando a história numa perspectiva em que o nosso trabalho seja fundamentado na construção de um estudo que tenha método, referenciais teóricos, e que apresente como elemento constitutivo, com documentos, fontes, materiais de pesquisa e de enfrentamento dos hiatos do passado, para a produção de novos conhecimentos. Aqui cabe certamente uma reflexão de Pierre Bourdieu: “Se existe uma verdade, é que a verdade é um lugar de lutas”.

Caminho tortuoso e indiciário, o trabalho do historiador é uma lâmina a cortar o tempo, selecionar os acontecimentos, produzir sentidos e análises. Conjurar homens e mulheres contra o esquecimento, e ao mesmo tempo, saber do valor, da importância e também da necessidade do esquecimento. *Louvor do Esquecimento* é o título de um poema do poeta judeu alemão Bertolt Brecht¹, bastante elucidativo quanto a essa questão, que em parte nos diz o seguinte:

Bom é o esquecimento.
Senão como é que
O filho deixaria a mãe que o amamentou?
Que lhe deu a força dos membros e
O retém para os experimentar (...)
Na velha casa
Entram os novos moradores.
Se os que a construíram ainda lá estivessem
A casa seria pequena demais (...)
A fraqueza da memória dá
Fortaleza aos homens.

O esquecimento, portanto, é uma necessidade humana e justificável, na medida em que resguarda a própria existência de cada um de nós, nos oferecendo sanidade mental e social. Mas bom é esquecer, porque o esquecimento, na ótica do poeta, garante certa autonomia, capacidade de escolha, do filho, por exemplo, que deixa a mãe que o amamentou para viver *o mundo de fora*, o mundo longe do abrigo do seio e da casa materna. O esquecimento também é importante para a velha casa, para que uma vez vazia, possa ser preenchida por

¹ Eger Bertholt Friedrich Brecht, ou simplesmente Bertolt Brecht, nasceu em Augsburg, no estado da Baviera, na Alemanha, no dia 10 de fevereiro de 1898, falecendo em 1956. Começou a escrever ainda jovem, publicou seu primeiro texto em um jornal em 1914. cursando Medicina, trabalhou em um hospital em Munique durante a Primeira Guerra Mundial. A paixão pelo teatro impulsionou a vida de Brecht. Em 1918 escreveu as peças “Tambores da Noite” e “Baal”, que foram encenadas em Munique. foi um dramaturgo, romancista e poeta alemão, criador do teatro épico anti aristotélico. Sua obra fugia dos interesses da elite dominante, visava esclarecer as questões sociais da época.

novas memórias, novos moradores, deixando assim a casa cada vez maior. De certo modo, a fraqueza da memória permite aos homens buscar alternativas contra o esquecimento, produzindo modos de lembrar e de resistir ao tempo que passa, volátil e decisivo. Por outro lado, a produção de esquecimento é sempre uma alternativa política utilizada nos meandros das lutas por sentido e significação na sociedade.

O escritor brasileiro Guimarães Rosa, um dos mais importantes escritores da literatura brasileira, escreveu certa vez de forma muito emblemática, em sua mais importante obra, *Grande Sertão: Veredas*, publicada em 1956, o seguinte: “O que lembro, tenho”. A densidade dessa obra tão importante reside nas narrativas de Riobaldo, ex jagunço que conta sua vida e refaz o seu passado a partir do claro escuro da memória. Por isso a força daquilo que é lembrado como construção da própria vida. O que se lembra é o que nos *faz*, o que de certo modo nos completa, porque estamos naquilo que lembramos. O que lembramos temos, o que lembramos, somos. Isso significa para nós que as implicações do lembrar e do esquecer condensam nossas vidas e armam nossas relações com os acontecimentos no tempo. Modos de lembrar se associam com modos de viver e de esquecer. Nesse sentido, o lugar crucial da memória, logo, do lembrar, em nossas vidas. Aqui talvez possamos falar também na fortaleza da memória. No entanto, o esquecer como um fenômeno fisiológico é fundamental, mas o esquecer como um fenômeno ideológico e político é muito problemático, porque envolve o esquecimento de nós mesmos, de nosso lugar no mundo, de nossa cosmovisão e, principalmente, de nossa historicidade.

Esquecer é viver, mas viver não é esquecer. Há uma sutil diferença aqui. Esquecer faz parte da existência porque é da natureza biológica e neurológica, esquecer. Esquecer para que a memória, para usar uma expressão cibernética, seja *resetada* constantemente. Viver, por outro lado, exige de nós que possamos guardar determinados acontecimentos na memória, para além do esquecimento. Viver não é somente esquecer porque viver é acumular, guardar, escolher, selecionar. Há, portanto, um limiar tênue entre lembrar e esquecer, de modo que “É portanto possível viver, e mesmo viver feliz, quase sem qualquer lembrança, como o demonstra o animal; mas é absolutamente impossível viver sem esquecimento”². O poeta Carlos Drummond de Andrade, num poema chamado *Memória*, reflete sobre o lembrar e o esquecer, o perdido, o esquecido e ao mesmo tempo sobre aquilo que permanecerá:

2 NIETZSCHE, Fredrich. *Escritos sobre História*. Rio de Janeiro: Editora PUC, 2005, p. 73.

Amar o perdido
deixa confundido
este coração.
Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.
As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.
Mas as coisas findas
muito mais que linda,
essas ficarão.

Para o historiador Jacques Le Goff, “O conceito de memória é crucial”³. É crucial porque abre para o historiador um campo de luta em que a produção de sentidos implica uma relação direta com o tempo vivido e lembrado. O apelo do *não*, citado pelo poeta, soa para nós como o *não lembrar*. Nada pode fazer o esquecimento contra o não lembrar. Mas ainda assim é possível amar o perdido, mesmo que perdido esteja e que por isso confunda o coração, afinal de contas, por que capricho ainda há de se amar o perdido, o que não se lembra mais? Exatamente porque, como aponta o poeta, aquilo que é finito, que tem fim, “as coisas findas”, essas é que ganham um lugar de memória na vida. Entendemos, nesse sentido, que a história como construção estabelece uma relação constante entre a memória e o esquecimento. Há, portanto, uma luta estabelecida muitas vezes sutilmente no sentido de tentativa de controle do passado, porque controlar o passado estabelece relações possíveis com o futuro e com o presente.

A retirada da história do currículo, portanto, é uma tentativa de controle do passado, ou melhor, é uma tentativa de criar mecanismos para subjugar o passado, para mantê-lo intocável, congelado e inacessível, o que impossibilitaria, em tese, a construção de uma relação temporal reflexiva entre presente, passado e futuro. E ainda que possamos falar aqui como escreveu o poeta Paulo Leminsk, da necessidade que temos de uma *saudosa amnésia*, numa poesia dedicada a um amigo que perdeu a memória, em parte abaixo, e que trata do que se perde, do que se encontra no limiar da memória, a produção de esquecimento pode ser também uma atitude política com múltiplas finalidades, como já frisamos, sendo uma delas de certo modo frear questionamentos em relação à construção de identidades:

3 LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 387.

Memória é coisa recente.
 Até ontem, quem lembrava?
 A coisa veio antes,
 ou, antes, foi a palavra?
 Ao perder a lembrança,
 Grande coisa não se perde.
 Nuvens, são sempre brancas.
 O mar? Continua verde.

A história é um campo de lutas. A memória é um conservatório de combates, nas palavras da poetisa portuguesa Ana Hatherly. Ao perder a memória, grande coisa não se perde? O que perdemos quando esquecemos? E quando esquecemos o que perdemos, o que nos resta? Dominar a *operação historiográfica* é o desafio a ser enfrentado por todos os historiadores. Isso significa dizer que grande coisa se perde quando não somos capazes de compreender, nas palavras de Michel de Certeau, a relação que há entre um lugar social, certos procedimentos de análise e a construção de uma narrativa, de uma escrita⁴. Não dominar essa operação historiográfica é de certo modo reforçar os silêncios e produzir esquecimentos.

O Historiador no Arquivo, o Historiador, o Arquivo e os Documentos

Quem já passou pela experiência de ser surpreendido ao encontrar em meio a vasta documentação de um arquivo, *aquele documento* inédito tão procurado, tão desejado para a efetivação de uma pesquisa, sendo capaz de subsidiar perguntas e questões envolventes, talvez consiga avaliar, a princípio, a importância dos arquivos permanentes para o trabalho dos historiadores. Nos arquivos permanentes de caráter histórico, os documentos estão em “compasso de espera”, estão em *repouso*, mudos, de certo modo *marginalizados*, sem reverberação social alguma. Até que são desvendados pelo trabalho atencioso e diligente do historiador, que os retira de sua *mudez*, inserindo-os numa vasta trama de relações e sentidos. Os documentos são elementos essenciais para o trabalho dos historiadores. São “materiais da memória”, na feliz expressão de Jacques Le Goff, e esses materiais caracterizam-se por ser de dois tipos, ainda segundo Le Goff: os documentos e os monumentos. Mas,

4 Para mais esclarecimentos, ver: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000. Consultar especialmente o capítulo II, A operação historiográfica.

De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.⁵

Aquilo que sobrevive do passado, e que comumente chamamos de documentos, é resultado de escolhas, o que significa dizer que os documentos são espaços de demarcação de lutas por afirmação de sentido. Estamos lidando assim com expressões e significações políticas, quando se entende por política um campo de forças a partir de escolhas necessárias no campo social. Documentos e monumentos apontam para o saber fazer dos historiadores. Os documentos respiram geralmente em arquivos históricos, na medida em que

Um arquivo histórico não se constrói por acaso. Não lhe cabe apenas esperar que lhe sejam enviadas amostragens aleatórias. A história não se faz com documentos que nasceram para serem históricos, com documentos que só informem sobre o ponto inicial ou sobre o ponto final de algum ato administrativo decisivo. A história faz-se com uma infinidade de papéis cotidianos, inclusive com os do dia a dia administrativo, ademais das outras fontes não governamentais.⁶

Um documento não nasce histórico, ou seja, ele não tem uma *natureza* histórica em sua existência. Um documento também não é uma peça natural, nascida do acaso e com uma finalidade também natural. Os documentos são resultados de relações complexas no âmbito do trabalho, do direito, da família, da administração, da religião, do lazer, entre outros contextos. Não podemos, entretanto, fugir da constatação de que os documentos têm variadas razões de existência, entre elas, “o incremento à eficiência administrativa [...], de ordem cultural, integrante do patrimônio documental local e nacional” e também “relaciona-se aos interesses do cidadão.”⁷

Para Le Goff, todo documento é monumento. “O *monnumentum* é um sinal do passado [...] é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos.”⁸ Fazendo referência à raiz indo-

5 LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, p. 485.

6 BELLOTTO, Heloísa Liberali. *Arquivo. Estudos e reflexões*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 61.

7 *Idem*, p. 75

8 LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, p. 486.

-europeia *men*, que se relaciona diretamente com a memória, de onde o latim *monere*, “fazer recordar”, “avisar”, “iluminar”, “instruir”⁹. O monumento, portanto, é um aviso, uma recordação, uma forma de ensinar, uma aprendizagem. Nesse sentido, o documento-monumento é um sinal do passado com capacidade de ensinar, iluminar, prevenir. Podemos pensar assim que os arquivos históricos, como lugares de memória, são sinais do tempo, avisos possíveis contra o esquecimento, espaços de instrução e aprendizagem. Já a expressão latina *documentum*, vem de *docere*, “ensinar”, evoluindo em seguida para o sentido de “prova”. Mas somente no início do século XIX é que o termo assume o sentido de testemunho histórico. Esse sentido de documento, no entanto, se relaciona diretamente com os textos escritos, ou seja, documento é igual a texto. Hoje, sabemos que o sentido para documento é amplo e quase irrestrito, afinal de contas, “De resíduos, de papéis, de legumes, e até mesmo de geleiras e das “neves das montanhas”¹⁰, “o historiador *faz outra coisa*: faz deles a história. Artificializa a natureza. Participa do trabalho que transforma a natureza em ambiente e, assim, modifica a natureza humana”¹¹. Lugar estratégico para a constituição da trama histórica, porque espaço do documento como monumento, os arquivos são muito mais do que lugares físicos, determinados como espaço e engenharia arquitetônica, isso porque

O arquivo apresenta-se assim como um lugar físico que abriga o destino dessa espécie de rastro que cuidadosamente distinguimos do rastro cerebral do rastro afetivo, a saber, o rastro documental. Mas o arquivo não é apenas um lugar físico, espacial, é também um lugar social.¹²

O arquivo como um lugar social aponta para uma constatação aparentemente simples, mas profundamente complexa: a de que os arquivos não são lugares neutros, deslocados do tempo e do contexto social que os abriga. Pelo contrário, o arquivo é lugar de resistência, primeiro ao tempo que passa, depois, ao esquecimento. Lugar de indícios, silêncios e esquecimentos, os arquivos apontam para o caráter social e político de todas as instituições. Já sabemos que aquilo que resta do passado enquanto documento é resultado de um campo de força em tensão, nesse sentido, o historiador no arquivo é aquele profissional “que tem sempre em mente uma pergunta: “Como posso saber o que

9 *Idem*, p. 486.

10 LADURIE, Emmanuel Le Roy. *Apud*. LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, p. 79.

11 LE GOFF, Jacques. *Op. Cit.*, p. 79.

12 RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2008, p. 177.

vou lhes dizer-lhes? Essa disposição de espírito define a história como ‘investigação’ segundo a etimologia grega da palavra”.¹³ Tratar o arquivo como espaço de investigação, portanto, é considerar a incompletude dos acontecimentos, a diversidade das perguntas, as probabilidades das respostas. Investigar, buscar, inquirir, duvidar, o arquivo permite tudo isso, mas não garante todas as respostas, devido à incompletude dos documentos. Aqui, “Talvez se devesse falar tanto de plausibilidade quanto de probabilidade. Plausível é o argumento digno de ser defendido em uma contestação”.¹⁴ O arquivo, assim, é um lugar fundamentalmente plausível. Mas duas perguntas tornam-se fundamentais para nós: Qual o papel do arquivo com relação à operação historiográfica? Qual o papel do arquivo com relação ao ensino de história e à prática educativa?

Precisamos refletir que “Talvez o arquivo não diga a verdade, mas ele diz *da verdade*”¹⁵, isso significa pensar que o arquivo não é um lugar em que se deposita a verdade, mas sim um espaço dessa possibilidade, um lugar de verdades possíveis, mas não necessárias, ou seja, o arquivo não é *necessariamente* o lugar da verdade. Desse modo, o historiador no arquivo precisa considerar a sua fragilidade no sentido de sua incompletude, uma vez que devemos buscar, primeiro de tudo

O que esses textos guardam de improvável, de incoerente, mas também de irredutível às interpretações cômodas demais. Quando o arquivo, ao contrário, parece dar acesso facilmente ao que se supõe nele, o trabalho é ainda mais exigente. É preciso se livrar pacientemente da “simpatia” natural que se sente por ele, e considerá-lo como um adversário a ser combatido, um pedaço de saber que não se anexa, mas que perturba.¹⁶

O arquivo é parte de um saber não apascentado. Ele produz dúvidas, incertezas, aponta acessos possíveis à ressignificação do conhecimento, questão fundamental para a educação, para o ensino. O arquivo não é natural, a questão primordial é esta. É parte substancial da própria existência lacunar e perecível, exatamente por isso é resultado do cruzamento entre memória, saber e poder. Poder que se estende à configuração do arquivo em si, como lugar institucional e físico, mas também poder enquanto sentido e legitimação de determinados discursos sobre uma dada verdade, isso porque

13 *Idem*, p. 181.

14 *Idem*, p. 184.

15 FARGE, Arlette. *O sabor da arquivo*. São Paulo: EDUP, 2009, p. 35.

16 FARGE, Arlette. *Op. Cit.*, p. 73.

O que está em jogo, de fato, é uma mudança no que diz respeito à própria ideia de verdade. De uma perspectiva na qual ela estaria depositada no arquivo, esperando ser acessada ou “descoberta”, passa-se a afirmar que o arquivo constitui a verdade que guarda e revela, assim com aquela que omite e silencia.¹⁷

A verdade não está depositada no interior dos arquivos, dormindo entre os documentos preservados. Mais do que guardar uma possível verdade, o arquivo é parte constitutiva da fabricação de uma dada verdade, mas também pode ser o lugar em que se silencia sobre essa mesma verdade, essa, que sem ser busca ou posse, é de fato uma construção.

Livros, Leituras e Produção de Significados a partir do Arquivo Padre João Mendes Lira¹⁸

“O arquivamento tanto produz quanto registra o evento”.
Jacques Derrida, Mal de arquivo

A partir de agora explanaremos uma experiência de pesquisa e ensino junto ao Núcleo de Estudos e Documentação Histórica – NEDHIS, que pertence ao curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Criado em 2001 pela professora Maria Aparecida Lopes e demais professores do curso, com a iniciativa de coletar, preservar e difundir a documentação das esferas legislativa, executiva e judiciária, sobretudo de instituições públicas e privadas. Assim, um de seus objetivos principais é a preservação do patrimônio documental brasileiro visando o estímulo à escrita da história da Região Noroeste do Ceará e suas cidades circunvizinhas, possibilitando com isso as pesquisas acadêmicas sobre os mais diversos assuntos e olhares possíveis.

O acervo do NEDHIS é bem diversificado, esse é o grande diferencial deste arquivo, que apesar de ser de tamanho moderado, apresenta uma boa diversidade de documentos, sejam eles de órgãos públicos, privados ou particulares, com um recorte temporal que vai desde o século XVII até os dias atuais.

O acervo é composto por documentos do Executivo (Atas, Editais, Decretos); Judiciário e Extrajudiciário (Inventários, Testamentos, Processos crimi-

17 HEYMANN, Luciana Quillet. *O lugar do arquivo. A construção do legado de Darcy Ribeiro*. Rio de Janeiro: Contracapa/FAPERJ, 2012, p. 23.

18 Este subitem do texto contou com a colaboração fundamental dos ex-bolsistas do PET-História: Ana Rogelma, Anderson, Braz, Deivid, Érica e Rafael.

nais e Cíveis; Legislativo (livros da câmara municipal de Sobral); Privado (firmas comerciais de Granja, Padre Lira, D. José Tupinambá da Frota e Pimentel Gomes); Eclesiástico (livros de batismo e de tombo); Sociedade Civil Organizada (Serviço de Promoção Humana de Camocim-CE); Periódicos diversos, Revistas e Arquivos pessoais.

O NEDHIS é considerado uma das instituições de pesquisa mais importantes da Zona Noroeste do Estado, visto que Sobral e outras cidades de seu entorno não dispõem de um arquivo público. Apesar de ser uma instituição nova, no auge dos seus 16 anos de existência, tem contribuído cotidianamente para manter viva a história e a memória por diferentes pesquisadores, sejam eles historiadores, sociólogos, geógrafos, cientistas sociais, antropólogos, entre outros que contribuem com novos temas, problemas e abordagens para a formação de novas histórias.

O PET, O NEDHIS e Seus Arquivos

O Programa de Educação Tutorial - PET História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA teve início no ano de 2011, tendo como proposta temática a Preservação e Catalogação de Documentos com o objetivo de proporcionar uma maior visibilidade ao NEDHIS. O PET conta atualmente com 12 bolsistas, um voluntário e uma tutora, a Professora Mariana Dantas. Foi criado com o intuito de apoiar atividades acadêmicas que integrem três pilares básicos: ensino, pesquisa e extensão.

Os projetos desenvolvidos pelos petianos são pensados sempre em sintonia com o NEDHIS, tendo sido executados os seguintes projetos: Projeto Catalogação, Preservação e Divulgação dos Arquivos Públicos e Privados dos Municípios da Região Noroeste do Ceará, onde os bolsistas fizeram reconhecimento de espaços de memória pelas regiões próximas à cidade de Sobral, como Tianguá, Viçosa do Ceará, Camocim e Santana do Acaraú. Projeto Arquivo em Sala de aula, onde os alunos da escola Menino Jesus em Sobral-CE, tiveram a oportunidade de conhecer o campus de História da UVA e o NEDHIS. Projeto: Tombando no Patrimônio que consistiu na realização de oficinas nas escolas e visita ao patrimônio histórico de Sobral. Projeto: Padre João Mendes Lira, desenvolvido pelos bolsistas em parceria com o autor deste texto, cujo objetivo englobava perspectivas de análise e organização do arquivo Padre Lira, bem como a reflexão, a partir de sua biblioteca, dos seus modos de ler e de se

relacionar com os seus livros, sobre o qual detalharemos mais. Vale observar que todos os projetos elencados acima já foram realizados.

Sabemos que “O momento do arquivo é o momento do ingresso na escrita da operação historiográfica [...]. Nos arquivos, o historiador profissional é um leitor.”¹⁹ Os arquivos de alguma forma dão à história um caráter material, físico, mas não só, como já frisamos. E, quando falamos de Padre João Mendes Lira, mergulhamos em um mundo próprio e ao mesmo tempo compartilhável com aqueles que se aventuram na historicidade constituída por ele em seus documentos arquivados.

Nossa tarefa foi de certo modo entender as formas possíveis de leituras deixadas como marcas pelo padre historiador junto aos livros que lia e arquivava, tarefa que compôs um dos projetos do PET, que pretendeu organizar e descrever esse acervo. Para a execução do projeto, foi confeccionada uma *ficha geral* para anotação sobre detalhes das observações feitas nos livros que compunham a biblioteca pessoal do padre Lira, constando os seguintes itens: *Instituição, Arquivo, Série/Caixa, Título/Autor, Ano, Editora e Características Gerais da Obra*. A metodologia consistia na observação detalhada dos livros, procurando detectar anotações, marcas, grifos, objetos pessoais utilizados para marcar páginas, entre outros detalhes deixados pelo padre historiador após suas leituras, conforme observamos nas fichas seguintes:

19 RICOEUR, Paul. *Op. Cit.*, p. 176.

Figura 23 - Ficha geral para anotação sobre detalhes das observações feitas nos livros que compunham a biblioteca pessoal do padre Lira

*ACERVO PADRE LIRA - COLUNA NOSSA HISTÓRIA
NEDHIS*

TÍTULO	SUPORTE E DATA	OBSERVAÇÕES
A gruta do Ubajara - obra de divulgação em três partes (indicações?) (11)	Journal Correio da Semana	Diários - Padre Lira - Tomática 78 / Artigo produzido por Padre Lira discutindo sobre a origem da Gruta do Ubajara
O Conselho Municipal de Educação de Tabara	Journal Correio da Semana	Diários - Padre Lira - Tomática 75 / Artigo feito pelo Padre Lira, falando sobre a vida e a importância do político e governador Coronel Joaquim Ribeiro
História da Educação de Sobral	Journal Correio da Semana 06 de junho de 1987	Diários - Padre Lira - Tomática 75 / Artigo feito pelo Padre Lira tratando um pouco da história de Sobral em sua história
Uma evocação no Rio Ceará	Journal Correio da Semana 23 de março de 1987	Diários - Padre Lira - Tomática 75 / Artigo feito pelo Padre Lira tratando sobre detalhes de uma evocação no Rio Ceará em março de 1987
Internacionalização do Nosso Sertão	Journal Correio da Semana 14 de fevereiro de 1987	Diários - Padre Lira - Tomática 75 / Artigo feito pelo Padre Lira tratando de vários aspectos de Sobral no âmbito da globalização
O Engajamento Socio-cultural dos Sertaneiros	Journal Correio da Semana 10 de janeiro de 1987	Artigo falando do período totalitário e seu desajustamento socio-cultural.
A força e energia da História	Journal Correio da Semana 24 de janeiro de 1987	Artigo sobre a História, seus valores e sua importância em vários locais, inclusive Sobral.
Alcântara e os tempos do Padre Antônio Torres	Journal Correio da Semana 17 de janeiro de 1987	Artigo sobre a vida e os estudos do Padre Antônio Torres
O Padre Klompner e a origem da História	Journal Correio da Semana 31 de janeiro de 1987	Artigo que relata várias citações importantes na história sobre o Padre Klompner.

Figura 24 - Ficha geral para anotação sobre detalhes das observações feitas nos livros que compunham a biblioteca pessoal do padre Lira

LIVROS - BIBLIOTECA PESSOAL DO P. JOÃO MENDES LIRA

INSTITUIÇÃO	ARQUIVO	SÉRIE/CAIXA	TÍTULO	AUTOR	ANO	EDITORA/LUGAR	CARACTERÍSTICAS MAIS GERAIS OBRA
NEDHIS	Acervo P. Lira	Tomática 07 Religiosa - 7B	"Crisi de Mística"	Movimento Familiar Cristão	1973	Editora Missionária EMMA Paris - França	livro de teologia unida, com intuito de promover discussões aos fiéis.
OBS: Existem 04 exemplares do livro "Crisi de Mística"		,	"Papa Vaticano"	A. N. Betgier	1993	Tipografia Comunicada Roma, Itália	Pequeno livro acerca da vida e obra de Papa João Paulo II
Diversos folhetos acerca das comemorações do aniversário de Sobral em 1971.			Jornal de esta das municípios de 01 de junho		1982	Gráfica do Sertão Fotoliter, Ceará	Obra acerca do trabalho dos mesários de famílias de jovens.
			O martírio pelo do Ceará	Reza Schneider	1974	Edições Paulinas Paris - França	Pequeno livro de reflexões acerca de princípios cristãos

A priori, padre Lira se apresenta como um historiador de “muitas letras”, ou como popularmente dizemos, um homem bem letrado. Lia de tudo um pouco, conhecia as mais diversas ciências, viajava em suas leituras, deixando

suas marcas dentro de cada um dos livros que lia. Dentro destes, encontramos traços de um historiador preocupado em deixar registrado tudo aquilo que lia e produzia, através de seus grifos, anotações, pequenos bilhetes, rasuras. O sacerdote se mostra um arquivista cioso, um colecionador detalhista. Da Antiguidade à Modernidade, do português ao francês, passando pelo latim, Padre Lira deixa nos livros a impressão de alguém sempre interessado em conhecer algo novo, algo além da ciência histórica.

Lira encaixa-se no que Maria Lúcia Garcia Pallares – Burke coloca ao analisar sobre a vida do também historiador Gilberto Freyre, uma vez que este, a partir do que lia, “parecia buscar não só conhecimento, mas também orientação para o que ler, como ler, e até mesmo como viver e encarar a vida.”²⁰. As leituras de Pe. Lira apresentam as características supracitadas acima, um homem que organizava o que lia de modo minucioso e pretensioso, certamente com intenções futuras. As leituras do padre demonstram para nós sua personalidade, pois, de certa forma nos relacionamentos com aquilo que lemos e com Lira não foi diferente, pois do modo como suas leituras se mostram para nós, ele deixa um pouco de si, traçando através de seus rabiscos a personalidade de um historiador que penetrava nos mais diversos mundos da história e do pensamento. Percebemos ainda que para o sacerdote historiador, os livros simbolizavam uma espécie de patrimônio material que ele guardava com muito carinho e esmero. Vale ressaltar que não sabemos ao certo se ele leu tudo aquilo que esteve a nosso alcance durante esses poucos meses de contato com o arquivo, de modo aprofundado, para além das marcas deixadas, até porque muitos livros eram presentes de amigos, mas o fato é que Lira preocupava-se em ler bastante e deixar em algumas das obras traços singulares. Por sua condição de sacerdote, este tinha acesso a produção e publicação de obras diversas, que eram enviadas a ele por diferentes editoras, de modo que os temas de suas leituras variavam da religião às ciências exatas, chegando aos mais variados assuntos.

Os livros exalam o perfume daquele que o leu, neles estão contidas ideias e pensamentos de quem por ali esteve,

afinal, todas as marcas, desde as mais triviais, dizem alguma coisa e permitem fazer uma reconstrução, ainda que precária da trajetória mental do [...] leitor. Por exemplo, grifos, riscos ao longo

20 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. São Paulo: UNESP, 2005, p. 92.

das páginas, parênteses ou círculos isolando passagens e cruces ao lado de certos trechos podem dizer que foram vistos como expressão de ideias centrais ou lidos como especialmente pertinentes, interessantes ou sugestivos.²¹

Lira enquadra-se nesse perfil de leitor que fica impregnado em seus livros, sendo aquele que se envolve com o que lê, como quem se entrelaça nos braços de *alguém* e nele deixa suas marcas, o seu cheiro, um pedaço de si. Um historiador que “mastigava” e “digeria” suas leituras, sendo estas múltiplas como já vimos, uma vez que o fato de ler os mais diferentes assuntos acabava por constituir para o padre uma erudição que ele utilizava reiteradamente em seus livros, artigos de jornais e aulas de história na Universidade e em escolas particulares da cidade de Sobral. É este o fantástico mundo da leitura, ela permite abrir horizontes e dar ao leitor asas para este aventurar-se da maneira como lhe convém. Nesse caso, destaca-se a influência desta na maneira de pensar. Para um leitor iniciante então ela fornece mecanismos para o desenvolvimento de determinados pontos de vista, é como se os principiantes no mundo da leitura fundamentassem seus pensamentos nas ideias daquilo que se está lendo, numa espécie de *cópia*, como postula PALLARES-BURKE ao descrever os modos de leitura de Freyre. Padre Lira, portanto, não está isento dos questionamentos descritos acima, pelo contrário, cai como uma luva nas questões descritas acerca dos modos de leitura de nosso historiador. Quem sabe, Lira buscasse em sua vasta bibliografia a consistência para seus questionamentos como historiador, e como sacerdote, buscando de alguma forma “copiar” de suas leituras algo que lhe servisse de base intelectual e cultural, algo que fundamentasse suas aulas, seus textos, seus pensamentos, seus discursos, como já frisamos. Nesse sentido, podemos pensar que

Não obstante, a experiência mostra que ler não significa apenas submissão ao mecanismo textual. Seja lá o que for, ler é uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros²².

Padre Lira, como historiador local, publicou alguns livros²³, entre seu imenso acervo, no qual conservava jornais, revistas, fotos, cartas, entre outros tipos

21 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. Op. Cit. p. 98.

22 CHARTIER, Roger. Textos, impressões, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martin Fontes, 1995, p. 214.

23 Padre João Mendes Lira é um dos mais profícuos historiadores da região. Estudioso e pesquisador

de documentos. O modo como o padre fazia suas leituras se refletiu nos livros aos quais temos acesso hoje, livros com inúmeras anotações, rabiscos, datas, dedicatórias, números de telefone, cartões de endereços marcando páginas, demonstrando uma vivência e cumplicidade que fazia parte de seu cotidiano. Padre Lira se deleitava em suas leituras, era um homem que desejava ter entendimentos de um universo imenso de conhecimentos, apesar de focar suas leituras mais especificamente em obras religiosas, históricas e psicológicas. Por isso,

Anotados, sublinhados, marcados de vários modos – linhas verticais (às vezes duplas ou triplas), cruces, parênteses, círculos envolvendo passagens etc. -, a lápis, caneta ou mesmo aparentemente á unha, com páginas e páginas “orelhada” e com várias formas de assinatura sendo assinadas de quando em quando aqui e acolá, como faria qualquer adolescente, muitos livros de Freyre faziam o desespero de muito bibliotecário e bibliófilo consciencioso²⁴.

Assim, também se caracterizavam as leituras de Pe. Lira, e como era um homem de fé, alguns trechos de orações eram escritos na capa de seus livros, até mesmo dinheiro já fora de circulação foi encontrado dentro de alguns desses livros. Ele era uma pessoa que buscava preservar a memória do passado e de forma intencional fazia o mesmo com sua memória para o futuro, para os que posteriormente iriam se debruçar com intenções de pesquisar sobre suas obras e sua vida. Podemos observar através dos livros do padre que na maioria deles ele colocava datas, dedicatórias, numa atitude em nada inocente, no sentido, entendido por nós, como uma forma de perpetuação de sua memória e de seu legado. Sobre o que seria o passado, podemos argumentar que ao organizar o seu acervo cuidadosamente, certa noção de passado estava sendo colocada em causa, separando por assunto os trabalhos acadêmicos de seus alunos da Universidade Estadual Vale do Acaraú, e muitas vezes se servindo desses

infatigável, deixou uma vasta obra publicada, além de inúmeros documentos fundamentais para o conhecimento da história local. É autor de “De Caiçara a Sobral” (1971), “Nossa história” (1972), “Sobral, dentro da área de Estudos Sociais” (1973), “Sobral, sua história documental e a Personalidade de Dom José” (1975), “Sobral na história do Ceará e a Personalidade do Padre Ibiapina” (1986), “A vida e a obra de Domingos Olímpio” (1977), “O Eclipse total do sol visto e observado em Sobral no dia 29 de maio de 1919 e as Teorias de Einstein” (1979), “A escravatura e abolição da escravatura em Sobral” (1981), “A vida e obra de Dom José Tupinambá da Frota, 1º bispo de Sobral” (1982), “Luzia Homem, ontem e hoje” (1983), “Subsídios para a História Eclesiástica e Política do Ceará” (1984), entre outras importantes obras.

24 PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano dos trópicos*. Op. Cit.. p. 96

trabalhos para a construção de suas obras, como deixa claro na apresentação de seu livro *Subsídios para a História Eclesiástica e Política do Ceará* (1984), quando comenta: “este livro foi resultado de uma pesquisa realizada pelos alunos dos Cursos de História e Estudos Sociais da Faculdade de Filosofia Dom José. Fizeram um excelente trabalho e deram uma grande colaboração para a história social, religiosa e política do Ceará”. Pe. Lira organizou os trabalhos de seus alunos em pastas, catalogou documentação, colecionou a partir desses trabalhos vários postais da cidade, inúmeras fotografias, fossem de Sobral, de seus espaços públicos, ruas e personalidades, fossem fotografias de sua própria trajetória como padre, muito mais do que como professor da Faculdade. São muitas as fotografias do padre-historiador celebrando casamentos, primeiras comunhões, ou mesmo participando de muitas solenidades públicas, como a inauguração de bustos de personalidades, de praças e de outros espaços institucionais.

Em sua concepção, o “passado” estava ali, nos seus documentos, nos trabalhos de seus alunos, nos artigos e livros, conservado, instituído, pronto para ser devorado, ensinado e acomodado da melhor maneira possível. Sua visão de história, em parte, já que em algumas passagens suas reflexões são bastante pertinentes e atuais, não deixava de ser *providencialista*, talvez por sua formação eclesial, por isso gostava de repetir: “Se a história se repete, procure conhecê-la para entender o hoje e prever o amanhã”. À História era atribuída “o papel de pedagoga de uma nacionalidade, [acreditava] que o grau de cultura e coesão nacional de um povo podia ser medido pela intensidade do culto a datas históricas e vultos notáveis.”²⁵ Padre Lira entendia que os documentos que guardava ou que forjava em sua prática, eram o lugar por excelência da verdade, bastando manuseá-los para que essa verdade viesse à tona.

Padre Lira sem dúvidas foi uma espécie de guardião da história local. Como historiador, sempre buscou investigar sobre a formação da cidade de Sobral, quando sentia, segundo sua percepção, que o passado da cidade estava ficando esquecido, ele o colocava em evidência, especialmente através de sua coluna *Nossa História*, publicada no jornal local *Correio da Semana*. A preocupação do Pe. Lira sempre foi a formação histórica em relação ao passado da cidade e a influência que esse mesmo passado ainda exercia sobre os rumos do presente. Ele possuiu diversos livros tratando da história do Brasil, da história do Ceará, textos e livros referentes à história local. O arquivo Pe. Lira é mais um entre

25 ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*. Memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: LAPA/ROCCO, 1996, p. 160.

tantas fontes sobre a história local, que nos possibilitam questionar a construção de diversas memórias em relação ao passado da cidade de Sobral.

Percebemos na produção de Lira que ele procura assumir o que seria o “dever sagrado” de produzir uma Historiografia que afirmasse sobre a história local que há uma tradição que liga passado e presente, de tal modo que o presente se torna apenas provável em sua existência, por sua relação necessária com o passado, mas o passado aqui assoma como parte de uma filiação e de uma honra que faz do tempo vivido (o que seria o passado áureo da cidade) uma experiência compartilhada em um mesmo círculo, em uma mesma “comunidade de sentido”. Por certo, reconhecemos que “o arquivo pessoal é sempre organizado para enunciar e criar um pensamento, uma reflexão, uma história”²⁶, ou seja, lidar com um arquivo é lidar com uma escrita, por isso mesmo encontramos em seu material organizado a intenção clara e deliberada de “exibir a exemplaridade da própria história”²⁷. A História de Sobral, para o padre, ensina, educa, expõe lições de moralidade e de respeito pelo legado de uma tradição que em seu texto basicamente tem nome – o passado -, e que ressoa como garantia de uma experiência já sabida e, enquanto tal, compartilhada em sua idealização por “todos os sobralenses” que conhecessem a sua história, como faz questão de enfatizar.

E depois do Arquivo?

“Interrompendo sua deambulação pelas salas dos arquivos, por um instante ele se desprende do estudo monumental que o classificará entre seus pares, e, saindo para a rua, ele se pergunta: O que é esta profissão?”

Michel de Certeau.

Espaço fundamental para o trabalho dos historiadores, para o ensino e para a pesquisa, os arquivos existem como pontos de inflexão temporal, de interrogação e reflexão com relação à guarda, difusão, manutenção, mas também de silêncios sobre a memória e a história. Mas quando interrompemos nossas pesquisas, deixamos os arquivos e saímos às ruas e nos perguntamos o que é

26 VENANCIO, Giselle Martins. *Na trama do arquivo: a trajetória de Oliveira Viana*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, julho de 2003, p. 19.

27 Idem, p. 20.

a nossa profissão, algo de novo acontece, porque os nossos saberes adquirem uma dimensão social e política que antes não tinham. Perguntar sobre os sentidos de nossa profissão é considerar a sua dimensão ética, na medida em que o trabalho de lidar, a princípio, com a vida de pessoas que viveram antes de nós, é uma tarefa que exige compromisso com a verdade e respeito à diferença, isso porque, nas palavras do escritor José Luís Peixoto, há “Em cada passado, um agora diferente”. O respeito à diferença é condição fundamental do nosso trabalho, e isso exige ética e compromisso com a verdade, ainda que saibamos que “Há um esquecimento invariável em cada ato que persegue a verdade”²⁸

Sair à rua é também adquirir uma nova dimensão, “A dimensão da poesia”, como deixa claro o poeta Vinicius de Moraes em seu belo poema *O operário em construção*. Nesse poema temos passagens importantes sobre a capacidade de se construir uma efetiva consciência histórica:

De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
-Garrafa, prato, facão –
Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção
.....
E foi assim que o operário
Do edifício em construção
Que sempre dizia *sim*
Começou a dizer *não*.
E aprendeu a notar coisas
A que não dava atenção:
Notou que sua marmitta
Era o prato do patrão
Que sua cerveja preta
Era o uísque do patrão
Que seu macacão de zuarte
Era o terno do patrão
Que o casebre onde morava
Era a mansão do patrão
Que seus dois pés andarilhos

28 REZENDE, Antonio Paulo. *Ruídos do efêmero. Histórias de dentro e de fora*. Recife: Editora Universitária-UFPE, 2010, p. 122.

Eram as rodas do patrão
 Que a dureza do seu dia
 Era a noite do patrão
 Que sua imensa fadiga
 Era amiga do patrão.
 E o operário disse: Não!
 E o operário fez-se forte
 Na sua resolução.

.....

Sair à rua e viver as contradições e imprevistos da existência, na perspectiva de uma consciência também poética, como efetivo modo de fazer o nosso trabalho e de viver eticamente a nossa relação com o passado e com o presente de tantas pessoas com quem compartilhamos segredos, descobertas, nossos estudos e trabalho. E assim como o operário do poema de Vinicius de Moraes, aprender a dizer *não* e a perceber coisas simples que muitas vezes passam despercebidas. O poema pode ser pensado ainda na perspectiva levantada pela historiadora Arlette Farge, quando de suas reflexões sobre o arquivo, quando enfatiza que “Difícilmente se pode separar a história dos homens da história das relações sociais e dos antagonismos; pode-se afirmar também que certos grupos sociais vieram a existir pelo simples fato de terem lutado” .²⁹

A memória é um conservatório de combates. A verdade é um campo de lutas, um campo aberto. O arquivo não guarda ou revela a verdade, ele a constrói e também a silencia. A história é um campo de possibilidades, um acesso estratégico às inflexões temporais. Possivelmente não há um único ser humano na terra que se furte a viver sua vida numa tríplice temporalidade – passado, presente e futuro. E só a história é capaz de refletir e elucidar sobre as relações complexas e tênues travadas entre essas temporalidades, sendo, portanto, um conhecimento fundamental de humanização de mulheres e homens. Nesse sentido, outro poeta também nos ensinou a constituir nossa consciência histórica e nossa relação com a temporalidade e sua complexidade, e também com a rua, com o fora. Trata-se de Bertolt Brechet, poeta citado anteriormente. Sua poesia, Perguntas de um Trabalhador que Lê, é importante, por isso vamos terminar nossas reflexões fazendo sua citação completa:

PERGUNTAS DE UM TRABALHADOR QUE LÊ

Quem construiu a Tebas de sete portas?
 Nos livros estão nomes de reis:

29 FARGE, Arlette. *Op. Cit.*, p. 48.

Arrastaram eles os blocos de pedra?
E a Babilônia várias vezes destruída
Quem a reconstruiu tantas vezes?
Em que casas da Lima dourada moravam os construtores?
Para onde foram os pedreiros, na noite em que a Muralha
da China ficou pronta?
A grande Roma está cheia de arcos do triunfo:
Quem os ergueu?
Sobre quem triunfaram os Césares?
A decantada Bizâncio
Tinha somente palácios para os seus habitantes?
Mesmo na lendária Atlântida
Os que se afogavam
gritaram por seus escravos
Na noite em que o mar a tragou?
O jovem Alexandre conquistou a Índia.
Sozinho?
César bateu os gauleses.
Não levava sequer um cozinheiro?
Filipe da Espanha chorou,
quando sua Armada naufragou.
Ninguém mais chorou?
Frederico II venceu a Guerra dos Sete Anos.
Quem venceu além dele?
Cada página uma vitória.
Quem cozinhou o banquete?
A cada dez anos um grande Homem.
Quem pagava a conta?
Tantas histórias.
Tantas questões.

Bertolt Brecht

(Augsburg, 10 de Fevereiro de 1898 — Berlim, 14 de Agosto de 1956)



Filiada a



Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 16 x 23 cm,
com miolo em papel off set 75 g e capa em supremo 250g,
tiragem de 500 exemplares em outubro de 2019.



Capítulos deste volume

Modernidade e cidade - *Antonio Vitorino Farias Filho*

Cultura e política em Ipu-CE (1960-1970) - *Edvanir Maia da Silveira; Antonia Deyviane Barros Gomes; Maria Regiane Gomes Barros*

Entre brancos relaxados e o povo sem sexo: a cidade em disputa em cassacos de Cordeiro de Andrade - *Germana Maria Lopes Florêncio; Edilberto Florêncio dos Santos*

“História concebida em termos dúplices”: as defesas históricas do prelado sobralense - *Thiago Braga Teles da Rocha*

Pe. Ibiapina: entre a memória e o ensino de História - *Joaquim dos Santos; Paula Cristiane de Lyra Santos*

Índios, missionários e colonos no norte da Capitania do Ceará: encontros e confrontos - *Raimundo Nonato Rodrigues de Souza*

A construção do cearense médio - *Raimundo Alves de Araújo*

Religiosidade “popular” na guerra de Pinto Madeira - *Reginaldo Alves de Araújo*

Sobre caminhos e boiadas: a peculiaridade do cólera-morbo no Ceará no contexto da disputa entre a economia do charque e o nascimento de Fortaleza - *Dhenis Silva Maciel*

Natureza e trabalho no Cariri cearense - *Darlan de Oliveira Reis Junior*

Documentos sobre o associativismo operário na zona noroeste do estado do Ceará. (1900-1970) - *Carlos Augusto Pereira dos Santos*

O historiador, o arquivo e a história local: reflexões e perspectivas - *Francisco Dênis Melo*

